

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E PODER

CAMILA GONÇALVES SILVA

**A CENSURA VESTE FARDA:
ÉLITES CONSERVADORAS, POLICIAIS MILITARES E O CONSENTIMENTO DA
IMPrensa ESCRITA A CENSURA, DURANTE O GOVERNO MILITAR EM MONTES
CLAROS DE 1964-1985**

Juiz de Fora/MG

2011

CAMILA GONÇALVES SILVA

**A CENSURA VESTE FARDA:
ELITES CONSERVADORAS, POLICIAIS MILITARES E O CONSENTIMENTO DA
IMPrensa ESCRITA A CENSURA, DURANTE O GOVERNO MILITAR EM MONTES
CLAROS DE 1964-1985**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado

Juiz de Fora/MG

2011

Silva, Camila Gonçalves.

A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o Governo militar em Montes Claros de 1964-1985 / Camila Gonçalves Silva. – 2011.

215 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Liberdade de imprensa. 2. Censura. I. Título.

CDU 070.13(815.1)

A Deus, por ter me concedido a paz e a oportunidade necessária a execução desse trabalho.

A Vítor pelo amor, pela amizade e pela dedicação conferida em nossa jornada pessoal e acadêmica.

AGRADECIMENTOS

No decorrer de nossa trajetória acadêmica, várias pessoas transitam em nossas vidas e contribuem para que se torne possível concluir o nosso objetivo. Muitos encontros, passageiros ou duradouros ficam solidificados na memória por meio do carinho concedido, das palavras de apoio, dos gestos e ações de auxílio ou, simplesmente, pela presença nos momentos difíceis. Com o intuito de rememorar a importância dessas pessoas em nossas vidas iremos expressar a gratidão por terem contribuído para a realização desse trabalho.

A Deus por ter me concedido a paz e a oportunidade para soerguer na esfera pessoal e profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora por confiar na minha proposta temática e por dispor de todos os meios para desenvolvê-la de modo profícuo.

A meu orientador, o professor Doutor Ignacio José Godinho Delgado pela atenção concedida desde o período da redação do projeto de pesquisa. Pelos momentos de reflexões teóricas e metodológicas. Pelo respeito e carinho concedido enquanto profissional e pessoa. Pela paciência em amparar os inúmeros e-mails enviados rotineiramente.

A professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi pelas preciosas reflexões na ocasião da minha banca de qualificação, que fomentou diversas reflexões na redação dos capítulos finais da dissertação.

Ao professor Doutor Fábio André Gonçalves das Chagas pelos questionamentos durante a qualificação que foram pertinentes a meu objeto, e que me proporcionou o aprofundamento em minhas análises.

Ao professor Doutor Cássio da Silva Fernandes pela disponibilidade e prestatividade em ajudar Vítor e eu quando estávamos fixando residência na cidade de Juiz de Fora.

A coordenadora Doutora Mônica Ribeiro de Oliveira e ao corpo docente do Programa Pós Graduação que, por meio das disciplinas contribuiu com diversas indicações de leituras e opções metodológicas para a redação da dissertação.

A secretária do mestrado Ana Lúcia Mendes, que sempre procurou nos ajudar em nossas dificuldades, em nossas dúvidas e, em nossas preocupações, consecutivamente de modo educado e gentil.

Ao professor Doutor Laurindo Mékie Pereira que desde o período da minha graduação me estimulou quanto à pertinência do meu objeto.

A professora Marli Fróes, conterrânea de Montes Claros e aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, que mesmo atribulada se prontificou em corrigir os meus escritos diversas vezes. Além do mais, durante esses quase três anos em que moramos em Juiz de Fora, tornou-se a nossa amiga e companheira alegrando o nosso apartamento com a sua presença.

As minhas colegas do mestrado, da turma de 2008, na ocasião em que era aluna especial, Carolina, Gislene e Luciana que me ajudaram no período de adaptação. Aos meus colegas da turma de 2009 pelas profícuas discussões fomentadas durante as aulas.

As minhas amigas Carla e Raimunda que, no período em que ainda não era bolsista foram minhas companheiras de trabalho.

Em especial, a família Fonseca Figueiredo que me receberam com carinho, atenção e paciência, sobretudo quando passei por dificuldades na minha vida pessoal. Em todos os locais em que frequentei, seja em Claro dos Porções, em Montes Claros ou em Belo Horizonte, todos, contribuíram com gestos, conselhos, incentivos, abraços e palavras para que essa dissertação fosse realizada. Não há palavras para que eu possa descrever o quanto é recíproco o carinho que sinto por vocês.

Ao meu companheiro Vítor Fonseca Figueiredo, pelo carinho, amor, atenção e conselhos durante essa etapa importante em nossa vida. Ao mesmo tempo, agradeço pela paciência em ler, à meu pedido, por diversas vezes, os meus escritos. Além do mais, a sua presença foi fundamental para o período de adaptação em uma nova cidade, e, ao longo da minha jornada profissional e acadêmica.

Aos jornalistas, fontes de minha pesquisa, Benedito Said, Felipe A. Gabrich, Jorge Nunes, Décio Gonçalves e Haroldo Lívio que prontamente atenderam ao meu pedido e me concederam entrevistas. Ao jornalista Oswaldo Antunes, que embora estivesse viajando quando estive em Montes Claros para coletar fontes, incumbiu seus familiares de me entregar a obra que havia publicado sobre a trajetória do ‘Jornal de Montes Claros’.

Por seu turno, peço perdão a todos aqueles que, pelo lapso de nossas lembranças posso ter deixado de mencionar.

Muito obrigada.

O [censor] era uma pessoa maravilhosa, era uma pessoa maravilhosa, até pelo fato de ele ser de Montes Claros ele conhecia as pessoas de Montes Claros, ele era de família daqui, você entendeu? Ele era uma pessoa muito acessível, (...) e quando censurava, censurava de uma forma muito agradável.

Jorge Nunes Silveira

RESUMO

A dissertação analisa a censura à imprensa, numa localidade distante dos grandes centros urbanos do país, focalizando a cidade de Montes Claros, situada em região sertaneja do Norte de Minas Gerais, entre 1964 e 1985. Inicialmente discorre-se sobre a trajetória econômica e política da cidade, salientando o caráter politicamente orientado do desenvolvimento, evidenciado pelo ingresso na era industrial através de ações do Estado. Notadamente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, sem que seja plenamente derogada a influência das elites agrárias tradicionais, a “elite agropecuária”. Salienta-se como o temor à reforma agrária, a presença de movimentos políticos de esquerda, certa tradição anticomunista e o incremento das atividades reivindicatórias que acompanham o crescimento urbano e as mazelas sociais, a ele vinculados, inclinaram as elites da cidade em favor do golpe de 1964 e do regime militar que ele instaura. Além de contribuir para a definição dos motivos que, ao lado das prescrições da Doutrina de Segurança Nacional, eram utilizados para justificar a repressão política e a censura. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Polícia Militar e de seu comandante na ação golpista e, após o golpe, na repressão política e no exercício da censura, em Montes Claros. Contrariamente à prática comum aos grandes centros urbanos, efetuada não por organismos especializados, mas pela polícia, num primeiro momento e, em seguida, pelo Exército. Descreve-se, também, a trajetória da imprensa em Montes Claros que, na década de 1950, distancia-se do jornalismo subordinado às facções políticas locais, traço comum à imprensa da cidade em momentos anteriores. Por força da ação de uma nova geração de jornalistas, de formação e experiência profissionais construídas em grandes centros urbanos. Observa-se, contudo, que a autonomia revelada por tais jornalistas não eliminava os limites próprios do exercício do jornalismo em organismos cuja sobrevivência depende de seu corpo de anunciantes e da relação com sua clientela. Além disto, os jornais de Montes Claros atribuíam-se o papel de instrumentos do desenvolvimento da cidade que favorecia, pelo seu caráter politicamente orientado, a busca de relações amistosas com atores políticos situados nas esferas estadual e federal. Analisa-se, por fim, a prática da censura em Montes Claros, em suas diferentes dimensões, as iniciativas de resistência e acomodação, bem como as relações verificadas entre censores e jornalistas, boa parte das vezes cordiais, em certa medida por força das características que envolvem a convivência social em pequenas localidades. A dissertação se vale de diversos documentos escritos, como revistas, jornais, processos crime, além de entrevistas com jornalistas que, no período delimitado pelo estudo, atuaram nos periódicos ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros.’

Palavras-chave: Imprensa. Censura. Montes Claros/MG

ABSTRACT

The dissertation examines the censorship of the media in a location far from major urban centers, focusing on the city of Montes Claros, located in the hinterland region of northern Minas Gerais, between 1964 and 1985. Initially, talks about the economic and political trajectory of the city, highlighting the politically oriented character development, as evidenced by entry into the industrial age through state actions. Notably, the Superintendency of Northeast Development SUDENE without it being fully disregarded the influence of the traditional agrarian elite, the "dynasty of the ox." Stress as fears of agrarian reform, the presence of leftist political movements, anti certain tradition for equal rights and increase the activities that accompany the urban and social decay, linked to it, bowed elites of the city in favor of the coup 1964 and the military regime that it establishes. Besides contributing to the definition of the reasons why, alongside the requirements of the National Security Doctrine, were used to justify political repression and censorship. It is noteworthy, though, the leadership of the military police commander and his action in the coup and after the coup, political repression and the practice of censorship in Montes Claros. Contrary to the practice common to large urban centers, not done by specialized bodies, but by the police at first and then by the Army. It describes also the trajectory of the press in Montes Claros, in the 1950s, distanced himself from journalism subject to local political factions, a trait common to the press of the city in times past. Under the action of a new generation of journalists, training and work experience built in large urban centers. There is, however, revealed that autonomy by these journalists did not eliminate the proper limit the practice of journalism in organisms whose survival depends on your body of advertisers and the relationship with their customers. Moreover, the newspapers of Montes Claros attributed the role of instruments of development that favored the city, by its politically oriented, seeking friendly relations with political actors situated at the state and federal. It is analyzed, finally, the practice of censorship in Montes Claros, in its various dimensions, the initiatives of resistance and accommodation as well as the relationships found between censors and journalists, most of the time friendly to some extent because of the characteristics involving the social life in small towns. The paper draws upon various documents such as magazines, newspapers, criminal proceedings, and interviews with reporters that in the period defined by the study, worked in the journals' 'Daily of Montes Claros' and 'Journal of Montes Claros. "

Keywords: Press. Censorship. Montes Claros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS . Inclusão na Área Mineira da SUDENE	33
Mapa 2 Região Nordeste, o Polígono da Seca e o Vale do Rio São Francisco.....	35
Fotografia 3 Momento em que o prefeito de Montes Claros, Pedro Santos profere discurso saudando o governador Magalhães Pinto pelas ações benéficas para a cidade.....	75
Fotografia 4 Governador Magalhães Pinto presidindo a reunião da SUDENE em Montes Claros.	76
Fotografia 5 Movimento Familiar Cristão.	83
Fotografia 6 Primeira Sede do 10º BPMMC.....	94
Fotografia 7 Participação da população nas solenidades do 10ºBPMMC.	95
Fotografia 8 Tropas do 10ºBPMMC em viagem -.....	98
Fotografia 10 Policiais militares mineiros em frente ao Palácio da Alvorada. Brasília, 02 de abril	99
Fotografia 9 Pelotão do 10º BI da PMMG em Brasília, após a queda de João Goulart. Abril de 1964.....	99
Fotografia 11 Desfile da Tropa do 10ºBPMMC após o regresso da Capital Federal.....	103
Fotografia 12 Desfile dos membros do 10ºBPMMC após o retorno da capital federal.....	103
Fotografia 13 Soldados do 10ª BPMMC que participaram do Golpe de 1964.	103
Fotografia 14 Palanque erguido em frente à Prefeitura Municipal onde foram realizadas as homenagens ao destacamento de Montes Claros.....	105
Fotografia 15 O Coronel Georgino Jorge de Souza agradecendo ao banquete oferecido pelas autoridades de Montes Claros em homenagem a participação do 10º BPMMC no Golpe de 1964.....	105
Fotografia 16 Recepção ao governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, em visita a cidade de Montes Claros após o êxito do golpe de 1964.	105
Fotografia 17 Palanque erguido em frente à Praça da Matriz, centro da cidade, onde foi proferido o discurso em homenagem a visita do governador de São Paulo, Ademar de Barros.	106
Fotografia 18 Primeiro Prédio do Jornal de Montes Claros, localizado na Rua Doutor Santos.	132
Fotografia 19 Segunda sede do Jornal de Montes Claros, situada à Avenida Dulce Sarmento.	132
Organograma 20 Estratégia de Segurança Nacional.....	138
Fotografia 21 Militares do Exército Brasileiro e da Polícia Militar de Minas Gerais, em visita as unidades das Forças Armadas em Brasília. Abril de 1964.	144
Fotografia 22 Policias militares mineiros, sobretudo de 10º BI, acantonados no teatro municipal de Brasília.	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relação de Prefeitos de Montes Claros por partido e por profissão durante os anos de 1931 a 1958.	28
Tabela 2 Projetos Aprovados pela SUDENE em Montes Claros 1964-1977	46
Tabela 3 Administração Municipal por eleição 1962-1976	47
Tabela 4 Vereadores por partido e por atividade profissional (1962-1976)	48
Tabela 5 Percentual partidário para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal(*) de Montes Claros (1962-1978).....	49
Tabela 6 Crescimento Demográfico e Urbanização de Montes Claros – 1950 a 1970	52
Tabela 7 Favelas que surgiram pela ocupação ilegal de terrenos da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG na década de 1970.....	53
Tabela 8 Processos identificados no estudo (1964-1985).....	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMC - Associação Comercial de Montes Claros
AI - Ato Institucional
AMPS - Área Mineira do Polígono das Secas
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BCM - Batalhão de Caçadores Mineiros
BGP - Batalhão de Guardas Presidenciais
BI - Batalhão de Infantaria
BMG - Banco de Minas Gerais
BPMMC - Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros
CEMIG - Companhia de Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DEMC - Diretório dos Estudantes de Montes Claros
DER - Departamento de Estradas e Rodagem
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DMC - Diário de Montes Claros
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
EPL - Exército Popular de Libertação
ESG - Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
FUNM - Faculdades Unidas do Norte de Minas
G-11 - Grupo dos onze
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial Militar
JMC - Jornal de Montes Claros
MDB - Movimento Democrático Nacional
MFC - Movimento familiar Cristão
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PC - Partido Comunista
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PM - Polícia Militar
PRM - Partido Republicano Mineiro
PSD - Partido Social Democrata
PT - Partido Trabalhista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SNI - Sistema Nacional de Informação
SUDENE - Superintendência Nacional dos Estudantes
UDN - União Democrática Nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
<i>PARTE I A CONSTITUIÇÃO DE UM AMBIENTE SÓCIO-ECONÔMICO</i>	
<i>CONSERVADOR FAVORÁVEL AO GOLPE DE 1964.....</i>	21
2 “DA AGROPECUÁRIA AO RAMO INDUSTRIAL”	21
2.1 O Ramo Agropecuário: origem, constituição e atuação	22
2.2 “A Era industrial”: o surgimento da elite industrial	30
2.3 Modernização Conservadora e a Polivalência das elites.....	42
2.4 Os impactos sociais.....	50
3 DOS SERTÕES DO NORTE DE MINAS... A CAMINHO DO GOLPE DE 1964	57
3.1 Os ecos da efervescência ideológica	58
3.2 Os enlaces da conspiração.....	84
3.3 A preparação para o Golpe: “Quem não tem cão, caça com gato”	88
3.4 A Execução do Golpe	92
<i>PARTE II ‘CORTAR O MAL PELA RAIZ’: A CENSURA À IMPRENSA ESCRITA NO</i>	
<i>SERTÃO NORTE-MINEIRO</i>	109
4 AS MUITAS JUSTIFICATIVAS PARA O CONTROLE À IMPRENSA ESCRITA DE	
MONTES CLAROS DURANTE O GOVERNO MILITAR.....	115
4.1 Exemplos de Anticomunismo em Montes Claros.....	116
4.2 O trajetória da censura aos impressos de Montes Claros.....	123
4.3 O ‘Jornal de Montes Claros’ e o ‘Diário de Montes Claros’: O perfil da imprensa	
local.....	128
4.4 Contra o ‘inimigo interno’, a favor do Governo Militar: as justificativas para o 10º	
Batalhão realizar a censura ao ‘JMC’ e ‘DMC’	136
5 A CENSURA NO COTIDIANO, O COTIDIANO DA CENSURA... ..	150
5.1 ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’: Repressão multifacetada:	
censo, censura, autocensura, e censura prévia	154
5.2 Os procedimentos da Censura Prévia no ‘Diário de Montes Claros’ e no ‘Jornal de	
Montes Claros’	165
5.3 Censores e Jornalistas do ‘JMC’ e do ‘DMC’: Cordialidade e Camaradagem.....	168
5.4 A autocensura: Liberdade, <i>mas</i> com responsabilidade.....	177
5.5 Para punir e coibir: os processos como metodologia da censura	193
5 CONCLUSÃO.....	205
REFERÊNCIAS.....	210

1 INTRODUÇÃO

Quando participamos da seleção para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, expressamos que o objetivo de nossa pesquisa era analisar a imprensa escrita de Montes Claros durante o Governo Militar. Hoje podemos afirmar que o resultado final de nosso trabalho não correspondeu ao que esboçamos inicialmente. O historiador sabe que um projeto de pesquisa é senão o esboço de um trajeto, com suposições e indicações do caminho que supostamente deverá pautar o estudo. Mas esse caminho não é rígido, muito pelo contrário. É inerente, a qualquer pesquisador que o encadeamento de variadas fontes, atrelada a uma bibliografia concernente ao objeto pode nos levar a variados resultados. Resultados que se tornam mais instigantes do que somente aqueles que já estão previstos pelo cronograma original da pesquisa.

O nosso recorte temporal refere-se ao momento em que foi introduzida a censura nas redações dos impressos ‘Jornal de Montes Claros’ e ‘Diário de Montes Claros’, ou seja, o ano de 1964. Embora a censura a partir do período de transição democrática esteja em acentuado declínio no restante do país, Montes Claros não reflete essa situação. As redações analisadas por nós vivenciaram a atuação do aparato repressor durante os vinte e um anos de governo militar. Dessa maneira, o nosso eixo temporal de análise da censura se concentra até o ano de 1985.

Nesse sentido, utilizamos um corpus documental variado. Para compreender esse contexto, recorreremos aos exemplares da ‘Revista Montes Claros em Foco’, periódico bimestral, editado entre os anos de 1964 e 1979. O seu corpo editorial abarca os representantes da elite econômica e política da cidade. Assim, utilizaremos a revista para compreender a postura e o discurso dessa elite referente aos aspectos econômicos, políticos, estruturais e sociais no contexto em que Montes Claros se integrava a seara do processo de industrialização. Os exemplares que utilizamos em nosso trabalho foram identificados e digitalizados a partir da consulta aos arquivos do Centro Cultural Hermes Augusto de Paula, em Montes Claros.

Por meio da utilização da Metodologia da História Oral, colhemos depoimentos dos jornalistas que trabalharam no ‘Jornal de Montes Claros’ e no ‘Diário de Montes Claros’. A escolha desses impressos refere-se aos dois jornais que funcionavam na cidade durante o período por nós analisado. Consideramos importante especificarmos de que modo realizamos as entrevistas. Optamos pela Entrevista Estruturada Padronizada, sob respaldo teórico das pesquisadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira em “Usos e Abusos da História

Oral”¹. A Entrevista Estruturada Padronizada consistiu em elaborar um questionário padrão contendo as questões mais relevantes para a pesquisa. Contudo, também propiciamos liberdade ao entrevistado para explicar ou emitir informações, sem necessariamente seguir rigidamente o questionário.

Em um primeiro momento, havíamos planejado realizar um número maior de entrevistas², no entanto, com a realização das entrevistas, e para evitar repetições optamos por restringir a quantidade. Nesse sentido, identificamos vinte e dois jornalistas, dentre os quais realizamos cinco entrevistas. O que representa, em termos percentuais, 22,7% dos jornalistas identificados. Mediante essas precauções, buscamos realizar um trabalho baseado na responsabilidade e na ética para com as nossas fontes de pesquisa. As entrevistas foram produzidas por meio de recurso magnético e estão disponíveis em arquivo particular.

Quando se trabalha com o recurso de fontes orais é importante ter em mente, em primeira instância, o conceito de memória. Segundo Michel Pollack, a memória “(...) deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, (...) como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”³ Dessa forma, entendemos que ao realizar as entrevistas com os jornalistas também iremos obter a memória coletiva dos mesmos, pois, são vivências que se inserem em um mesmo contexto histórico e sócio espacial.

Utilizamos também, como fontes, o trabalho do jornalista Oswaldo Antunes⁴, que contribuiu de modo profícuo em nossas análises sobre o ‘Jornal de Montes Claros’, e na execução do perfil da imprensa escrita da cidade. De igual maneira, recorremos ao trabalho memorialístico do Cel. Georgino Jorge de Souza⁵ que fomentaram nossas análises sobre a postura da 10º Batalhão de Polícia Militar montesclarensense antes e após o golpe de 1964.

Além dos depoimentos, também utilizamos os processo-crime. A escolha do processo-crime esteve nitidamente associado a escolha dos depoentes, ou seja: o critério

¹ AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 3ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.277.

² Através da consulta aos impressos ‘*Diário de Montes Claros*’, ‘*Jornal de Montes Claros*’ e ‘*Revista Montes Claros em Foco*’ identificamos vinte e dois jornalistas que atuaram na imprensa escrita de Montes Claros durante o período de 1964 a 1985: Abel Lobo Cordeiro, Aélío Alberto Ribeiro, Alberto Senna, Américo Martins Filho, Antônio Adenilson Rodrigues Veloso, Antônio Felipe Gabrich, Benedito Said, Décio Gonçalves de Queiroz, Eduardo Almeida Brasil, Elias Siuf, George Nande, Jorge Nunes da Silveira, Jorge Antônio dos Santos, Jorge Mendes da Silva, Oswaldo Alves Antunes, Paulo Braga, Paulo César Gonçalves de Queiroz, Paulo César Almeida, Paulo Narciso, Valdir Senna Batista, José Matias Peixoto, Reginauro Silva. Salientamos que, não consideramos esse número exato, pois levamos em consideração a possibilidade de outros profissionais atuarem em outros impressos, como jornais de pequena circulação ou jornais que não estão disponíveis para consultas em arquivos e bibliotecas da cidade.

³ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

⁴ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O Lutador, 2007.

⁵ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996.

utilizado na escolha dos depoentes e dos processos foram: primeiro, a ligação com os processos crime que envolvem a imprensa escrita local e a censura; segundo, a ligação com os jornais: ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’ (redações dos dois jornais da cidade no período de nossa investigação); terceiro variação de atuação profissional (dono de jornal, editor, redator e jornalista), no intuito de observar as nuances das experiências sobre a censura e sobre a rotina da censura. Ao todo foram identificados trinta e três processos-crime, dos quais utilizamos na redação da dissertação cinco processos. Esse aporte documental encontra-se disponível para consultas na Divisão de Pesquisas e Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros/DPDOR-UNIMONTES.

Postulamos ainda, como objetivos específicos, traçar o perfil dos jornalistas. Ressalvamos que, embora tenhamos um número reduzido de depoentes, compreender o perfil dos jornalistas irá nos fornecer o subsídio necessário a identificação das justificativas para a realização da censura, e os tipos de censura que permearam as redações montesclarenses. Além do mais, percebemos pelos depoimentos que as experiências profissionais foram semelhantes, fator que foi também um elemento definidor na quantidade de entrevistas que iríamos realizar. De outro modo, embora a imprensa analisada por nós represente um seguimento que passava por um processo de modernização, isso não representava necessariamente uma camada profissional numerosa na cidade. Vários jornalistas acumulavam diversas funções na rotina de trabalho. Aspecto que levamos em consideração na escolha e na quantidade de entrevistas.

Utilizamos também, obras de memorialistas locais e outros jornais da cidade, como o ‘A Verdade’ e o ‘Gazeta do Norte’ que nos permitiram a compreensão do perfil da imprensa anterior ao nosso contexto. Além disso, o impresso ‘A Verdade’ foi importante na identificação do discurso anticomunista na cidade em período anterior ao golpe de 1964. Por meio da análise das fontes arroladas, percebemos que a compreensão do contexto era fundamental.

No combate à ideologia de esquerda, temos a figura do General Golbery do Couto e Silva como aponta Maria Helena Moreira Alves⁶, como um dos principais mentores intelectuais da ruptura política de 1964, formulador e divulgador da Doutrina de Segurança Nacional-DSN. Conforme citado por Júlio José Chiavenato, Golbery do Couto e Silva postula que o objetivo central da DSN era combater o comunismo, como se fosse uma batalha, “(...) essa é a guerra – total, permanente, global e apocalíptica – que se perfila, desde já, no

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005, 423p.

horizonte sombrio de nossa agitada época. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé”.⁷ Era a batalha contra o ‘inimigo interno’, solidificado na prática do anticomunismo.

Dessa maneira, para os militares, implantar a DSN significava proteger a família e a nação brasileira. Para concretizar esse aspecto o General Golbery encontrou respaldo e aplicabilidade na Escola Superior de Guerra-ESG. A Doutrina de Segurança Nacional foi fortemente utilizada para justificar o controle social, e, conseqüentemente coibir os veículos de comunicação para impedir a propagação do que esses teóricos denominam como ‘inimigo interno’, ou seja, a proliferação das idéias de esquerda. A maior preocupação nesse contexto era o governo do presidente João Goulart, que prometia à sociedade a realização das Reformas de Base. Dentre elas, a reforma agrária era a que mais alarmava os setores latifundiários nacionais. As reformas eram vistas pelos setores dominantes da política e da economia como uma proposta de esquerda, que comprometeria a hegemonia econômica e política desse setor.

Historicamente, a região norte mineira é marcada pela vocação agropecuária e pela concentração fundiária. Esse aspecto contribuiu, significativamente, para o apoio da ‘elite agropecuária’ local aos setores interessados na destituição de João Goulart da presidência da República. Salientamos que o nosso interesse não reside em analisar parentelas ou facções especificamente, mas, sobretudo, os setores proeminentes da economia da cidade, ou seja, o setor agropecuário. O temor quanto à realização das Reformas de Base, principalmente a possibilidade de reforma agrária, soava para a ‘elite agropecuária’ com a possibilidade de perda da sua hegemonia. Mesmo quando se integra ao processo de industrialização, durante a inserção na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, a nascente elite industrial não vê com bons olhos o clamor popular em torno da realização das Reformas. Corroborava dos mesmos temores dos setores do empresariado nacional no que diz respeito à atuação do presidente João Goulart.

Para analisar a censura a imprensa escrita de Montes Claros, foi imprescindível identificar a estrutura econômica e política da cidade no período. Esse é o contexto em que a elite agropecuária percebe que se inserir na seara da industrialização era a derradeira opção para o crescimento e desenvolvimento local e regional.

Nessa acepção seguimos a linha de pensamento de Anne-Marie Smith⁸, segunda a qual, o Estado brasileiro influencia todos os setores da sociedade de diversas maneiras. Além

⁷ CHIAVENATO, José Júlio. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2004, p.69-70 (Polêmica).

de ser uma empresa com fins lucrativos, a imprensa é um personagem ativo dentro da sociedade, expondo opiniões e posições. A imprensa é, portanto, um dos primeiros setores a detectar, absorver e divulgar as alterações políticas, econômicas e sociais. Dessa maneira, não poderíamos analisar a imprensa sem compreender a sua nítida relação com o contexto, a ruptura com o processo democrático, as estruturas sociais e econômicas na qual ela esteve imersa.

No entanto, a ausência de produções historiográficas sobre o contexto do Regime Militar para o Norte de Minas nos impôs uma nova tarefa. Para compreender como e por que foi necessário censurar os jornais da cidade foi primordial entender as ingerências do golpe de 1964 e como o governo militar influenciou Montes Claros.

Nessa perspectiva, o nosso trabalho não se tornou somente um trabalho sobre censura à imprensa local. Analisamos também o golpe e o contexto do governo militar em Montes Claros. Para isso, dividimos essa dissertação em duas partes: “*Parte I: A constituição de um ambiente sócio-econômico conservador favorável ao golpe de 1964*”, e “*Parte II: ‘Cortar o mal pela raiz’: a censura à imprensa escrita no sertão norte-mineiro*”.

No primeiro capítulo, intitulado: *Da Agropecuária ao ramo Industrial* da Parte I, analisamos o processo pelo qual o setor agropecuário se integrou, paulatinamente, a industrialização, através do incentivo das políticas públicas implementadas pelo governo federal e estadual. Nessa acepção nos pautamos na análise de Otávio Soares Dulci, que classifica esse fomento ao progresso como *desenvolvimento politicamente orientado*.⁹ Dentre as quais temos a inserção na Área Mineira do Polígono das Secas e, em vista disso, a inserção na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, em 1959. Perceberemos que os laços de compromisso e fidelidade como o governo do Estado possibilitou a constituição de um ambiente profícuo para angariar aliados e apoio à destituição de Goulart do poder.

Apontamos que o principal temor era a possibilidade de aprovação do projeto que previa as Reformas de Base. Dentre elas, a maior aversão estava na reforma agrária. Esse temor foi o elo um dos motes que conduziu o apoio do setor agropecuário aos articuladores do golpe de 1964. Os laços de compromisso e fidelidade com o governo do Estado possibilitou o terreno profícuo para angariar defensores e propagadores da chamada Doutrina de Segurança Nacional.

⁸ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.247.

⁹ DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Consequentemente, analisamos no segundo capítulo, intitulado: ‘*Dos Sertões do Norte de Minas, a Caminho do Golpe de 1964*’ as razões pelas quais a elite econômica e política de Montes Claros concedeu apoio ao golpe de 1964. Ademais, evidenciamos a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros no planejamento e execução do golpe de 1964. Compreender a participação da corporação policial no golpe de 1964 foi de suma importância para a nossa pesquisa. A partir de sua profícua atuação no já mencionado evento, o 10º BPMMC, com o objetivo de zelar pela imagem e pela legitimidade do governo instaurado, nas terras sertanejas, inseriu, por conta própria, nas redações dos jornais locais, oficiais militares para atuarem como censores.

Por seu turno, na segunda parte de nosso trabalho, intitulada: ‘*Cortar o mal pela raiz*’: a censura à imprensa escrita no sertão norte-mineiro’, apresentamos, no terceiro capítulo: ‘*As muitas justificativas para o controle à imprensa escrita de Montes Claros*’ as razões que imputaram a presença da censura nas redações dos jornais. O receio quanto a atuação do ‘inimigo interno’ referendado pela trajetória do anticomunismo na cidade, a presença da censura em outros contextos, e, ainda a alteração do perfil da imprensa local, foram os principais motes que justificaram a introdução do aparato repressor.

Ressalvamos que, o nosso referencial teórico para a análise da censura foram as obras de Anne-Marie Smith¹⁰ e Beatriz Kushnir¹¹. Através da análise de nossas fontes, compreenderemos como a rotina da censura, a aplicabilidade dos mesmos métodos criou uma rotina burocrática, como aponta Smith, que contribuiu progressivamente para o ‘consentimento’ a censura.

De igual maneira, seguindo a linha de pensamento de Kushnir, nosso estudo procurou examinar a multiplicidade de atores e ações nesse contexto. Nosso trabalho identificou jornalistas que consentiram a censura, jornalistas que resistiram à censura e jornalistas que foram punidos por terem desobedecido às determinações do aparato repressor.

Nessa perspectiva, nosso trabalho não se concentrou em ser um estudo de resistência, muito menos nos propusemos a referendar a dicotomia entre censores *versus* jornalistas. Do mesmo modo, não estamos querendo referendar com esse trabalho que os jornalistas foram colaboracionistas submissos aos ditames governo militar. Não é essa a nossa intenção. Identificamos os vários motivos que resultaram na paulatina dominação da censura e da autocensura nas redações. Dentre as quais, destacamos a rotina e a imperativa convivência em

¹⁰SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op.Cit. p.247.

¹¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004

uma cidade menor de jornalistas e censores, que, inevitavelmente tinham que realizar seu labor diário. Assim como Kushnir, nosso estudo procurou atentar para a multiplicidade de ações desses atores nesse contexto.

Por conseguinte, examinamos no quarto capítulo, intitulado: ‘*A Censura no Cotidiano, O Cotidiano da Censura...*’, as várias faces da censura, a metodologia dos censores e o espaço de sociabilidade entre censores e jornalistas. A relação paradoxal entre os dois profissionais nas redações também foi alvo de nossas análises. Os jornalistas, entrevistados por nós, não emitiram as mesmas opiniões encontradas na maioria dos estudos referentes à imprensa desse contexto. A imagem negativa que o censor ostentou nas redações da imprensa dos jornais das capitais brasileiras, não foi a mesma que obtivemos em nossa pesquisa. Respeito, cordialidade e, até mesmo, admiração foi a opinião que a maioria dos jornalistas emitiu acerca dos responsáveis pela censura.

A obrigatoriedade da convivência dos dois profissionais, em um mesmo ambiente revelou a ‘adaptação’ de ambos ao novo contexto. Não era vantajoso os embates e conflitos para ambos os profissionais. Manter uma boa convivência também fazia parte da estratégia para o censor continuar trabalhando e os jornais continuarem funcionando. Além do mais, em uma cidade menor, qualquer conflito ganha uma dimensão de maior vulto. Mas isso não representou uma rotina de ‘mar de rosas’ entre ambos. Logicamente, se a rotina era censurar e se autocensurar o descontentamento é inevitável.

Nesse sentido, assim como nos grandes centros urbanos, o ‘Jornal de Montes Claros’ e o ‘Diário de Montes Claros’ vivenciaram, de 1964 a 1967, aproximadamente, a censura prévia, realizada com a presença de um censor no cotidiano das redações. Após esse período, o que vigorou foi a prática da autocensura, com a submissão dos donos dos jornais as determinações de não veicular qualquer matéria que pudesse prejudicar a imagem do governo instaurado e da corporação militar local. A partir de 1975, com a instalação do 55º Batalhão de Infantaria do Exército, em Montes Claros, houve apenas a troca das fardas, mas a censura continuou a ser realizada com os mesmos procedimentos. Em seguida, utilizamos os processos crimes para identificar como ambas as corporações utilizaram da legislação fomentada pelo governo militar para coibir e punir os jornalistas que não cumpriam com as determinações.

Nessa perspectiva salientamos que, embora o trabalho seja composto por duas partes, estas, são interdependentes e permitem uma complexa compreensão sobre o golpe de 1964 e a implantação da censura em uma cidade do interior mineiro. Portanto, compreender o período do golpe e da instauração do governo militar e seus reflexos em Montes Claros, foi

imprescindível para examinarmos a introdução do aparato repressor nas redações do ‘Jornal de Montes Claros’ e ‘Diário de Montes Claros.’ Ademais, nosso estudo permite a compreensão e identificação da estrutura censória, durante o governo militar brasileiro, em uma região do interior de Minas Gerais, ainda não analisada pela historiografia local e regional.

PARTE I A CONSTITUIÇÃO DE UM AMBIENTE SÓCIO-ECONÔMICO CONSERVADOR FAVORÁVEL AO GOLPE DE 1964

2 “DA AGROPECUÁRIA AO RAMO INDUSTRIAL”

Para analisar a censura à imprensa escrita de Montes Claros, durante o Regime Militar brasileiro, identificamos que seria primordial entender o contexto econômico e político no qual estava imersa a cidade durante o recorte temporal de nosso estudo. Os meios de comunicação, sejam escritos ou falados, não são apenas porta vozes da realidade na qual estão inseridos, não possuem um véu que os protegem da realidade, muito pelo contrário. Por serem justamente os principais divulgadores de informação e formadores de opinião são os primeiros a detectarem e a absorverem as alterações políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, o nosso primeiro capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção identificamos a origem, a atuação e a constituição do setor que, na trajetória econômica da cidade se dedicou ao ramo agropecuário. Sobretudo, nosso interesse é compreender a elite agropecuária que se integra aos ditames da industrialização a partir dos incentivos e isenções fomentadas pelo Estado entre os anos de 1964 ao final da década de 1970.

Apointamos que a pecuária bovina, historicamente, foi à base das famílias agropecuárias de Montes Claros e do Norte de Minas Gerais. Desse modo, verificamos que esse fator foi um elemento definidor da política e da economia local.

A segunda seção do capítulo compreende a cidade de Montes Claros no seu contexto econômico e estrutural, no decorrer das décadas de 1950 até o final da década de 1970. Para o intento, discorreremos sobre a importância da inserção do Norte de Minas na Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS, em 1946. E, em vista disto, a sua posterior inclusão, em 1959, na área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE.

A inclusão do Norte de Minas na AMPS e na SUDENE, como estratégias de desenvolvimento, trouxe para a região recursos para realização de obras de infra-estrutura e incentivos fiscais para a instalação de novas empresas e indústrias. Acreditava-se que, com o fomento a industrialização, o Norte de Minas não iria apenas se modernizar, como também iria, definitivamente, se integrar no circuito comercial mineiro e, assim, a população alcançaria melhores condições de vida. Não obstante, por ter se dedicado, ao longo da história, majoritariamente, a agropecuária, Montes Claros se viu impelida a realizar melhorias infra-estruturais para não perder a derradeira oportunidade de dinamizar a sua economia. Nesse sentido, percorremos, nas duas primeiras seções, o caminho alçado pela Montes Claros

agropecuária, rumo ao processo de industrialização. Compreendemos como esse desenvolvimento acompanhou os interesses empreendedores da tradicional elite agropecuária, resultando no que a historiadora Evelina Antunes de Oliveira¹² denominou como modernização conservadora. Em vista disso, na terceira seção, apontamos que a principal consequência desse processo de industrialização, majoritariamente atrelado a vocação agrária regional, foram as dificuldades decorrentes da falta de planejamento social. Violência e desemprego, por exemplo, frutos do ‘inchaço’ urbano rápido e intenso, decorreram da procura por novas oportunidades no recém criado pólo industrial. Verificamos que os recursos que objetivavam dinamizar a economia da região foram utilizados para sustentar interesses do setor agropecuário no cenário industrial. Enfim, esse capítulo analisa o cenário econômico e político da cidade de Montes Claros para nos situarmos na análise da censura à imprensa escrita.

2.1 O Ramo Agropecuário: origem, constituição e atuação

Fêz exatamente em março 15 anos, quando em companhia de outros companheiros, entre os quais ressalto a figura inconfundível de Osmani Barbosa, escolhemos um sítio onde se edificaria o Frigonorte. Mal supunhamos nós, naquela ensolarada manhã de março, enchendo as calças de carrapichos, afastando galhos de árvores, percutando a vasão do rio Cedro e Vieira, espantando gordas codornas e estridentes nhambus e de vez em quando nos abastecendo de uma Caribé que o Manuel portava em duas garrafinhas (...). Digo, mal supunhamos nós, escoteiros de uma idéia temerária para a época, que além da escolha de um terreno para se implantar indústria estávamos fincando o marco da Revolução Industrial para Montes Claros e de todo o Norte de Minas.¹³

“(...) escoteiros de uma idéia temerária para a época (...)”. Em 1964, quinze anos antes de o jornalista Roberto Campos redigir esse artigo no qual ele também foi personagem, a cidade de Montes Claros passava por um momento de intensas modificações de caráter social, econômico e, principalmente, modificações na sua infra-estrutura urbana. Numa cidade que media o *status*, historicamente, pela quantidade de terras e gado no pasto, a possibilidade de alterar a sua principal atividade econômica, e estabelecer a implantação de um parque industrial, seria, no mínimo, uma atitude de ousadia para aquele período. Era, de fato, não apenas um marco no processo de industrialização local, como também uma porta que se abria para a região do Norte de Minas, castigada pelos intensos períodos de seca.

¹² OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió: Edufal, 2000, 216p.

¹³ *Revista Montes Claros em Foco*. Número 34, Abril de 1979. Ano XII. Trecho retirado da matéria: “Industrialização do Norte de Minas”.

Para que possamos compreender o entusiasmo de Campos ao relembrar como foi o início das modificações econômicas e estruturais em Montes Claros, nas décadas de 1960 e de 1970, é fundamental rememorar alguns aspectos importantes na trajetória econômica local. Ao recordar esses aspectos objetivamos identificar a origem da elite agropecuária a posição por ela ocupada no cenário econômico e político local e a sua influência na ruptura do modelo, essencialmente agrário, para a implantação de um parque industrial.

A origem

O processo de povoamento do Norte de Minas se efetivou a partir da segunda metade do século XVII, com o crescimento da criação de gado na região do rio São Francisco. E, posteriormente, com a chegada dos bandeirantes paulistas que fundaram os primeiros núcleos urbanos da região. O arraial, já naquele período, era conhecido pela importante comercialização de gado e de couro.

Em vista disso, o economista Marcos Fábio Martins de Oliveira¹⁴ explica que no século XVIII, com a decadência da mineração, a região passou a ser abastecedora de outras áreas no interior da própria província graças a sua localização. Situada no encontro das sub-bacias hidrográficas dos rios Jequitai e Verde Grande, e próxima ao divisor de águas das bacias do São Francisco e do Jequitinhonha, Montes Claros possuía localização propícia para o desenvolvimento da comercialização. Por isso, no fim do século XIX, lhe foi conferida a posição de núcleo urbano.

Após a construção de estradas e pelo contíguo crescimento, foi elevada a categoria de Vila de Montes Claros, em 1832. Em 1857, através da Lei 802, a Vila foi elevada a categoria de cidade. Para o memorialista Hermes Augusto de Paula¹⁵, a transição de vila para cidade trouxe escassas melhorias do ponto de vista administrativo. Em termos oficiais, a cidade já possuía comarca, cartórios e, politicamente, era independente.

A par dessas questões econômicas iniciais é primordial entender a dinâmica da política local. Segundo o historiador Vítor Fonseca Figueiredo¹⁶, durante o Império as divisões dos partidos políticos não se orientavam por comandos ideológicos, pelo contrário, um dos mecanismos de orientação eram os elos familiares ou pessoais. Em Montes Claros, de

¹⁴ *Idem*, p.174.

¹⁵ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957. p.146.

¹⁶ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

modo análogo, durante esse período, a política foi guiada por duas facções, a liberal e a conservadora. Para o pesquisador:

Foram, sem dúvida, as lealdades pessoais e familiares os principais fatores que pesaram na constituição de uma elite política fragmentada em dois grupos rivais. Sob as hostes do Partido Liberal se congregaram as famílias “Chaves, Prates e Sá” e sob a do Partido Conservador as famílias “Versiani e Veloso”¹⁷.

Figueiredo ressalta que o perfil profissional e econômico desses “grupos familiares” era de fazendeiros, de profissionais liberais e de membros do comércio, que encabeçavam a elite política e econômica local.

Para compreender essa acepção, utilizaremos o conceito de elite apregoado pelo historiador Otávio Soares Dulci¹⁸. Segundo o autor, o conceito de elite consiste na identificação da camada social que ostenta influência, superioridade econômica e elevada importância em detrimento das demais camadas sociais. Conforme Dulci, os principais mecanismos de perpetuação das elites são o pertencimento a famílias de prestígio, em que pesem o *status* social e a tradição, ou também, a detenção de riquezas e propriedades de terras. Possuir um ou mais desses mecanismos, atrelados a aptidão para liderar e ter carisma pessoal, é, para Dulci, uma espécie de “fórmula” para uma minoria comandar a maioria¹⁹.

Nesse sentido, Figueiredo expõe que esses dois grupos políticos, alicerçados pela influência adquirida através do *status* social e pela posse de extensas fazendas, articularam e comandaram a política local, mesmo após a proclamação da República. “Seja por via dos enlaces matrimoniais, seja por via dos compadrios, as facções se tornaram amplos grupos de parentela. Cada qual, com suas redes constituídas por parentes, afilhados, amigos, correligionários e clientes.”²⁰ Por conseguinte, o autor analisa que uma das formas de perpetuação das famílias na política local se dá através da ocupação de cargos na presidência da Câmara Municipal no decorrer dos anos de 1832 a 1888. Dos doze membros relacionados, identificou que dez eram provenientes das respectivas parentelas: “Chaves, Prates e Sá” e “Versiani e Veloso”. As profissões por eles ocupadas, paralelamente a atuação como políticos, era majoritariamente de comerciantes, fazendeiros, médicos e padres. Incidindo o predomínio dessa elite na trajetória política de Montes Claros durante o Império e a Primeira República (1889-1930).

¹⁷ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão... Op.Cit.* p.45.

¹⁸ DULCI, Otávio Soares. As Elites Políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004. p.237-247.

¹⁹ DULCI, Otávio Soares. *As elites políticas... Op.Cit.* p.237-238.

²⁰ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão... Op.Cit.* p.46.

Não obstante, importa-nos destacar a principal característica da política montesclareense durante a Primeira República: “o coronelismo”. Para Victor Nunes Leal, coronelismo é senão o “(...) resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.”²¹ Através da influência exercida, os “coroneis” entrelaçavam seu apoio às esferas oficiais do governo do Estado e, em troca, “adquiriam” liberdade, ou seja, “carta-branca” para conduzirem os aspectos administrativos do município. Assim, arrebanhavam votos, alianças, permutavam favores, empregavam e ajudavam seus “afilhados” e, em troca, consolidavam sua permanência no poder.

Porto²² faz referência a historiadora Carla Anastasia quando explica que a situação de isolamento, na qual durante muito tempo o Norte de Minas ficou sujeito, favoreceu a dominação política dos fazendeiros durante o Império. No século XVIII, para evitar contrabando e os descaminhos do ouro, o Regimento de 1702 proibiu a passagem de produtos à Bahia. Desse modo, o sertão norte-mineiro, uma das principais rotas comerciais para se chegar a região das minas, foi excluído e apartado do restante da capitania. Em decorrência desse isolamento, no século XIX, a região se preocupou em desenvolver, em prol da sua subsistência, os setores da pecuária, da agricultura e do comércio.

De igual maneira, Figueiredo ressalta que esse isolamento foi fundamental para que os proprietários das grandes fazendas da região, ao prestarem assistência à população, arregimentassem, por consequência, os votos que os consagrariam nos cargos públicos. Esse contexto é para nós é o auge do setor agropecuário. Para o referido autor, com o advento da Proclamação da República os atores da política local não se alteraram, mantiveram-se os mesmos atores em nova estrutura política.²³

A rigor, é destacado pela historiografia que aborda as temáticas sobre o coronelismo, no sertão norte mineiro, de que o fortalecimento desse fenômeno não se deve exclusivamente ao poder econômico e a autoridade política dos fazendeiros da região. Muito antes pelo contrário. Explicamos que a proeminência do poderio dos fazendeiros da região se deve ao

²¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p.20

²² ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993. p.42. Apud PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.21.

²³ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão... Op.Cit.* p.50.

status pela posse de terras, e por cumprirem no município o papel que caberia ao poder público, empregando, concedendo favores, executando obras, etc.

Como não poderia deixar de ser, Montes Claros, dividida entre duas facções, sob a face do coronelismo, teve a sua política como o palco de diversas contendidas. Escolhemos dois exemplos. O primeiro, com objetivo de demonstrar que mesmo quando se tratava de benefícios estruturais para a cidade, os grupos familiares queriam sobrepor os seus interesses. Neste caso temos a “dualidade de câmaras”, como fato sempre mencionado pela historiografia local. Porto explica que as eleições municipais de 1915 foram marcadas pela tensão entre as duas facções. Ao término das eleições os dois partidos se declaram vencedores e ocuparam a câmara em ambientes diferentes. O impasse apenas foi resolvido depois que o governo do Estado interferiu em prol de um acordo, em 1916.

Para o autor, o acordo realizado representava, grosso modo, apenas uma formalidade, no intuito de principalmente encobrir fraudes, e “restabelecer” a integridade política do município.

Em contrapartida, outro episódio revela que quando estavam em jogo os interesses econômicos desses grupos familiares a postura se alterou. A construção da estrada de ferro é um profícuo exemplo. Para alcançar melhorias na região, as autoridades locais tiveram que se submeter a autoridade estatal do Partido Republicano Mineiro, o PRM. Também mantiveram entre si postura concordata. Como um dos principais entraves ao desenvolvimento regional era a falta de uma rede de transportes eficaz, a introdução de ferrovias foi almejada como a melhor maneira para impulsionar o desenvolvimento da região setentrional de Minas. Assim, para obter êxito:

As lideranças norte-mineiras (...) diante das várias divergências políticas estaduais e federais, ponderavam, com extrema cautela, sobre o seu posicionamento. Pois, no jogo das barganhas da era das oligarquias, uma postura inconveniente poderia inviabilizar o tão acalentado sonho ferroviário, principalmente, para uma área distante e economicamente marginal no contexto econômico mineiro.²⁴

Ao demonstrarmos a fundamental aliança entre os grupos familiares, destacamos que esse fato é senão também o reflexo da dificuldade de conquistar benefícios estruturais para o sertão norte mineiro. Não havia certeza de que a ligação férrea chegaria até a cidade de Montes Claros, apesar do seu relevo comercial. Nesse sentido, para Figueiredo as manobras e articulações políticas da elite agropecuária foram de suma importância para extensão da linha férrea até os confins do norte.

²⁴ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão...* Op.Cit. p.26.

Devido à distância de outros centros urbanos, como a própria capital do Estado, somente após a chegada da ferrovia e da primeira agência bancária – o Banco da Lavoura –, ambos em 1926, é que a cidade diminuiu o seu isolamento. Em virtude desse aspecto passou a se aprimorar no que se refere à prestação de serviços, comércio e infra-estrutura. Paula explica com entusiasmo as modificações comerciais que ocorreram após a chegada da ferrovia,

(...) nosso comércio se modificou sobremaneira. Desapareceram os célebres ‘cometas’, substituídos por um número vinte vezes maior de viajantes, a maioria dos quais apenas vendem a mercadoria, sem nenhuma intervenção no recebimento.

O comércio desenvolveu-se extraordinariamente em todos os setores. A importação é quase ilimitada, principalmente de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio e São Paulo, por estrada de ferro, caminhões e aviação. Há grandes casas atacadistas, que vendem aos municípios do Norte de Minas e Sul da Bahia²⁵

Para a pesquisadora Simone Narciso Lessa, a chegada da ferrovia, em 1926, transformou a cidade de Montes Claros em um importante centro de distribuição que atendia não apenas os municípios do Norte de Minas, como também, o sul do Estado da Bahia. Para a autora, esse fator contribuiu para inserir a região na rede capitalista e, do mesmo modo, se firmar como pólo regional.

Na década de 1940 a Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu investimentos e sua área de atuação, passou a abranger as regiões do Nordeste brasileiro e pequenas cidades da área norte mineira, tais como Capitão Enéas, Janaúba, Catuti e Montes Azul. Em 1957, a Estrada de Ferro Central do Brasil foi incorporada a Rede Ferroviária Federal S/A que passou a administrar integralmente o sistema ferroviário nacional.

Sendo o coronelismo um fenômeno historicamente datado, e que teve seu contexto de atuação entre 1889 e 1930, o historiador Laurindo Mékie Pereira²⁶ observa que nas décadas de 1940 a 1950, o cenário político da cidade de Montes Claros ainda estava permeado pelas relações de favor, compromissos e assistencialismo. As chamadas “práticas coronelistas” revelam que apesar das melhorias infra-estruturais o crescimento urbano e a implantação da República impulsionaram a proeminência da elite agropecuária. O autor faz referência a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti para explicar que o coronelismo se adaptou ao novo cenário que aportou,

²⁵ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros... Op.Cit.* p.146.

²⁶ PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX.* Montes Claros: UNIMONTES. 2002, 241p.

(...) existe uma linha de continuidade interna de nossa política, ela se evidencia, por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, apara integrar na política brasileira elementos novos; assim os fenômenos que vão aparecendo adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que existe.²⁷

Além de compreender essa perspicaz “adaptação,” Pereira salienta que os pilares de seu poderio constam no prestígio e no carisma que o chefe político detém. Porém, o que o sustenta é o fato de que esses fazendeiros ainda representavam, em muitas ocasiões, a única esperança para uma população situada em uma região de poucos recursos e assolada por longos períodos de seca. Podemos evidenciar nos seguintes trechos:

Parte da população local vivia em verdadeira penúria. Era o poder particular do coronel, ou a sua interferência junto ao poder público na maioria das vezes, a única forma de resolução dos problemas da comunidade.

(...) abertura de estradas, instalação de escolas, patrocínio às viagens, subvenção a entidades e associações. Esses favores recebidos cotidianamente pela população era uma dívida contraída junto às lideranças.²⁸

Essa estrutura social é senão reflexo de uma região marcada historicamente pela agropecuária. Desse modo, concluímos que, diante das alterações das estruturas políticas e do seu declínio econômico, a elite apoderou-se do político para se manter forte. Portanto, em vista de nossas análises, consideramos pertinente visualizarmos como a ocupação do poder público se concentrou nas mãos dessa elite. Na tabela 01, relacionamos os Prefeitos durante o período de 1931 a 1959. O nosso objetivo é verificar que a ocupação de cargos públicos foi feita essencialmente pelos grupos ligados a agropecuária, ao comércio e às profissionais liberais.

Tabela 1 Relação de Prefeitos de Montes Claros por partido e por profissão durante os anos de 1931 a 1958.

Relação de Prefeitos de Montes Claros durante 1931-1959			
Período	Prefeito	Partido	Profissão
1931-1932	Orlando Ferreira Pinto	Interventor	Engenheiro
1932-1933	João Martins da Silva Maia		Fazendeiro
1933-1934	Carlos Pereira dos Santos	Interino	----
1934-1935	Mario Versiani Veloso		Farmacêutico
1935-1935	Florianio N. Siqueira Torres		Engenheiro
1935-1936	Dr. José Antônio Saraiva		----

²⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?* In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH. 19, 1997. Belo Horizonte. Texto mimeo. Apresentado na Mesa Redonda: *Questões interpretativas da primeira República: Coronelismo, Revolução e Populismo*. Belo Horizonte, 1997. Apud PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.99.

²⁸ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.130-131.

1937-1942	Antônio Teixeira Carvalho		Médico
1942-1947	Alfeu Gonçalves de Quadros	Nomeado	Fazendeiro/Médico
1947	Dr. Demóstines Rocket		Engenheiro
1947-1950	Alfeu Gonçalves de Quadros	PR-PSD	Fazendeiro/Médico
1951-1954	Enéas Mineiro de Souza	PSD	Fazendeiro/Industrial
1955-1958	Alfeu Gonçalves de Quadros	PSD	Fazendeiro/Médico
1955-1956	João Pimenta	PSD	Fazendeiro/Engenheiro
1957-1958	Geraldo Athayde	PSD	Fazendeiro/ Advogado

Fonte: Adaptado: PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.216.

Com a Revolução de 1930, até 1937 prevaleceu uma estrutura partidária extremamente fluída, na qual pontificou, inicialmente, a Legião 3 de Outubro e, a partir de 1933, o Partido Progressista, reunindo parte expressiva do velho PRM que, não obstante, permaneceu como força minoritária da oligarquia mineira. Após 1937, em seguida a breve cisão do PP, opondo os partidários de Benedito Valadares e Antônio Carlos, estabeleceu-se a proibição de qualquer agremiação partidária, através do decreto-lei n.º 37. Contudo, mesmo sem filiação partidária, o perfil profissional dos prefeitos de Montes Claros não se alterou. Fazendeiros, médicos e engenheiros, através da intervenção estatal, ocuparam o cargo de prefeitos da cidade.

Evelina Antunes de Oliveira²⁹ faz referência a historiadora Maria Campello de Souza ao esclarecer que, a partir de 1945, com o estabelecimento em âmbito nacional do pluripartidarismo, os principais partidos foram o Partido Social Democrático/PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB. A oposição aglutinou-se na União Democrática Nacional/UDN, representante dos setores médios urbanos. Por conseguinte, esses partidos foram os mais influentes no cenário político brasileiro, entre 1945 a 1965. Em Montes Claros, apesar do designo “social democrático” e “trabalhista”, os partidos eram regulados pelos interesses das elites agropecuárias.

Ao analisar o fenômeno da continuidade política em Minas Gerais, Otávio Soares Dulci, expôs que a bancada do “(...) PSD se originou da máquina do Estado Novo, incluía, portanto, a maior parte das elites tradicionais de Minas³⁰”. Não obstante, Dulci destaca que conforme os campos de interesses dos grupos regionais mineiros, as disputas políticas se concentraram no PSD e na UDN, sendo o Partido Republicano Mineiro o “fiel da balança”,

Tal distribuição era funcional porque permitia cobrir o espectro de interesses de modo mais eficiente, acomodando as máquinas em um *sistema* partidário, não mais em um único partido, relativamente fechado e rígido, como era o

²⁹ CAMPELLO, Maria do Carmo de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981. Apud OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha Política... Op.Cit.* p.57.

³⁰ DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.107-124.

velho PRM na Primeira República. Os três partidos, somados, garantiram, no período 1945-1965, absoluto predomínio eleitoral para as elites (...) ³¹

Em se tratando de Montes Claros, através da tabela, verificamos que, a partir de 1947, solidifica o vigor do PSD na prefeitura da cidade, representando o elo de continuidade do setor agropecuário na política local. A partir dessas análises não fica difícil compreender porque o jornalista Roberto Campos, citado em nossa epígrafe, expôs que investir na instalação de indústrias nas décadas de 1940 e 1950 era “uma idéia temerária para a época”. Além de não haver infra-estrutura capaz de atender as necessidades que o ramo industrial impõe, a vocação agropecuária da região ainda se fazia forte naquele período. Entender como se processou essa transição de interesses é a finalidade da nossa posterior investigação.

2.2 “A Era industrial”: o surgimento da elite industrial

As primeiras experiências no setor industrial

Quando pensamos no papel ocupado por Montes Claros no setor industrial, apontamos que os principais fatores que emperraram o desenvolvimento desse setor foram a carência de energia e de transportes. Em contra partida, o economista Marcos Fábio Martins de Oliveira expõe que a ausência desses recursos trouxe um relativo ‘isolamento’ que, de certo modo, protegeu a economia da cidade. Uma rede de transporte eficiente, e a consequente integração regional através do comércio competiriam com a produção local, que era marginal e rudimentar. Embora considere que a industrialização também poderia ter dinamizado a economia da região, Oliveira salienta que: “(...) a indústria não se desenvolvia ‘apesar’ desse isolamento e da ausência de transporte eficiente, mas protegida por este isolamento.” ³²

Apesar de não ter apresentado um caminho voltado para o incremento industrial, não significa que a cidade nunca abrigou indústrias. Conforme Hermes Augusto de Paula, apesar das dificuldades, em 1880 foi criada a primeira fábrica de tecidos da cidade, também conhecida como Fábrica de Tecidos do Cedro, “Todas as máquinas foram transportadas em carros de boi e em lombos de burro, através de longas e péssimas estradas.” ³³

³¹ DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais...* Op.Cit. p.135.

³² OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas...* Op.Cit. p.35.

³³ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros...* Op.Cit. p.122.

Respeitando a vocação agropecuária, existiram curtumes, oficinas dedicadas ao manuseio do couro como selarias e sapatarias. O surgimento da indústria de salitre, por exemplo, foi mencionada pelo memorialista Urbino de Souza Vianna³⁴. Em se tratando do processamento dos produtos típicos da agricultura e da cultura local e regional, havia produção de cerâmicas, rendas, doces caseiros e “(...) moagem do trigo, milho e arroz, em moinhos accionados por água, (...) fabrico de farinha de mandioca, fubás, gommas, tapiocas, beijus etc; elaboração do assucar, rapadura e cachaça, etc.”³⁵

Em 1957, Paula aponta que havia três fábricas de bebidas, uma usina de beneficiamento de algodão, uma fábrica de tecidos, e ressalta que: “nas indústrias puramente rurais contamos com 110 produtores de farinha-de-mandioca e polvilho (goma), 80 de queijos, 160 de rapadura, 73 de requeijão e 29 de creme de leite.”³⁶ Conforme destacamos, apesar de não negarmos a existência do aparato industrial, para Paula, esses implementos são fruto do “(...) arrôjo de nossos antepassados, do que propriamente pela quantidade de fábricas.”³⁷ Observamos também que, essas instalações estão atreladas a cultura e a vocação local, ante a produção de artefatos em grande escala.

Apoiado pelas políticas públicas do governo federal e estadual, cujo objetivo era incentivar o desenvolvimento regional, essa realidade foi paulatinamente alterada. Iniciaremos nosso exame pelas medidas aplicadas através do governo federal.

1940 a 1970: As estratégias de desenvolvimento

Em 21 de outubro de 1909, durante o mandato presidencial de Nilo Peçanha (1909-1910), foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas/IOCS. Esse órgão é considerado o precursor em analisar a problemática da seca na região do nordeste brasileiro.

Posteriormente, em 1919, o referido órgão recebeu a alcunha de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas/IFOCS. Já através do Decreto-Lei 8.846, de 28 de dezembro de 1945, passou a ser conhecido como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS. Mas, em 1963, através Lei nº4249, foi transformado em uma autarquia do governo federal³⁸.

³⁴ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros...* Op.Cit. p.349.

³⁵ VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros...* Op.Cit. p.235-236.

³⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros...* Op.Cit. p.123.

³⁷ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros...* Op.Cit. p.122.

³⁸ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS. *Histórico do Departamento Nacional de Obras contra as Secas/DNOCS*. Brasília/DF, 2010. Disponível em:

Na prática, o DNOCS tinha como objetivo prestar instrução as populações rurais assoladas pela aridez climática e pela carência de recursos econômicos. Nesse sentido, a atuação desse órgão era concretizada, em primeiro lugar, a partir da inserção da região na área de abrangência do Polígono das Secas. Esta foi a denominação dada às regiões sócio e economicamente subdesenvolvidas do Nordeste brasileiro assoladas pelos efeitos da aridez, a partir de 1936.³⁹ Como era a principal região acometida por fatores climáticos, o Nordeste foi prontamente incorporado aos programas governamentais de combate aos efeitos das secas.

O governo federal, através do DNOCS, aplicou recursos para realização de diversos empreendimentos, mas, sobretudo, para a realização de obras de saneamento básico, instrução para a prática da irrigação e assistência as populações pobres. Outra função desse órgão foi a de instruir a população rural no que se refere ao melhoramento da produção e da produtividade agrícola, principalmente entre os médios e pequenos produtores. Este constituía um fator primordial para que se pudesse evitar o êxodo rural.

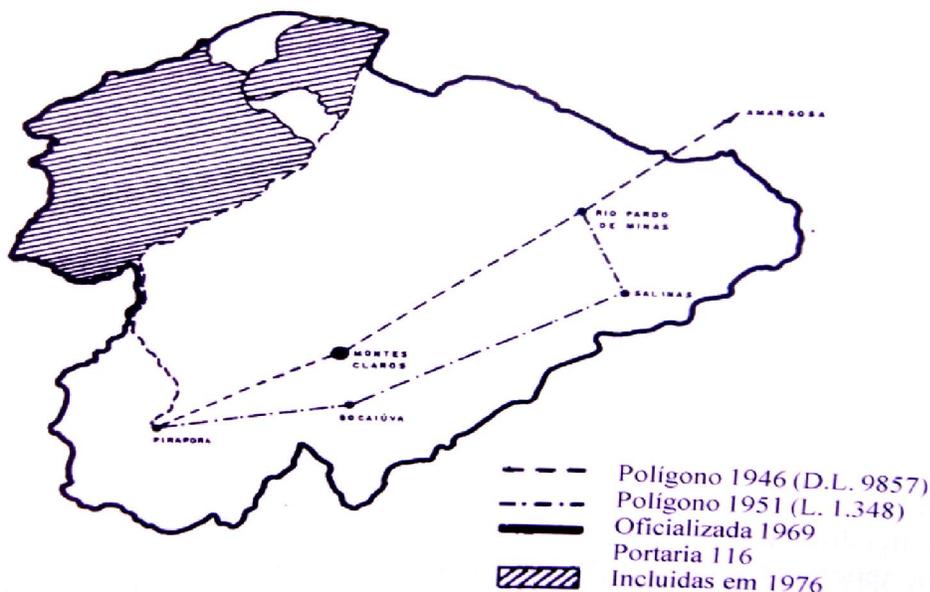
Devido à semelhança climática, em 1946,⁴⁰ a região do Norte de Minas também foi incorporada na área de abrangência do Polígono das Secas. A partir disso foram instalados escritórios do DNOCS no sertão norte mineiro com o objetivo de planejar e fiscalizar a aplicação dos recursos contra a secas. No mapa 02 podemos visualizar o processo pelo qual a região do Norte de Minas foi incluída, paulatinamente, na Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS.

<http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em 01 de set. 2010.

³⁹ A criação da área do Polígono das Secas se deu através da Lei nº 175/36. C.f. PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital: o regionalismo político norte mineiro*. 2007. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2007, p.49.

⁴⁰ A incorporação do Norte de Minas ao Polígono das Secas se deu através da Lei nº 9.857. C.f. PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital... Op.Cit.* p.49.

Mapa 1 Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS . Inclusão na Área Mineira da SUDENE



Fonte: OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p.44.

Quando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE foi criada, em 1959⁴¹, o Norte de Minas não fazia parte da sua área de abrangência. Foi somente após a sanção da Lei nº 4.239, de 1963, que a Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS, em razão da sua similaridade climática, passou a ser incorporada também à área de atuação da SUDENE. A Inclusão da região setentrional de Minas na AMPS era essencial, pois somente com o êxito desse processo é que se poderia usufruir dos recursos e incentivos obtidos pela SUDENE. Aspecto que foi fundamental para o aprimoramento da infraestrutura e aplicação das isenções fiscais, que fomentariam a instalação de novas empresas e indústrias na região.

No entanto, a AMPS passou por várias remodelações na sua área de abrangência. Em 1951 ficou definido que as cidades localizadas à margem esquerda do Rio São Francisco integrariam a zona de abrangência da AMPS. Do mesmo modo, a partir da portaria 116 de

⁴¹Após participar de pesquisas realizadas na Comissão Econômica para a América Latina/CEPAL, o economista Celso Monteiro Furtado foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1958, como interventor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste/GTDN. Após estudos, Celso M. Furtado apresentou a ideia de criar o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste/CODENO e uma estrutura que atuasse para executar os projetos elaborados: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE. Em maio de 1959 o projeto de criação da SUDENE foi aprovado pelo Congresso Nacional. Atuando como uma agência de desenvolvimento regional, o seu principal objetivo era planejar e coordenar programas socioeconômicos para a região do Nordeste. Sendo órgão do governo federal, seria o eixo de ligação de investimentos federais na região. Para aprofundamento ver: GUIDO, Cristina. Celso Monteiro Furtado. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 20 março de 2010.

1963, ficou oficializado que os municípios criados a partir de desmembramentos de outras cidades do Norte de Minas também fariam parte da AMPS. Portanto, a incorporação definitiva dessas regiões a zona de abrangência da SUDENE só foi concluída em 1976.

Marcos Fábio Martins de Oliveira destaca as dificuldades de obtenção de apoio político para inclusão dos municípios mineiros na circunscrição da AMPS. De acordo com o autor, foi através da profícua atuação do Deputado Federal Vasconcelos da Costa, juntamente com o representante dos prefeitos da região norte mineira: Feliciano Oliveira, então prefeito de Francisco Sá, que reivindicaram a inserção de escritórios do DNOCS na região setentrional de Minas. Essa reivindicação ocorreu durante a vigência do mandato do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1956-1951). Para eles, não havia justificativas que pudessem impedir a participação da região no recebimento desses recursos. Quando a região é comparada com o Sul da Bahia, por exemplo, verifica-se que ambas sofriam com as mesmas intempéries climáticas e com o subdesenvolvimento econômico. Paradoxalmente, a região do Vale do Jequitinhonha apresentou, a princípio, resistência em se anexar a área da AMPS, conforme explica Marcos F. de Oliveira:

Interessante ressaltar aqui que em entrevista pessoal com o ex-deputado Costa [Vasconcelos da Costa], ele nos relatou que alguns municípios da área vizinha do Jequitinhonha - não incluída no Polígono - pouco interesse demonstraram, à época, na iniciativa, pois a caracterização como região de seca poderia desvalorizar as propriedades rurais.⁴²

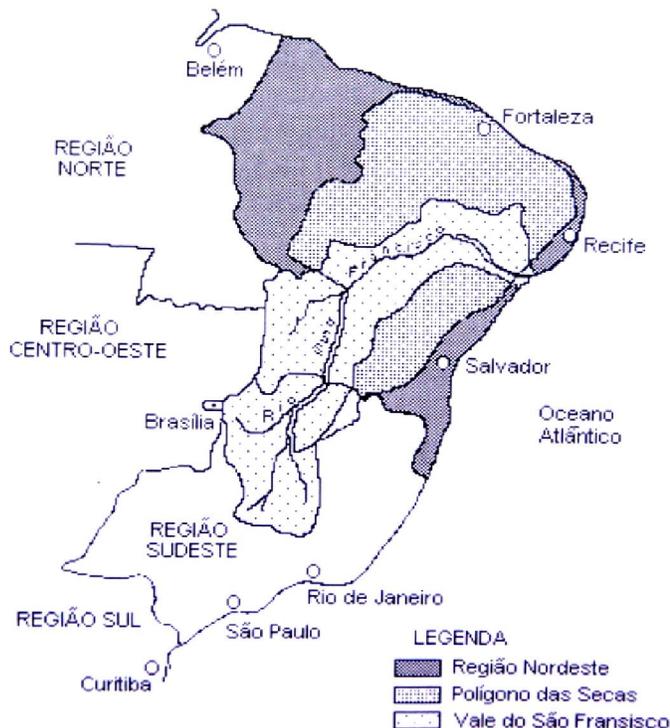
Para os proprietários do Vale do Jequitinhonha a ideia de se unir a qualquer programa ou órgão de combate a seca representava, grosso modo, a aceitação da sua condição nordestina, de pobreza e de subdesenvolvimento. Tornava evidente que a região se mantinha ininterruptamente distante da realidade de progresso econômico do Centro, do Sul e da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Diante do escasso apoio e interesse político em anexar a região a AMPS, foi apenas em 1967 que a SUDENE solicitou a anexação do Vale do Jequitinhonha na AMPS para, enfim, fazer parte da sua área de abrangência.

Posteriormente, com o objetivo de promover o desenvolvimento das cidades localizadas na região do Rio São Francisco foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco, a CODEVASF, em 1974. Segundo Marcos Fábio M. de Oliveira, a CODEVASF tinha a função de se articular com a SUDENE em prol da criação e desenvolvimento de projetos que visassem a dinamização e interação econômica entre as regiões do Norte de Minas e do Vale do Rio São Francisco. Nesse sentido, podemos

⁴² OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas...* Op.Cit. p.44-45.

visualizar no mapa 03 que a área setentrional mineira esteve atrelada às três delimitações de incentivo ao desenvolvimento introduzido pelo governo federal: o Polígono das Secas, em 1946, a SUDENE, em 1963, e a CODEVASF, a partir de 1974.

Mapa 2 Região Nordeste, o Polígono da Seca e o Vale do Rio São Francisco



Fonte: OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p.122.

A par das estratégias de desenvolvimento praticadas pelo governo federal, consideramos primordial entender a atuação do governo do Estado, nesse mesmo período, em prol do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, e, conseqüentemente, o papel ocupado por Montes Claros nesse processo.

Aspirante a elite industrial

Ignacio Godinho Delgado⁴³ explica que, com o declínio da economia cafeeira, a partir de 1930, afirma-se um segmento da elite industrial mineira que vislumbra a oportunidade de colocar no centro da agenda política estadual o incentivo ao processo de

⁴³ DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: estado e associações empresariais em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997. 164p.

industrialização. Delgado esclarece que os ideais divulgados por esta elite faziam menção à ruptura com o passado colonial, apresentando a industrialização como o rompimento com a “imagem de atraso” econômico do país. No limite, tal perspectiva associava-se à pretensão de se instalar em Minas Gerais a grande indústria siderúrgica, como forma de aproveitamento dos recursos naturais do estado, tornando sua região central o pólo articulador das diferentes regiões do mosaico mineiro.

Otávio Soares Dulci, por seu turno, elucida que, durante a Primeira República, incentivada pela industrialização de substituição das importações, Minas Gerais buscou novos rumos para dinamizar a economia. Essa situação foi proporcionada pela crise de 1929, que trouxe para o Estado a necessidade de articulação entre as regiões para promover o desenvolvimento industrial. “Ou seja, a base para a reconstituição da economia seria a existência de um mercado efetivamente nacional, algo que não havia até então, estabelecendo-se uma divisão inter-regional do trabalho que traria importantes consequências para a produção mineira.”⁴⁴ Contudo, a principal dificuldade encontrada por Minas estava na diversidade dos estágios de desenvolvimento industrial e econômico de suas regiões.

A título de comparação com o Norte de Minas, temos a Zona da Mata, por exemplo, durante toda a segunda metade do século XIX até 1930, como a principal produtora de café em Minas Gerais. Dessa maneira, a cafeicultura matense estimulou o desenvolvimento dos setores urbano e industrial, e tornou a cidade de Juiz de Fora a principal receptora dos recursos gerados. Para o historiador Ricardo Zimbrão Affonso de Paula⁴⁵, “O capital acumulado e concentrado (...) estimulará, direta e indiretamente, o surto de industrialização local, entre as décadas de 1890 e 1930”.⁴⁶

O desenvolvimento industrial de Juiz de Fora se enquadrou no desenvolvimento ocorrido nas regiões em que a cafeicultura era a economia predominante. A expansão de rodovias e ferrovias, a melhoria dos meios de transporte e a utilização de mão de obra imigrante qualificada, solidificaram o processo de industrialização na cidade de Juiz de Fora nesse período, embora não tenha integrado as demais regiões mineiras nesse processo.

A perspectiva alimentada pelos industriais do centro do estado, da qual compartilhavam técnicos como os engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto, sinalizava noutra direção. Tratava-se de firmar o centro de Minas como núcleo dinâmico da economia

⁴⁴ DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais...* Op.Cit. p.60.

⁴⁵ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria Em Minas Gerais: origem e desenvolvimento*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2010. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF>. Acesso em: 16 de março. 2010.

⁴⁶ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria Em Minas Gerais...* Op.Cit. p.5.

mineira, interligando-o à diferentes regiões do estado. Desta forma, colocava em destaque problemas como as dificuldades de energia e de transporte, de menor relevância para a Mata Mineira.

Paradoxalmente, nas regiões do interior do país, até 1950, era corriqueira a ausência de energia elétrica, e também havia a carência de meios de transporte que pudessem concretizar o escoamento e as trocas comerciais. Uma estrada pavimentada que ligasse Montes Claros até a capital do Estado só se efetivou em 1972. Somente em 1944 é que a cidade foi atrelada a Central Hidro-Elétrica de Santa Marta, situada no município de Grão Mogol, com capacidade insuficiente para atender em escala industrial. Em 1965, o problema foi sanado com o fornecimento de energia pela Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais/CEMIG, que passou ser a responsável pela energia local. Consequentemente, a implantação de indústrias na cidade, na época, era, no mínimo, inviável.

Dulci enfatiza que a ‘recuperação econômica como projeto integrativo’ ganhou contorno durante a administração do governador Milton Campos (1947-1951), que lançou o *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção*. Desde os anos trinta estava em pauta a necessidade de modernização regional através de projetos econômicos e sociais que atingissem os setores da indústria e da agricultura, ou seja, o desenvolvimento equilibrando e integrando a cidade e o campo.⁴⁷ Esse tipo de desenvolvimento era visto com bons olhos pela elite agropecuária sertaneja, haja vista que não atrapalharia a sua tradicional economia e poderia fomentar novos investimentos em outros setores, como o industrial.

Nesse sentido, a prioridade do plano de recuperação constava na aplicação de recursos para os setores de transporte e indústria. Para Laurindo Mékie Pereira⁴⁸, as alterações de infra-estrutura previstas pelo referido plano, para a área do Norte de Minas, era a construção de uma Central Hidroelétrica e a criação de uma rede de frigoríficos na capital mineira, em Montes Claros, em Governador Valadares, em Ibiá e no Triângulo Mineiro. Por isso, o governo de Milton Campos, da UDN, foi recebido com confiança em Montes Claros, principalmente, conforme destacamos, devido à ideia de integrar o campo e a cidade como meta de desenvolvimento econômico. O alcance do Plano, contudo, foi limitado. Para seu custeio foi criada a Taxa de Serviço de Recuperação Econômica, que demorou a ser aprovada na Assembléia Legislativa, não se assegurando, pois, recursos suficientes para sua efetivação no governo Milton Campos. Neste sentido, a principal contribuição do governo de Milton

⁴⁷ DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação... Op.Cit.* p.81.

⁴⁸ PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: UNIMONTES, 2002. p.22.

Campos foi a realização de um estudo que diagnosticou e mapeou os principais obstáculos a industrialização, de acordo com cada região de Minas.

O governo de Juscelino Kubitschek, 1951-1955, orientou o desenvolvimento mineiro a partir de investimentos em dois pontos expressivos: energia e transporte. O slogan: “Binômio Energia e Transporte”, representava, na fixação de prioridades uma diferença marcante em relação ao governo de Milton Campos, mas foi abandonada a perspectiva de um desenvolvimento articulado entre agricultura e indústria apresentada no *Plano de Recuperação* do governo anterior. Nesta medida, ações como as previstas no governo Milton Campos, no sentido da extensão rural e da montagem de uma rede de frigoríficos em diferentes regiões para que operassem como fornecedores do centro de Minas, dinamizado pela siderurgia, perderam fôlego. O destaque foram as ações da CEMIG e do DER, bem como a instalação de grandes empresas no centro de Minas, como a Mannesman, em 1953, e a Usiminas, criada ao final de seu governo. Desta forma, Pereira explica que:

A eleição e gestão do governador JK, na primeira metade dos anos 50, foi para Montes Claros a esperança e a frustração. As elites uniram-se em torno do ‘filho de nossa terra’ (embora JK tenha nascido em Diamantina, cidade do Vale do Jequitinhonha, a imprensa e as lideranças políticas de Montes Claros sempre o trataram como ‘norte- mineiro’)⁴⁹

Para o autor, a esperança se deve a nomeação para Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de um político natural da cidade: José Esteves Rodrigues. No entanto, a frustração veio, justamente, na ausência de investimentos em energia. A cidade ficou assolada por vários racionamentos, e se viu impedida de ampliar tanto o comércio quanto a criação de indústrias. Pereira expõe que esses problemas foram temáticas recorrentes nas edições do jornal ‘Gazeta do Norte’, durante os anos de 1951 a 1955. Várias matérias foram dedicadas a expressar a ansiedade e a pressão que as lideranças políticas locais e o próprio povo fizeram pelos benefícios prometidos por JK: “pressionado, Juscelino Kubitschek visitou Montes Claros no início do mês de julho [1953] e prometeu enviar o conjunto diesel e resolver outros problemas, como colocar novamente em funcionamento o aeroporto (...), construir estradas e instalar mais escolas (...)”⁵⁰.

Em seu livro de memórias, o jornalista Oswaldo Antunes⁵¹ menciona que, em abril de 1955, foi o momento em que a região do Norte de Minas estava assolada por uma das piores secas da sua história. Antunes explica que, casas, comércios e a própria indústria de tecidos

⁴⁹ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.40.

⁵⁰ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.* p.43.

⁵¹ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias.* Montes Claros: O lutador, 2007. p.289.

pararam por não ter energia elétrica suficiente para atender a demanda. O motivo era o fato de que a energia produzida pela hidrelétrica de Santa Marta se tornou escassa diante do crescente aumento do consumo. Como prova desse descontentamento, o ‘Jornal de Montes Claros’, no qual Antunes era proprietário, publicou um telegrama enviado pelo Bispo da cidade, Luiz Victor Sartori, ao governador, clamando por solução diante da grave situação. Destacamos, a seguir, parte significativa do telegrama que chegou às mãos do governador:

Revolta ante a situação de Montes Claros

Indeclinável dever de levar ao conhecimento de V. Exa. O grande justificado descontentamento reinante na população desta cidade, revoltada e cansada de esperar inutilmente sejam resolvidos, por parte dos poderes públicos, os problemas fundamentais que afetam a vida e a economia da cidade (...). Sem luz e energia, sem água, sem planta cadastral, mercado e matadouro público em estado vergonhoso, prédios públicos, Coletoria Estadual, Foro, Cadeia, Grupos Escolares, todos em estado miserável; calçamento das ruas apenas começado e paralisado; telefone em estado precário, sem telefone interurbano, acrescentando a esta tremenda situação a seca impiedosa que vem dizimando o gado e a lavoura (...)⁵²

Pelo telegrama, percebemos não apenas o tom de indignação, mas também a situação precária na qual se encontrava Montes Claros, em meados da década de 1950. Posteriormente, alguns desses problemas foram solucionados, conforme vimos, com a integração de Montes Claros às operações da CEMIG, em 1965. A explicação para a demora nos investimentos envolvia questões políticas, o governador iria conceder melhorias para a região se fosse unificado o PSD local, porém, existia na cidade a linha liberal e a linha ortodoxa. Em 1954 as duas linhas se uniram e venceram as eleições do referente ano, contudo, a união não solucionou o impasse. E o governo JK fechou com saldo negativo para o Norte de Minas.

Porém, as elites política e econômica de Montes Claros não ficaram apenas nas reivindicações por melhorias na infra-estrutura local. Marcos Fábio Martins de Oliveira ressalta que as cidades com infra-estrutura apropriada atrairiam com maior facilidade investimentos de capital privado e, com isso, desfrutariam dos incentivos e isenções fiscais da SUDENE. Segundo M. de Oliveira, a SUDENE representou, de certa maneira, a última esperança para inserir a região nos ditames da industrialização. O objetivo da SUDENE, em consonância com às políticas estaduais de 1940 e 1950, era fomentar o crescimento integrativo entre cidade e campo. Portanto, a elite agropecuária passou a se movimentar diante da nova oportunidade econômica, ou seja, a industrialização.

⁵² ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op. Cit. p.181.

A necessidade de uma imagem positiva

Alguns episódios ocorridos em Montes Claros legaram para a cidade a imagem de uma terra de embaraços políticos, violenta e abarrotada de jagunços que solucionavam os impasses políticos dos seus coroneis pelo uso da força. O primeiro episódio é referente à Dualidade de Câmaras. Quando nas eleições de 1915, os dois grupos da cidade, o “Partido de Cima” e o “Partido de Baixo” julgaram-se vitoriosos nas eleições, sendo necessária intervenção estadual para resolver o impasse.

Pouco tempo depois ocorreu um tiroteio entre o grupo do coronel Camilo Prates, do “Partido de Baixo,” derrotado, em Montes Claros, nas eleições para Deputado Federal, e o grupo do coronel Honorato Alves, do “Partido de Cima”, no centro da cidade, em 1918. Esses dois episódios projetaram a cidade no cenário estadual. Mas, foi em 1930 que Montes Claros passou a ser conhecida nacionalmente. A “Aliança Liberal” comandada pelo Dr. João Alves, Presidente da Câmara, em 1930, apoiava Getúlio Vargas. Quando em 6 de fevereiro o Vice-Presidente da República, Melo Viana, da “Concentração Conservadora” chegava para visitar a cidade, foi recebido com tiros quando passou em frente a casa de Dr. João Alves. O fato resultou em vários feridos e na morte do secretário do vice-presidente, Dr. Rafael Fleury. Para o autor, esse fato confirmou a imagem de “terra de cangaceiros”.

Em vista disso, havia uma forte necessidade de romper com o estigma de cangaceiros e, deste modo, angariar as atenções em benefício da consolidação de investimentos. Conforme Pereira, é com esse objetivo que ocorre a “invenção” do centenário da cidade,

Até o ano de 1957, 03 de julho era uma data qualquer para os montesclarenses. Não há um registro sequer de comemorações neste dia como aniversário da cidade. A emancipação política de Montes Claros ocorreu em 13 de outubro de 1831, quando arraial foi elevado à categoria de Vila, com Câmara, agente executivo e instância judiciária. No dia 16 de outubro de 1832 foi instalada a Câmara Municipal. O título de cidade foi obtido em 03 de julho de 1857, o que, dentro do contexto do Império, não tinha nenhum efeito prático, tendo apenas um valor honorífico⁵³.

O autor faz menção ao historiador Eric Hobsbawm para explicar o conceito de tradição inventada. As tradições inventadas surgem com objetivo de introduzir valores e disseminá-los em prol de objetivos políticos ou sociais. Nesse sentido, o centenário de 1957 é fruto senão de uma tradição inventada, com intuito de socializar a ideia de uma cidade ordeira e de que o poder público, em débito para com o seu desenvolvimento, deve consagrar a cidade com investimentos.

⁵³ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor...* Op.Cit. p.48.

Em virtude das comemorações do centenário foi construído o Parque de Exposições João Alencar Athayde. A cidade passou então a contar com um local apropriado para realizar exposições agropecuárias, comercialização e leilões de animais. Os idealizadores foram João Alencar Athayde, Geraldo Athayde, Nozinho Figueiredo, dentre outros fazendeiros da região. A sua execução contou com o apoio do município, que concedeu isenção de impostos para compra do terreno, e do Estado, que enviou técnicos e engenheiros para a construção das edificações. Dessa maneira, a construção do Parque foi considerada a primeira vitória da festa do centenário.

A rotina da cidade foi alterada, iniciou-se uma corrida para ‘embelezar’ a cidade, as ruas do centro foram calçadas, os moradores pintaram as fachadas das casas, e os jardins e praças foram cuidados. Na lista de reivindicações que seria entregue as autoridades, durante a solenidade, constavam: a solução do problema de falta de água, a assistência técnica e os investimentos nas indústrias têxteis da cidade; a solução para a falta de energia, que impedia a instalação de novas indústrias e a ampliação do comércio. Enfim,

A invenção do Centenário de Montes Claros insere-se no contexto de entusiasmo característico do período e reflete a vitalidade da pecuária local, maior força econômica e o braço direito da Prefeitura Municipal na promoção da festa. Mas, além disso, foi uma estratégia cuidadosamente planejada para solidificar relações políticas de dependência e dominação, construir a imagem de uma cidade moderna, de um povo ordeiro e trabalhador e, por fim, atrair os tão reclamados investimentos do Estado e da União.⁵⁴

O 3 de julho teve a presença de JK, agora presidente da República, durante a inauguração do Parque de Exposições João Alencar Athayde. Seu discurso foi marcado por elogios ao homem sertanejo - “homem do Norte de Minas sinto-me constrangido em louvar e enaltecer as vossas virtudes⁵⁵” – bem como por novas promessas de investimentos quanto a infra-estrutura da cidade, que não chegaram a se concretizar durante a vigência do seu governo.

Todavia, o nosso objetivo foi destacar que elites locais já se organizavam e atuavam no intuito de aprimorar a infra-estrutura local antes da inserção do Norte de Minas na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE. Desse modo, consideramos primordial compreender o perfil dessa elite.

⁵⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor...* Op.Cit. p.49.

⁵⁵ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor...* Op.Cit. p.67.

2.3 Modernização Conservadora e a Polivalência das elites

“(...) Montes Claros e o Norte de Minas, apoiados na Agricultura e na Pecuária ingressam na era industrial”⁵⁶.

Segundo Otávio Soares Dulci⁵⁷, a composição e a função das elites tende a variar conforme as alterações no contexto político, econômico ou ideológico no qual esse segmento está inserido. Se uma elite tem a postura rígida, não propensa a mudanças ou alterações em suas estruturas, ela tende a perecer. Por outro lado, Dulci destaca que: “a abertura da elite a novas realidades permite que a mudança seja bem menos traumática e ocorra de modo adaptativo.”⁵⁸ A forma como o setor agropecuário não apenas se adequou as novas possibilidades impetradas pela economia, como também buscou mecanismos para participar desse processo, é para nós o ‘modo adaptativo’.

Mas, se para Dulci, no processo de ‘adaptação’ ocorre uma troca paulatina da composição das elites, identificamos que, em Montes Claros, isso não aconteceu. A elite agropecuária ao incorporar novos interesses, não sofreu alteração na sua composição sócio-econômica. Todavia, em sua atuação política, além da ocupação de cargos na prefeitura, também criou associações para alcançar os seus objetivos.

Em 1944 foi criada a Associação Rural de Montes Claros, com o propósito de instituir representantes em prol do crescimento econômico da elite agropecuária regional. Para alcançar esse objetivo, esse setor acreditava que era preciso promover o melhoramento da economia norte-mineira a partir do “incentivo para o melhoramento genético do rebanho bovino e equino, bem como da participação, discussão e reivindicação em busca de conquista e defesa dos interesses da classe e da comunidade”⁵⁹.

Hermes Augusto de Paula⁶⁰ faz menção sobre algumas tentativas de criação da Associação Comercial de Montes Claros/ACMC, desde o ano de 1905. Contudo, além de não vingar, a ACOMC retornou sem grande atuação em outros anos, como em 1920 e 1939. Somente em 1950 é que ACOMC voltou a existir como instituição importante para o comércio da cidade.

⁵⁶ FERREIRA, Luís de Paula. O sonho acabou? *Montes Claros.com*, Montes Claros, jun. 2007. Disponível em: <<http://montesclaros.com/mural/default.asp?top=24346>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

⁵⁷ DULCI, Otávio Soares. As Elites Políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004. p.237-247.

⁵⁸ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros... Op.Cit.* p.238.

⁵⁹ SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Disponível em: <<http://www.sociedaderural.com.br/paginas.php?pag=92>>. Acesso em 25 maio 2010.

⁶⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros... Op.Cit.* p.239.

Neste sentido, com a criação da Associação Industrial de Montes Claros, em 1949, esta passou a atuar congregada com a Associação Comercial existente na cidade. Esse fator é explicado devido a atuação dos mesmos membros em ambas as instituições. Eram membros da elite agropecuária, com atuação profissional também na área do comércio, eram médicos e advogados que estavam ingressando no ramo industrial. De acordo com Pereira, essa variedade de profissões revela a “polivalência” exercida pelos membros dessas instituições. Além disso, muitos ocupavam ou já haviam ocupado algum cargo público no intuito de impetrar, de maneira mais efetiva, as suas reivindicações,

A polivalência das lideranças pode ser ilustrada em alguns casos específicos. Geraldo Athayde, primeiro presidente da Sociedade Rural, advogado e fazendeiro, foi também deputado estadual (1946-1950) e prefeito de Montes Claros (1957-1958). (...) Plínio Ribeiro dos Santos, médico, professor, fazendeiro e industrial foi o primeiro presidente da ACI, sendo também, deputado federal pelo PSD (1955-1959)

(...)

O caso mais interessante de polivalência é o de José Côrrea Machado. Natural de Montes Claros, fazendeiro, formado em engenharia e arquitetura, José Corrêa Machado foi diretor de grandes empresas privadas com a Pavisan (construção civil), TV Montes Claros e Fundação Educacional de Montes Claros. Foi secretário municipal em Montes Claros na gestão de Antônio Lafetá Rebello na década de 1970 (...). Além disso, Machado foi presidente da ACI (1977-1980) e presidente da Sociedade Rural de Montes Claros (1985-1986)⁶¹

Ignacio Godinho Delgado confere grande destaque à atuação das entidades empresariais que, desde a década de 1930 e, especialmente a partir da década de 1940, em reuniões e congressos, buscavam afirmar seus interesses na agenda do poder público. Nesses momentos acontecia:

(...) a afirmação do empresariado industrial como uma força social capaz de articular-se nacionalmente enquanto classe, com indicações sobre a ordem política adequada à superação do “atraso” da sociedade brasileira, tarefa que teria na consolidação da estrutura industrial do país o seu elemento fundamental.⁶²

Com o discurso de suplantar o atraso através da indústria, como condutora do desenvolvimento, esse modelo procurou definir a participação do Estado e do capital estrangeiro. Os setores em que a burguesia industrial considerasse que não era sua função, mas sim papel do setor público, seria onde o Estado deveria atuar. Em relação ao capital externo, as suas operações não deveriam intervir nos lucros e nos investimentos das empresas

⁶¹ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital...* Op.Cit. p.40 e 41.

⁶² DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de um revés...* Op.Cit. p.75.

privadas brasileiras. Nesse sentido, o Estado teria o papel fundamental de coordenar a atuação entre os investimentos externos e os investimentos nacionais.

Se o concurso do capital estrangeiro e o do Estado era não só admitido, como também demandado, pelas elites industriais brasileiras, mais ainda o era naquelas regiões economicamente menos dinâmicas. Em boa medida, trata-se da reivindicação do que Otávio Dulci denominou como: “*desenvolvimento politicamente orientado*”, distinto daquele que deriva do dinamismo exclusivo do mercado, como, em certa medida, é o que aparece em São Paulo e, em Minas Gerais, na Zona da Mata, até 1930. Para os industriais do centro de Minas, o grande momento de afirmação foi na década de 1940, com a criação, ainda pelo setor privado, da Elquisa e da Acesita. No entanto, somente após o emprego do capital estrangeiro e da atuação do Estado é que esse projeto se consolidou.

Sua ação passou a ser, principalmente, a de tentar defender o estado como centro siderúrgico, com o fito de atrair e polarizar outras atividades industriais. O fracasso dos dois maiores projetos privado dos anos 40 conduziria as entidades empresariais a uma aceitação ainda maior da presença do Estado (...). Em Minas Gerais, o peso do capital estatal, estrangeiro, e de empresas com sede em outros estados, confinou o empresariado mineiro a ramos de pouca expressão econômica. A vitória da perspectiva que alimentava colocou-o pois, como fração regional e dispersa da burguesia brasileira. É o custo de seu projeto. A estratégia de um revés⁶³.

Utilizando das análises de Delgado, Pereira⁶⁴ expõe que a industrialização mineira, ocorrida nas décadas seguintes, revelou que a participação do Estado e do capital estrangeiro foi primordial, senão a única alternativa para sua concretização. Assim como Pereira, ressaltamos que embora seja essencial a compreensão do ‘revés’, é primordial sublinhar o interesse e o atuante envolvimento das elites, em nosso caso, da elite agropecuária, na condução do processo de industrialização de Montes Claros. Ressalvamos que o caso da região setentrional não se deu de maneira isolada no contexto mineiro. Como a região foi precariamente beneficiada pelos programas de desenvolvimento econômico dos governos do Estado, realizados nas décadas de 1940 e 1950, o anseio pelos recursos da SUDENE, conforme já destacamos, foi à derradeira opção para a inserção da cidade no cenário da industrialização.

O apelo, ora ao governo estadual, ora à SUDENE, reforça a perspectiva da busca de um desenvolvimento politicamente orientado. De fato, o baixo dinamismo da economia de Montes Claros acentuava a polivalência da elite econômica da região, dada a reduzida

⁶³ DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés... Op.Cit.* p.75.

⁶⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital... Op.Cit.* p.24-25.

diferenciação horizontal e vertical das atividades econômicas. Neste sentido, Montes Claros reeditava um fenômeno comum a Minas Gerais. Estado em que, dado o revés de iniciativas pioneiras, como as indicadas acima, ganhou destaque, sem que a atividade econômica originária dos membros da elite estabelecesse clivagens importantes dentro dela, o apelo ao Estado para a promoção do desenvolvimento. Todavia, no caso de Montes Claros, o peso das elites agrárias evidencia-se na mera observação dos projetos aprovados pela SUDENE, em que, grande parte, vinculava-se ao beneficiamento de matérias primas que já faziam parte do cenário econômico local. Os estabelecimentos Frigonorte (gado de corte), Cortinorte (couros e peles) e Passonorte (calçados masculinos), cujos donos: Antônio Augusto Ataíde (fazendeiro, presidente da Sociedade Agropecuária de Montes Claros, durante os anos de 1962, 1963, 1967 e de 1968) e Roberto Teixeira Campos (economista e empresário) exemplificam a hegemonia do setor agropecuário.

Pereira destaca que o Frigonorte foi o primeiro empreendimento concretizado a partir dos recursos da SUDENE. O interesse na sua instalação já era esboçado desde o governo de Milton Campos (1947-1950),

A história do FRIGONORTE sintetiza parte do processo histórico que está em curso na região: foi um empreendimento das elites locais-regionais que, explorando o seu principal setor de atuação, a pecuária, serviram-se dos incentivos fiscais da SUDENE, e dos recursos do Estado de Minas Gerais. (...) Todavia, o frigorífico revela a presença ativa dos grupos dirigentes regionais no processo de modernização.⁶⁵

Ao também analisar esse contexto, Evelina Antunes F. de Oliveira conclui que a elite agropecuária local foi a que norteou o desenvolvimento industrial de Montes Claros. Para o Norte de Minas, o número de projetos agropecuários aprovados nas décadas de 1960 e 1970 foi importante para a elite local. Talvez, a principal dificuldade viria no decorrer da nova rotina administrativa que o ramo industrial exige. Era necessário se adequar a essa nova realidade. Para a autora, a falta de experiência e a dificuldade em se adequar ao novo setor foram os fatores principais que levaram à falência de várias empresas instaladas na região na década de 1980. Na tabela seguinte, podemos observar que dos vinte e dois projetos aprovados, dez possuíam matéria prima proveniente da agropecuária.

⁶⁵ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital... Op. Cit.* p.54.

Tabela 2 Projetos Aprovados pela SUDENE em Montes Claros 1964-1977

Ano da aprovação	Empresa	Linha de produção	Diretoria/Grupo Líder
1964	Frigonorte	Gado corte/Matadouro	Antônio Augusto Ataíde
1966	Matsulfur	Minerais ã metálico	Alberto Luiz Gonçalves Soares
1967	Cortnorte	Couros e peles	Roberto Teixeira Campos
1968	Sion	Óculos e microscópios	Décio Corrêa Machado / R.T.Campos
	Cedromi/Glyoenor	Sabão, glicerina	R. T. Campos/Domingos Bicalho
1969	Coteminas	Fiação e tecelagem	Luiz de Paula Ferreira
	Faz Lapa Grande	Bovino de corte	Banco Mercantil
	Somai Nordeste	Avicultura	Antônio Carlos Ferreira e outros
1970	Metais Norte M.	Parafusos	Rui José Viana Lage
	Zacatex Agropec	Pecuária bovina	Panayotis Jean Skiadas
	Denver S A	Eletrodos	Geraldo Denver Colentano
1971	Hotel M. Rey S.A	Turismo	Wilson J. Cunha / SICAL
	Interplastil	Macarrão, fubá	Domingos Costa
	Fujinor S.A.	Material elétrico	M. Claros partic. e Empreed. Ltda
1972	Brasmel	Balas e caramelos	Roberto Gonçalves
1973	TELEMIG	Telecomunicações	Governo de Minas
	BIOBRÁS	Proteínas, enzimas	Guilherme Emerich/ Marcos M.
	Meca	Material transportador	Sérgio V. Araújo/Banco Mercantil
1974 (*)	Fiação St. Helena	Têxtil	César Gonçalves de Souza
	Passonorte	Calçados masculinos	Antônio Augusto Ataíde
1976	Itasa	Leite em pó, manteiga	Milton Afonso de Carvalho
1977(*)	PETROGARD	Implementos Agrícolas	Geraldo Novais

Fonte: Adaptado: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. *Nova cidade, Velha política: Poder Local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000, p.84.

Marcos Fábio M. de Oliveira afirma que, apesar dos problemas infra-estruturais como a falta de energia, solucionada com a vinculação da cidade à CEMIG, em 1965, e a escassez de água potável, solucionada com a construção da barragem ‘Rebentão dos Ferros’, em 1961, Montes Claros teve destaque no recebimento de recursos. Isso se deve, principalmente, à sua localização geográfica e à sua posição de centro regional. Porque, “além do comércio, esta localidade dispunha também de alguma atividade agrícola, que foi expandida em função da abertura de novos mercados, e de uma forte atividade pecuária bovina, base de sua economia.”⁶⁶

É importante ressaltar que os recursos da SUDENE também ingressaram no setor da agropecuária. Primeiro, com objetivo de aprimorar as técnicas de produção agrícola e de

⁶⁶ OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas... Op.Cit.* p.204.

criação de gado. Posteriormente, “integrando-se a ordem capitalista mundial, a industrialização da agropecuária cria complexos agro-industriais que dirigem os interesses do setor”.⁶⁷ Entretanto, Evelina Antunes F. de Oliveira conclui que a modernização conservadora teve facetas negativas: em primeiro lugar, foi mantida a concentração fundiária na região, na medida em que foram mantidos também os interesses oligárquicos e agropecuários.

Em contrapartida, sendo a cidade considerada historicamente como núcleo urbano e, após o advento da SUDENE, como pólo regional, teve que arcar com o ônus da posição. A procura por novas oportunidades de trabalho no recém criado pólo industrial trouxe consigo o êxodo rural, a falta de mão de obra qualificada, o aumento da pobreza e da violência.

Não obstante o predomínio dos interesses ligados à agricultura, a polivalência da elite de Montes Claros é algo significativo. Pereira⁶⁸ ressalta que, embora houvesse entre os membros diferenças políticas, partidárias ou de atuação econômica, essa diversidade não afetou a arregimentação de novos membros e nem o funcionamento dessas associações. Para apurar, em certa medida, tal polivalência, indicamos abaixo o perfil dos ocupantes da Prefeitura Municipal. Na tabela 02 indicamos a atividade profissional exercida adjacente à ocupação do cargo de prefeito. Observamos que, das cinco eleições realizadas entre os anos de 1962 e 1976, todos os prefeitos foram proprietários de fazendas na cidade, sendo que três também atuaram como médicos influentes e conhecidos na região. A ‘polivalência’, ilustra que a ocupação de cargos públicos, paralelamente a formação e atuação profissional, surgia com o intuito de assegurar que os interesses econômicos continuassem aliados aos interesses políticos.

Tabela 3 Administração Municipal por eleição 1962-1976

Eleição	Prefeito	Partido	Atividade Profissional
1959	Simeão Ribeiro Pires	PR	Fazendeiro/Engenheiro
1962	Pedro Santos	PL	Médico / Fazendeiro
1966	Antônio Lafetá Rebello	ARENA	Fazendeiro
1970	Pedro Santos	ARENA II	Médico / Fazendeiro
1972	Moacir Lopes	ARENA	Médico / Fazendeiro
1976	Antônio Lafetá Rebello	ARENAI	Fazendeiro/ Conselho ACI, 1957, 1962.

Fonte: Adaptado: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.172-174. Dados compilados pela autora do Projeto SUDENE, 1971. Fundação João Pinheiro, MG. Publicação Sudemoc. Biblioteca Fundação João Pinheiro. TER-MG, Seção de Estatística.

Em se tratando da Câmara de Vereadores do município, esse perfil alterou muito pouco. Selecionamos para a composição da tabela 03, os três vereadores com maior percentual de votos durante as cinco eleições ocorridas entre os anos de 1962 e 1976. A maioria dos

⁶⁷ OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.104.

⁶⁸ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital...* Op.Cit. p.242.

vereadores eleitos eram fazendeiros. Mas, temos na relação dois comerciantes, um médico, um radialista, um advogado e um industrial.

Tabela 4 Vereadores por partido e por atividade profissional (1962-1976)

Eleição	Vereadores mais votados	Nº de votos	Partido	Atividade Profissional
1962	José Linhares F. Machado	717	UDN	Comerciante
	Simeão Ribeiro Pires	668	PR	Engenheiro / Fazendeiro
	Geraldo Athayde	631	PSD	Advogado / Fazendeiro
1966	José Sidney F. Chaves	764	ARENA	Advogado / Fazendeiro
	Aroldo Costa Tourinho	727	MDB	Médico
	Nivaldo Maciel Araújo	707	ARENA	Radialista
1970	José Linhares F. Machado	1.090	ARENAII	Comerciante
	Simeão Ribeiro Pires	1.044	ARENAII	Engenheiro / Fazendeiro
	Domingos Hamilton S. Lopes	836	ARENAI	Advogado / Fazendeiro
1972	Afrânio Nogueira Lages	1.804	ARENA	Advogado / Industrial
	Humberto Plínio Ribeiro	1.170	ARENA	Médico / Fazendeiro
	Aristóteles Ruas	1.272	ARENA	Comerciante
1976	Luíz Tadeu Leite	3.051	MDB	Advogado
	Juarez Antunes dos Santos	1.480	ARENA	Industrial
	Domingos Hamilton S. Lopes	1.325	ARENA	Advogado Fazendeiro

Fonte: Adaptado: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.172. Dados compilados pela autora do Projeto SUDENE, 1971. Fundação João Pinheiro, MG. Publicação Sudemoc. Biblioteca Fundação João Pinheiro. TER-MG, Seção de Estatística.

Evelina E. A. de Oliveira faz referência a Maria do Carmo Campello e Souza para também explicar o sistema partidário brasileiro do período de 1950 até o começo da década de 1980.⁶⁹ Embora, teoricamente, estejam munidos da responsabilidade de lutar pelos interesses da sociedade civil, o cargo político, através do clientelismo, e de acordo com as circunstâncias, serve, na prática, como um canal para favorecer as instâncias dos setores dominantes como, por exemplo: o agrário, o industrial, ou a ambos. Para Evelina E. A. de Oliveira o sistema partidário de Montes Claros é um forte exemplo desse aspecto.

Até a década de 1950 os partidos dominantes na cidade eram o PR e o PSD, já na década seguinte o que ocorre é a vitória de alguns membros da UDN e do PTB no pleito eleitoral de 1962. Esse aspecto é explicado pela expansão da UDN na cidade. Além do mais, se a UDN, em âmbito estadual, era composta por membros ligados aos setores industriais e empresariais, esse aspecto, naturalmente, se refletiu nas posteriores eleições em Montes Claros. Este fator também confirma a ideia de que a elite política local tendia a estabelecer

⁶⁹CAMPHELLO, Maria do Carmo de Souza. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981. Apud OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha Política...* Op.Cit. p.57.

compromissos com alguma facção do poder estadual, “(...) o que no nosso caso pode significar barganha política em função da industrialização que se instalava⁷⁰”.

Tabela 5 Percentual partidário para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal(*) de Montes Claros (1962-1978)

Partido	Eleições									
	1962		1966		1970		1972		1978	
	AL(**)	CF(**)	AL	CF	AL	CF	AL	CF	AL	CF
MDB			22,4	20,7	3,7	14,2	34,2	31,7	28,3	27,9
ARENA			77,6	79,2	96,3	85,8	65,8	68,3	71,7	72,1

Dados compilados por: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política... Op.Cit.* p.133. A autora utilizou dos dados obtidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais/TER, Diretoria de Estatística.

(*) Percentual em relação ao total de votos partidários. O critério de seleção dos partidos foi a obtenção de mais de 5% do total de votos válidos. Não foi incluído na compilação os votos de legenda.

(**) A sigla AL refere-se a Assembléia Legislativa, a sigla CF refere-se a Câmara Federal.

Não obstante, após o golpe de 1964, as eleições de 1962 e de 1966 sofreram algumas modificações. A extinção dos partidos políticos através do Ato Institucional nº2 provocou uma ruptura no sistema partidário brasileiro. Foi instituído um arranjo pelo qual se formou o bipartidarismo, em que os partidos políticos tiveram que se reorganizar nas duas únicas legendas permitidas: o Movimento Democrático Brasileiro/MDB, oposição consentida ao poder federal, e a Aliança Renovadora Nacional/ARENA como partido da situação do governo militar.

Em Minas Gerais, o MDB se constituiu a partir da união entre PTB e PSD, com algumas adesões de elementos da UDN e de partidos de esquerda. Entretanto, em Montes Claros, como já podemos identificar pelas tabelas anteriores, o MDB obteve escassos representantes a partir de meados da década de 1960. Para compreendermos esse aspecto, apontamos na tabela a seguir o percentual de ocupação partidária da cidade entre os anos de 1962 a 1978.

Através da compilação dos dados acima podemos identificar que a partir das eleições de 1966 ocorreu o predomínio da Aliança Renovadora Nacional/ARENA, também produto do bipartidarismo insuflado pelo AI-2. Para Evelina A. de Oliveira, em âmbito estadual, a composição da ARENA abarcava o PR, o PSD e a UDN, todos aglutinadores dos interesses dos setores dominantes da economia mineira. Em Montes Claros, esse rearranjo também se repete, mas, com uma ressalva. Apesar do MDB ter eleito alguns representantes, estes não

⁷⁰ Nesse caso, podemos destacar a vitória do comerciante José Linhares Frota Machado, da UDN como o vereador com maior percentual de votos nas eleições de 1962. OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha Política... Op.Cit.* p.132.

foram o suficiente para romper com a superioridade da ARENA, haja vista o contexto econômico no qual a cidade vivenciava:

Percebe-se que a industrialização, como parte do projeto político das classes dominantes local e estadual, aliada à redução das opções das siglas partidárias no período, contribuiu decisivamente para a concentração de poder e recursos políticos na ARENA, o que se desdobra em fortalecimento do poder dominante local, dando uma caráter de eficiência a esta dominação (industrialização) e facilitando sua penetração no conjunto da sociedade civil.⁷¹

A título de exemplo, a ARENA, como podemos identificar na tabela 04, ocupou 96,3% das cadeiras na Assembléia Legislativa nas eleições de 1970. Dentre os eleitos estavam os montesclarenses Moacir Lopes, Humberto Souto e Artur Fagundes. Já na Câmara Federal esse número continuou expressivo, dos eleitos, 85,8% pertencia a ARENA, e deste número constavam os empresários e industriais montesclarenses Luiz de Paula Ferreira e Edgar Pereira. De outro modo, o MDB elegeu apenas 3,7% para a Assembléia Legislativa e 14,2% para a Câmara Federal, o que confirma a inexpressividade desse partido, tanto em âmbito local quanto em âmbito estadual.

Sobre esse assunto, Evelina E. A. de Oliveira também analisa o perfil econômico dos membros da ARENA e do MDB norte mineiro. Os primeiros, ligados a nascente elite industrial e ao setor agropecuário tradicional da cidade e da região, enquanto o segundo elegia representantes do comércio, da classe média urbana e dos médios fazendeiros. No entanto, o que merece destaque é a atuação desses partidos na prática assistencialista. Para a autora, isso reflete o desejo em criar e manter ‘mecanismos legitimadores’⁷² para as ações e decisões políticas. Este é o caso da ARENA, que estimulou a criação de associações de bairros e de clubes de mães, além de fomentar a construção de poços tubulares. Estes atos, embora simples, proporcionaram ‘elementos de governabilidade’ que contribuíram para viabilizar a superioridade da ARENA, evidenciada na ocupação de cargos políticos na Câmara Municipal, na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa estadual e na Câmara Federal.

2.4 Os impactos sociais

Apesar de ser inegável as melhorias infra-estruturais e industriais alcançadas pela cidade, a partir da inclusão na Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS e na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, nas décadas de 1960 e 1970,

⁷¹OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha Política...* Op.Cit. p.135

⁷²OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha Política...* Op.Cit. p.137.

também é irrefutável o aumento das mazelas sociais. O crescimento da violência urbana e das favelas é apontado pelo pesquisador Marcos Leite Esdras⁷³ como o principal entrave econômico da cidade de Montes Claros. Após o aumento do número de instalações industriais a quantidade de imigrantes, advindos da própria zona rural e de outras cidades, vizinhas atingiu quase o dobro do total registrado de uma década para outra.

A esperança de melhorar a vida e de tentar a sorte no pólo regional norte mineiro esbarrou em muitas dificuldades. Os pesquisadores Simone Narciso Lessa e Luiz Andrei Pereira⁷⁴ explicam que a mobilidade social é a principal expectativa que o homem do campo possui para alcançar um futuro de prosperidade. Os pesquisadores, que utilizaram depoimentos de ex-moradores da zona rural, identificaram que o chamado tempo da ‘fartura’, onde as ações econômicas dos indivíduos eram pautadas por laços de solidariedade e por trocas sem obrigação financeira, foram os sentimentos que até então os mantinham na zona rural.

Porém, com o passar das décadas, as alterações na relação entre capital, mercado e trabalho, foi, paulatinamente, quebrada. A inserção do capitalismo nas zonas rurais ruiu com a união entre o homem e o campo, antes tranquila e recompensadora.

Paradoxalmente, apesar do investimento em infra-estrutura, o contingente populacional foi muito maior do que a capacidade de suportar o acelerado aumento demográfico. Na tabela 05 expomos, em números, o crescimento demográfico impulsionado pelo êxodo rural, em que revelamos a evolução, em porcentagem, do processo de urbanização de Montes Claros.

Na década de 1950 cerca de 41% da população de Montes Claros residia na zona rural e 59% no perímetro urbano. Duas décadas depois essa porcentagem é intensamente alterada, 73% da população passou a residir no espaço urbano da cidade. Cabe ressaltar que, além de não oferecer infra-estrutura para atender a esse rápido crescimento, a cidade não contava com execução de nenhum projeto de organização dos traçados de ruas e de bairros. O Resultado foi a ocupação desordenada em regiões sem qualquer infra-estrutura.

⁷³ ESDRAS, Marcos Leite. *Imigração e o Caos Urbano em Montes Claros*. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA – Perspectivas para o Cerrado no século XXI, 2, 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1CD-ROM, 2003. v. 1.

⁷⁴ PEREIRA, Luís Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. Políticas de desenvolvimento: um estudo comparado entre as matrizes de transportes terrestres no Norte de Minas Gerais. *Caminhos de geografia - revista on line*, Uberlândia, v.1, n.31. p.184-194, ISSN 1678-634. 2009. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 20 de março de 2010.

Tabela 6 Crescimento Demográfico e Urbanização de Montes Claros – 1950 a 1970

Década	População	Urbanização (%)
1950	52.357	41% vivem na zona rural
1960	105.982	40,66% vivem na zona urbana
1970	116.486	73,11 % vivem na zona urbana

Fonte: FERREIRA, Waldo. Desenvolvimento para poucos. *Revista Tempo*: Montes Claros sesquicentenária. Montes Claros, Ano 5, julho de 2007. p.120-121.

Percebemos, em números, o que socialmente aconteceu. Waldo Ferreira⁷⁵ explica que o crescimento econômico alcançado pela cidade, através dos incentivos e dos investimentos feitos pela SUDENE, não implicou em melhorias sociais para a população, a começar pelo desemprego. Como era necessária mão de obra qualificada para atender a demanda das indústrias, os moradores da zona rural, desprovidos de qualquer formação, não tiveram função no mercado de trabalho formal. O aumento desordenado da população, residindo na área urbana, aliada a falta de planejamento, acarretou na ausência de habitação, desemprego e, conseqüentemente, esses imigrantes acabaram por se concentrar na periferia da cidade formando favelas.

Do mesmo modo, Vilmar Faria⁷⁶ esclarece que esse fato não foi exclusivo da região setentrional. O desenvolvimento urbano ocorrido no Brasil, durante as décadas de 1950 e 1980, foi marcado por concentrações urbano-industriais em cidades que foram eixo de investimentos de indústrias. Montes Claros, como já destacamos, foi beneficiada e ‘vítima’ desse processo. Para Faria, esse aspecto é fruto do pouco dinamismo das indústrias na geração de empregos, ao passo que a mão de obra local também não era especializada para atuar nos novos ofícios da era industrial.

Para a formação de mão de obra qualificada, que atendesse as indústrias e as empresas que estavam sendo inauguradas, era necessária a existência de uma instituição que realizasse a formação profissional da mão de obra local. Desse modo, se evitaria a importação de profissionais de outros Estados ou mesmo de outros países. Nesse sentido, a partir da iniciativa de empresários vinculados a Associação Comercial de Montes Claros/ACI foi criada a Fundação Educacional de Montes Claros/FEMC, também conhecida como Escola Técnica. A FEMC teve papel primordial para a formação de profissionais de nível técnico que, durante a sua formação, já atuavam em várias empresas instaladas na cidade. Apesar da relevante atuação da FEMC, ressaltamos que o número de profissionais qualificados foi

⁷⁵ FERREIRA, Waldo. Desenvolvimento para poucos. *Revista Tempo*: Montes Claros sesquicentenária. Montes Claros, Ano 5, julho de 2007. p.120-121.

⁷⁶ FÁRIA, Vilmar. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.122-123.

pequeno, se comparado ao contingente populacional em constante crescimento. Nesse sentido, a formação técnica ficou restrita a uma pequena camada de jovens da cidade.

Destacamos na tabela 06, em termos quantitativos, o número de famílias que, na ausência de recursos e planejamento urbano, não tiveram alternativas a não ser se instalarem em terrenos da prefeitura municipal, formando favelas.

Selecionamos os terrenos da prefeitura, ocupados pelos imigrantes, para evidenciar o total descontrole dessas ocupações. Os residentes em favelas da cidade atingiram cerca de 4,2% da população urbana.

Importante destacar que esses terrenos não possuíam nenhum tipo de infra-estrutura, como saneamento básico e água encanada. Alguns deles são localizados próximos ao distrito industrial. Assim, a cidade, no final dos anos 1970, possuía, aproximadamente, 288 famílias habitando em condições inóspitas de vida.

Tabela 7 Favelas que surgiram pela ocupação ilegal de terrenos da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG na década de 1970

Favelas (Localização – Bairro)	Número de Famílias
Delfino	36
Major Prates	81
Morro do Frade	101
Jardim Eldorado	20
Tabajara	50
Valor total	288

A tabela compila informações referentes ao número de favelas que surgiram a partir da ocupação de terrenos de particulares, da prefeitura municipal e do Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais.

Fonte: Adaptado: ESDRAS, Marcos Leite. *Imigração e o Caos Urbano em Montes Claros... Op. Cit.*

Para Esdras, nas décadas de 1960 e 1970, o aumento dos problemas sociais, refletiu a modificação da dinâmica da economia da cidade. Antes desse período, havia o predomínio da população residindo na área rural. Depois da SUDENE, com a implantação de pequenas e grandes indústrias, esse perfil se rompeu. O setor secundário cresceu, e, por consequência o comércio também. Porém, não foram eliminados os latifúndios, as formas rudimentares de produção do setor agropecuário e do agrícola. Logo, Montes Claros, na década de 1970, se encontrava em uma dicotomia: “a Montes Claros agrária e a Montes Claros industrial urbana⁷⁷”.

Os problemas sociais advindos do ‘inchaço urbano’, e da falta de mecanismos que atendessem ao novo contingente populacional, também foram responsáveis pelo crescimento da violência na cidade. Diante do aumento contínuo da violência foi necessário aumentar o

⁷⁷ ESDRAS, Marcos Leite. *Op. Cit.*

policciamento na cidade. O jornalista João Figueiredo⁷⁸ esclarece que, até 1956, as ações da polícia militar eram realizadas por destacamentos advindos da cidade de Diamantina, do 3º Batalhão da Polícia Militar. Diante do crescente número de ocorrências na cidade, foi criado, em 1956, o 10º Batalhão de Infantaria, atualmente conhecido como 10º Batalhão da Polícia Militar. O destacamento ficou responsável pelo policiamento de Montes Claros e das demais cidades do Norte de Minas.

Waldo Ferreira⁷⁹ faz referência à pesquisa de Pereira⁸⁰ para explicar que o crescimento econômico da cidade, após a implantação do parque industrial, ficou restrito a uma minoria da população. Uma parcela dos projetos, por exemplo, que utilizava tecnologia de ponta e a mão de obra qualificada, veio de outros Estados. Mesmo os projetos que objetivavam oferecer assistência para modernizar o setor agropecuário, também ficaram, majoritariamente, restritos às grandes fazendas da região. O emprego de novas técnicas no campo expulsou os pequenos e médios proprietários que não tinham condições financeiras para participar desse processo. As obras de infra-estrutura como: asfaltamento de ruas, ampliação de redes de água e de esgoto, por exemplo, privilegiou as zonas centrais da cidade, em detrimento dos bairros e da periferia, em constante crescimento.

A consequência direta da modernização conservadora, modernização feita pelas elites e para as elites, foi à geração de um forte crescimento econômico nos setores da indústria e do comércio, e de uma grande contradição. Se lembrarmos o objetivo central tanto dos projetos da Área do Polígono das Secas quanto da SUDENE, na qual Montes Claros participou, veremos que a intenção principal era dinamizar a economia dos territórios atingidos pelas secas, para, enfim, elevar o padrão de vida da população. A SUDENE, ainda mencionava a intenção de dinamizar a economia dessas regiões dando assistência ao campo e a cidade, simultaneamente. Evitar-se-ia, assim, os transtornos do êxodo rural e haveria uma melhoria nas condições de vida da população, através do desenvolvimento integrado entre a cidade e o campo.

Entretanto, isso não ocorreu. “A razão disso é simples. O crescimento industrial independia da condição de vida da grande maioria da população.”⁸¹ Ao privilegiar investimentos dinamizando a economia da elite agropecuária a consequência foi, senão, o aumento e a diversificação das mazelas sociais. Não estamos aqui com a intenção de

⁷⁸ FIGUEIREDO, João. Presença dos militares ao longo dos 150 anos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Ano V, julho 2007. p.28-31.

⁷⁹ FERREIRA, Waldo. Desenvolvimento para poucos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Montes Claros. Ano v, julho de 2007. p.121.

⁸⁰ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor... Op.Cit.*

⁸¹ FERREIRA, Waldo. *Desenvolvimento para poucos... Op.Cit.* p.121-124.

referendar a idéia de que o desenvolvimento fomentou as desigualdades sociais. Não é esse o nosso objetivo, pois, também precisamos levar em consideração que a parca atuação do poder público em âmbito local e regional frente às questões sociais traz a difusão e permanência das mazelas sociais.

Esse é o cenário sócio-econômico da cidade de Montes Claros no momento em que estava ocorrendo a gestação do golpe militar de 1964, em âmbito estadual e em âmbito nacional. A par desse panorama iremos compreender o papel ocupado pela cidade no contexto político do período antecedente ao golpe e ao conseqüente Regime Militar.

Quando traçamos o intento de analisar a censura a imprensa escrita de Montes Claros, durante o contexto do Regime Militar, durante o recorte de nosso estudo, percebemos que seria primordial entender o contexto econômico e político no qual estava imersa a cidade neste período. Nele, identificamos a proeminência de uma mesma camada social na trajetória econômica da cidade: a elite agropecuária. A presença da oligarquia agropecuária no limiar econômico da cidade norteou a transição da capitalização, essencialmente agrária, para a sua inserção no cenário da industrialização. Essa ruptura seria o elemento condutor da cidade no circuito da modernização.

Além do predomínio agropecuário na economia, apontamos que esse aspecto também teve seus reflexos na política e na criação de instituições que pudessem organizar e representá-los no poder. A ocupação da Prefeitura, a criação da Associação Comercial, da Associação Industrial e da Associação Rural, na cidade de Montes Claros, são exímios exemplos da necessidade desse setor em inserir-se em cargos públicos para manter os seus interesses.

Dessa maneira, concluímos que o modelo de desenvolvimento executado, através dos incentivos e isenções fiscais da SUDENE, foi realizado pelas elites e para as elites. O resultado, como já expressamos, foi o crescimento das mazelas sociais na cidade.

O nosso posterior objetivo é compreender a atuação desses segmentos dominantes no processo de execução e apoio a realização do golpe de 1964. Através da análise da postura das oligarquias locais, poderemos identificar as justificativas para a prática de controle social, em nosso caso, através da censura à imprensa escrita local.

De outro modo, em virtude do aumento da criminalidade na cidade foi necessária a criação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, o 10º BPMC. O 10º BPMC foi

um dos regimentos solicitados pelo Exército brasileiro para marchar até a Brasília, capital federal, no intuito de dar suporte à execução do golpe de 64. Após o seu regresso, os membros do 10º BPMC cumpriram a função de vigiar a cidade, e de controlar as redações dos jornais impressos. Nesse sentido, iremos entender como esse contexto econômico e político influenciou no espaço de sociabilidade da imprensa através da prática da censura e da autocensura.

3 DOS SERTÕES DO NORTE DE MINAS... A CAMINHO DO GOLPE DE 1964

No capítulo anterior analisamos a trajetória econômica da cidade de Montes Claros com enfoque nas décadas de 1950 a 1970. O nosso segundo capítulo tem como objetivo a compreensão, sob o viés político, das etapas de planejamento e execução do golpe de 1964. Com esse intuito dividimos o capítulo em cinco seções.

Na primeira seção analisamos, ainda que ligeiramente, os acontecimentos internacionais, como a Guerra Fria, a Revolução Cubana, em 1959, e a expansão do anticomunismo, em especial após a bipolarização mundial. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, devido as suas relações internacionais, políticas, econômicas e a sua localização geográfica, o Brasil se definiu como um dos aliados dos Estados Unidos, na frente capitalista. Do outro lado, estava o socialismo, encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, visto como uma das principais ameaças à sociedade ocidental. Qualquer planejamento político que indicasse o pronto atendimento a soluções das questões sociais no Brasil era, portanto, visto como indício de políticas esquerdistas ou de cunho eminentemente socialista. Mesmo que resumidamente, julgamos necessário recapitular esses acontecimentos, pois, foram utilizados como justificativas para validar uma intervenção militar.

Apontamos que, no Brasil, o temor quanto as ideias socialistas ficou explícito diante da possibilidade de aprovação do projeto que previa as Reformas de Base, durante o mandato presidencial de João Goulart. Dentre as reformas, a que detinha maior aversão pela elite econômica e política brasileira era a reforma agrária. Conseqüentemente, iremos entender as razões pelas quais a cidade de Montes Claros, situada em uma região periférica do Estado de Minas Gerais, adotou uma postura favorável, não apenas a intervenção, mas, sobretudo, envolveu-se no planejamento e da execução do golpe de 1964.

Na segunda seção damos destaque aos pontos de sustentação e legitimidade do golpe de 1964. O primeiro deles, no plano teórico, eram os militares do Exército Brasileiro que, sob instrução da Escola Superior de Guerra/ESG, propagaram as ideias da Doutrina de Segurança Nacional-DSN. De acordo com essa teoria, proteger a nação das ideias socialistas ou comunistas significava garantir a segurança da nação.

Juntamente com a DSN foram criadas instituições que promoveram a articulação do golpe entre vários setores sociais: empresários nacionais, empresas multinacionais, militares, intelectuais, donas de casa, educadores e políticos. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática/IBAD, frutos dessa união, tiveram

papel fundamental em angariar aliados e planejar e executar o golpe que retiraria do poder o presidente João Goulart. Em nossa pesquisa, destacamos a participação do governador Magalhães Pinto, político respeitado em Montes Claros, e que subsidiou a participação da Polícia Militar mineira no golpe de 1964.

Pelo fato de Minas Gerais não possuir guarnições do Exército suficientes para realizar uma operação desse porte, e devido a distância geográfica das tropas dos outros Estados em relação a capital federal, foi importante a interação entre o Exército e a Polícia Militar. Analisamos na terceira seção como ocorreu o processo de interação entre essas corporações.

Na quarta seção, investigaremos a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, 10º BPMMC, a partir da adesão e apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto ao processo conspiratório. Entender a participação do 10ºBPMMC é fundamental para a nossa pesquisa, haja vista que, o retorno da guarnição após o êxito da operação marcou a introdução do aparato repressor aos jornais impressos da cidade. A censura foi realizada pelos membros da polícia militar montesclareense.

Não obstante, antes de aprofundarmos na análise do aparato repressor, consideramos necessário compreender o perfil dos impressos arrolados. Na quinta seção identificaremos o estilo de cada periódico e o método de atuação dos profissionais da imprensa local. Esse será o primeiro passo para entendermos como e por que era necessário reprimir os meios de comunicação impressos de Montes Claros.

Enfim, como já salientamos, temos o intuito de compreender como a participação da polícia militar no golpe de 1964 influenciou na implantação do aparato repressor aos impressos da cidade.

3.1 Os ecos da efervescência ideológica

(...) Jango estava desentocando demônios, cada um deles com força suficiente para abalar os alicerces de qualquer governo latino-americano.⁸²

Para a historiadora Maria Heloísa Murgel Starling, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela intensificação da participação social no cenário político brasileiro. Porém, antes de iniciarmos nossa análise a respeito dessa década, se faz necessário

⁸² STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.31.

compreender a procedência dos aspectos políticos, econômicos e sociais que fomentaram uma maior ingerência da população nesse período. Nessa acepção, como já apontado, vamos compreender, em primeiro lugar, para a compreensão do panorama internacional e, em vista desse, para a expansão do anticomunismo no Brasil. Em seguida, analisamos, brevemente, o Estado e a economia brasileira de 1930 a 1955; a conjuntura política no pós-45 e, por fim, a crise econômica de 1962-1964. Esses contextos fomentaram justificativas para a conspiração e a execução do golpe de 1964.

O Panorama Internacional

No cenário internacional a Revolução Cubana, ocorrida em janeiro de 1959, concretizou a possibilidade de mudanças realizadas através da participação direta da população. A plataforma da referida revolução previa a alfabetização em massa da população, reformas sociais, a nacionalização de bancos e empresas privadas. Diante da aplicabilidade dessas medidas, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba e estabeleceram, a partir de 1960, o embargo econômico contra o referido país.

O embargo econômico foi um reflexo da conjuntura estabelecida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, período conhecido como a Guerra Fria. De acordo com Eric Hobsbawm⁸³, esse contexto político é caracterizado por disputas e choques indiretos entre o mundo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o mundo socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Essa polarização refletiu, politicamente, através de uma luta ideológica liderada por ambas as nações. Um país que adotasse relações com a URSS ou demonstrasse afeição a ideias socialistas ou comunistas era visto como uma ameaça a hegemonia capitalista.

Ainda de acordo com Hobsbawm, a distinção da Guerra Fria em relação aos outros conflitos existentes é que, em termos racionais, não havia um conflito propriamente dito. A conduta das duas superpotências era de aceitação da distribuição das zonas de poder, definidas com o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, o que devemos destacar é a importância da atuação do governo norte americano para consolidar o domínio das suas áreas de influência. Através da disseminação do anticomunismo, o temor foi o método fundamental para convencer os países aliados a se protegerem de um virtual ataque ou invasão dos soviéticos. Como iremos analisar a seguir, o anticomunismo no Brasil foi utilizado pelos

⁸³ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.223-252.

articuladores do golpe de 1964 para justificar a necessidade de destituir do poder o presidente João Goulart.

Para Starling, o êxito da Revolução Cubana se mesclou a atmosfera política brasileira, que ainda emanava os traços do governo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, conforme iremos apresentar, bem como do incremento das mobilizações operárias e populares, inclusive entre os trabalhadores rurais, que vislumbravam construção de um país socialmente mais justo, sob o manto das idéias nacionalistas. A construção de Brasília, nova capital federal, e o slogan: ‘50 anos em 5’, solidificaram a imagem de uma nação do futuro. E essa atmosfera ensejou a participação popular, principalmente, através de comícios e manifestações nas artes e na música. Esse ambiente enfatizou o desejo por um país moderno, sem dependência exclusiva de capital estrangeiro no seu desenvolvimento.

Contudo, da mesma maneira que crescia o clamor popular, os setores de direita e as elites conservadoras da política e da economia ficavam cada vez mais alarmados. Em resposta ao temor socialista reacendeu-se a chama do fenômeno do anticomunismo.

O anticomunismo

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta⁸⁴ explica que o fenômeno do anticomunismo não se restringiu aos anos que antecederam ao golpe militar brasileiro. Pelo contrário, a sua atuação já era sentida no país entre a primeira e a segunda década do século XX. Nesse período, o temor em torno da difusão das ideias comunistas solidificou-se, afetando a postura política brasileira em relação aos países socialistas.

Após a Revolução Russa, em 1917, o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com a Rússia. A plataforma política bolchevique previa a eliminação das elites tradicionais, o que alarmava os setores conservadores da política nacional brasileira. Para Motta, foi nesse contexto que foram impressas no país diversas obras que divulgavam a necessidade de combater a ideologia comunista. Por outro lado, o comunismo também despertou interesse entre intelectuais brasileiros como: Caio Prado Junior e Maurício Medeiros, que redigiram obras que ressaltavam o comunismo russo. As obras desses autores exaltavam o fato de que a quimera da revolução comunista não era uma utopia, mas um projeto concretizado no solo russo.

⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora:UFJF, v.13, n. 2, 2007. p. 227-246,

O Presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, demonstrou interesse em tecer relações comerciais com a União Soviética. Para tal, utilizou como justificativa o fato de que os Estados Unidos, em 1933, reconheceram a legitimidade da conglomeração de nações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS. Porém, o Exército e a Igreja Católica atuaram, impetuosamente, para frear a continuidade da aproximação entre as nações. Essa pressão culminou na repressão à ANL, cuja tentativa de chegar ao poder em 1935 ficou conhecida, nos círculos conservadores como Intentona Comunista, em 1935. Esse movimento implicou numa forte repressão e censura àqueles que propagavam as ideias da referida ideologia. Além disso, através dos veículos de informação, foi intenso o uso de propagandas que alarmavam a necessidade de extirpar os focos comunistas. Os discursos dos textos divulgados nos meios de comunicação faziam menção à necessidade de proteger a nação e, principalmente a família, do que eles consideravam como o ‘perigo vermelho’:

Mas a URSS era perigosa não apenas por ser fonte para construção do imaginário comunista. Ela passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como potência agressora, Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil, devotados à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade). Ela representava doutrina revolucionária "exótica" e contrária aos valores brasileiros e, simultaneamente, potência estatal agressora.⁸⁵

Após a Segunda Guerra Mundial a postura anticomunista das elites brasileiras manifestam-se em dois episódios: a colocação na ilegalidade do PCB, que desde 1945 voltara a operar livremente, e o rompimento diplomático com a União Soviética, respectivamente em 1947 e 1948. Embora inseridas no clima geral da Guerra Fria, tais iniciativas foram definidas por motivações internas, associadas à forte presença do PCB entre os trabalhadores e intelectuais, à intensificação das mobilizações operárias, que ensejavam o recrudescimento da ideologia anticomunista.

No governo de Juscelino Kubitschek se acalorou o interesse em cultivar elos comerciais com o Leste Europeu. O objetivo principal era expandir as rotas comerciais e reduzir o elo de dependência econômica que o país conservava com os Estados Unidos. JK enviou uma missão a Moscou, em 1959, com o objetivo de criar e assinar acordos comerciais, porém não obteve profícuos resultados. Veremos, posteriormente, que os governos de Jânio Quadros e João Goulart foram marcados pelo retorno dos contatos diplomáticos com a URSS, fator que proporcionou respaldo aos setores conservadores para compactuarem com a perseguição aos comunistas, mesmo depois do golpe de 1964.

⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O perigo é vermelho e vem de fora...* Op.Cit. p.234.

O Panorama Nacional

De acordo com Sônia Regina de Mendonça⁸⁶, estudos cujo enfoque é o progresso econômico brasileiro, a partir da década de 1950, não podem deixar de levar em consideração as modificações ocorridas desde a década de 1930. Este período ficou marcado pela redefinição do papel do Estado na economia brasileira, e pela introdução de indústrias de bens de produção. Essas alterações surgiram em decorrência da crise de 1929, e pela ruptura com o modelo agrário-exportador cafeeiro, vigente até o final República Velha (1889-1930). Diante do desgaste econômico foram feitos vários investimentos e tentativas para elevar o preço do café no mercado internacional. No entanto, essa atitude somente onerou ainda mais o custo de vida da população brasileira, beneficiando apenas o grupo cafeeiro paulista. A autora afirma que a Revolução de 1930 é, senão, o reflexo do descontentamento de vários setores frente ao caráter excludente da política da República Velha:

De um modo geral, podemos afirmar que o golpe de outubro de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do centro do poder, ao mesmo tempo em que os demais setores sociais nele envolvidos e vitoriosos - as demais oligarquias agrárias não exportadoras e os segmentos de classe média civis e militares - não tiveram condições individualmente, de legitimar o novo Estado.⁸⁷

Muito embora não seja nosso objetivo analisar as interpretações historiográficas sobre o caráter da Revolução de 1930, ensejamos destacar que o Estado passou a ser o principal responsável por promover mudanças na economia brasileira. Estimulou a ampliação do aparelho estatal, a partir da criação de canais de expressão, tais como: conselhos técnicos, mecanismos de participação e de representação do comércio e da indústria assim como sindicatos de trabalhadores. Esses canais tornaram possível a ampliação de oportunidades para a interação de vários setores com diversos interesses no interior do aparelho burocrático do Estado.

Segundo Mendonça, o papel da burguesia industrial também foi alterado nesse ínterim. Num primeiro momento, ocorreu a ampliação de um discurso industrializante, segundo o qual era necessário que o Estado brasileiro criasse um projeto econômico que fomentasse a industrialização. Realizar a industrialização seria condição obrigatória para o fortalecimento da nação. Esse setor também promoveu a sua organização a partir de criação de instituições que pudessem representar os seus interesses como, por exemplo a criação do

⁸⁶MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁸⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia... Op.Cit.* p.16.

Centro Industrial de São Paulo, em 1928, convertido à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo após a implantação do sistema corporativo.

No entanto, o setor agroexportador ainda era o principal responsável pela geração de divisas, que seriam utilizadas no fomento à criação do parque industrial nacional. Nesse momento, o Estado teve que, ao mesmo tempo, auxiliar esse setor, pois dependia das suas divisas para fomentar a industrialização e, desestimulá-lo, para que não ocupasse papel de destaque na economia brasileira. Observamos que, apesar do fomento à industrialização, o Estado conservou, em certa medida, os interesses do setor agroexportador. Mendonça afirma que, apesar de contraditório, esse modelo de industrialização, definido como *Industrialização Restringida*, delineou a economia brasileira durante o período de 1930 a 1955.

Outras medidas foram tomadas pelo Estado na redefinição da economia brasileira. Podemos mencionar a intervenção na ampliação da fronteira agrícola para o abastecimento do mercado interno, tornando a agricultura ‘coadjuvante’ da industrialização. A alteração nas relações de trabalho também foi destaque nesse período. A criação da legislação sindical, do imposto sindical e a fixação do salário mínimo, na década de 1940, proporcionaram ao Estado um maior controle sobre a classe trabalhadora.⁸⁸

Outro destaque se dá na ampliação do discurso nacionalista que, para Mendonça, tinha a função de apaziguar as tensões existentes entre os vários setores da economia brasileira. A cidadania, por exemplo, era obtida através da integração ao mundo do trabalho, por meio da interação não conflituosa entre as classes. Neste caso, entre trabalhadores e empresários. Segundo a autora, a estabilidade do governo residia “(...) na oportunidade de acesso [dos trabalhadores] ao emprego urbano, à condição de consumidores e à participação eleitoral.”⁸⁹

Não obstante, a partir da década de 1950, esse modelo econômico começou a exaurir. As potências econômicas, americana e européias, estimularam a eliminação de toda forma de governo que tivesse como alicerce qualquer tipo de ideologia nacionalista. Esse aspecto faz menção aos fascismos europeus, extintos com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Apesar dessa justificativa, eram claros os interesses do mercado internacional em participar da economia dos países subdesenvolvidos⁹⁰.

⁸⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia...* Op. Cit. p.28-30.

⁸⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia...* Op. Cit. p.47.

⁹⁰ Importa destacar que neoliberalismo não se refere aqui, naturalmente, às formulações que ganham relevo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, no rastro das dificuldades enfrentadas pelos Estados de Bem Estar Social e pela intervenção estatal de matiz keynesiano, vigentes em praticamente todos os países capitalista desde a Segunda Guerra. O neoliberalismo aqui expresso refere-se ao conjunto de idéias contrárias à intervenção estatal e refratárias ao nacionalismo, que encontram sua primeira e importante expressão na obra de Eugênio Gudin. Tais

Nesse momento, no Brasil, alguns setores, como o agroexportador, já demonstrava descontentamento frente à intervenção do Estado na dinâmica da economia. O acirrado controle das taxas cambiais impedia o soerguimento desse setor. Por conta disso o neoliberalismo surgiu como a principal proposta contra a política econômica do Estado Novo.

Nos principais centros urbanos, a classe média, setor que divulgava ser o mais lesado pela política do governo, se organizou e deu origem a União Democrática Nacional/UDN. A partir das novas organizações trabalhistas, fomentadas a partir das políticas do Estado Novo, surgiram também, nesse período, o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB e o Partido Social Democrático/PSD. A UDN, nesse momento, passou a ganhar aliados entre os grupos internacionais, haja vista o seu interesse em retirar do Estado o papel central na economia e, assim, tornou-se o representante da oposição ao governo.

Porém, para Mendonça, com a vitória de Getúlio Vargas, em 1951, foram mantidas todas as medidas relacionadas a legislação trabalhista, o que a fomentou a ampliação da política econômica nacionalista de Vargas. Esse fator ficou evidente durante o seu governo com a criação da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Mendonça faz referência a Otávio Ianni para explicar que havia, nesse momento, dois projetos que colidiam quanto à forma de desenvolvimento econômico do país. O primeiro, do qual fazia parte a classe média, os trabalhadores, os intelectuais e uma parcela da burguesia industrial, defendia a ideia de que o Brasil deveria promover o capitalismo nacional a partir do controle e da entrada de tecnologia e capital estrangeiro. O outro projeto previa que a única maneira de o país modernizar era através da livre associação ao mercado internacional.⁹¹ Em boa medida, a distinção de Ianni aproxima-se daquela que, mais tarde, será efetuada por Daniel Aarão Reis, que apontava a presença de dois grande campos na cena intelectual e política brasileira nos anos que antecedem ao golpe de 1964, quais sejam o *nacional estatismo* e o *internacionalismo liberal*⁹².

A disputa entre estes dois projetos não era, contudo, isenta de contradições. No governo de Juscelino Kubitschek, que por seus elos com o varguismo, poderia ser vinculado às forças nacionalistas, acentua-se a ruptura do modelo econômico brasileiro firmado a partir de 1930, sem contudo, dissolver a forte presença indutora do Estado. O Plano de Metas, de

idéias, conquanto de forma difusa e seletiva, serviram ao posicionamento político tanto dos setores agrários, quanto de setores de classe média descontentes com Vargas e sua herança. Sobre esta versão do neo-liberalismo ver BIELSCHOWSKY, R., *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

⁹¹IANNI, Otavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Apud MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia... Op.Cit.*

⁹²REIS, D. A. (2004) *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: IFCS/UFRJ, ICHF/UFF, FGV SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. Rio Janeiro: 7 Letras.

Juscelino Kubitschek, procurou acelerar o aumento dos investimentos com ênfase nos setores automobilísticos, na construção naval e na mecânica pesada. Através do lema: “cinquenta anos em cinco”, a ideologia do nacional desenvolvimentismo exaltou o crescimento nacional a partir do fomento à industrialização, o que aumentou, progressivamente, o número de empregos gerados. Nesse caso, o crescimento deveria compensar, mesmo que provisoriamente, a inflação e o aumento do custo de vida da população. Essas medidas seriam financiadas através da internacionalização da economia, a partir da permissão de empréstimos e investimentos do capital estrangeiro.

O Plano de Metas cumpriu o objetivo de aumentar a capacidade produtiva dos bens de produção e de consumo, ampliou a instalação de multinacionais e modernizou indústrias nacionais. Estes pontos influenciaram diretamente o investimento estatal em obras de infraestrutura que assegurassem o crescimento. Embora tenha promovido essa integração das atividades entre capital público e privado, nacional e estrangeiro, o Plano de Metas foi o principal responsável pelo aumento da concentração de renda e pelo crescimento da dívida externa.⁹³

Para as historiadoras Maria Helena Moreira Alves⁹⁴ e Maria Heloísa Murgel Starling⁹⁵, a partir da década de 1950, no cenário político brasileiro, ocorreu o progressivo aumento dos movimentos sociais promovidos pelo proletariado urbano. Este, foi o principal segmento afetado pelo crescimento da inflação e pela redução do poder de consumo. Além disso, foi o setor que mais teve de arcar com o ônus do modelo econômico de Juscelino Kubitschek.

De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes⁹⁶, durante os anos de 1950 a 1952, o custo de vida e a inflação cresceram progressivamente, enquanto o salário do trabalhador não sofreu reajuste que pudesse compensar. Esse ambiente foi profícuo para o aumento de greves promovidas, principalmente, pelos trabalhadores da indústria têxtil no Brasil. Em 1953, o então Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, norteou as relações do governo em relação ao movimento sindical. Dentre as medidas, destacam-se a liberação para realização de assembleias sindicais sem a presença de fiscais do Ministério do Trabalho.

⁹³ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.*

⁹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: EDUSC, 2005.

⁹⁵ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.30-45.

⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. Trabalhadores, movimento sindical e greves. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_greves>. Acesso em: 21 de jan. 2010.

A partir desse período, o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB também passou a dinamizar as suas relações com os sindicatos, aspecto que fortaleceu o movimento operário. No entanto, Gomes enfatiza que a autorização para que os sindicalistas pudessem ter acesso aos serviços de assistência a previdência e aos cargos de administração de Instituições de Aposentadorias e Pensões, foi peça central nesse momento: “(...) já que a relação dos sindicatos com a máquina da previdência social torna-se, desde então, uma das principais fontes de poder dos sindicalistas, do PTB e do próprio João Goulart”⁹⁷.

Desse modo, após a sua posse, em 1961, o presidente Jânio Quadros herdou um cenário repleto de manifestações e greves, realizadas pela classe operária. Apoiado pela União Democrática Nacional/UDN, Quadros foi eleito se comprometendo com grupos multinacionais, porém a sua atuação é vista como contraditória⁹⁸. Em plena Guerra Fria acastelou o direito de autodeterminação de Cuba, condecorou Ernesto Che Guevara, símbolo da Revolução Cubana, e enviou o Vice-Presidente, João Goulart, em missão oficial a China popular. Envoltos nessas contradições, renunciou em agosto de 1961. O Congresso aceitou a renúncia.

Segundo Thomas Skidmore, a constituição de 1946 era precisa quanto ao procedimento em relação a renúncia do Presidente da República. Em caso de renúncia quem deveria assumir era o vice-presidente eleito. No dia 25 de agosto o presidente Jânio Quadros informou a sua decisão de renunciar ao cargo. Embora o seu comportamento fosse caracterizado como dúbio, para Skidmore, a renúncia foi sentida com forte decepção pelos seus aliados:

Além do clima de tensão e decepção, o Vice-Presidente, João Goulart, não poderia tomar posse porque estava em missão diplomática na China Comunista. Assim, o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência em caráter provisório. Posteriormente, formou-se uma junta militar que era composta pelo general Odílio Denys, pelo Brigadeiro Moss e pelo Almirante Silvio Heck, ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente que declararam o estado de sítio para evitar manifestações públicas.

O Vice-Presidente, João Goulart, era visto com desconfiança pelos setores tradicionais da política brasileira. Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, tinha em seu

⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhadores... Op.Cit.*

⁹⁸ CHIAVENATO, José Júlio. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2004. p.13-18.(Polêmica).

histórico o apoio oferecido a classe trabalhadora. Para Starling⁹⁹, a crise sucessória é caracterizada como o período em que o partido da União Democrática Nacional (UDN) e os ministros militares ‘ensaiaram’ um golpe para impedir a posse de João Goulart.

As pesquisadoras Mônica Almeida Kornis e Débora Paiva Monteiro¹⁰⁰ ressaltam que a atuação do movimento sindical também foi intensa no período de impasse entre os ministros militares que queriam impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Para as autoras, a Greve Geral, organizada pelos líderes dos sindicatos no Brasil, é um profícuo exemplo dessa atuação. Posteriormente, a atuação desse setor não foi restrita as reivindicações salariais, mas orientou-se para cobrar do governo a execução das Reformas de Base.

O coronel do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros no período, Georgino Jorge de Souza, revelou que a corporação policial militar mineira demonstrou forte disponibilidade de intervir, favoravelmente, no cumprimento dos ditames da constituição nesse contexto de impasse:

Jânio renunciara. Como criança malina, fez em cacos o pote de esperanças de milhões que votaram nele, eu próprio, naturalmente. A nação ficou bestificada na base do meu Deus, que é isto? (...) Na Polícia Militar de Minas, a vida corria placidamente na faina diária dos quartéis. No Gabinete do Comando da Academia de Polícia Militar, partida não se sabe de quem uma questão foi suscitada: a da pasmaceira de nosso Estado, em hora tão grave para a Nação. Intolerável o silêncio de Minas, a indiferença de Minas, a perda da liderança de Minas. Não. Não podia ser. Vi, então uma centelha perigosíssima brilhar nos olhos do Comandante José Geraldo, sinalizando luta iminente, mas temi especular sobre a natureza dessa briga, botando freio em meus pensamentos. Pouco valeu, porque minutos depois fui chamado para ouvir do Chefe, seu propósito de levantar a tropa em defesa da Constituição e da posse de Jango como Presidente da República. (...) Se fôssemos despedaçados no levante, como certamente seríamos, o Estado e a nossa Corporação haveriam de nos cantar em prosa e verso, heróis da Legalidade, coisas mui próprias de Minas.¹⁰¹

Para Skidmore, esse foi um momento de muita tensão para a política brasileira. De um lado, tínhamos a pressão pública constituída por intelectuais, pelos movimentos de esquerda, e pelos representantes da classe trabalhadora, que exigiam o cumprimento da Constituição. E, do outro lado, a desconfiança dos militares em torno de Jango. Raul Pilla, representante de um acanhado grupo defensor do parlamentarismo, conseguiu aprovação no

⁹⁹ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais...* Op.Cit. p.22-38.

¹⁰⁰ KRONIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. O movimento sindical urbano e o papel do CGT. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT>. Acesso em 21 de jan. 2010.

¹⁰¹ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996. p.16.

Congresso de um regime parlamentar, que vigorou até a solução do impasse, em 1963. De acordo com Skidmore, é fundamental compreender que, a partir “(...) de 25 de agosto a 5 de setembro trouxe a baila vários aspectos do drama político brasileiro.”¹⁰²

Cabe a nós destacar dois aspectos pertinentes para a nossa pesquisa. O primeiro deles é o fato de que, em momentos de crise política, possuir apoio dos militares é imprescindível. Em um segundo momento, podemos identificar que havia uma ala de militares moderados, favoráveis a execução dos ditames da constituição de 1946. Entretanto, até mesmo esse setor possuía forte receio em torno da futura atuação de um presidente com estigma de herdeiro político de Getúlio Vargas:

As perspectivas do Govêrno Jango dependiam de dois fatores: - qual seria a política do nôvo presidente e onde procuraria êle apoio político? (...) Jango somente poderia construir uma base política forte cultivando o centro e ao mesmo tempo mantendo o apoio da esquerda.¹⁰³

Em um primeiro momento, Goulart aceitou o parlamentarismo e, após dezesseis meses de intensas negociações e de clamor popular, retomou o controle pleno da presidência, com o restabelecimento do presidencialismo. Para o historiador Daniel Aarão Reis¹⁰⁴, mesmo com o restabelecimento do presidencialismo, em 1963, as principais bases de apoio do governo brasileiro já estavam balançadas, ou seja, a Igreja Católica e as Forças Armadas. Já destacamos a intensa preocupação dos militares quanto ao rumo político brasileiro. De igual maneira, os setores conservadores da Igreja estavam certos de que a sombra do ‘comunismo ateu’ estava pairando sobre a sociedade brasileira. Esse temor foi avivado a partir da divulgação do projeto que previa a realização das Reformas de Base pelo então presidente empossado. O anúncio dessas reformas, em primeiro lugar, responde ao questionamento da citação anterior, e, como veremos a seguir, fomentará o estímulo a participação popular através de comícios e manifestações.

A principal intenção das Reformas de Base era realizar, por exemplo, a reforma agrária e reformular os setores educacionais, o tributário e o urbano. Essas reformas, que ainda incluíam a execução de programas habitacionais agradaram os segmentos populares. Porém, o controle de remessas de lucros ao exterior, um de seus objetivos, foi o que mais incomodou o empresariado multinacional, em franca expansão.

¹⁰² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.261.

¹⁰³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil... Op.Cit.* p.265.

¹⁰⁴ REIS, Daniel Aarão Filho. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.21.

Para Starling, o principal objetivo do governo João Goulart foi o desenvolvimento, através da diminuição da dependência econômica do capital estrangeiro. Assim, Goulart estendeu a bandeira nacionalista, por meio das referidas reformas, ao combater o latifúndio e o sobejo controle do capital estrangeiro. Enfim, a sua plataforma de governo colidiu com os ‘demônios’ da economia brasileira e materializou o receio da elite econômica e política do país:

Assim, o compromisso de todas as forças sociais que se propunham a transformar o país era com o povo: O povo não é uma entidade homogeneia em sua composição uma vez que dele faz parte não apenas a classe revolucionária mas também outras classes e estratos sociais os mais diversos... (...)

Todavia, do ponto de vista das classes dominantes o apelo á mobilização popular, como força inequívoca e definitiva na construção do novo Brasil, estava colorido por tons perigosamente radicais. Mesmo que não fosse diretamente composto pelos trabalhadores, o coro reivindicatório começava a causar um certo desconforto.¹⁰⁵

Embora o projeto das reformas representassem, grosso modo, uma conquista da esquerda brasileira, isso não significou a plena satisfação desse setor com a conjuntura. De acordo com Reis, a própria escolha de João Goulart para ocupar o primeiro gabinete, Tancredo Neves, desanimou o Partido Comunista Brasileiro/PCB, dados os seus vínculos com o PSD, partido conservador:

O governo tomava orientações imprevistas. Mas João Goulart não seria o político burguês progressista por excelência? Pelos cálculos dos comunistas deveria lutar contra os ‘obstáculos’ ao desenvolvimento econômico. Estranhamente, porém, conciliava e negaceava. (...) tratava-se do ‘duplo caráter’ da burguesia, da luta entre seus aspectos ‘nacionalista e democráticos’, de um lado, e de ‘vacilante e conciliador’ de outro lado.¹⁰⁶

Nesse momento, a esquerda decide pressionar o então presidente à adotar uma postura decisiva. Para o intento, o Partido Comunista Brasileiro passou a estimular manifestações de massa e os movimentos sociais. Alguns membros mais exaltados propagavam a possibilidade de revolução social, na cidade ou no campo: “O jornal do PCB assumia a palavra de ordem que se tornava popular entre as lideranças camponesas: Reforma na lei ou na marra.”¹⁰⁷

¹⁰⁵ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais...* Op.Cit. p.26-27.

¹⁰⁶ REIS, Daniel Aarão Filho. *A Revolução faltou ao encontro...* Op.Cit. p.27-28.

¹⁰⁷ Cf. “Brési, documents sur le développement el la situation actuelle de la lute armée”. (VPR), mar. 1971, p.31. Apud REIS, Daniel Aarão Filho. *A Revolução faltou ao encontro...* Op.Cit. p.28.

Para René Armand Dreifuss¹⁰⁸, cientista político e historiador, é nesse contexto que foi criado o complexo político-militar Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IPES/IBAD, em novembro de 1961. Esses órgãos foram estruturados com base na ideologia anticomunista, sendo constituídos por intelectuais, grupos econômicos nacionais e multinacionais “(...) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração.”¹⁰⁹ A atuação do referido complexo era de caráter nacional, porém, é na região sudeste do país que iremos concentrar a nossa abordagem. Entre os mentores do complexo IPES/IBAD estava o General Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores do Golpe de 1964,

Uma série de reuniões informais lideradas por empresários nas casas de proeminentes homens de negócio de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político. Desses encontros planejados e discussões preliminares com um constante e crescente número de indivíduos de destaque, surgiu a idéia de estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política.¹¹⁰

Segundo Dreifuss o que costurava a aliança entre os diversos membros dessas instituições criadas eram: o sentimento anticomunista, o elo econômico empresarial e os interesses multinacionais. Para a sociedade, o IPES divulgou que seu objetivo era pesquisar e identificar os principais problemas sociais e, a partir da identificação, estabelecer resoluções para as mazelas observadas. Desse modo, justificavam a necessidade da cooperação de intelectuais, técnicos e professores universitários no intuito de “(...) promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”.¹¹¹ Assim, o complexo IPES/IBAD arregimentou amplo apoio dos segmentos militares e intelectuais, que percorreram o país ‘esclarecendo’ a imperativa necessidade de eliminar os anti-governistas de esquerda.

Para a cientista política Maria Helena Moreira Alves¹¹², o IPES teve um forte aliado do ponto de vista teórico: a Doutrina de Segurança Nacional/DSN. O principal teórico e amplo divulgador dessa teoria foi o General Golbery do Couto e Silva. O pesquisador Joseph

¹⁰⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação, Política e Golpe de Casse*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 161-227.

¹⁰⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964... Op.Cit.* p.161.

¹¹⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964... Op.Cit.* p.163.

¹¹¹ DREIFUSS, René Armand. *1964... Op.Cit.* p.164.

¹¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: EDUSC, 2005.

Comblin¹¹³ explica que para compreender o conceito ‘segurança nacional’ deve-se observar a sua nítida relação com o conceito de geopolítica, ou seja, a relação entre o espaço territorial ocupado pelo país e a postura política por ele adotada. Na conjuntura do mundo bipolar, “(...) o Ocidente e o comunismo, o Brasil está engajado no campo do Ocidente. (...) Aliás, os geopolíticos brasileiros fizeram a síntese entre o fato de pertencer ao Ocidente e o destino manifesto da Nação brasileira”.¹¹⁴ Esse último faz menção ao Destino do Manifesto Americano¹¹⁵. Conforme essa linha de pensamento, ao proteger a nação da influência do comunismo se estaria garantindo a segurança nacional do Brasil. Desse modo, a Doutrina de Segurança Nacional foi introduzida nas escolas militares do Brasil através da orientação da Escola Superior de Guerra/ESG.

A ESG¹¹⁶ foi criada em 1949, durante a vigência do presidente General Eurico Gaspar Dutra, 1946-1951. Com o aparecimento da guerra fria, a ESG teve papel intenso em ressaltar a necessidade de combater o inimigo interno: o comunismo. Segundo Alves, o manual da ESG destacava como objetivo a ideia de sustentar a segurança e o desenvolvimento da política nacional. O IPES e a Escola Superior de Guerra foram às aglutinadoras teóricas da DSN.

Ao discutir sobre os principais conceitos abordados por essa doutrina, Alves destaca que a compreensão do conceito de guerra era primordial. Segundo a DSN, guerra não se restringia a utilização de recursos bélicos entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética, mediante a guerra fria. Para a DSN, esse período conglomerou a ideia de guerra total, guerra subversiva, guerra psicológica, enfim, a guerra revolucionária:

(...) a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar confronto armado, tentando conquistar ‘as mentes do povo’ e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de incitar a população contra as autoridades constituídas. Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do ‘país alvo’. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de ‘inimigos internos’ potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.¹¹⁷

¹¹³ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 3 ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.251.

¹¹⁴ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional... Op.Cit.* p.30.

¹¹⁵ O Destino do Manifesto Americano é a crença de que a nação norte americana é um povo escolhido por Deus para comandar o Mundo. Nesse sentido, essa teoria legitima as ações expansionistas do governo dos Estados Unidos. C.f. WEBARTIGOS. O destino manifesto americano no século XX. Disponível em: <<http://www.webartigos.com.br/articles/229941/O-Destino-Manifesto-Americano-no-século-XX/>>. Acesso em 01 agost. 2010.

¹¹⁶ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Histórico*. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/historico/>>. Acesso em 21 abril 2010.

¹¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e oposição no Brasil... Op.Cit.* p.45.

Se toda a população, para os teóricos da DSN, pode ser considerada suspeita, a melhor maneira de combater essa anomalia era vincular, à própria sociedade, a responsabilidade de combater esse ‘problema’. Para Comblin, o conceito de geopolítica foi uma das principais ferramentas desse processo. O maior país da América Latina, ao posicionar-se como um aliado do eixo americano no conflito bipolar, passou a ostentar obrigações, não apenas com a sua segurança nacional, mas também, com a segurança coletiva dos países latino-americanos. Assim, imbuída da responsabilidade de proteger a nação e os vizinhos latinos, difundiu-se no Brasil a imperativa necessidade de combater o comunismo.

O comportamento ‘contraditório’ de Jânio Quadros, e o passado de envolvimento com questões trabalhistas de Goulart, na visão dos teóricos da DSN, concretizavam forte perigo. Contudo, o tema que causava maior alarme era a reforma agrária. A desapropriação de terras batia de frente com os interesses econômicos dos latifundiários, mas também incomodava os empresários urbanos, pelo risco acarretado pela mobilização popular e o questionamento do direito de propriedade.

Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira¹¹⁸, em 1962, João Goulart criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Esse conselho não obteve resultado e, em vista disso, deixou de existir. Em 1963, o presidente apresentou um projeto que indicava a necessidade de desapropriação de terras para realizar a reforma agrária. Entretanto, para executá-lo, deveria ser modificada a Constituição de 1946. Alternativas foram apresentadas como, por exemplo: indenizar por meio de títulos da dívida pública os donos de imóveis urbanos não habitados e os donos de terras improdutivas. Nenhuma das opções foi aceita pelo Congresso Nacional, e a proposta de Goulart deixou em alerta os setores mais conservadores do cenário político e econômico brasileiro. O presidente desejava modificar, justamente, os pontos de fluidez do capitalismo, ou seja, restringir as remessas de lucros ao exterior e desapropriar terras e imóveis.

De acordo com Mônica Almeida Kornis¹¹⁹, a ampla divulgação das Reformas de Base transformou o cenário político brasileiro em uma efervescência conscientizadora, a população se engajou nas propostas do presidente, acentuando os temores dos grupos conservadores. Nesse processo, conforme Starling explica que o Comício das Reformas, proferido no dia 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a presença de

¹¹⁸ FERREIRA, Marieta Moraes de. As reformas de base. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em 23 abril 2010.

¹¹⁹ KORNIS, Mônica Almeida de. A cultura engajada. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_cultura_engajada>. Acesso em 23 de Abril de 2010.

aproximadamente 150.000 mil pessoas, foi a manifestação pública que concedeu respaldo aos militares para uma possível intervenção,

Nesse comício uma formidável massa popular (...) na Praça Central do Brasil no Rio de Janeiro, empolgou momentaneamente um presidente da República que nunca deixou de estar convencido da necessidade de realizar efetivas reformas estruturais para livrar o Brasil da camisa de força que o impede de modernizar-se e crescer com a necessária rapidez. (...) As frases inscritas nas faixas e cartazes, que cobriam a Praça Central do Brasil, expressavam o empenho de largas fatias da sociedade brasileira na concretização de uma nova independência do país: Manda Brasa Jango, Jango defenderemos suas reformas à bala, Jango pedimos cadeia para os exploradores do povo (...)¹²⁰

O crescimento da participação popular também foi sustentado por entidades como a União Nacional dos Estudantes/UNE e o Comando Geral dos Trabalhadores/CGT. Essas organizações apregoaram, em seu cotidiano, o que Starling e Kornis qualificaram como ‘doideira conscientizadora das esquerdas’. Ferreira¹²¹ salienta que o apoio obtido pela Revolta dos Sargentos também estimulou a necessidade de reformular a constituição para executar as reformas. A Revolta dos Sargentos foi uma manifestação por parte da Aeronáutica e da Marinha diante da decisão do Supremo Tribunal Federal de confirmar a impossibilidade de exercerem mandatos políticos, em conformidade com a Constituição de 1946. Qualquer alteração com o intuito de reverter essa situação deveria partir de alterações na respectiva Constituição.

Para Evelina Antunes F. de Oliveira¹²², a reforma agrária proposta pelo presidente João Goulart, longe do intento revolucionário, apenas designava a melhoria de condições de vida da população rural a partir da desapropriação de terras que não eram utilizadas, como terrenos às margens de estradas e de ferrovias. Não obstante, o Norte de Minas, historicamente marcado pela pecuária de corte e com escasso uso racional da terra para outras culturas, poderia se tornar alvo das metas propostas pelo então presidente. Assim sendo, a proposta considerada mais polêmica para o Norte de Minas era o planejamento da reforma agrária, e, sem dúvida, foi a que mais atemorizou os proprietários de terras da região. Segundo Evelina. A. F. de Oliveira:

Numa estrutura de poder oligárquico, como a que dominou Montes Claros por mais de 120 anos, a defesa da reforma agrária, feita por um pequeno número de pessoas localizadas nos setores médios urbanos, dificilmente teria grande acolhida. Mesmo que durante o governo João Goulart tenha sido

¹²⁰ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.33.

¹²¹ FERREIRA, Marieta Moraes de. *As reformas de base... Op.Cit.*

¹²² OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento Regional da área mineira do Nordeste.* Maceió: EDUFAL, 2000.

disseminada pelo país a compreensão de que a mudança das condições sociais de vida da população passava pela reforma agrária¹²³.

No capítulo anterior, explicamos que, nas décadas de sessenta e setenta, a cidade de Montes Claros passou por transformações estruturais e econômicas que refletiram o seu caráter de ‘modernização conservadora’. E o próprio desenvolvimento industrial foi fruto da manutenção de sua vocação agropecuária, como, por exemplo, a instalação do Frigonorte (1964) e do Cortnorte (1967).

A postura de Montes Claros antes do golpe de 1964

Para Evelina A. F. de Oliveira a reação das elites montesclarenses diante da possibilidade de realização das Reformas de Base, em especial a reforma agrária, era a de apoiar os setores que estavam organizando o golpe militar. O receio quanto à realização da reforma agrária já existia desde o começo da década de 1960. A autora faz menção a historiadora Sônia Nicolau dos Santos, que analisa a proposta de realização da reforma agrária em Minas Gerais, no ano de 1961. Nesse período, foi divulgada a elaboração do Plano de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais/PCRAMG. Esse plano tinha como objetivo: realizar assentamentos através da venda de terras a aproximadamente quatro mil agricultores em todo o Estado. Também era prevista a instrução e o apoio técnico para a prática da agricultura e da pecuária. Porém, essa proposta causou grande tumulto entre os fazendeiros sertanejos: “A notícia se espalha como doação de terras (...) as entidades representativas dos grandes proprietários acusam o Plano de se assemelhar às propostas das ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais, segundo elas, de orientação comunista.”¹²⁴ Em virtude das pressões dos segmentos contrários a realização desse projeto, sabiamente, o governador em exercício, Magalhães Pinto, desistiu de executá-lo. E, como político astuto, teceu ligações com os setores oligárquicos com a promessa de fomentar o progresso regional.

E foi o que de fato aconteceu. As atitudes posteriores de Magalhães Pinto trouxeram como resultado a estima e a adesão das lideranças de Montes Claros. A liberação de verbas para a realização de obras importantes na cidade foi um aspecto ressaltado durante o banquete que inaugurou, na cidade, a Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, em 1965. O evento, contava com a participação das

¹²³ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.156.

¹²⁴ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.125.

dos produtores rurais de Montes Claros, dos representantes das 39 cidades mineiras inseridas na Área Mineira do Polígono das Secas/AMPS e dos governadores dos Estados do Nordeste. O discurso proferido pelo prefeito Pedro Santos procurou enaltecer a trajetória do então governador na região setentrional de Minas:

E, nesta oportunidade, desejo em nome do povo de Montes Claros que ora represento, e no meu próprio, em nome dos municípios mineiros da área do polígono referir-me expressamente ao nosso ínclito e dinâmico Governador Dr. José de Magalhães Pinto, a quem esta região, e, mormente, este município tanto devem em razão de suas realizações, numa demonstração incontestada de capacidade, de competência e do mais acendrado espírito público. A Escola Normal, a pista asfaltada do aeroporto ao centro da cidade, ora em fase adiantada, a sua valiosa e decisiva contribuição na linha de transmissão de Três Marias a esta cidade, a rodovia Montes Claros – Belo Horizonte, e o sonhado Frigonorte, e a sede do 10º BI (...) abrindo uma nova era de progresso para nossa terra. A sua atuação traduz, com fidelidade, a ação de um governo que acima de colaborações partidárias prima por ser o governador de todos os mineiros.¹²⁵

Destacamos que a fala do prefeito também faz menção a decepção em relação ao governo anterior, de Juscelino Kubitschek. Isso porque, JK, natural de Diamantina, considerado um norte-mineiro, não cumpriu com as suas promessas de desenvolvimento dos setores de energia e transporte, enquanto governador, na região sertaneja, por causa de discordâncias partidárias.



Fotografia 3 Momento em que o prefeito de Montes Claros, Pedro Santos profere discurso saudando o governador Magalhães Pinto pelas ações benéficas para a cidade.

Fonte: REUNIÃO do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Montes Claros, ano VII, nº28, Abril-Maio de 1965.

A reunião do referido Conselho acontecia pela primeira vez em Montes Claros, e foi presidida pelo governador Magalhães Pinto. Na ocasião, Magalhães questionou a pouca

¹²⁵ DISCURSO proferido pelo prefeito Pedro Santos saudando o governador Magalhães Pinto no banquete oferecido as autoridades participantes da Reunião da SUDENE em Montes Claros. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Montes Claros, ano VII, nº28, Abril-Maio de 1965.

aplicação de recursos da SUDENE e da AMPS no Norte de Minas nos anos anteriores. Também reivindicou o emprego de recursos e a inserção da região nos próximos projetos de desenvolvimento regional.



Fotografia 4 Governador Magalhães Pinto presidindo a reunião da SUDENE em Montes Claros. Da direita para a esquerda: Dr. João Gonçalves de Souza, Superintendente da SUDENE, ao centro, Magalhães Pinto, e o vice-presidente da República José Maria Alkimin
Fonte: REUNIÃO do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Montes Claros, ano VII, nº28, Abril-Maio de 1965.

Em vista disso, as matérias publicadas pela “Revista Montes Claros em Foco” enfatizaram o vantajoso desempenho de Magalhães em defesa do setor econômico da região norte-mineira. Ressaltamos que o teor das matérias sugere que a manutenção da hegemonia econômica dos setores agrários é tida como condição necessária e indispensável para alcançar melhorias sociais. Também percebemos que o discurso aponta a existência de uma ‘dívida’ que os Estados do Nordeste têm para com os municípios do Norte de Minas. Explicamos, no primeiro capítulo, que a posição geográfica da região setentrional, com ligação com o sul da Bahia, por exemplo, influenciou na sua trajetória econômica, comercial e cultural. Além disso, fizemos menção ao fato de que o incentivo a implantação de um parque industrial, tendo Montes Claros como pólo desse centro, trouxe para a cidade o rápido êxodo rural, e a falta de estrutura aumentou as mazelas sociais. Mesmo antes da SUDENE, historicamente, as intensas secas impulsionavam a saída da população da região do Nordeste para os Estados do Sudeste em busca de melhores condições de vida. O Norte de Minas, por causa de sua localização, era rota obrigatória nesse processo:

Montes Claros por sua posição geológica, por suas tradições, usos e costumes, muito tem de comum com os Estados nordestinos. Em razão talvez da sua situação geográfica, nesta região aportam os concidadãos de outros Estados que vêm a procura de melhores dias e que aqui permanecem,

confundindo-se conosco no amor que devotamos à nossa terra.(...) Congreguemos, assim, os nossos esforços no sentido de que desta reunião, (...) nos advenham benefícios desse órgão auxiliar do governo federal, eficiente e fiel na execução dos seus planejamentos (...). Uma reivindicação de qualquer município, seja êle grande ou pequeno levando-se em conta suas possibilidades econômicas terá o apoio incondicional e firme dos demais associados, numa demonstração convincente de unidade, visando o bem comum do povo e do Norte de Minas.¹²⁶

Apesar de essa reunião ter ocorrido em fevereiro de 1965, quase um ano depois do golpe, a matéria destaca que nos anos anteriores o governador mantinha fluido contato com as lideranças agrárias da região sertaneja. Além do mais, também em janeiro de 1965, Magalhães havia viajado para Recife/PB, onde tradicionalmente eram realizadas as reuniões da SUDENE, com o intuito de assentar os seus interesses para Minas. Podemos identificar ainda que a própria alteração do local de realização da reunião (de Recife para Montes Claros) demonstra a capacidade de articulação e a forte influência do governador mineiro.

Depois de ser sempre esquecida em todos os programas de desenvolvimento da SUDENE, embora tenha 39 municípios, com uma população de 840 mil habitantes (...) Minas faz aqui, pela primeira vez, parte integrante dos projetos do III Plano Diretor, por causa da mudança de atitude do órgão em relação ao Estado. (...) Durante a reunião como já havia feito um mês antes em Recife, o governador Magalhães Pinto defendeu os direitos de Minas, conseguindo a inclusão do Estado nos programas do III Plano Diretor.¹²⁷

Apesar das alterações no cenário político, os setores dominantes da economia de Montes Claros são os que tradicionalmente ocuparam cargos políticos. Diante do efervescente contexto, a elite local e regional no intuito de manter os seus interesses, teceu relações de compromissos com o governo do Estado para, conseqüentemente, solidificar a sua hegemonia. Nesse sentido, essa mesma elite fortaleceu o discurso de que as Reformas de Base são medidas comunistas. Segundo Evelina A. F. de Oliveira, sob a justificativa de estarem lutando contra o comunismo, empresários, policiais militares, fazendeiros da cidade e da região não apenas tinham conhecimento do golpe, como também apoiaram a sua organização e execução¹²⁸.

Em depoimento, o jornalista Haroldo Lívio ressaltou que o fator econômico pode ser apontado como o principal responsável por impulsionar os setores dominantes de Montes Claros a compactuarem com as ações militares. Havia forte receio de que as Reformas de Base do governo João Goulart pudessem atrapalhar os seus interesses:

¹²⁶ REUNIÃO do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Montes Claros, ano VII, nº28, Abril-Maio de 1965.

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.127

Importante, a pecuária local estava no apogeu o preço da carne era mais recompensador e é claro a classe mais rica da cidade era dos fazendeiros e governistas criadores da base, eles é que tinham maior expressão. Com a população, a classe média alta foram favoráveis a mudança, né? A derrubada do governo João Goulart, porque são ligados a pecuária, a lavoura. Estava com os seus interesses ameaçados por uma reforma agrária (...) que ela dava preferência a lugares onde já estava tendo a exploração, né? As margens das ferrovias, pela facilidade de escoamento da produção e acesso a energia elétrica a água e todas essas.¹²⁹

Veremos, posteriormente, que conservar essas alianças foi importante para a execução do golpe. Situada a 600 km da capital Federal, a região do Norte de Minas não possuía guarnição do Exército. Esse aspecto foi primordial para a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros na destituição do poder do presidente João Goulart. Entretanto, antes de chegarmos a esse ponto, é essencial percebemos a posição e a atuação de outros segmentos na cidade de Montes Claros nesse período.

As esquerdas em Montes Claros

Para a elite regional e local havia justificativas que os impeliam a apoiar e a legitimar um golpe militar. Além do receio quanto a possível realização da reforma agrária, havia alguns focos de resistência às mazelas sociais na qual estava imersa a cidade. Esses focos de resistência, por terem conotação social, eram entendidos como agitações de caráter comunista. Em vista disso, eram monitorados pela corporação policial militar da cidade. Compreendemos como movimentos de esquerda o apoio e mobilização com enfoque nas questões sociais. Por seu turno, exemplificamos aqui as esquerdas de Montes Claros a partir da menção as pessoas ou grupos que se mobilizaram em busca de melhorias sociais e infra-estruturais na cidade.

Evelina A. F. de Oliveira analisa a participação dos segmentos da oposição no cenário político e social da cidade. Apesar de identificarmos a atuação desse segmento, a sua presença não foi enérgica. A autora denomina como grupo de oposição a ação de movimentos contrários ao projeto político dominante das oligarquias locais. Esses movimentos operaram nas décadas de sessenta e setenta, e se restringiram ao movimento estudantil e aos movimentos de ação popular/AP, cuja ação acontecia nos bairros pobres da cidade. No entanto, a repressão intensa ocorria, principalmente, nas organizações estudantis.

¹²⁹ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no 'Jornal de Montes Claros'.

O historiador Andrey Lopes de Souza¹³⁰ analisa a trajetória do movimento estudantil em Montes Claros, no período de 1980 a 1989. Mesmo não sendo este, o nosso período de análise, identificamos por meio desse trabalho a trajetória dos estudantes na cidade, principalmente, no período de abertura política. Segundo o autor, grande parte dos estudantes secundaristas da cidade ingressavam, a priori, em grupos de jovens, nas Igrejas da cidade.

Com o tempo, alguns estudantes militantes ingressaram na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior e deram prosseguimento à sua participação no Diretório Central dos Estudantes/DCE, sendo que, alguns também tiveram interesse em atuar em partidos políticos ao longo da sua trajetória acadêmica. Sobretudo, a partir do retorno ao processo democrático, grande parte desses estudantes se filiou ao Partido Trabalhista/PT e ao Partido Comunista do Brasil/PC do B. Filiar-se a esses partidos tinha como objetivo discutir sobre a democracia constituída e sobre os rumos da política brasileira.

Não obstante, a relevância do trabalho de Souza, em nosso estudo, concentra na identificação que o autor faz sobre a atuação de elementos de esquerda durante o governo militar. São esses elementos que justificam a realização da censura a imprensa escrita nesse período. Respaldados pela Doutrina de Segurança Nacional, a busca pelo ‘inimigo interno’, em Montes Claros, também foi observada pelo autor. Ao utilizar o depoimento de Nivaldo José Cardoso, militante do movimento estudantil, Souza obteve informações sobre existência da censura na cidade, conforme o fragmento a seguir:

Ao longo da entrevista, a questão da censura da Ditadura Militar, está presente em sua narrativa, principalmente quando foi instigado a falar se houve alguma forma de censura e repressão no período. Ele, em vários momentos, afirma que era “rebelde, socialista e comunista”: “Era muito difícil, sabe. Por causa da Ditadura na época, né? Aquela perseguição. A gente não tinha paz. A gente andava correndo deles.” Posteriormente, ele cita um comício na Praça da Catedral em que trouxeram Lula, e afirma que havia mais policiais do que pessoas no evento. Os episódios citados por ele referenciam as experiências vividas nos anos 1970 e 1980.¹³¹

Souza, por meio das fontes orais, também menciona a distribuição clandestina de um jornal intitulado: ‘Tribuna Operária’. Nivaldo José Cardoso, que era amigo de Raimundo Osório, dono de uma gráfica na cidade, distribuía panfletos direcionados aos trabalhadores montesclarenses: “O nosso amigo Raimundão tinha gráfica. Nós íamos lá e ficávamos escondidos. (...) e Montes Claros era pequeno, qualquer mil, dois mil panfletos dava pra

¹³⁰ SOUZA, Andrey Lopes de. *Os estudantes movimentam a cidade: trajetórias, lutas e memórias do movimento estudantil em Montes Claros/MG (1980-1989)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

¹³¹ CARDOSO, Nivaldo José. Entrevista concedida a Andrey Lopes de Souza. Montes Claros, 09 de setembro de 2009. Apud SOUZA, Andrey Lopes de. *Os estudantes movimentam a cidade... Op.Cit.* p.71.

espalhar bem na cidade.”¹³² A prisão do gráfico Raimundo Osório será analisada por nós posteriormente. O que nos interessa destacar nesse momento é que, o movimento estudantil, a existência de militantes na cidade é uma das justificativas para a introdução de um aparato censório nas redações de Montes Claros.

De outro modo, a citação anterior nos impõe outra apreciação. A impressão clandestina de panfletos direcionados aos trabalhadores da cidade tem ligação com as transformações sócio-econômicas pela qual passava a urbe. A construção de um parque industrial, o aumento do número de indústrias, ou seja, o desenvolvimento politicamente orientado, como nos aponta Otávio Soares Dulci, modificou substancialmente a estrutura socioeconômica de Montes Claros.

Com a instalação de novas empresas e indústrias, ampliou-se, conseqüentemente, o setor operário. O inchaço urbano devido, ao êxodo rural, trouxe consigo uma população oriunda de várias regiões do Norte de Minas e do Nordeste brasileiro que buscavam novas oportunidades de trabalho. Por seu turno, esses ‘novos’ moradores, não possuem vínculos que os mantenham submissos as determinações da elite econômica e política da cidade. Se, em âmbito nacional, o grande temor eram as manifestações sociais, muitas das quais, fomentadas pelo então presidente João Goulart, a elite empresarial e industrial de Montes Claros possuía os mesmos receios. Nesse sentido, vigiar e coibir qualquer tipo de manifestação que pudesse comprometer a ‘ordem’ era um fator imperativo, também para uma cidade situada em uma região periférica de Minas Gerais. Este era o desejo pela manutenção da hegemonia da elite agropecuária, agora inserida nos ditames da industrialização.

A existência de panfletos ou jornais clandestinos justifica a necessidade de maior controle sobre a população. Tal controle foi realizado, principalmente, pela corporação Policial Militar da cidade. Evelina Antunes de Oliveira, explica que as agitações de colegiais que se concentravam no Diretório Central dos Estudantes de Montes Claros/DEMC, por exemplo, eram realizadas sob intensa vigilância, aspecto que dificultava a adesão popular.

Sabemos que com o inchaço populacional, devido ao processo de industrialização pela qual passava a cidade, e as dificuldades sócio-econômicas foram os principais resultados do tipo de desenvolvimento implantado. A ausência de uma infra-estrutura para absorver a população fez crescer a miséria, o desemprego e possibilitou o surgimento de favelas.

¹³² CARDOSO, Nivaldo José. Entrevista concedida a Andrey Lopes de Souza. Montes Claros, 09 de setembro de 2009. Apud SOUZA, Andrey Lopes de. *Os estudantes movimentam a cidade... Op.Cit.* p.71.

Sobre esse aspecto o historiador Edi de Freitas Cardoso Júnior¹³³, em seu trabalho, analisa a participação popular em Montes Claros na década 1960. Vários foram os moradores que escreviam cartas para os políticos da cidade reivindicando melhores condições de vida. Dentre as quais é destacada a solicitação dos sistemas de água, esgoto e luz. Com esse objetivo, Cardoso Júnior compreende o processo de adesão dos trabalhadores que residiam nos bairros periféricos da cidade às associações de bairro, ou às associações ligadas ao trabalho, para terem condições de se manifestar e de lutar por melhores condições de sobrevivência na cidade. Segundo ele:

Face a deterioração das condições de vida resultante da incapacidade (ou desinteresse) demonstrada por sucessivas administrações municipais em expandir os serviços urbanos em ritmo compatível ao acelerado crescimento populacional, os moradores dos bairros encontraram nos abaixo-assinados e, mais tarde, em associações comunitárias e profissionais, maneiras de pressionar conjuntamente as autoridades locais a resolverem os problemas que se acumulavam no cotidiano da periferia afligindo-os a todos.¹³⁴

O trabalho de Cardoso Júnior é substancial para a nossa pesquisa. Por ele podemos perceber que tantos os trabalhadores quanto os moradores da cidade procuravam meios de se organizar para solicitar melhores condições perante os órgãos públicos. Esse tipo de organização, embora não tenha conotação anti-governo militar, não é benéfica para os setores dominantes da cidade. Essa atuação pode ser vista como potencialmente subversiva, haja vista a existência de panfletos e jornais clandestinos que tinham a finalidade de instruir os trabalhadores quanto aos seus direitos e, conseqüentemente, fomentar greves ou manifestações. Lembramos que esse tipo de ação, durante o contexto do governo militar, é visto como subversiva a ordem e, por isso, devia ser suprimida.

Apesar de pouco mencionado em trabalhos da historiografia local, em Montes Claros, foi criado o ‘grupo dos onze,’ sob orientação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Em outubro de 1963, Brizola, membro do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, avaliou que havia forte possibilidade de impedimento da realização das Reformas de Base. Para ele, a direita e os segmentos empresarial e multinacional estariam arquitetando um golpe de Estado. Para que as reformas fossem executadas, o governador utilizou estações de rádio para divulgar suas ideias e angariar aliados por todo o país, Brizola:

(...) conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o "Exército Popular de Libertação" (EPL). Comparou esses grupos com

¹³³ CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

¹³⁴ CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão... Op. Cit.* p.139.

equipes de futebol e os 11 "jogadores" seriam os "tijolos" para "construir o nosso edifício". Estavam lançados os "Grupos dos Onze" (G-11) que, para Brizola, constituir-se-iam nos núcleos de seu futuro exército, o EPL¹³⁵.

Dessa maneira, Brizola arregimentou e instruiu adeptos por todo o país, inclusive em cidades do interior. Em Montes Claros, esse grupo era constituído por pessoas de vários segmentos sociais, dentre os quais o antropólogo Darci Ribeiro, então Chefe da Casa Civil do presidente Jânio Quadros. Em depoimento, o jornalista Felipe Antônio Guimarães Gabrich destacou a finalidade desse grupo na cidade:

(...) aqui em Montes Claros, por exemplo, aqui tinha um 'grupo dos onze' que era proibido até de reunir, o chamado 'grupo dos onze' e da qual participava Mario Ribeiro que viria a ser prefeito de Montes Claros e era irmão de Darci Ribeiro que foi perseguido pela revolução. O Mário Ribeiro chegou a ser preso, exilado junto com Darci Ribeiro que era do 'grupo dos onze' e esse grupo era o grupo mais eclético e simples que poderia ter, tinha umas idéias comunistas (...). Eles queriam a igualdade social dentro do Brasil, entendeu? E a igualdade social que eles queriam era emprego para todo mundo no Brasil.¹³⁶

O também jornalista, Haroldo Lívio explica que apesar da pouca durabilidade, o 'grupo dos onze' foi constantemente vítima da repressão. Embora esses agrupamentos apenas representassem uma fina camada opositora na cidade, contribuíram para justificar a necessidade de vigilância.

A organização do grupo dos onze aqui em Montes Claros foi muito próxima já da Revolução, desde 64, então teve curta existência. Em outros lugares foi organizado bem antes, em 63, 62, mas aqui foi... talvez já no próprio ano de 64.(...) sobre essa organização aqui e teve alguns membros que foram presos que foi o Joaquim Diniz o Porfírio de Souza, Adão Fagundes, eles foram presos, foram condenados(...)¹³⁷

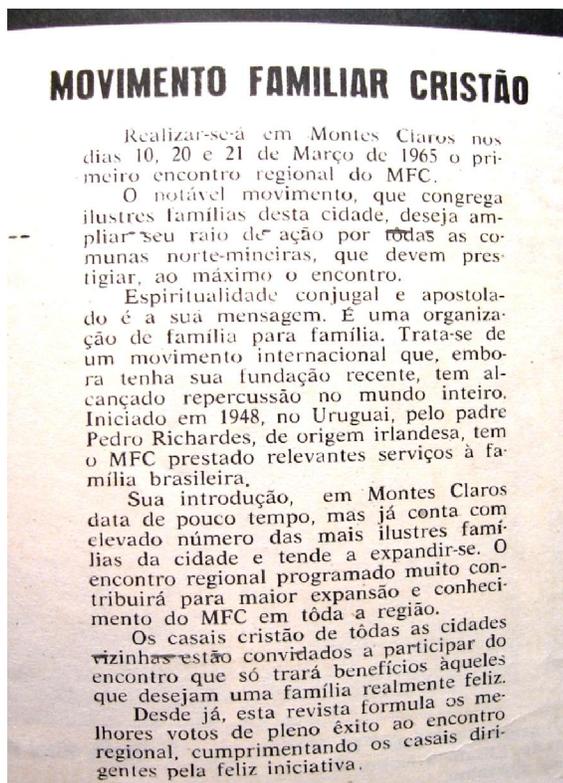
Identificamos por seu turno, a existência de um movimento pró-regime na cidade. De acordo com Starling o IPES também foi o responsável por custear e orientar organizações femininas entre os anos de 1962 a 1965. Dentre estas se destacam o Movimento Familiar Cristão/MFC. Também identificamos a presença e funcionamento desse movimento em Montes Claros, mesmo depois do golpe militar. Em 1965 realizou-se o encontro regional do Movimento Familiar Cristão/MFC na cidade. O principal objetivo era ressaltar a imagem de esposa, mãe e filha, cuja responsabilidade era preservar os valores familiares e cristãos.

¹³⁵ WIKIPEDIA, Leonel Brizola. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Leonel_de_Moura_Brizola e <http://www.pdt.org.br/personalidades/brizola.doc>>. Acesso em 26 Abril 2010.

¹³⁶ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no 'Jornal de Montes Claros' e, posteriormente, no 'Diário de Montes Claros'.

¹³⁷ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no 'Jornal de Montes Claros'.

Defender a estrutura familiar era apregoado como vital, em virtude da ameaça que era conferida pela ideologia comunista. Nesse sentido, o objetivo do encontro descrito foi o de “(...) ampliar seu raio de ação por todas as comunas norte-mineiras (...) com elevado número das mais ilustres famílias da cidade e tende a expandir-se”¹³⁸.



Fotografia 5 Movimento Familiar Cristão.

Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco. Montes Claros, ano VIII, nº27, dezembro de 1964.

Apesar de não identificar a atuação dos grupos femininos do MFC, em Montes Claros, Evelina A. F. de Oliveira faz menção a historiadora Solange Simões, que analisa o papel das mulheres no golpe de 1964. Segundo Simões, sob o aspecto de articulação voluntária, encabeçada por mulheres, o desempenho desse tipo de organização serviu, essencialmente, para proporcionar o respaldo e a legitimidade necessária para a realização do golpe militar¹³⁹.

Assim, as esposas dos empresários, dos políticos e dos militares ligados ao complexo IPES/IBAD foram também instrumentos primorosos de preparação e articulação, em âmbito familiar, da queda do governo João Goulart. Starling ressalta que essas mulheres “(...) esposas dos líderes conservadores mineiros, que eram, por assim dizer, trabalhadas ideologicamente

¹³⁸ REVISTA Montes Claros em Foco. Montes Claros, ano VIII, nº27, dezembro de 1964. p.02.

¹³⁹ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.150-166.

no espaço íntimo da vida doméstica diária¹⁴⁰” eram alistadas para que pudessem contribuir com a ‘conscientização da opinião pública’.

3.2 Os enlaces da conspiração

(...) lá pelos idos de 1964, o seu príncipe maior, indivíduo de constituição física baixa, com tendência a obesidade e ainda por cima careca, figura exótica (como todo bom príncipe que se preza), decantado pelos quatro cantos do nosso país, e pelos recantos dos gabinetes das multinacionais dos países dos outros, como administrador de mão cheia dos bens do povo, e dos seus particulares, com o pomposo nome de Magalhães Pinto mancomunou com o general Mourão que teve apoio do general Guedes (estes de outras linhagens, mas possuidor de ‘Blood blue’ nas veias), e tiveram o bem possível diálogo: “Nós somos a força de gato, temos o poder político, e o poder igual a Caramuru, Deus do Fogo, de despejar obuses contra prováveis fracos opositores palaciais, o resto, o povo, este, coitado, é faminto, mal mal se sustenta sobre as próprias pernas” (...).¹⁴¹

O editor da ‘Revista Montes Claros em Foco’, Geraldo Santana Machado, autor da nossa epígrafe, expôs um dos personagens mineiros que contribuíram significativamente para o êxito da implantação do Governo Militar no Brasil, vigente durante 1964 a 1985. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais (1961-1966), um dos líderes civis do movimento de 64, será utilizado por nós, como fio condutor para compreendermos o momento de ruptura política no respectivo ano. Já dissertamos sobre a lucrativa atuação do governador na região do Norte de Minas, e, em especial, sobre o apoio que obteve dos setores dominantes de Montes Claros. Mas, falar de Magalhães Pinto, nesse contexto, é também compreender a importância complexo IPES/IBAD como articulador e conspirador em Minas Gerais.

Para Starling, a partir do final da década de 1950, uma parcela substancial do empresariado do Estado de Minas manifestava apreensão quanto ao aumento da participação das camadas populares no cenário político nacional. A priori, o empresariado do eixo Rio de Janeiro/São Paulo já havia se identificado com os interesses das multinacionais. Esses setores possuíam estreitas ligações com a Escola Superior de Guerra/ESG. Alves¹⁴² explica que para o país receber investimentos dos setores internacionais era necessário garantir a manutenção de um ‘clima atraente’ no cenário político e, principalmente, social. Ou seja, a eliminação do que era considerado nocivo à sociedade, como o comunismo e as agitações sociais. Essas

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.166.

¹⁴¹ MACHADO, Geraldo Santana. “Lágrimas de um General” In: Revista Montes Claros em Foco. Ano XII, nº 37, novembro de 1979. p.76.

¹⁴² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil...* Op.Cit. p.60.

ideias estavam expressas no manual da Doutrina de Segurança Nacional e foram repassadas para os empresários do país.

Dreifuss explica que a ESG não apenas teorizou entre os militares sobre o conceito e sobre a prática da referida doutrina, como também treinou o setor empresarial do país. O objetivo era disseminar a compreensão de que a concretização do desenvolvimento do país seria pautada através de ligações entre militares e civis, no Estado e em empresas privadas,

Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG. Como observava Celso Furtado, a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tecno-empresários era bastante diferente da orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder através de eleições. Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.¹⁴³

Starling esclarece que esse ‘treinamento’ procurou coligar os interesses das multinacionais com os anseios da Escola Superior de Guerra. A necessidade de eliminar todas as relações geradas pelo regime anterior era a essência do ‘projeto que visava a reordenação capitalista’. O objetivo principal era abolir as agitações sociais, assim, as multinacionais estrangeiras teriam confiança em aplicar investimentos no país.

Dessa maneira, a expansão da atuação do IPES, em Minas Gerais, era fundamental, “(...) a nível nacional, ao alto grau de prestígio político alcançado por suas elites e ao peso de sua influência na administração federal, seja na articulação de linhas políticas, seja na distribuição de postos no primeiro e segundo escalão.”¹⁴⁴ A posição geográfica de Minas Gerais é vista por Starling como basilar. As ligações territoriais com os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo representavam não apenas o eixo empresarial e comercial, como também o apoio militar. Caso houvesse a necessidade de intervenção militar no Distrito Federal, a facilidade de contato com e entre esses Estados, por exemplo, facilitaria o envio de reforços. Por ser um Estado cercado por montanhas, Minas Gerais poderia se organizar tanto como refúgio como para manobras defensivas. E como tática de manutenção e abastecimento ainda contava com o Norte e com o Noroeste de Minas para suprir suas necessidades.

Porém, a principal preocupação do IPES consistia em unificar os interesses de Minas Gerais, tendo em vista a diversidade de influências econômicas e políticas em todas as regiões. Essas diversidades políticas regionais radicam-se também na complexidade da economia mineira, colocando para o IPES a questão: “Que pessoas dispunham, em Minas, de

¹⁴³ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op.Cit.* p.80.

¹⁴⁴ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais...* *Op.Cit.* p.47.

trânsito fácil e de suficiente conhecimento das particularidades e do universo específico em que se movimentavam as elites dominantes do estado (...) para a construção do IPES-MG?”¹⁴⁵

Novamente entra em cena Golbery do Couto e Silva, que já havia comandado a 4ª Divisão de Infantaria da capital mineira. Golbery indicou o advogado e empresário Aluizio Aragão Villar. Este atuou na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais, também foi chefe da Divisão da Organização Social do Trabalho. Apesar de não ser o nosso objetivo aprofundar sobre o processo de constituição do IPES em Minas Gerais, destacamos que Villar ocupou cargos de proeminência nos vários setores da economia mineira e, dessa maneira, representou os alicerces econômicos mineiros. Starling enfatiza que, a partir das suas experiências profissionais, Villar recrutou para cargos no IPES uma multiplicidade de nomes que representavam, de fato, o mosaico mineiro.

José de Magalhães Pinto, governador mineiro, figura importante no processo conspirador, possui uma trajetória profissional marcada por um currículo polivalente: “Político, bancário, banqueiro e professor, nasceu em Santo Antônio do Monte/MG a 28 de junho de 1909.”¹⁴⁶ Também se formou em Direito e em Ciências Econômicas. A sua formação refletiu na sua atuação política. Em 1961, já como governador de Minas Gerais, criou a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais/CODEMIG. O objetivo da CODEMIG era analisar a economia mineira para definir de que maneira deveria estimular a rota de investimentos privados e estrangeiros conforme a singularidade, a vocação econômica e histórica de cada região. No ano seguinte, 1962, criou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerias, BDMG, com a meta de “(...) fornecer orientação técnico-econômica e promover cursos de treinamentos de mão de obra, além de cooperar com a instalação de novas indústrias em cerca de 150 municípios mineiros.”¹⁴⁷ De tal modo, não é demasiado lembrar que o governador do Estado teve amplo apoio das autoridades do Norte do Estado, devido a sua postura frente a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE em reivindicar recursos para a região e, no incentivo a implantação de indústrias que mantiveram a vocação agropecuária regional.

O governador, através do Conselho de Desenvolvimento Regional, incitou investimentos econômicos em vários setores, como o siderúrgico, o energético, a agricultura e o industrial. Não obstante, cabe destacar que o principal feito de Magalhães consistiu em

¹⁴⁵ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.53.

¹⁴⁶ MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.546-549.

¹⁴⁷ MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.546.

costurar uma rede de relações com os vários setores e segmentos mais importantes da economia mineira.

Com vistas à candidatura para presidência da República, nas eleições de 1965, Magalhães já vinha, há tempos, arquitetado planos contra o governo João Goulart. Quando Jânio Quadros renunciou, o governador mineiro estava na cúpula dos políticos que aventava impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Posteriormente, estabeleceu contatos com os generais Carlos Luís Guedes e Olímpio Mourão Filho, comandantes da Quarta Infantaria Divisionária em Belo Horizonte/ID/4. O General Carlos Luís Guedes já tinha uma ideia de “(...) uma conspiração que transformasse Minas em um baluarte de resistência, capaz de banir a ameaça sombria que pesava sobre o futuro de nossos filhos.”¹⁴⁸ E com esse objetivo já mantinha contatos com Alúzio Aragão Villar que, conforme dissemos, possuía uma rede de relações muito profícua. A Villar foi incumbida a missão de estabelecer relações entre as lideranças civis e as do exército no Estado. No entanto, Guedes não tinha uma proposta ideológica firme como a expressa pela ESG. E, em vista disso, passou a ser monitorado pelo IPES.

O General Mourão Filho, em 1937, participou da execução do plano que foi utilizado como tática para implantar a ditadura do Estado Novo no país, o Plano Cohen¹⁴⁹. Entre os anos de 1961 e 1962, enquanto comandante do 3º Regimento de Infantaria do Rio Grande do Sul, regressou com o plano de conspiração até assumir a ID/4 em Minas Gerais, no ano de 1963. Contudo, assim como o IPES não confiava em Guedes, também não confiava em Mourão para entregar em suas mãos funções estratégico-militares. Porém, ambos eram importantes porque detinham redes de relações e informações importantes para a execução do processo conspirador. Como Mourão possuía prestígio em suas relações, o IPES/ESG usufruiu da sua ‘virtude’:

Ao General Mourão Filho seria permitido um papel conspiratório ativo e eficaz, na medida em que contribuísse para o esforço geral de insuflar sentimentos antigovernistas entre os militares, sem prejudicar o impulso principal do movimento empresarial-militar. Suas atividades, portanto, teriam de ser rigorosamente controladas pelo IPES.¹⁵⁰

Apesar de suas manobras terem sido supervisionadas, tanto Dreifuss como Starling destacam que o general Mourão não teve consciência desse controle, porque essa supervisão era executada por homens de sua extrema confiança. Se os tentáculos conspiratórios estavam

¹⁴⁸ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.53.

¹⁴⁹ CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 1964 e a ditadura militar.* São Paulo: Moderna, 2004, p.58-59. (Polêmica).

¹⁵⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964... Op.Cit.* p.379.

se firmando, se faz necessário entender como ocorreu o planejamento e a execução do golpe de 1964.

3.3 A preparação para o Golpe: “Quem não tem cão, caça com gato”

A intervenção militar em questões políticas no Brasil, diversas vezes foi justificada como fundamental para estabelecer a ordem em momentos de impasses. Nesse sentido, na década de sessenta, através da Doutrina de Segurança Nacional, instruída pela Escola Superior de Guerra, também postulou que imperativa necessidade de intervir em questões políticas. Por seu turno, ao longo da trajetória para as corporações assumirem uma postura de instituição ‘conciliadora’. Otávio Soares Dulci e René Armand Dreifuss¹⁵¹ analisam o papel das forças armadas no cenário político brasileiro e a ocorrência de reformulações político-ideológicas e institucionais no período de gestação do golpe de 1964.

Do ponto de vista ideológico, despontou a preocupação em torno dos problemas econômicos e sociais que, na visão desses teóricos, só iriam ser solucionados através de intenso planejamento estratégico. A noção de estratégia e organização própria do treinamento militar foi repassada, por exemplo, aos empresários das empresas nacionais e das empresas multinacionais. A ideia de hierarquia e disciplina, conforme já destacamos, era instruída como peça fundamental para materializar as metas de crescimento econômico. Em vista disso, a manutenção da ordem social era essencial para obter investimentos, o que validava a intromissão militar na contenção de agitações sociais.

Para Dreifuss e Dulci havia no interior da instituição do Exército Brasileiro, principalmente até a primeira metade do século XX, desavenças entre grupos de patente superior e grupos de patente inferior. Essas desavenças resultavam em divisões internas que desestruturavam a coesão da hierarquia militar. Esses problemas foram solucionados a partir da reestruturação da carreira militar, que garantiu vantagens e benefícios aos membros da corporação. No final da década de 1950 esses problemas foram paulatinamente solucionados a partir da aplicação de investimentos na construção de novas dependências, na compra de recursos bélicos e na intensificação do treinamento dos destacamentos.

No caso de Minas Gerais, contudo, tais mudanças não alteravam o fato fundamental de ser o Estado marcado pela ausência de agrupamentos do Exército em todas as regiões. Na

¹⁵¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares.; SORJ, Bernardo (Orgs). *Sociedade e política no pós-64*. São Paulo: Brasiliense. 1984. Apud DREIFUSS, René Armand; DULCI Otávio Soares. *As forças armadas e a política*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 87-117.

verdade, durante a maior parte da trajetória do Exército brasileiro, as regiões interioranas tinham pequena importância nas definições estratégicas, que enfatizavam a defesa do sul do país e da capital (até 1960, o Rio de Janeiro). É certo que a DSN altera a perspectiva apontada acima, com a idéia de integração nacional, mas este é um processo que se aprofunda após 1964.

No sertão norte-mineiro, por exemplo, a implantação de guarnição do Exército apenas ocorreu na década de 1970. Em vista disso, a união entre Exército e Polícia Militar passou a ser a única solução para suprir a falta de contingente para a realização do golpe. E, como diz o ditado popular, ‘quem não tem cão, caça com gato’, nesse caso, ‘quem não tem exército, usa polícia militar’.

O historiador Francisco André Silva Martins, que analisa obras memorialísticas produzidas pelos membros da PM de Minas Gerais, aponta que a referida guarnição participou de vários momentos políticos marcantes para a política brasileira. A primeira delas, segundo Martins, é a participação dos segmentos militares nos confrontos da Guerra do Paraguai (1864-1870). Embora, considere que a instituição Polícia Militar, como conhecemos hoje, não existia nesse período, o autor destaca a participação do Corpo Policial de Voluntários da Pátria, como os pioneiros em Minas no confronto em defesa da ordem nacional.

Entre os anos de 1913 a 1929, a região do Nordeste brasileiro foi marcada pela violência praticada por bandos de cangaceiros que aterrorizavam a população. Devido a proximidade regional, o Norte de Minas também apresentou ocorrências de banditismo e violência. As cidades de Brasília de Minas, São João da Ponte, Januária e São Francisco, por exemplo, foram palcos de vários combates entre a Polícia Militar e os cangaceiros dessas regiões:

A disputa inicial se torna uma briga de proporções incomensuráveis, mortes e abuso de autoridades tornam-se corriqueiros. A Polícia Militar entra em cena quando o cangaceiro ameaça a ordem estabelecida, com invasões de cidades, assaltos, assassinatos e principalmente o desafio ao poder instituído.¹⁵²

Apesar de, teoricamente, possuir a finalidade de resgatar a ordem e manter a paz das cidades dominadas pela violência, a polícia valeu-se conforme Martins de no mínimo, contraditórios. Para impor a ordem, os militares recorriam à prática da violência e ao abuso de

¹⁵² MARTINS, André Silva Francisco. *Odisséias castrenses: os épicos da PMMG na visão homérica dos memorialistas militares*. In: *Revista Anacrônica* – Revista eletrônica de los Estudantes de História da Universidade de Del Valle. nº4, fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://anacronica.univalle.edu.co/index.htm>>. Acesso em: 22 janeiro 2010.

poder. Contudo, a participação da corporação PM em três eventos da política brasileira legou para a memória dos seus membros o *status* de instituição mantenedora da ordem. Destacam-se o tenentismo, na década de 1920, a Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964.

A participação na condução do golpe de 1964 fechou o ciclo da trajetória da Polícia Militar como instituição reguladora e patrona da paz. Em virtude do contexto, sob o auge da atuação dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional, que previa o combate ao comunismo, foi necessário aumentar o campo de proteção da corporação. Ou seja, conglomerou a importância de proteger os “valores da família brasileira” contra o comunismo. Neste sentido, Martins ressalta que foi indispensável identificar e eliminar os movimentos de esquerdas: “Uma visão caricatural e deformada do perigo comunista está marcada no discurso da sociedade e ecoa na Historiografia Militar Mineira, (...) tratada como uma luta entre “Davi e Golias”, o leviatã comunista deveria ser vencido.”¹⁵³

Para compreender o golpe de 1964, Martins faz menção à historiadora Maria Heloisa M. Starling, que explica a importância de Magalhães Pinto para a memória militar. O ex-governador mineiro é exaltado como o representante civil que fomentou e conduziu a participação da corporação policial militar no golpe de 1964.

Não obstante, antes de prosseguirmos com nossas análises, é necessário compreender a dinâmica das instituições na esfera estadual e na esfera federal. De fato, com o desígnio de permitir a atuação da Polícia Militar, sem provocar turbulências políticas, era necessário o consentimento do governador do Estado. O Exército brasileiro é subordinado ao governo federal, e a Polícia Militar também subordinada ao governo do Estado. Daí ser primordial o apoio e a autorização do governador Magalhães Pinto.

Para Starling as diferenças estruturais e ideológicas também eram empecilhos para a profícua união entre as instituições. A corporação policial militar é formada por profissionais que visam a uma carreira profissional estável. O campo de atuação se restringe a vigilância de cidades, ocorrências, controle da violência, etc. Já a corporação do exército é concebida para prestar serviços em prol da nação, treinada para possíveis guerras, fiscalização das fronteiras nacionais e combates nacionais ou internacionais. Nesse sentido, a figura do comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, nesse período, José Geraldo de Oliveira, foi importante na articulação e na interação entre as corporações. Somente depois de cumprir o objetivo integrador, é que foram realizados treinamentos visando ao planejamento e a ação do golpe militar,

¹⁵³ MARTINS, André Silva Francisco. *Odisséias castrenses... Op. Cit.*

(...) José Geraldo de Oliveira, demonstrou grande habilidade na condução do processo de aproximação entre as duas corporações, buscando vencer as velhas rixas que existiam entre as tropas da PM e do Exército, em especial através da organização de um sistema de promoções conjuntas: competições esportivas, visitas, formaturas etc. Paralelamente, procedeu-se a um treinamento conjunto que visava transformar a PM de força policial em força combatente (...). Depois esses homens treinados para uma revolução convencional ou uma revolução de contra-guerrilha, em condições de enfrentar os famigerados ‘grupo dos onze’ de Brizola, foram usados contra Jango. Os conhecimentos foram transmitidos para toda a corporação¹⁵⁴

Através desse trecho, assinalamos não apenas a importância da articulação entre o Exército e a Polícia Militar. Destacamos, no tópico anterior, a presença do ‘grupo dos onze’ na cidade de Montes Claros. Segundo Starling, o IPES considerava de suma importância o extermínio de tudo o que pudesse fortalecer as esquerdas e o governo de João Goulart. Mais uma vez, encontramos importantes indicativos que justificam o controle do destacamento de Montes Claros, frente às pessoas suspeitas de fazerem parte do ‘grupo dos onze’. Não era apenas uma orientação exclusiva da corporação local, mas sim uma ordem do IPES para instruir na formação dos oficiais militares e do exército.

Além do mais, a participação da PM era vital, tanto para a articulação como para a execução do golpe. Já discutimos que, do ponto de vista geográfico, Minas Gerais teria as funções de garantir a livre passagem em direção a Brasília, e de suprir o abastecimento de alimentos e combustível aos destacamentos para o sucesso da operação. Por fim, ainda tinha a responsabilidade de evitar revoltas de quaisquer segmentos sociais, como a realização de atos públicos, passeatas, greves ou comícios. Em nota, Starling obteve a descrição minuciosa da movimentação dos pelotões de vários destacamentos militares, nas regiões de Minas Gerais:

Vejamos como foi realizada a movimentação dos diversos pelotões da PM: a) 3º BI (Diamantina) – deslocamento de um pelotão para Três Marias seguindo para Belo Horizonte; b) 4º BI – deslocamento de dois pelotões (Uberlândia e Ibiá) permanecendo o grosso em Uberaba. c) 5º BI deslocamento de Belo Horizonte a Barbacena e Juiz de Fora. Envio de pelotão para Bicas. d) 6º BI – deslocamento de Bom Despacho para Belo Horizonte. Envio de uma companhia para Brasília; e) 8º BI – deslocamento de Lavras para Belo Horizonte; f) 9º BI – deslocamento de Barbacena para Juiz de Fora. Envio de contingente para Além Paraíba; g) 10º BI – deslocamento de Montes Claros para Paracatu, marchando em seguida para Brasília; h) 11º BI – deslocamento de dois pelotões de Manhuaçu para Realeza; i) 12º BI – deslocamento de Passos para Caldas. Envio de uma companhia de fuzileiros para guarnecer Guaxupé, Muzanbinho e Monte Sião.¹⁵⁵ (grifo nosso).

¹⁵⁴ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.119.

¹⁵⁵ ELÍSIO, Geraldo. *A PM na Revolução: como foi a marcha do 10º BI até Brasília.* In: *Jornal Estado de Minas.* Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 1977, p.3. STARLING, Maria Heloísa Murgel. *Os senhores das gerais... Op.Cit.* p.120.

Nunca é demais lembrar que eram claros os interesses pessoais de Magalhães Pinto em participar das eleições presidenciais de 1965. Porém, no interior do seu partido, União Democrática Nacional/UDN, havia um forte concorrente. O governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, também possuía a mesma ambição presidencial. É nesse ponto que Starling destaca o diferencial do então governador mineiro. Além das suas profícuas relações com vários setores da economia e da política, através do General Guedes, Magalhães absorvia informações sobre o movimento conspirador do IPES/IBAD, sem que com isso tomasse uma posição exata de qual lado estaria. “Dito de forma pitoresca, Magalhães Pinto, como bom político mineiro, acendia uma vela para Deus, outra para o Diabo e uma mais para cada santo.”¹⁵⁶ Pois, atuou de todas as formas possíveis, seja recebendo informações, bloqueando reações da oposição e gerindo alianças.

O comportamento prudente do governador tinha uma óbvia razão. Se o movimento viesse a fracassar, a sua participação sabotaria a sua bem sucedida trajetória política. Em contrapartida, para o complexo IPES/IBAD era de suma importância o apoio do governador mineiro. Significava tanto a legitimidade civil, ou seja, o apoio fora do Exército, e a força policial indispensável para a execução do movimento. Pressionado pelo IPES, Magalhães aderiu formalmente à conspiração com o objetivo de participar dos ganhos do triunfo do golpe. A adesão do governador mineiro foi fundamental para atuação dos destacamentos arrolados na citação anterior. Nesse sentido, iremos analisar a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros no processo de execução do golpe militar de 1964.

3.4 A Execução do Golpe

Não se dispunha de nenhum engenho anti-tanque, mas mesmo assim, “vamos que vamos que o inimigo não é de nada e brigaremos com as armas dele”.¹⁵⁷

(...)

Depois (...) ouviu-se do General Mourão, elogiando a Tropa:

-“Isto não é um Batalhão: é uma Academia”.

Moral Excelente, alegria exuberante.¹⁵⁸

Também imbuída pela tradição de instituição patrona da paz e, sob a atmosfera atuante da Doutrina de Segurança Nacional, a corporação de Polícia Militar de Montes Claros

¹⁵⁶ ELÍSIO, Geraldo. *A PM na Revolução: como foi a marcha do 10ºBI até Brasília*. In: *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 1977, p.3. STARLING, Maria Heloísa Murgel. *Os senhores das gerais...* *Op.Cit.* p.136.

¹⁵⁷ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* *Op.Cit.* p.153.

¹⁵⁸ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* *Op.Cit.* p.194.

participou da execução do golpe de 1964. Além do mais, posteriormente, a PM teve papel atuante na prática da censura aos meios de comunicação impressos Montes Claros. Sendo este o enfoque de nossa pesquisa, é significativo considerarmos resumidamente pela sua trajetória.

A corporação foi fundada na capital do Estado de Minas Gerais, pelo então governador Benedito Valadares, em 1937, através do decreto lei nº 977, sob alcunha de Batalhão de Caçadores Mineiros, 10ºBCM. O objetivo da sua criação era dar suporte a execução do golpe de Estado, que culminou com a implantação do “Estado Novo,” pelo presidente Getúlio Vargas e, que vigorou entre os anos 1937-1945. Não obstante, na obra memorialística de um dos principais membros da corporação mineira, o Cel. Georgino Jorge de Souza, na época membro do 6º BCM, é feita menção ao apoio expresso pela PM à ditadura do Estado Novo. Na ocasião, o então Cel. desfrutava da patente de sargento com pouco mais de 18 anos,

Com dezoito anos de idade, sargento, cheio de alegria, buscava a realização de um sonho há muito acalentado, o de guerrear, o de ter meu batismo de fogo.

Foi, então que, no dia dez de novembro, por volta de meio-dia, nosso Comandante formou o seu Batalhão. Bem à frente, do alto de uma cadeira, proclamou:

“Dr. Getúlio Vargas dissolveu o Congresso e implantou o Estado Novo. Estamos com o Dr. Getúlio Vargas. Viva o Dr. Getúlio Vargas!”, e o Batalhão inteiro, respondeu: “Viva!”

Se houvesse declarado que Minas não concordava com o golpe e por isto iríamos combatê-lo e gritasse: “Morra Getúlio Vargas!”, com certeza responderíamos: “Morra”, com o mesmo entusiasmo.

Éramos máquina de guerra bem ajustada, massa terrível coesa, pronta para ferir a quem nos fosse indicado como inimigo de Minas¹⁵⁹.

Posteriormente, o pelotão do 10ºBCM foi transferido para a cidade de Muzambinho, Sul do Estado, e, devido à falta de recursos, deixou de operar. Todavia, o Coronel Geraldo Tito Silveira e o Coronel Nilo Cerqueira Gonçalves foram importantes para o retorno do 10ºBCM. Até meados da década de 1950 a região do Norte de Minas era atendida apenas por alguns membros do destacamento do 3º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar da cidade de Diamantina. Nesse sentido, os coroneis trabalharam em prol da reinstalação do 10ºBCM na cidade de Montes Claros. Para eles, o progresso econômico e o aumento do perímetro urbano da região demandava maior rigor na vigilância e no combate ao crescimento da violência. Além do mais, a carência de um comando eficiente promovia a perpetuação das práticas coronelísticas até meados do século XX. O interesse do Cel. Geraldo Tito Silveira, por exemplo, ficou documentado nas páginas de uma de suas obras:

¹⁵⁹ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* Op.Cit. p.53.

O mais acertado seria a sua transferência para a cidade de Montes Claros, cujo bispado mede cerca de 130 quilômetros quadrados, e com uma população de 500 mil almas. Município de Montes Claros, apesar dos desmembramentos sofridos com a criação de novas comunas, talvez seja ainda maior do que a Bélgica.¹⁶⁰

Em 13 de junho de 1956 houve o início do processo de transferência de membros de outros destacamentos mineiros para a cidade de Montes Claros. A maioria dos soldados, cabos e tenentes remanejados eram procedentes do 3º BI da Polícia Militar de Diamantina. Já sob a denominação de 10º Batalhão de Infantaria, a corporação passou a atender 50 municípios adjacentes a cidade.



Fotografia 6 Primeira Sede do 10º BPMMC.

Fonte: FIGUEIREDO, João. Presença dos militares ao longo dos 150 anos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Ano V, julho 2007. p.31.

O historiador Fábio Antunes Viera ressalta que o processo de transferência do Batalhão para a cidade de Montes Claros foi muito difícil. O insuficiente arsenal bélico, por exemplo, havia sido fabricado antes da primeira guerra mundial. De igual maneira, o pelotão não desfrutava de infra-estrutura adequada, como uma sede própria. Para o autor, é nessa atmosfera de dificuldades que, em 1961, foi designada ao Cel. Georgino Jorge de Souza a função de comandante do 10º BI, com a responsabilidade de “transformar um bando armado em um Batalhão de Polícia Militar”.¹⁶¹

¹⁶⁰ SILVEIRA, Geraldo Tito. *Histórico*. Disponível em: <[HTTP://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html](http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html)>. Acesso em 05 fev. 2010.

¹⁶¹ VIEIRA, Fábio Antunes. A participação do 10º Batalhão de Infantaria de Minas Gerais na instauração do governo militar brasileiro em 1964. In: CALEIRO, Regina Célia (Org). *Iniciação à História - Revista dos Acadêmicos de História Centro de Ciências Humanas - UNIMONTES*, v.1. n.1, 2002. p.91-104.



Fotografia 7 Participação da população nas solenidades do 10ºBPMMC.
 Fonte: FIGUEIREDO, João. Presença dos militares ao longo dos 150 anos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Ano V, julho 2007. p.31.

Georgino nasceu na cidade de Guanambi no Estado da Bahia. Em 1940 realizou Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar. Em 1961 graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Entre os anos de 1943 a 1958 foi delegado de Polícia em 68 cidades mineiras. Atuou ainda como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, do Rotary Clube de Montes Claros e como professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Faleceu aos 85 cinco anos na cidade de Montes Claros, em 2004.¹⁶²

Para Vieira, a escolha do Cel. Georgino para chefiar o recém formado pelotão montesclareense não foi por acaso. O referido Cel. fazia parte do grupo de policiais militares mineiros que eram favoráveis a realização de um golpe militar, e que estiveram presentes desde as ocasiões do planejamento até o êxito da operação. Há pouco fizemos menção ao interesse da polícia militar mineira e, é claro, do próprio Cel. Georgino em participar de momentos decisivos para a política brasileira.

Além disso, foi na gestão do Cel. Georgino que o 10º BI pôde usufruir de uma sede própria. Em 1964, mesmo ano do golpe, ao Cel. foi incumbida a difícil tarefa da construção da sede do Batalhão montesclareense, ainda que com poucos recursos:

Em 1964, o 10º estava empenhado na construção do seu Quartel. A PM recebera Cr\$ 30. 000.000,00 para construir 3.000 m² de área coberta, um magnífico projeto do então Capitão-Engenheiro Nonato, também da

¹⁶² HISTÓRICO do Coronel Georgino Jorge de Souza. Disponível em: <<http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html>> e <<http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/contexto.html>>. Acesso em 02 março 2009.

Corporação. Planta alta para a parte destinada ao Comando do Batalhão, simetricamente colocada entre seis enormes pavilhões. (...)

Na base do “vamos que vamos”, associei-me ao grande Mestre, premiado Historiador e então Prefeito de nossa Montes Claros, Dr. Simeão Ribeiro Pires para explorar sua pedreira na Fazenda Cedro nos arredores da cidade: ele com os explosivos e eu, com a mão-de-obra, naturalmente os soldados do Batalhão. (...)

Reativou-se uma velha olaria e o Batalhão fabricou ele próprio, tijolos para a construção do seu quartel. Igualmente, toda a mão-de-obra era nossa e nunca se fará esquecido o Subtenente Natalini, nervoso, exigente, mas de suma capacidade, braço direito do Capitão-Engenheiro.

Admitiram-se como soldados, cidadãos de qualquer idade, desde que fossem bons artífices, especialmente bons pedreiros.

Em 1964, de nossas quatro Companhias, duas eram de gente assim, que nunca tinham tocado em um fuzil, mas que manejavam como ninguém, seus níveis e prumos, colheres de pedreiro, chaves inglesas, abençoados que sejam!¹⁶³

Vale lembrar que não foi por acaso que a sede da corporação estava sendo erguida. Os recursos enviados faziam parte dos projetos de reestruturação da polícia militar, que ocorriam, simultaneamente, aos programas de interação entre a referida corporação e o Exército brasileiro.

Através da citação anterior podemos compreender as dificuldades na construção da sede do quartel, dentre elas, a mais significativa talvez fosse a escassez de mão de obra apropriada. Mão de obra para construir e também para atuar no efetivo da corporação. Na base do imprevisto, ou nas palavras do coronel: no ponta pé do “vamos que vamos” é que foi possível tornar sólido o sonho da ‘sede própria’. Pouco tempo depois, foi novamente através do imprevisto que o 10º pôde prestar a sua contribuição para a execução do golpe de 1964:

O Quartel já estava quase concluído e nuvens de guerra sombrearam o país. Minas se levantaria em armas contra o presidente João Goulart.

“Vamos que vamos”, instruir esse povo para a briga. E em duas semanas, estavam prontos para o que desse e viesse.

- “Minha gente, isto é um fuzil com que vocês vão lutar. Tudo se resume em matar o inimigo e não deixar que eles matem vocês. Empreguem bem a arma e aproveitem o terreno”.

O velho e querido 10º dispunha de umas dez metralhadoras pesadas da 1ª Grande Guerra, uns poucos fuzis metralhadores e munição como sessenta por cento de falha, porque fabricada em 1915 em sua maior parte.

De transporte, o Batalhão tinha apenas um caminhão e um jipe em razoável estado. O espírito da Tropa, porém, empurrava o Comandante para as mais audaciosas decisões.

Confiscaram-se os caminhões do DNOCS e outros tantos da Central do Brasil e de empresas transportadoras.¹⁶⁴

¹⁶³ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* Op.Cit. p.151-152.

¹⁶⁴ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* Op.Cit. p.152.

Já explicamos que a postura do Norte de Minas e, principalmente, da cidade de Montes Claros era de forte apoio aos interesses de retirar João Goulart da presidência. A simples possibilidade, mesmo que utópica, de realização da reforma agrária assustava a elite agropecuária. A execução das reformas de base, a grosso modo, significava a ruptura do segmento tradicional e familiar no poder econômico e político da região.

Para Evelina A. F. de Oliveira A. o temor quanto cumprimento das reformas fazia os setores conservadores regionais fecharem os olhos frente à possibilidade de investimentos no setor agrícola. A aplicação de recursos ensejava o aumento da produção e da produtividade. Na balança do desenvolvimento, a manutenção do alicerce tradicional era o maior peso. Ainda conforme a autora,

O apoio dos setores médios e a articulação parlamentar foram sem dúvida, elementos de fundamental importância para a gestão e legitimação do golpe militar, e levados a cabo não só nos centros de poder, mas também em vários pontos do interior do país.¹⁶⁵

Por meio da citação, podemos compreender a importância do apoio dos governos estaduais e, principalmente, dos governos municipais na efetuação do golpe. Ressaltamos ainda que, nesse contexto, a bancada do Congresso Nacional representava majoritariamente os setores conservadores e contrários à reforma agrária. De outro modo, no caso de Montes Claros, discorremos que o desempenho do governador Magalhães Pinto, na obtenção de recursos e na realização de várias obras na cidade, comprometeu as autoridades locais a confirmarem fiel apoio quando necessário.

E foi nesse contexto que, para o historiador Carlos Fico, o movimento conspiratório saiu do controle. Marcado para ser executado no começo do mês de abril, o General Olympio Mourão Filho, da 4ª Região Militar de Juiz de Fora, se inquietava quanto a morosa articulação. Aliou-se ao governador mineiro e, juntos, decidiram antecipar a operação:

Suas tropas avançaram lentamente e acabaram por receber aos poucos a adesão das forças legalistas. Surpreendidos pela iniciativa de Mourão, e sem conseguir dissuadi-lo, os principais conspiradores perceberam que já era tarde demais: tomaram as iniciativas para que o golpe completasse.¹⁶⁶

E o momento era oportuno para o governador requisitar apoio nas terras sertanejas. Envolto pela Doutrina de Segurança Nacional e sob a autoridade do governador, ao 10º é incumbida a missão de contribuir com a concretização do golpe. Novamente o desempenho

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit.p.121.

¹⁶⁶ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004. p.17.

do Cel. José Geraldo de Oliveira é recordado como primordial para a participação da corporação policial militar em 1964:

Muito se tem contado do Cel. José Geraldo de Oliveira, em termos de Chefe culto e bravo. Sem dúvida o foi e muito mais. Tenho a firme convicção de que sem ele no Comando da PM, Minas não se teria levantado em armas, em 64, embora muitos e muitos outros Comandantes da época não se desmereciam por carência das tradicionais virtudes da Corporação.¹⁶⁷

Do ponto de vista geográfico, a localização do pelotão cumpria função estratégica. No primeiro momento, a missão do 10ºBPMMC consistia em se juntar ao pelotão da cidade de Paracatu, no Noroeste do Estado. Tal cidade que devido a proximidade com Brasília, situada a 200 km, estava supostamente ameaçada pelo Batalhão de Guardas Presidenciais/BGP.

Vieira explica que os rumores de invasão da cidade pelas tropas do BGP eram intensos, e, em vista disso, o Cel. Georgino antecipou o envio de suas tropas para Brasília. E foi confiscando os caminhões do DNOCS e da Central do Brasil que o pelotão seguiu viagem, em 31 de março pelas rodovias BR 365 e 040 que, no período, ainda não eram pavimentadas.

Além do confisco dos veículos para locomoção, os motoristas das duas empresas foram ‘convidados’ a se juntarem ao pelotão, haja vista a carência de membros habilitados para conduzir os veículos. Essas medidas não eram restritas as tropas locais, mas faziam parte de um conjunto de ações táticas previstas para todo o Estado de Minas. A chamada “Operação Silêncio¹⁶⁸” ainda previa a ocupação dos postos de gasolina das cidades visando o abastecimento de combustível necessário a operação.



Fotografia 8 Tropas do 10ºBPMMC em viagem - Fonte: FIGUEIREDO, João. Presença dos militares ao longo dos 150 anos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Ano V, julho 2007. p.30.

¹⁶⁷ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* Op.Cit. p.169.

¹⁶⁸ VIEIRA, Fabio Antunes. *A participação do...* Op.Cit. p.97.



Fotografia 9 Pelotão do 10º BI da PMMG em Brasília, após a queda de João Goulart. Abril de 1964.
 FONTE: VIEIRA, Fábio Antunes. De policiais a combatentes: A PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. 2007. p.120.



Fotografia 10 Policiais militares mineiros em frente ao Palácio da Alvorada. Brasília, 02 de abril de 1964.

O militar à esquerda (com capacete sob o braço) é o Ten Cel Georgino Jorge de Souza (na época comandante do 10º BI da PMMG). À sua esquerda se encontra o Cel José Geraldo de Oliveira, então comandante geral da PMMG. Não há informações disponíveis sobre a identidade dos demais policiais. Fonte: VIEIRA, Fábio Antunes. De policiais a combatentes: A PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX... Op.Cit. p.121.

Mediante informações de que o BGP estava a 42 km de distância de Paracatu, e que possuía 600 homens armados e 3 tanques de guerra, o Coronel decidiu investir na pressão psicológica aos moradores e aos representantes da cidade:

verificado a inviabilidade de um confronto direto como o BGP, o Comandante do 10º partiu para a guerra psicológica contra os moradores da cidade e ao prefeito de Paracatu, impregnando-os de pavor ao descrever a cidade como cenário de um conflito sangrento, em que morreriam não só militares, mas também inúmeros civis que, mesmo se escapassem com vida, teriam seus bens confiscados.¹⁶⁹

¹⁶⁹ VIEIRA, Fábio Antunes. *A participação do...* Op.Cit. p.99.

Verificamos através da citação a importância da pressão psicológica imposta pelo Coronel. Coação que acabou por evitar um confronto direto com as forças da capital federal. Isso porque, o prefeito de Paracatu se uniu a vários representantes da cidade, juntos viajaram até Brasília, para alertar o BGP de que as tropas de Minas Gerais estavam unidas, armadas e organizadas para um levante.

No dia 02 de abril as tropas de Montes Claros se encontraram com o comando do Cel. Dióscoro Gonçalves do Vale, que unificou os destacamentos em Brasília. Com a deposição do governo de João Goulart a função da polícia militar passou a ser a de patrulhar a capital federal, perseguir e prender os adversários da nova ordem, em especial os comunistas.

Como não poderia deixar de ser, em entrevista concedida a pesquisadora E. A. de Oliveira, o comandante do 10º BPMCC justificou o levante militar. Segundo ele, o confronto era necessário diante do que considerava estar em franca expansão, ou seja, as ideias comunistas:

Houve uma revolução (...) eu me empenhei (...), achando-a mais que conveniente para o momento histórico que vivíamos (...). O Partido Comunista estava empolgando o poder. Havia uma bolchevização do país, cuja torre de comando estava no Palácio do Planalto. (...) Havia uma insegurança geral. De par com isso, gente despreparada, agressiva. O 10º Batalhão, integrado na Polícia Militar do Estado, era um componente de um todo, a organização revolucionária. No dia certo, sob o meu comando, partiu daqui uma tropa de 800 homens, rumo à capital da República. Aqui em Montes Claros, líderes locais poderosos, criaram uma milícia revolucionária para debelar qualquer veleidade anti-revolucionária que surgisse aqui. E o 10º partiu daqui, integrou-se às tropas do General Vale em Paracatu, e nós tivemos a honra do 10º Batalhão de Montes Claros ser a vanguarda das tropas que ocuparam a capital da República.¹⁷⁰

Outro ponto é digno de apreciação. Embora não tenhamos encontrado um documento que comprove que o 10º BPMCC tenha sido a primeira tropa policial militar a chegar a Brasília, esse aspecto é destaque quando analisamos a memória dos membros da corporação. “O meu 10º BI foi a primeira Tropa Revolucionária a penetrar na capital da República, como vanguarda de sua coluna.”¹⁷¹

Respeito, admiração, orgulho e temor pela figura do Coronel são adjetivos recorrentes quando se trata da memória da população sobre a participação do Batalhão de Montes Claros no golpe de 1964. Através da imprensa, por exemplo, podemos evidenciar esse

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política...* Op.Cit. p.126. Entrevista realizada pela autora com o Cel. Georgino Jorge de Souza, em 1986.

¹⁷¹ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado...* Op.Cit. p.194.

aspecto. Em entrevista concedida, o jornalista Jorge Nunes Silveira ilustra a visão que boa parte a sociedade nutria em torno do comandante do 10º:

O Georgino, o Coronel Georgino que depois foi até professor da universidade, da Unimontes, um grande professor da área de direito, na época ele recebeu ordem de marchar com o destacamento. Mas o próprio Georgino era uma pessoa muito querida na sociedade, o Georgino era um homem muito culto, muito preparado e para antigamente para a Polícia Militar era uma pessoa muito preparada, meu pai, por exemplo, foi militar foi um Coronel da Polícia era uma pessoa altamente preparada e eu acredito que as pessoas muito preparadas, as pessoas intelectualmente preparadas são avessas a violência, então o Coronel Georgino ele não tinha nada de violento, então ele foi cumprir ordens, então ele levou o destacamento e cumpriu ordens.¹⁷²

Embora possamos considerar que essa é uma opinião parcial, própria de uma pessoa que teve um convívio adjacente com o Coronel, identificamos que a forma como a imprensa escrita do período trabalhou esse fato não foi diferente. Mas, além do respeito, havia o temor. sobre o adjetivo ‘temor’. O jornalista Oswaldo Antunes destaca que o fato de não haver guarnição do exército na cidade, tornava mais evidente o poder exercido pela polícia militar local:

(...) viviam-se, aqueles anos sob o regime militar instaurado em 31 de março de 64. (...) A região não contava, ainda, com o 55º Batalhão de Infantaria do Exército, e assim o comandante do Décimo Batalhão de Polícia Militar era a maior autoridade com baioneta. A ordem verbal de um graduado podia prender e soltar. Mais prendia do que soltava... (...) Por isso a farda e o distintivo da Polícia eram temidos. Não há coragem capaz de impedir o frio na barriga com a baioneta pontiaguda. Baioneta é calada, até porque baioneta não precisa falar para convencer.¹⁷³

Nesse sentido, compreender a visão da imprensa sobre a participação do 10º BPMCM no golpe de 64 é, de certa maneira, é importante para analisarmos a postura desse setor com a implantação do governo militar.

¹⁷² NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

¹⁷³ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O lutador, 2007. p.241.

“Carinhosas e entusiásticas homenagens ao Décimo Batalhão de Infantaria”¹⁷⁴

Foi necessária uma edição extra para a revista bimestral ‘Montes Claros em Foco’ cumprir com seu objetivo de homenagear a participação do 10ºBPMCM no advento do golpe de 1964. A edição de junho-julho trouxe como matéria principal a cobertura do desfile da chegada da corporação na cidade. Cabe ressaltar que, a revista ‘Montes Claros em Foco’ traz em seu discurso a opinião das elites em relação à participação da corporação local na execução do golpe. O corpo editorial da revista abarca representantes dos setores proeminentes da economia e da política de Montes Claros.¹⁷⁵ Sobretudo, porque a maioria desses colaboradores são parentes ou descendentes da elite agropecuária e da elite agroindustrial.

De acordo com a revista, os moradores da cidade, receberam a corporação em festa e ostentando orgulho aos soldados, os receberam com a designação de ‘heróis da revolução’. Nesse sentido, o desfile foi assistido por vários moradores da cidade, haja vista a importância simbólica que o pelotão do Cel. Georgino alçou com a sua empreitada:

Homenagens ao Décimo Batalhão de Infantaria

Carinhosas e entusiásticas homenagens foram prestadas pela população de Montes Claros, por ocasião do regresso à cidade dos valorosos soldados do Décimo Batalhão de Infantaria, pelo seu comportamento durante as operações revolucionárias.

Como representante do governador Magalhães Pinto compareceu o Comandante da Polícia Militar Cel. José Geraldo de Oliveira, que também foi alvo de significativas e justas homenagens. Constituiu, assim, uma nota de grande imponência a chegada das tropas, entusiasticamente aplaudidas e recebidas com flôres.

O desfile foi aberto pela banda de música do Batalhão. A seguir num jeepe aberto, passou o Cel. Georgino Jorge de Souza, ilustrado comandante do Décimo, com oficiais e depois os expressivos contingentes, sendo os líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão.

De um palanque armado em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, assistiram ao desfile o Cel. José Geraldo de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar, o Prefeito municipal, dr. Pedro Santos, o Presidente da Câmara Sr. Orlando Ferreira Lima, Deputado Federal Dr. Francelino dos Santos, Monsenhor Gustavo Ferreira e outras autoridades, fazendo-se ouvir diversos oradores, sendo os líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão¹⁷⁶.

¹⁷⁴ REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra. Trecho referente ao título da matéria principal da edição.

¹⁷⁵ Dentre os colaboradores da revista, constam, por exemplo: o jornalista Newton Prates, o escritor Ciro Versiani dos Anjos, a professora e escritora Ivone Silveira, o médico Valdemar Versiani, o escritor e jornalista Manoel Higino dos Santos, o empresário e ex-prefeito de Montes Claros Simeão Ribeiro Pires. PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.

¹⁷⁶ GENERAIS da Revolução. In: *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra. Trecho referente ao título da matéria principal da edição.



Fotografia 11 Desfile da Tropa do 10ºBPMCM após o regresso da Capital Federal.
Em pé no Jeepe o Coronel Georgino Jorge de Souza. Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.



Fotografia 12 Desfile dos membros do 10ºBPMCM após o retorno da capital federal.
Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.



Fotografia 13 Soldados do 10ª BPMCM que participaram do Golpe de 1964.
Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.

Através da citação podemos perceber alguns aspectos. O primeiro deles é o respaldo e a legitimidade social que o pelotão montesclareense angariou em seu favor e, conseqüentemente, em benefício do governo instaurado pelos militares. Isso fica nítido mediante a frase “líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão.” Trecho que foi repetido na íntegra por duas vezes seguidas.

De igual maneira, identificamos a participação de setores de vários segmentos da sociedade presentes nesse evento. Representantes do governador Magalhães Pinto, o prefeito local, deputados federais e o Bispo da Igreja Católica da cidade. No entanto, o que devemos destacar é a participação do povo montesclareense nas homenagens ao destacamento. O povo assiste ao desfile das tropas como se fosse a comemoração do sete de setembro, ocasião que a população saúda e comemora a Independência do Brasil. De certo modo, o desfile transmite a ideia de que as tropas montesclareenses contribuíram em livrar o país dos malefícios da subversão comunista.

O texto das manchetes da revista ressalta que a população expressa o sentimento de gratidão pela atuação da corporação. A Doutrina de Segurança Nacional notadamente seu componente anticomunista, exerceu forte impacto sobre o cotidiano, inclusive nas cidades do interior de Minas. A concepção de que a sociedade corria perigo diante da expansão do comunismo, expresso no discurso dos militares, é a principal justificativa que a revista utilizou para explicar e gratificar a atuação do 10º BPMCC. Destacamos as demais cerimônias de homenagem, a figura do governador Magalhães Pinto, líder civil do movimento, mesmo quando impossibilitado de estar fisicamente, é umas das peças centrais:

Banquete

O Cel. José Geraldo de Oliveira, representante do governador Magalhães Pinto, foi homenageado com um banquete realizado às 21 horas, no Clube Montes Claros, quando o ilustre Comandante Geral da Polícia Militar foi saudado por diversos oradores.

Estiveram presentes ao ágape, representantes de tôdas as classes sociais, autoridades e famílias de nossa sociedade, testemunhando ao cel. José Geraldo a sua simpatia e gratidão pela sua atuação no recente movimento revolucionário¹⁷⁷

Homenagem

Após a sua chegada a esta cidade às 11 horas, acompanhado dos secretários e vários deputados, tendo à frente o prefeito municipal dr. Pedro Santos, o Governador Magalhães Pinto recebeu as honras militares de estilo, passando em revista as tropas do 10 BI, sendo entusiasticamente aplaudido por milhares de colegiais e alunos de nossas escolas primárias e de grande massa popular que se concentrava na Praça de Esportes em sua homenagem.

Precisamente às 12 horas, na Câmara Municipal, que promoveu uma sessão especial, para homenageá-lo, culminaram as homenagens de apreço e simpatia ao eminente Governador Magalhães Pinto. S. Excia que se faça

¹⁷⁷ *Idem.*

acompanhar de vários auxiliares de seu governo, deputados estaduais e federais, prefeitos municipais e destacadas personalidades, deu entrada no salão nobre da Associação Comercial, sob calorosas palmas.¹⁷⁸



Fotografia 14 Palanque erguido em frente à Prefeitura Municipal onde foram realizadas as homenagens ao destacamento de Montes Claros.

Da direita para a esquerda: Monsenhor Gustavo Ferreira, o Comandante Geral da Polícia Militar José Geraldo de Oliveira, o prefeito Pedro Santos e o presidente da Câmara Municipal Orlando Ferreira Lima.

Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.



Fotografia 15 O Coronel Georgino Jorge de Souza agradecendo ao banquete oferecido pelas autoridades de Montes Claros em homenagem a participação do 10º BPMCC no Golpe de 1964.

Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.

Para os políticos de Montes Claros havia uma dívida com o governador mineiro, por isso, apoiá-lo em suas decisões era imperativo. Porém, ainda na edição extra da Revista Montes Claros em Foco identificamos que as homenagens não foram apenas ao destacamento local e ao representante do Estado mineiro. O governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros também visitou a cidade após o êxito das operações.



Fotografia 16 Recepção ao governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, em visita a cidade de Montes Claros após o êxito do golpe de 1964.

Na imagem o governador caminha pelas ruas da Praça da Matriz no centro da cidade.

Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.

¹⁷⁸ *Ibidem*

De acordo com Thomas Skidmore, Barros na sua primeira candidatura ao governo paulista, em 1947, foi eleito sob o apoio dos setores de esquerda. Paradoxalmente, em 1963, na vigência do seu segundo mandato como governador, o seu discurso era o avesso. Pregava o interesse em extirpar a esquerda, principalmente aqueles que atuavam nos movimentos operários e nos sindicatos¹⁷⁹. E foi devido a alteração em sua postura ideológica que o governador paulista se tornou bem querido pelas autoridades montesclarenses. De tal maneira, Barros pôde desfrutar das pompas e das homenagens oferecidas aos ‘colaboradores’ do golpe militar.

A chegada do governador Ademar de Barros

Acompanhado de numerosa comitiva, integrada pelo sr. Paulo Salvo, representado o governador Magalhães Pinto; deputados Bento Gonçalves Filho, Reni Rabelo, Luiz Fernando e João Luiz de Carvalho; general José Lopes Bragança, padre Caio Alvim de Castro; jornalistas e outras pessoas, o governador Ademar de Barros pôde sentir nas horas de permanência em nossa cidade, a admiração e o carinho dos montesclarenses pelo ilustre chefe do govêrno paulista e um dos líderes do movimento revolucionário de 31 de março. Desde sua chegada às 12 horas de sábado, no aeroporto local, onde foi festivamente recepcionado pelo prefeito municipal, dr. Pedro Santos, Cel. Georgino Jorge de Souza, comandante do Décimo Batalhão e outras autoridades, ao seu regresso, ocorrido na manhã do dia seguinte, o chefe do govêrno bandeirante foi cercado de manifestações de aprêço por parte do prefeito municipal e do povo de Montes Claros¹⁸⁰.

Banquete

Às 21 horas, no Restaurante Mangueira (...) Falaram ainda o Sr. Paulo Salvo, representante do governador Magalhães Pinto, (...) Sr. Orlando Ferreira Lima, presidente da Câmara Municipal, levantando um brinde ao governador Magalhães Pinto; (...) Em seguida falou o governador Ademar de Barros, agradecendo o banquete e as homenagens de que foi alvo. Na sua oração, o chefe do executivo bandeirante, focalizou o movimento revolucionário, dizendo que era o mesmo necessário para pôr fim à baderna que ameaçava conduzir o país para o caos. (grifo nosso)



Fotografia 17 Palanque erguido em frente à Praça da Matriz, centro da cidade, onde foi proferido o discurso em homenagem a visita do governador de São Paulo, Ademar de Barros.
Fonte: REVISTA Montes Claros em Foco, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.

¹⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil... Op.Cit.* p.332.

¹⁸⁰ GENERAIS da Revolução. In: *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra. Trecho referente ao título da matéria principal da edição.

Se através do discurso os governadores justificaram a necessidade do levante, devido propagação do que eles consideravam como ameaça a sociedade, ou seja, o aumento das manifestações sociais e das ideias comunistas, na prática, o interesse de ambos era outro. Segundo Skidmore, entre o final de 1963 e o começo de 1964 foi expressivo o aumento das denúncias e das articulações contra o governo de João Goulart. Era o interesse nas eleições presidenciais de 1965. O autor aponta que o governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, e o líder mineiro, Magalhães Pinto, eram os principais aspirantes a candidatura a presidência, nas eleições de 1965. O ex-presidente Juscelino Kubitschek e o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda também estavam na lista dos possíveis aspirantes ao futuro pleito presidencial. Não obstante, em um primeiro momento, o jogo político oscilava entre intimidar e enfraquecer as bases do governo de Jango.

Novamente, através da imagem anterior identificamos a aprovação de vários segmentos da sociedade de Montes Claros em relação a participação do 10ºBPMMC na execução do golpe de 1964. No entanto, grosso modo, não havia nada que garantisse que os interesses da recém criada elite industrial e da tradicional elite agropecuária seriam mantidos no novo rearranjo político. Ademais, como destacamos anteriormente, era orientação do complexo IPES/IBAD que a Polícia Militar cumprisse a função de evitar manifestações e aglutinações sociais de esquerda. Nesse sentido, a ‘contribuição’ do destacamento local legou para a instituição o *status* de ‘protetores’ e de ‘heróis’ da ‘revolução’ em âmbito local, o que convalidou a inserção de seus membros nos veículos aglutinadores de informação. A imprensa escrita, objeto de nossa investigação, imbuída da função de divulgar manchetes de variadas temáticas e estilos, foi intensamente afetada pela vigilância impetrada pela censura executada por oficiais do 10ºBPMMC.

Em governos ditatoriais, recorrer ao controle da divulgação de ideias, de informações e de valores é um nefasto costume. Nesse caso, ‘cortar o mal pela raiz’ é a saída encontrada diante da inviabilidade do controle total da sociedade. Portanto, imbuídos da tarefa de impedir que fossem publicadas matérias que colocassem em risco a ‘imagem’ do recém instaurado governo, policiais militares exerceram a função de censores nas redações dos principais jornais impressos de Montes Claros. Para nossa investigação selecionamos os periódicos: ‘Diário de Montes Claros’ e o ‘Jornal de Montes Claros’.

Todavia, antes de prosseguirmos com nossa investigação, consideramos fundamental traçar o perfil da imprensa que atuou nesse momento de supressão ao direito de livre divulgação de informações. Além do mais, compreender o perfil dos impressos é de certa

maneira abranger o nosso entendimento sobre a sociedade montesclareense no contexto de nossa pesquisa.

No decorrer da investigação de nosso objeto, a censura a imprensa escrita, observamos que não seria suficiente realizar uma discussão utilizando as principais obras da historiografia relacionadas ao Regime Militar. Pelo contrário, a nossa pesquisa nos imputou a tarefa de compreender a postura adotada por uma cidade situada em uma região periférica de Minas Gerais, desde o momento da renúncia de Jânio Quadros ao golpe que retirou do poder o presidente João Goulart.

Com esse desígnio, observamos a posição da elite agropecuária local nesse conturbado momento da política brasileira. Apontamos que o principal temor era a possibilidade de aprovação do projeto que previa as Reformas de Base. Dentre elas, a maior aversão estava na reforma agrária. Esse temor foi o elo que conduziu o apoio do segmento agropecuário aos articuladores do golpe de 1964. Os laços de compromisso e fidelidade com o governo do Estado possibilitou o terreno profícuo para angariar defensores e propagadores da Doutrina de Segurança Nacional.

Apesar de Montes Claros não ter abrigado segmentos de esquerda que pudessem desestruturar o setor tradicional, a oposição, mesmo que reduzida, procurou divulgar suas ideias sobre a necessidade de uma sociedade com melhores condições de vida. Esse setor foi representado pelas pequenas associações de bairro, pelas agremiações estudantis e pelo ‘grupo dos onze,’ este último liderado pelo político Leonel Brizola. Como vimos, essa oposição foi intensamente vigiada pela guarnição do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros. Destacamento que cumpriu a função de censurar a imprensa escrita após a sua participação na realização do golpe militar.

Enfim, como o nosso principal interesse é abranger a percepção sobre como se processou essa censura, encerramos a análise deste capítulo com a compreensão do perfil dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’. Apontamos que a experiência profissional e pessoal que os profissionais da imprensa obtiveram nos jornais de grande circulação nacional, legou para cidade periódicos de caráter objetivo e investigativo. Nesse sentido, criamos as bases para a nossa posterior compreensão, ou seja, o espaço de sociabilidade de censores e jornalistas, a metodologia da censura, e, os meios de contorno a essa repressão.

PARTE II ‘CORTAR O MAL PELA RAIZ’: A CENSURA À IMPRENSA ESCRITA NO SERTÃO NORTE-MINEIRO

Na segunda parte da dissertação lidaremos, em sua maior parte, com eventos e processos ocorridos durante o período diretamente vinculado à delimitação de nosso trabalho, 1964-1985, que cobre os anos de vigência efetiva da ditadura militar, se tomarmos a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral como seu momento derradeiro¹⁸¹. Atravessamos, pois, as diferentes fases pelas quais passou o regime militar: a *operação limpeza* no governo Castelo Branco; o breve período de reconstitucionalização e descompressão política, durante os anos de 1967 e 1968; a acentuação do arbítrio de 1968 a 1974; o processo de distensão *lenta, gradual e segura*, inaugurado por Geisel em 1974; a aceleração da transição democrática, apresentada pelo regime como a *abertura política*, que se realiza a partir da supressão do AI-5 em 1978; além do processo final de desagregação do regime, conquanto sem perda plena do controle por parte dos militares, que se estende de 1982 – ano de vitórias eleitorais importantes das oposições – até 1985, tendo a campanha pela realização de eleições diretas em 1983 como seu momento mais expressivo¹⁸².

Conforme Ignacio Godinho Delgado na dimensão institucional, não obstante as fases do regime, as diferentes configurações de força estabelecidas entre as facções militares que o comandam e a presença de níveis diversos de liberalização em cada governo, consolidou-se um arranjo institucional que articulava o núcleo autoritário em que era confinado o processo decisório a um sistema eleitoral e partidário mitigado, mantido para conferir legitimação eleitoral ao regime. O processo decisório era contido em arenas restritas e, no limite, realizava-se em meio a uma divisão de trabalho entre os militares e a tecnoburocracia civil (...) bem como através dos diversos mecanismos de intermediação que ligam o Estado e as elites econômicas. A condução da política econômica era confiada a setores tecnoburocráticos vinculados ao grande capital e aos projetos de modernização que privilegiavam a associação com o capital estrangeiro. Aos militares cabia a direção dos organismos de informação e segurança, bem como aqueles ligados ao planejamento

¹⁸¹ Outra possibilidade seria tomar a promulgação da Constituição de 1988 como a data de referência. Todavia, embora ainda permanecesse grande parte da ordem jurídica definida nos governos militares, a troca de guarda na chefia do Executivo é significativa do encerramento de um ciclo. Ademais, como se debateu à época, o “entulho autoritário”, representado pela permanência de diversos dispositivos gerados na ditadura, subsistiu também depois da promulgação da Constituinte.

¹⁸² CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; DELGADO, I. G. *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 9. Nº 1. Juiz de Fora: Departamento de História da UFJF. 1977

estratégico vinculado aos “objetivos nacionais” da Doutrina de Segurança Nacional. A definição de uma estratégia global era efetuada através do Conselho de Segurança Nacional, órgão que servia à compatibilização das orientações dos dois setores de governo. No que se refere às elites empresariais, o regime constituiu mecanismos de intermediação que o tornavam poroso aos seus interesses. Tais mecanismos iam desde o assento formal de lideranças empresariais em organismos como o Conselho Monetário Nacional, à disseminação de “anéis burocráticos” entre a burocracia estatal e elites empresariais, ao lado da multiplicação de agências estatais que tratam de políticas setoriais¹⁸³.

Este arranjo, por outro lado, era encoberto por uma relação ambígua do regime com as instituições da democracia representativa¹⁸⁴. Embora a Doutrina de Segurança Nacional, como veremos à frente, apresentasse aspectos que poderiam configurar uma ordem totalitária – como a noção de “inimigo interno” e de “guerra total” –, nunca prevaleceu a perspectiva de abolição do sistema eleitoral e da substituição periódica dos governos militares de plantão. Ademais, em todos os pronunciamentos inaugurais dos presidentes militares apareceu a perspectiva de institucionalização de uma ordem jurídica que incorporasse dispositivos de defesa permanente do regime contra a “subversão”, mas que pudesse compatibilizar-se com algo próximo ao Estado de Direito¹⁸⁵.

Neste sentido, a trajetória do regime espelhou tal ambiguidade, evidenciando percepções diversas das correntes militares sobre o papel que passam a desempenhar quando assumem funções de governo, bem como as complexas relações entre Estado e oposição e, também, entre os governos militares e suas bases de sustentação empresariais¹⁸⁶. Durante a “operação limpeza” de Castelo Branco, a preocupação central é eliminar os remanescentes da velha ordem e criar condições para a atração de capitais externos, que pudessem dar substância à opção pelo desenvolvimento dependente e associado. Este é o

¹⁸³ DELGADO, I. G. *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 9. Nº 1. Juiz de Fora: Departamento de História da UFJF. 1977. P. 3.

¹⁸⁴ Para um balanço das controvérsias na literatura referentes ao regime militar brasileiro ver FICO, C. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004; REIS, D. A. , RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004; FICO, Carlos et alli (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

¹⁸⁵ CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; DELGADO, I. G. *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 9. Nº 1. Juiz de Fora: Departamento de História da UFJF. 1977

¹⁸⁶ DELGADO, I. G. *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 9. Nº 1. Juiz de Fora: Departamento de História da UFJF. 1977; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

sentido do conjunto de ações repressivas e alterações institucionais que acentuam a face autoritária do regime (como os Atos Institucionais, os IPMs, a Lei de Imprensa em 1967), e de medidas como a eliminação às restrições à remessa de lucros para o exterior, a reforma do sistema financeiro, o FGTS, as regras do arrocho salarial¹⁸⁷. Ao final de seu governo, contudo, Castelo Branco preocupa-se em deixar estabelecida uma nova ordem constitucional que, no limite, incorporava boa parte dos dispositivos definidos nos anos anteriores.

No período que se estende de 1967 a 1968, sob liderança dos setores mais “duros” entre os militares, o regime busca reaproximar-se de setores empresariais descontentes com as medidas de racionalização econômica do governo Castelo, especialmente grupos nacionais. Dois anos de descompressão, todavia, são seguidos da retomada de mobilizações intensas de estudantes, do movimento sindical, das tentativas de articulação de uma frente oposicionista agrupando personagens desgarrados do regime e lideranças da velha ordem, além do desafio lançado pela esquerda revolucionária. Diante desta confrontação difusa, o regime aprofunda sua opção autoritária, com o AI-5, em 1968¹⁸⁸.

Os “anos de chumbo” combinam a acentuação do consenso entre as elites econômicas, caudatário dos níveis elevados de crescimento que permitiam a obtenção ganhos variados para diferentes setores empresariais, com a repressão violenta à esquerda, além da restrição generalizada às manifestações inclusive de setores moderados da oposição. Todavia denúncias de organismos institucionais sobre a repressão e a concentração de renda afetam o *ethos* militar em facções de perfil mais liberal, além de distanciar atores que deram apoio decisivo para o golpe de 1964, como a Igreja Católica¹⁸⁹.

O governo Geisel representa o retorno da *Sorbonne* ao topo do aparelho de Estado. Apesar de responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, no espectro das correntes militares que controlavam o poder, a *Sorbonne* buscava distanciar-se dos grupos que controlavam o aparato repressivo, crescentemente autônomo, responsáveis por ações

¹⁸⁷ Ver ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; REZENDE, A. L. “Estabilização e Reforma” e LAGO, L. A. C. “A Retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre (1967-1973)”. In: ABREU, M.P. *A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹⁸⁸ DELGADO, I. G. *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. V. 9. Nº 1. Juiz de Fora: Departamento de História da UFJF. 1977; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁸⁹ *Idem*.

que, se pouco conhecidas no Brasil por força da repressão e da censura, eram objeto de críticas crescentes no cenário internacional. Neste quadro, a derrota de esquerda armada, a expectativa da permanência de um bom desempenho econômico, combinada ao diagnóstico de uma polarização inevitável na cena política, determinam, pois, a decisão de empreender a *distensão lenta, gradual e segura*, cujo objetivo era assegurar o alcance daquela ordem jurídica, nomeada por Geisel *democracia relativa*, em que a preservação de instrumentos de combate à “subversão” fosse encoberta pelo apego formal ao Estado de Direito¹⁹⁰. No limite, este projeto sofreu percalços variados, associados, por um lado, às pressões dos segmentos militares mais “duros” e, por outro, à vitória do MDB nas eleições de 1974, ao reavivar da sociedade civil – com a acentuação das pressões liberalizantes de entidades como a OAB, a ABI, a CNBB –, à redução do crescimento econômico e à ocorrência de dissensões nas bases empresariais do regime, que encetam a campanha de “desestatização”, contra os dispositivos presentes no II PND, que se propunha a complementação, com forte peso do Estado, do processo de substituição de importações. Ao final do período, assiste-se, ainda, à retomada das mobilizações estudantis e sindicais¹⁹¹.

Combinando medidas de negociação com a oposição liberal à manipulação das regras eleitorais, Geisel conseguiu fazer seu sucessor, mesmo com focos significativos de insatisfação militar e a tentativa de golpe de seu ministro do Exército. As reformas empreendidas em 1978 acentuam o processo de transição, com a eliminação do AI-5 e a criação de “estado de emergência”. Contornava-se, também, o caráter plebiscitário do processo eleitoral, acentuado desde 1974, por via de uma reforma partidária que buscava dissolver a frente de oposição, abrigada no MDB e constituir parceiros moderados na oposição de modo a garantir o controle da transição pelo próprio regime¹⁹².

O processo de transição, contudo, não se verificou segundo o roteiro original previsto por formuladores do regime. A pressão cerrada dos segmentos militares contrários

¹⁹⁰ LAMOUNIER, B. “Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor” in LAMOUNIER, B. (org), *De Geisel a Collor : o balanço da transição*, São Paulo, Sumaré/IDESP, 1990.

¹⁹¹ DELGADO, I. G. *Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988*. In: Locus. Nº 10 (6.1). Juiz de Fora: Editora da UFJF. Pp. 55-70, 2000. ; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; BOSCHI, R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; VELASCO E CRUZ, S. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995; DINIZ, E., “Transição, Partidos e Regimes Políticos”. In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. (orgs) *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989; DULCI, O. e DREYFUSS, R. “As Forças Armadas e a Política”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. Op. Cit..

¹⁹² DELGADO, I. G. *Empresariado e Direitos Sociais... Op. Cit.*; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição... Op. Cit.*; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política... Op. Cit.*

à abertura, com atentados e ameaças recorrentes, provocou defecções importantes no governo Figueiredo, como Golbery do Couto e Silva, e acentuou as dissensões no meio militar e nas bases civis de apoio ao regime. Permeável a tais pressões e temeroso do fracasso nas eleições previstas para 1982 – risco acentuado pela presença da recessão que decorria da crise do setor externo verificada no início dos anos 80 - Figueiredo estabeleceu nova legislação eleitoral, proibindo a ocorrência de coalizões e impondo o voto vinculado. A artimanha não impediu a vitória da oposição nos principais estados, nem tampouco a perda da maioria governista na Câmara dos Deputados, mas assegurava ao regime o controle sobre o Colégio Eleitoral que definiria o sucessor de Figueiredo em 1985¹⁹³.

Todavia, a sorte do regime estava selada. O agravamento da situação econômica, a ausência de um projeto econômico capaz de conferir unidade e criasse expectativas positivas entre os diferentes setores empresariais, as fissuras no meio militar, a presença da oposição nos principais estados da federação, a crescente mobilização dos trabalhadores – que haviam acentuado sua presença na estrutura ocupacional após anos seguidos de industrialização e urbanização intensivas, além de diversificado suas formas de representação, com a criação da CUT e do PT -, a emergência daquilo que Renato Boschi denominou a “arte da associação, com a acentuação do protagonismo de diversos movimentos sociais, diminuía a margem de manobra do regime e tornavam complexa a unidade de seus apoiadores para a definição de uma alternativa à sucessão de Figueiredo. Neste processo, após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, em meio a colossais manifestações populares, foi articulada a composição entre o PMDB e setores dissidentes do PDS – o sucessor da ARENA, partido de sustentação do regime no Parlamento - em favor da candidatura de Tancredo Neves, da oposição liberal, pondo fim ao ciclo dos presidentes militares¹⁹⁴.

Já se disse que o fim do regime militar no Brasil corresponde a um caso exemplar de *transição pela transação*¹⁹⁵. Nela tiveram papel significativo os setores moderados do próprio regime, acertados com segmentos também moderados da oposição, impedindo o

¹⁹³ DELGADO, I. G. *Empresariado e Direitos Sociais... Op. Cit.*; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política... Op. Cit.*

¹⁹⁴ DELGADO, I. G. *Empresariado e Direitos Sociais... Op. Cit.*; ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E., “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. BOSCHI, R. *A Arte da Associação - Política de Base e Democracia no Brasil*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUERJ, 1987.

¹⁹⁵ SHARE, D. e MAINWARING, S. “Transição pela Transação : democratização no Brasil e na Espanha” in *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 29, Número 2, 1986.

colapso da ordem autoritária e a mudança abrangente dos grupos que situados no governo. Contudo, ao longo do processo de transição, a presença significativa dos setores populares, especialmente a partir de 1977, permitiu a ampliação expressiva dos limites institucionais previstos pelos seus dirigentes e admitidos atores que, inicialmente, imaginava-se aliados do processo. A Carta de 1988, que ampliou de forma expressiva as franquias democráticas e os direitos sociais, foi o desenlace formal deste processo¹⁹⁶.

Apesar do cenário sócio-político, já ao final da década de 1970, evidenciar o progressivo retorno ao processo democrático e o declínio da censura aos meios de comunicação, esses aspectos não foram observados em nossa pesquisa. Nas redações do ‘Diário de Montes Claros’ e do ‘Jornal de Montes Claros’ houve a manutenção do aparato repressor, com o uso de processos-crime, tanto para punir quanto para coibir os jornalistas que descumpriam as determinações. Além desse aspecto, as instruções verbais do que poderia ou não ser publicado também perpassou os vinte e um anos de governo militar. Compreender os motivos pelos quais a censura permaneceu durante todo esse período, e porque ela foi inserida no ano do golpe de 1964 é o nosso próximo intento.

¹⁹⁶ DELGADO, I. G. *Empresariado e Direitos Sociais... Op. Cit.*

4 AS MUITAS JUSTIFICATIVAS PARA O CONTROLE À IMPRENSA ESCRITA DE MONTES CLAROS DURANTE O GOVERNO MILITAR

A historiadora Beatriz Kushnir¹⁹⁷ analisou a legislação do período Republicano no Brasil, no intuito de compreender como o aparato Estatal interveio, em vários momentos, na trajetória da introdução da censura aos meios de comunicação. Nesse ínterim, a autora aponta que a censura, foi inserida, paulatinamente, através do uso sistemático do judiciário, desde a primeira Constituição Republicana, em 1891. Seguindo o mesmo objetivo de Kushnir, ou seja, indicar o percurso de legitimação da censura, utilizaremos outro trajeto. A priori, iremos apontar para as principais justificativas que, historicamente, foram utilizadas para respaldar a prática censória em Montes Claros.

Em seguida, este capítulo se dedica a compreensão dos vários fatores que referendaram a prática da censura a imprensa escrita de Montes Claros durante o governo militar. Nessa perspectiva, apontaremos, no decurso da trajetória da imprensa, os elementos que fomentaram o respaldo social e político para a prática da censura. Seguindo a linha de pensamento de Kushnir, demonstraremos que a censura não foi algo restrito ao período militar brasileiro, a imprensa escrita da cidade, em vários momentos, e por meio de variadas formas, vivenciou a censura.

Com esse objetivo dividimos este capítulo em quatro seções. Na primeira seção examinaremos a atuação e presença do anticomunismo em Montes Claros. O anticomunismo não foi um elemento restrito aos momentos de gestação e execução do golpe de 1964. Mostraremos que a presença do anticomunismo teve o seu pioneiro espaço de manifestação no começo do século XX, por meio do impresso 'A Verdade'. Ao mesmo tempo, na região do Norte de Minas, o anticomunismo vem associado ao temor de realização da reforma agrária. Haja vista a forte concentração de terras e a tradição agropecuária regional. E, mesmo quando a cidade se integrou ao processo de industrialização, o temor incidiu, principalmente, entre os empresários e industriais diante da possibilidade de manifestações da classe trabalhadora.

Na segunda seção, iremos perpassar, ligeiramente, as várias facetas da censura no decurso da trajetória da imprensa escrita montesclareense. O nosso principal objetivo é apontar que a prática da censura não se restringiu a Ditadura Militar. Pelo contrário, atuando de diversas maneiras, o cerceamento a impressos teve várias faces e variadas finalidades.

¹⁹⁷ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004. p.82-131.

Durante a terceira seção nos propomos a examinar o perfil da imprensa escrita de Montes Claros, nas décadas de 1960 e de 1970. Até o final da década de 1940, os impressos da cidade tinham os seus objetivos atrelados aos ditames da política e da economia local. Após esse período, houve uma ruptura com este perfil, a partir da criação do ‘Jornal de Montes Claros’ e do ‘Diário de Montes Claros’, por Oswaldo Antunes e Décio Gonçalves de Queiroz, respectivamente. A atuação dos proprietários dos impressos em jornais de grande circulação, como o ‘Diário Católico’, de Belo Horizonte, e o ‘Estado de São Paulo’, de São Paulo, resultou na introdução de um jornalismo investigativo que evitou ficar a mercê das orientações da elite local. A alteração no perfil da imprensa escrita foi uma das justificativas para inserção de censores nas redações dos jornais arrolados. Afinal de contas, se já não estavam mais atrelados às orientações da elite local, não eram impressos ‘confiáveis’. Sobretudo, devido à formação pessoal e profissional dos jornalistas, que permitia o contato com aqueles que o governo militar definia como ‘inimigo interno’, dentre eles os jornalistas tinham contato com o ‘grupo dos onze’.

A par dessas considerações, investigaremos, na quarta seção, os motivos pelos quais, após a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros na execução do golpe de 1964, motivaram a corporação a vigiar os jornais ‘JMC’ e ‘DMC’. Com interesse em manter intacta a imagem do novo governo constituído, a guarnição local inseriu censores nas redações dos impressos arrolados. A possibilidade de atuação do ‘inimigo interno’ fomentou o empenho em ‘cortar o mal pela raiz’, por meio do cerceamento das publicações. Sendo os jornais um dos principais acessos à informação, vigiar as redações foi uma questão estratégica para a corporação.

Essas considerações são vitais para a nossa pesquisa, para que possamos analisar a prática da censura, os métodos e o espaço de sociabilidade das redações do ‘JMC’ e do ‘DMC’ no capítulo posterior.

4.1 Exemplos de Anticomunismo em Montes Claros

No capítulo anterior apontamos que o anticomunismo não foi um fenômeno restrito ao período antecedente ao golpe militar de 1964. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Mota, o receio quanto à disseminação das ideias esquerdistas no Brasil advém do período posterior a Revolução Russa de 1917, momento em que os bolcheviques se consagraram no poder. Nesse

momento, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Rússia e iniciou a repressão aos veículos de propagação das ideias de esquerda no país, como livros e jornais¹⁹⁸.

Apontar que a prática do anticomunismo em Montes Claros não foi restrita aos momentos antecedentes ao golpe de 1964, e a instauração do Regime Militar brasileiro, é o nosso intento inicial. A nossa abordagem se restringirá a identificação do discurso anticomunista na cidade em diferentes contextos. O temor quanto à disseminação de ideologias de esquerda é uma das principais justificativas utilizadas para respaldar a prática da censura à imprensa escrita da cidade. Sobretudo porque os jornalistas que trabalharam nas décadas de 1960 e 1970 não tinham seus interesses diretamente atrelados aos ditames da política montesclarensense e, desse modo, seriam mais propensos a abordar essa temática sem pudores. A atuação dos jornalistas em grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte, conforme explicamos anteriormente, também alterou o perfil dos impressos da cidade. Esse fato também poder ser tomado como justificativa para o controle da difusão das ideologias de esquerda, principalmente através dos meios de comunicação.

A historiadora Carla Simone Rodeghero fez uma comparação entre o anticomunismo católico no Brasil e nos Estados Unidos no período da Guerra Fria, mais especificamente entre os anos de 1945-1964. De acordo com a autora, o anticomunismo é aglomerado de práticas realizadas por variados grupos que tem como objetivo construir um imaginário e criar representações que qualificam o comunismo como ideologia permissiva à sociedade. Nesse sentido, são vários os recursos e os métodos para cumprir com o propósito de eliminar a ideologia de esquerda. A utilização de propagandas, os mecanismos educacionais, a formação de grupos, os discursos divulgados pela Igreja Católica, ou ainda, as manifestações sociais, são os principais focos de atuação dos grupos anticomunistas¹⁹⁹.

A pesquisadora Carla Luciana Silva faz referência aos estudos de Hanna Arendt, sobre o totalitarismo, para explicar que o anticomunismo fomentou, até mesmo, a concepção de autopolicimento social. Ou seja, cada indivíduo passa a ser responsável por impedir que as ideologias de esquerda exerçam qualquer influência sobre a sua vida e, na vida daqueles que o cercam. O autopolicimento auxiliou na caça ao inimigo interno, um componente abstrato, porque o comunismo como estrutura de governo não existiu no Brasil, mas existiram segmentos que aderiram a ideologias de esquerda. A propagação das ideologias de esquerda nos países europeus justificou, em âmbito nacional, o receio de que essa realidade política

¹⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n. 2, p. 227-246, 2007.

¹⁹⁹ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, nº44, p.463-488, 2002.

pudesse solidificar-se em solo brasileiro²⁰⁰. Dessa maneira, tanto Rodeghero quanto Silva corroboram da ideia de que a ‘criação’ do inimigo interno, seja abstrato ou real, foi primordial para o desempenho dos segmentos anticomunistas no Brasil.

Dentre os vários mecanismos de propagação da homilia anticomunista, elegemos para nossa análise, nesse primeiro momento, os discursos divulgados pela Igreja Católica. A nossa finalidade é demonstrar que, desde o começo do século XX, o anticomunismo obteve adesão de segmentos católicos em Montes Claros, cidade localizada em uma região periférica do Estado de Minas Gerais. Por meio do impresso ‘A Verdade’, órgão de expressão dos Cônegos Premonstratenses, fundado em 1907, identificamos que esse discurso foi o tema principal de algumas de suas edições.

Na publicação de 1º de junho de 1907, através da matéria: ‘O trabalho não mata’ o jornal ressaltou que as críticas quanto ao aumento da jornada do trabalhador detém forte exagero. De acordo com a matéria, quanto maior o número de horas trabalhadas melhor é a saúde e o caráter do homem. Além disso, os dizeres da sabedoria popular: ‘mente fazia, oficina do diabo’ vêm embutidos no texto, quando o ócio é apontado como um dos fatores que devastam a sociedade. Conforme o artigo, através do ócio, o indivíduo experimenta vícios e pratica furtos. Entretanto, destacamos que o texto faz menção à ideologia socialista como o principal segmento que critica e que reivindica a diminuição da jornada do trabalhador. Para o ‘A Verdade’, a ideologia socialista deve ser eliminada, haja vista a possibilidade do socialismo ‘corromper’ o caráter do trabalhador e dificultar o progresso econômico da sociedade. Aspecto que podemos observar no trecho a seguir:

O trabalho não mata, pelo contrário, é uma condição da saúde e do equilíbrio mental. Um dos mais ardentes e propagandistas da doutrina collectivistas anunciava que em breve bastaria para os homens uma hora e vinte minutos diário, para satisfazer as necessidades e as exigências da comunidade. (...) A tendência actual dos socialistas é considerar o trabalho uma escravidão, uma injustiça incompatível com o progresso. Esta concepção é tão falsa quão perigosa. Na realidade o trabalho é a origem da alegria e da saúde... e o único meio de esquecer nossas misérias e remediá-las. (...) É preciso inspirar o povo o amor ao trabalho, o medo da ociosidade e do álcool, mas antes de tudo, refutar a doutrina que ensina que o trabalho é um aviltamento.²⁰¹

Carla Simone Rodeghero afirma que o anticomunismo católico brasileiro tem a sua origem entre os anos de 1917 e 1930. O discurso era voltado para a classe operária, pois, esta, segundo o catolicismo, teria maior probabilidade de entrar em contato com os imigrantes

²⁰⁰ SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

²⁰¹ O TRABALHO não mata. Jornal ‘A Verdade’, Montes Claros, 1º de junho de 1907, ano I, nº 5. p.02.

européus que chegavam ao Brasil em grande número no período. Os estrangeiros, porventura, teriam conhecimento das doutrinas socialistas ou anarquistas e, conseqüentemente, se tornariam ‘subversivos’ em potencial. Nesse momento, a Igreja Católica, no Brasil, procurou criar obras ou veículos de propagação de ideias que pudessem disseminar o teor anticomunista e, ao mesmo tempo, divulgar a superioridade da fé católica ante as ideologias de esquerda. Rodeghero faz menção a pesquisadora Mônica Veloso²⁰², que analisa a criação da revista católica ‘A Ordem’, em 1921, como o principal impresso católico no Brasil que divulgou o discurso anticomunista. Para Veloso, o conteúdo da revista também dava destaque ao papel vital do Estado na trajetória de combate ao comunismo.

O historiador Murilo Leal Pereira Neto afirma que o discurso católico anticomunista exerceu forte influência na classe operária do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960²⁰³. O autor analisa as edições do jornal ‘O Metalúrgico’, impresso pelo sindicato dos trabalhadores de São Paulo a partir da década de 1950. Neto identificou que as representações sobre o anticomunismo faziam menção a necessidade de proteger a família, a moral cristã e a ordem social.

Apesar de contextos distintos, tanto o ‘A Verdade’, de Montes Claros, como o ‘O Metalúrgico’, de São Paulo, possuem discursos análogos, em se tratando do anticomunismo. Os jornais atribuem as dificuldades financeiras como responsabilidade do trabalhador diante da sua falta de compromisso com o emprego e por não buscar qualificação profissional. Da mesma maneira, as moléstias físicas e os acidentes de trabalho não são atribuídos como responsabilidade das empresas e das indústrias, mas devido, por exemplo, a falta de higiene, ao consumo de álcool e a prática de vícios, que prejudicam a atenção e o desempenho do profissional.

No caso do jornal dos Cônegos Premonstratenses de Montes Claros, apontamos que o anticomunismo já era um tema recorrente, antes mesmo do êxito da Revolução Russa. Sobre esse aspecto, o historiador Eric Hobsbawm explica que, para a Igreja Católica, o comunismo possuía princípios que se assemelhavam aos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa dos séculos XVI ao XVIII. Para o autor, até o período conhecido como a era das revoluções (1789-1848) a Igreja manteve sólida a sua supremacia, a partir de então, teve que tolerar as transformações dos estados nacionais sob o viés dos ideais de igualdade, liberdade e

²⁰² RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo... Op.Cit.* Apud. VELOSO, Mônica P. A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, nº21, v.3, jul./set. 1978, p. 158.

²⁰³ NETO, Murilo Leal Pereira. A cruz e a família contra a foice e o martelo: o anticomunismo no movimento operário de São Paulo (1950-1960). *Revista Diologia*, São Paulo, v.6, p.32-47, 2007.

fraternidade. Por isso, mesmo antes da Revolução Russa, o discurso anticomunista católico já se fazia presente, principalmente, nos países europeus. Neste sentido, desde o final do século XIX e começo do XX, com a difusão das ideologias socialistas e comunistas, a “(...) Igreja resistia a fazer tais concessões à política da democracia e do liberalismo em países oficialmente católicos, embora se preocupasse com a ascensão do socialismo ateu²⁰⁴.”

Diante dessas explicações não fica difícil compreender o porquê que, desde o começo do século XX, a congregação dos padres Premonstratenses, provenientes da Bélgica, abordavam o anticomunismo no semanário ‘A Verdade.’ Temática recorrente, embora a cidade, nesse período, ostentasse como base econômica a agropecuária, e não possuísse uma tradição no ramo industrial. No entanto, não deixava de ter adeptos, isso porque, na região norte mineira, o anticomunismo costuma vir atrelado ao temor quanto à realização da reforma agrária, haja vista a forte concentração fundiária na região.

Sobre esse aspecto, o jornalista Oswaldo Antunes narrou, em seu livro de memórias, um episódio que ilustra como o comunismo na região esteve associado ao receio da ocupação de terras dos setores latifundiários. No começo da década de 1960 Antunes adquiriu um sítio de 300 alqueires na região da Jaíba. Na venda foi incluído um pedaço de terra devoluta, desconhecida pelo comprador e que, posteriormente, foi regularizada, por intermédio da Ruralminas²⁰⁵.

Após a contratação do caseiro Gerônimo Mendes dos Santos, e de vários trabalhadores, o sítio foi ganhando infra-estrutura para receber toda a família. Tal fato despertou curiosidade e desconfiança dos vizinhos, que eram posseiros de terras devolutas na região. O caseiro passou a receber ameaças de Salustiano Gomes Ferreira, que desfrutava das terras na região vendendo madeira ilegal e criando animais em pastagens que não o pertenciam. O posseiro, conforme os boatos que circulavam no local, era acusado de ter cometido homicídios no Estado de São Paulo e no Paraná. Ao tomar conhecimento desses fatos, Antunes, rapidamente, expôs a situação ao delegado de Montes Claros que:

Com boa vontade, mas sem meios, o velho Coronel Fallieri designou um cabo do destacamento, de nome Barral, desqualificado para o tipo de missão como se veria, pois exercia a função de datilógrafo na Delegacia, e um soldado chamado Delarui. (...) Lá chegando, foi só descer do carro, os

²⁰⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.118-119.

²⁰⁵ MINAS GERAIS. Fundação Rural Mineira. Disponível em: <<http://www.ruralminas.mg.gov.br/institucional/objetivo-operacional-e-competencias-legais>>. Acesso em: 28 dez. 2010. “A Ruralminas tem por finalidade planejar, desenvolver, dirigir, coordenar, fiscalizar e executar projetos de infra-estrutura rural e de engenharia agrícola e hidroagrícola, visando o desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado de Minas Gerais, observada a política formulada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e abastecimento (...)”.

soldados imprudentes, começaram a experimentar as armas de fogo, exercício que não costumavam fazer na cidade (...). Ferindo árvores conformadas, sobreviventes da derrubada, assustaram os vizinhos (...). E cometida essa imprudência, dela ninguém se deu conta nem previu as conseqüências no dia seguinte. Porque para os assustados ocupantes das terras devolutas o tiroteio pareceu ameaça de violência armada.²⁰⁶

No dia seguinte o cabo e o soldado, acompanhados pelo motorista de Antunes, foram até a cabana onde residiam os posseiros. Assustados com a presença dos desconhecidos e ainda sob a lembrança dos disparos do dia anterior, os posseiros imaginaram que os homens que se aproximaram eram jagunços do sítio de Antunes. E, assim, dispararam contra os policiais, sendo que um dos tiros acertou o braço do cabo. Não houve troca de tiros, pois, os dois policiais e o motorista fugiram para o mato, deixando para trás os três cavalos que os conduziram até lá e que o posseiro Salustiano tomou posse, refugiando-se em uma gruta próxima. Ao saber do incidente, Antunes, imediatamente, regressou para Montes Claros em busca de assistência médica para o cabo.

Ainda no calor do momento, sem refletir que o fato poderia prejudicá-lo, o jornalista, que era dono do ‘Jornal de Montes Claros’ e que também trabalhava como *free lancer*, enviou para o jornal ‘O Globo’ uma reportagem sobre o episódio. O texto explicava que o 10º Batalhão de Polícia Militar da cidade havia sido enviado para o local e que o posseiro Salustiano estava armado, escondido em uma gruta, e resistia em se entregar. Na esfera política já havia sido instaurado o Regime Militar e o evento tomou ares de guerrilha camponesa. Nesse sentido, o Exército e o Serviço Nacional de Informação/SNI mobilizaram contingentes para Montes Claros, no intuito de estabelecer investigações:

Parecia ação comunista. A pequena redação da Rua Dr. Santos [do Jornal de Montes Claros] estava cheia de agentes, uns fardados outros disfarçados, além de jornalistas, curiosos e abusados. O diretor do jornal, [Antunes] tido como suspeito principal de todos os malfeitos, foi seguido, vigiado e pressionado, ao mesmo tempo em que era alvo de notícias maldosas e investigações equivocadas²⁰⁷.

Sob os mexericos e falatórios da sociedade, o jornalista se viu isolado das pessoas, vigiado pelos militares, sob a alcunha de posseiro, comunista e subversivo. A população, receosa de que ele fosse realmente um comunista, mantiveram ele, a esposa e os filhos isolados. Não lhe sobrou alternativa a não ser usar o seu próprio jornal para tentar esclarecer o mal entendido. Passou a escrever artigos tecendo críticas ao descaso por parte dos governantes em relação à situação de miséria, na qual se encontrava a maioria dos

²⁰⁶ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O Lutador, 2007. p.224-225.

²⁰⁷ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.228.

camponeses que ocupam terras, como a última alternativa no limiar da fome e da miséria: “(...) é preciso que homens de bom-senso tenham a coragem de reconhecer que, pelo crime de um homem famigerado como Saluzinho, não devam pagar trabalhadores inocentes que estão na sua gleba (...).²⁰⁸

Os artigos, paulatinamente, serviram para esclarecer a população de que havia acontecido um mal entendido. No entanto, conforme relata Antunes, foi só com o tempo que as autoridades se convenceram de que ele não era um subversivo. Esse fato revela que o anticomunismo pregado pelo jornal ‘A Verdade’, no começo do século XX, ainda estava vivo na rotina local, mesmo após seis décadas. Além do mais, Montes Claros era a terra natal de Darcy Ribeiro, onde também circulavam boatos de que ele era comunista, por ter sido ex-chefe da Casa Civil do governo de João Goulart. Deste modo, a presença do SNI e do Exército fazia parte dos planos das autoridades, haja vista a preocupação quanto à organização de movimentos contrários ao regime militar.

Alguns anos depois, identificamos indícios de que, o anticomunismo estava presente em Montes Claros, agora sob o respaldo do decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967. A Lei de Segurança Nacional institucionalizou a punição dos indivíduos que, de acordo com o governo militar, atentavam contra a ordem e a estabilidade social do país.

No arquivo processual do Fórum Gonçalves Chaves, da cidade de Montes Claros, através do Inquérito Policial Militar-IPM de dezoito de fevereiro de mil novecentos e setenta e um, o Ministério Público foi acionado contra Raimundo Osório Cardoso. Dono de gráfica na cidade, Raimundo foi acusado de conspiração contra a coletividade por imprimir e distribuir panfletos que poderiam incitar a classe trabalhadora local. Tanto a apreensão dos panfletos quanto a prisão do réu teve como respaldo a Lei de Segurança Nacional, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Meritíssimo Juiz,
Comunico a V. Excelência que, às 16:00 horas, hoje, foi prês e autuado em flagrante delito, como incurso nas sanções da Lei de Segurança Nacional, o gráfico de nome Raimundo Osório Cardoso, por haver impresso e distribuído nesta cidade, os boletins intitulados “Justiça trabalhista de Montes Claros: cavalo de aluguel.”²⁰⁹

No decorrer deste estudo iremos analisar a função dos IMPs como elemento de coação aos jornalistas que abordavam temáticas “proibidas” pelo Governo Militar. Contudo,

²⁰⁸ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.230. Trecho retirado do artigo “Justiça para os posseiros,” redigido, na ocasião, pelo autor.

²⁰⁹ BRASIL, Ministério Público, Comarca de Montes Claros, 18/02/1971. Autor: Ministério Público, Réu: Raimundo Osório Cardoso, Vítima: A coletividade. Ação: Conspiração. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

neste momento, o nosso objetivo é demonstrar a esfera de atuação do anticomunismo sob o respaldo da Lei de Segurança Nacional. No inquérito arrolado, o anticomunismo vem associado ao receio de propagação de ideias que pudessem fomentar, nos trabalhadores da cidade, a desordem ou manifestações através de incisivas atuações em defesa dos seus direitos. Cabe ressaltar que, neste período, devido a aplicação dos recursos da SUDENE várias indústrias foram criadas e, conseqüentemente, havia na cidade uma classe operária que, de acordo com as autoridades, precisava ser controlada.

Nessa circunstância, com base nos ditames da Lei de Segurança Nacional referente ao §2º do decreto-lei nº 314²¹⁰, foi caracterizado que o réu atuou através da conflagração psicológica ao divulgar o que o governo militar considerava como: “guerra psicológica adversa (...) o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos (...).²¹¹”

Enfim, mediante a compreensão desses episódios destacamos a atuação e a presença do anticomunismo na cidade de Montes Claros em diferentes contextos. O nosso principal objetivo consistiu em advertir que esse fenômeno não esteve restrito ao período que antecedeu ao governo militar e a instauração do Regime Militar, a partir de 1964. Pelo contrário, desde o começo do século XX a utilização de diversos métodos e recursos para desempenhar a eliminação das ideologias de esquerda também encontrou terreno profícuo na periférica região do Norte de Minas Gerais.

4.2 O trajetória da censura aos impressos de Montes Claros

Após identificar exemplos do anticomunismo em diversos contextos da cidade de Montes Claros, ensejamos destacar, de maneira breve, que a censura aos meios de comunicação não ficou restrita ao período do governo militar. Nesse sentido, a nossa compilação irá restringir-se a imprensa escrita, quando a censura alterou a produção jornalística ou impôs condições para a sua sobrevivência.

Paralelamente, analisaremos, sinteticamente, o uso dos jornais como veículos divulgadores dos interesses econômicos e políticos. No capítulo anterior, explicamos que o

²¹⁰ BRASIL. *Determinações do Decreto Lei nº 314 que define os crimes contra a segurança nacional*. Disponível em: <[http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 25 out. 2010.

²¹¹ BRASIL. *Determinações do Decreto Lei nº 314 que define os crimes contra a segurança nacional*. Disponível em: <[http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 25 out. 2010.

perfil da imprensa escrita de Montes Claros, até a década de 1950, era reflexo dos valores e compromissos entre os segmentos dominantes. Depois desse período, o perfil da imprensa é alterado, ocorre a preocupação em requisitar os interesses da cidade, de um modo geral, e, não exclusivamente, dos valores de uma fina parcela da sociedade. Não obstante, a preocupação em manter a imparcialidade, a partir desse momento, não representou alívio para o exercício da atividade jornalística. A imprensa escrita também ‘teve’ que compactuar, para se manter viva, com os ditames das estruturas políticas.

Nesse caso, corroboramos da concepção da historiadora Beatriz Kushnir²¹² em relação à prudência em utilizar a imprensa como objeto de estudo. Para a historiadora, os meios de comunicação estão inseridos nas relações comerciais, é um negócio que depende, fundamentalmente, da aceitação de um mercado consumidor. Esse mercado não se refere apenas à população que adquire rotineiramente o jornal, mas também aos anunciantes, ou seja, as vultosas somas investidas em publicidade. A ruptura abrupta com determinados segmentos, munido por uma ideologia ou por uma decisão, pode representar o colapso das empresas de comunicação. Cabe ressaltar que, esse aspecto não justifica a submissão dos donos dos jornais aos ditames da política ou da economia, em determinados contextos, apenas explica algumas razões para essa subserviência.

Nesse caso, assim como Kushnir, chamamos a atenção ao fato de que o nosso estudo não pretende inserir a imprensa na posição de ‘vítima’, ou de ‘cúmplice’ das circunstâncias. Pelo contrário, a nossa intenção é advertir ao fato de que não se pode examinar a imprensa sem atentar para as imbricações das relações políticas, culturais e econômicas da sociedade na qual esse objeto está imerso.

Empregaremos, nessa seção, o conceito de censura definido por Paolo Marconi²¹³ e por Beatriz Kushnir²¹⁴. De acordo com os autores, os momentos em que ocorreu a supressão aos direitos de expressão no Brasil foram marcados pela censura política, que também abrangeu a preocupação com o controle da moral e dos bons dos costumes. Por isso, geralmente, o campo de atuação da censura não se restringe aos meios de comunicação (escrito ou falado), mas, também, aos meios de expressão (música, cinema, teatro e obras literárias). Nesse caso, quem exerce o controle da censura é o governo federal que, em alguns

²¹²KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

²¹³MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980, p.56. (Passado & Presente).

²¹⁴KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda... Op.Cit.*

contextos, criou órgãos restritos a essa função, como, por exemplo: o Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP, na ditadura Vargas.

A partir desse conceito, apontaremos alguns momentos em que o contexto político influenciou no desempenho da produção do jornalismo impresso de Montes Claros. No entanto, quando a censura se fez presente ela refletiu, sumariamente, as ingerências da política local. Nesse caso, o tipo de censura que iremos destacar, em sua pluralidade, não se refere à aplicada somente pelas políticas do governo federal.

Em 1931, o professor Athos Braga fundou o jornal ‘O Operário’, com o objetivo de utilizar o periódico para defender os interesses dos trabalhadores da cidade. Em 1941, depois de dez anos de publicações, foi fechado por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP durante a ditadura Vargas.

Outros jornais surgiram com objetivo de atender segmentos específicos como: ‘O Estudante’, em 1893, e ‘O Agricultor’, em 1899. E, ainda, jornais católicos como: ‘A Verdade’, em 1907, e ‘O Seminário’, em 1955. A nossa investigação esbarrou na ausência de uma documentação que pudesse nos indicar se os jornais com postura combativa deixaram de funcionar por causa da censura ou devido às dificuldades econômicas. Este é o caso do: ‘A Luta’, criado, em 1889, com o propósito de combater “(...) partidarismo extremista da politicagem perniciosa (...)”²¹⁵, e de: ‘A Liga’, criado em 1921 com a intenção de “combater o álcool, o analfabetismo, endemias regionais.”²¹⁶

Do ponto de vista econômico, as dificuldades em adquirir e manter uma tipografia tornava ainda mais restrita à participação das camadas populares na atividade jornalística. Todavia, a trajetória da imprensa de Montes Claros revela que grande parte dos periódicos possuía pretensões políticas ou tiveram como fundadores membros das famílias mais abastadas da cidade. É o caso do ‘Correio do Norte’, o primeiro jornal da cidade, fundado em 1884 por Antônio Augusto Veloso e Antônio dos Anjos, era utilizado para expressar as ideias do Partido Conservador. O jornal ‘Montes Claros’, de 1893 até 1889, teve como administradores Camilo Prates, Justino Teixeira Guimarães e Antônio Augusto Spyer. O humorístico: ‘O Boêmio’, de 1906, e o literário: ‘O Civilista’, de 1916, tiveram como proprietários Milton Prates e José Barbosa Neto e Cyro dos Anjos, respectivamente.

²¹⁵ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.p.214.

²¹⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros... Op.Cit.* p.217.

Não obstante, com a gradual redução do poder econômico e político Prates e Alves,²¹⁷ fundamentalmente, a partir das décadas de 1940 e 1950, o perfil e a postura dos jornais da cidade foi alterado. Porém, Oswaldo Antunes salienta que uma das principais dificuldades para os jornalistas em Montes Claros, a partir desse momento, foi a ruptura com a mentalidade arcaica e com tradicionalismo que não suportava críticas e oposições. O proprietário do ‘Jornal de Montes Claros,’ criado em 1954, passou por dificuldades ao denunciar exemplos de descumprimento da lei. Pressionado a não publicar esse tipo de matéria, em algumas ocasiões, teve na sua redação a ‘visita’ dos desafetos que estava ‘cultivando’:

É necessário, a quem lê este relato hoje, entender o enredo da época e os perigos que notícias como essa acarretavam: banqueiros dos jogos eram apaniguados políticos e capangas de alguns, ao mesmo tempo mandantes e protetores de criminosos; esses homens, com currais de votos, decidiam eleições e por isso mandavam na cidade, sem dever satisfação a ninguém. O explorador do ‘Cassino’, João Pena, com sua cara bexigada, invadiu levando jagunços armados à saleta onde, mal alojado, ficava o diretor de *O Jornal*. [Antunes] Era evidente o intuito de fazer calar, com agressão física, a voz que iniciava combate ao ganho ilegal. Invadiram a pequena sala e deixaram o jornalista sem ação. Foram, no entanto, surpreendidos: cercaram a mesa de trabalho do jornalista, mas foram também rodeados pelos funcionários do jornal, tendo à frente o valente chefe da oficina, Antônio Meira da Silva. Contra os revólveres ostentados por mãos gordas e suarentas, os rapazes se muniram de barras de ferro fundido, as chamadas guarnições, usadas no cerco da paginação. Encurralados, os agressores ficaram indecisos e sem poder recuar; suando mais do que antes, guardaram as armas e o chefe começou a trapacear, alegando não considerar o jogo uma prática proibida, pois as autoridades sabiam o quanto se jogava e onde, e nisso não se metia (...).²¹⁸

O periódico contribuiu com denúncias de prática de jogos de azar e o porte ilegal de armas, delitos cometidos por moradores e também por autoridades da cidade. Para o proprietário do ‘JMC, no caso do porte ilegal de armas, a principal dificuldade, residia no receio da autoridade policial em desempenhar a sua função. Os delegados transferidos para a cidade eram pressionados a compactuarem com a prática do ‘ilícito’ e, por isso, ficavam pouco tempo. Quando não eram enviados para outro local pediam transferência. Os que permaneciam tinham tênues ligações com as autoridades e, assim, contribuía para acobertar a crescente criminalidade. Como destacaremos no trecho posterior, em várias ocasiões, o jornalista descreve que, apesar da divulgação das denúncias, os crimes continuavam acontecendo, dentro da ‘normalidade’ da cidade:

²¹⁷ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do Sertão... Op.Cit.*

²¹⁸ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O Lutador. 2007, p.166.

O enfezamento avalentado do caboclisto não fora sequer abalado pelo noticiário. Ao contrário, viu-se no dia seguinte um ‘recorde de vendas de capas de revólveres e garruchas’, todos preparando-se para ter armas à mão. (...) Mas o porte de armas era apenas um aspecto do desrespeito à ordem e à administração pública. Até a água era roubada da adutora antes de abastecer a cidade, desviada no caminho, da pequena e insuficiente estação de tratamento. Fazendeiros protegidos pelo descaso, ostentando falta de escrúpulos e arrogância, danificavam os grossos canos de ferro fundido dentro de suas propriedades.²¹⁹

O ‘Jornal de Montes Claros’ foi expressivo para a trajetória da imprensa escrita da cidade, como um dos precursores de um jornalismo investigativo e pela abordagem de novas temáticas, como denúncias e cobertura policial. O ‘JMC’ também foi um dos primeiros a incentivar a participação da população na composição dos artigos do jornal, através do envio de cartas e sugestão de matérias. Apesar dessa valorosa contribuição a neutralidade política, em certas ocasiões, não aconteceu.

Na campanha eleitoral de 1966, por exemplo, o ‘JMC’ atuou, explicitamente, a favor do candidato a prefeito Antônio Lafeté Rebello, fazendeiro e representante da Aliança Renovadora Nacional/ARENA. A explicação para essa postura era: “Candidatos indicados pelos partidos se elegiam jungidos a compromissos com a politicagem local. O jornalista imaginou a possibilidade de escolher um prefeito apartidário, como candidato único.”²²⁰ Posteriormente, quase dez anos depois, em 1975, o ‘JMC’ mais uma vez mobilizou a redação em favor do referido candidato que, novamente, pleiteava o cargo de prefeito. Apontar para esse aspecto é importante para o nosso estudo, para que possamos compreender como era as relações da imprensa, nesse período, com outros segmentos políticos ou sociais.

Nessa seção, portanto, mostramos evidências de que a imprensa de Montes Claros esteve sujeita a censura e que esta, foi o resultado das ingerências da política local ou impetrada pelas decisões do governo federal. No entanto, a principal finalidade dessa reflexão foi apontar que a prática da censura não foi exclusiva ao contexto do governo militar. Nesse sentido, analisaremos, na próxima seção a censura aos impressos ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’, durante os anos que compreendem o eixo de nossas análises.

²¹⁹ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* *Op. Cit.* p.172-175.

²²⁰ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* *Op. Cit.* p.193-196.

4.3 O ‘Jornal de Montes Claros’ e o ‘Diário de Montes Claros’: O perfil da imprensa local

Foi ele o pai da moderna Imprensa da cidade, transformando inteiramente a disposição gráfica, o conteúdo e a forma de fazer jornal. [O Jornal de Montes Claros] Começou a abolir da primeira página a bucólica literatice e os provincianos registros sociais que davam cunho de importância às pessoas melhor situadas, substituindo-os pelo relato dos acontecimentos do dia-a-dia, em estilo profissional que o colocava bem próximo do que fazia nos grandes centros.²²¹

Fundamos o Diário de Montes Claros e ficamos na direção desse jornal até 1962 a 1984. Vinte e quatro anos. A minha vida no Diário de Montes Claros era uma vida de... lutava invariavelmente pelos interesses da cidade e da região. Nós não tínhamos partido político, e o Diário veio a reforçar o que o Jornal de Montes Claros já fazia: ele não, não fazia partido da política local. Queríamos ser independentes!²²²

Neste tópico, temos como objetivo compreender, através do uso, principalmente dos depoimentos orais, o perfil dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’. Esses impressos, que já encerraram suas atividades, foram veículos vitais de divulgação de informações em um contexto em que era incipiente o acesso à televisão. Deste modo, os critérios para a escolha dos depoentes foram: atuação em pelo menos um dos jornais arrolados, participação na fundação, relevância e desempenho do profissional para a comunidade e, por fim, disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

As lembranças narradas pelos jornalistas Oswaldo Antunes e Décio Gonçalves de Queiroz, donos dos impressos ‘Jornal de Montes Claros’ e o ‘Diário de Montes Claros,’ respectivamente, expressas em nossa epígrafe, ressaltam os objetivos da imprensa escrita a partir da década de 1950. Antes deste período, os impressos possuíam outros propósitos, como representar fações ou partidos políticos da cidade.

O jornal ‘Gazeta’, por exemplo, não veiculava manchetes policiais e nem aprofundava em questões que pudessem oprimir ou gerar polêmicas para as famílias influentes da cidade: “(...) de composição manual e sem qualquer estrutura para acompanhar o noticiário da cidade (...) limitava-se a anotar determinados acontecimentos, ao estilo de ata, na base do ‘doutor fulano de tal’, o ‘dinâmico prefeito’ a ‘gentil senhorita’, por aí.”²²³ Para o

²²¹ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.211.

²²² QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

²²³ A IMPRENSA em Foco. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Ano VXII, nº 36, agosto de 1979. p.13-14.

cronista local, Hermes Augusto de Paula,²²⁴ embora o ‘Gazeta’ não tivesse um viés combativo, o jornal não foi apático diante dos problemas da cidade. Procurou mesclar o seu apoio às famílias ‘ilustres’ à simultânea realização de campanhas reivindicatórias, por asfaltamento e calçamento de ruas e estradas, e, pela necessidade de crescimento econômico da cidade.

Como podemos perceber a postura dos proprietários dos jornais arrolados influenciou diretamente na produção e no estilo das manchetes publicadas. Porém, a partir de meados da década de 1950 o perfil da imprensa de Montes Claros alterou significativamente. Em função das suas experiências pessoais e profissionais, os proprietários dos impressos ‘Jornal de Montes Claros’ e ‘Diário de Montes Claros,’ marcaram a ruptura da imprensa com os vínculos do arcaico tradicionalismo das regiões periféricas.

O ‘Jornal de Montes Claros’ foi fundado, em 1951, pelo médico Luiz Pires Filho, e recebia fomento do então prefeito Capitão Enéas Mineiro de Souza. A pretensão do jornal, nesse período, era manter assegurados os interesses da administração municipal, para isso apoiava e divulgava conforme as instâncias. Somente em 1954, ano em que o jornalista Oswaldo Antunes adquiriu o jornal, é que esse objetivo foi alterado.

Nascido em 21 de outubro de 1924, e criado em pequena propriedade rural do município de Montes Claros, Oswaldo Antunes descreve a sua família como “(...) tinha o instinto da luta contra o erro e a inconformidade com as injustiças, tudo denunciando um legado precioso de gerações insubmissas.”²²⁵ E foi com determinação e sacrifício da família, que apesar das dificuldades econômicas, se formou em Direito, em 1950, aos 26 anos. Iniciou a sua atividade como jornalista, em 1946, no jornal ‘Diário Católico’, em Belo Horizonte. Após se formar decidiu morar em Montes Claros, em 1951, “(...) deixou a proximidade do poder, a influência do jornal e a vida social intensa. Trocou segurança por incerteza, vida amena por pernilongos, poeira, água barrenta nas torneiras e viagens piores do que as dos retirantes de hoje.”²²⁶ Foi nesse contexto que o advogado recém formado fixou escritório na cidade. Em seu livro de memórias, Antunes revela que as leituras e as discussões efetivadas durante o período da graduação exerceram forte influência na sua posterior atuação como profissional da imprensa:

Os alunos mais graduados, e os professores, debatiam o comunismo vermelho, sedutora cor de luta; a azul e calma democracia entusiasmava a maioria dos estudantes, mercê de ensinamentos espectrais ouvidos na sala do velho prédio da Praça Afonso Arinos; e falava-se, duramente, contra a

²²⁴ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros... Op.Cit.*

²²⁵ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.40.

²²⁶ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.95.

cinzenta ditadura governamental, dentro da negra noite que encobria o país.²²⁷

Era o contexto do regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas, que vigorou de 1937 até 1945. O autor das memórias transcritas explica que, apesar da pouca idade, presenciava e participava de comícios na Praça Afonso Arinos, nas escadas da Faculdade de Direito ou mesmo na Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte. Eram os locais onde se distribuíam panfletos e vozes exacerbadas contra o governo Vargas. Ao retornar para a sua terra, e a mercê da sua nova rotina profissional, Antunes logo identificou a realidade da imprensa do interior do Estado:

A cidade calada via e sabia tudo. Aquela coisa chamada jornal permanecia muda, o dono se equilibrando até morrer de repente. Não havia quem lutasse contra a mixórdia, quem fizesse combate à pajelança. Não havia por enquanto, como depois se viu.²²⁸

Foi imbuído do discurso indignado diante da realidade do interior que o ‘polivalente’ advogado/jornalista, ao adquirir o ‘JMC’, alterou os objetivos da imprensa escrita local. A primeira mudança foi a inserção de temas que não eram abordados por outros periódicos até então, como por exemplo, a violência urbana, os problemas sociais e a falta de infra-estrutura, que faziam parte rotina da cidade. Antunes levou para o jornal a experiência absorvida no periódico ‘Diário Católico’. O jornalista ressalta que, apesar da sua designação, o ‘Diário Católico’²²⁹, não se tratava de uma publicação restrita as questões religiosas, pelo contrário, possuía função objetiva de divulgar os fatos e reclamar por estruturas mais sólidas para a população. Por consequência:

Assim, tornou-se escola do melhor labor de conscientização, buscando o ideal de estruturação mais justa da vida humana em sociedade e o conhecimento alertado dos fatos sociais, políticos e religiosos, sem jungir-se ao clericalismo desinformado das realidades do mundo, ou à esquerda festiva. Criticava, mas sabia considerar a autoridade constituída. Fazia jornalismo objetivo, sem rodeios, interpretando com cuidado, para saber formar e informar.²³⁰

²²⁷ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.112.

²²⁸ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.99.

²²⁹ O ‘Diário Católico’, foi fundado 6 de fevereiro de 1935 sob inspiração do filósofo humanista francês Jacques Maritain. Com influência do catolicismo, o filósofo se tornou um dos maiores estudiosos de Tomás de Aquino. Também considerado um dos maiores humanistas, movimento literário e filosófico que valoriza o ser humano como centro, contribuiu na difusão do que considerou, “(...) colocar o homem e sua dignidade acima de tudo na complexidade das relações sociais. É o homem sobrepondo-se aos dogmas, preconceitos e instituições injustas”. O HUMANISMO de Jacques Maritain e a educação Odiseo. Disponível em: <<http://www.diariocatolico.com.br>> . Acesso 10 março 2010.

²³⁰ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.127.

Não precisou de muito tempo para que, ao adquirir o ‘JMC’, esse método fosse transmitido aos jovens jornalistas de Montes Claros. A experiência profissional adquirida por Antunes, em Belo Horizonte, também foi obtida pelo jornalista Décio Gonçalves de Queiroz.

Nascido no município de Varzelândia, norte do Estado, executou boa parte de seus estudos na cidade de São Paulo. A convite de um professor que percebeu que o aluno secundário tinha aptidão para as letras tornou-se estagiário do jornal ‘Estado de São Paulo’²³¹. Na redação, revisava e ajudava a redigir reportagens. Com o falecimento de seu pai, teve que regressar à sua cidade natal, e terminou o segundo grau em Montes Claros. Foi nessa época que fundou o jornal escolar ‘Tribuna do Estudante’, em maio de 1956. A partir de sua profícua atuação, foi convidado por Oswaldo Antunes para trabalhar no ‘Jornal de Montes Claros’. Durante os seis anos de atividade ocupou o cargo de revisor, o de redator e o de diretor, respectivamente.

De fato, a experiência dos profissionais do ‘JMC’, em atuar na imprensa de grande circulação do país, fez a redação do periódico ser vista como espécie de ‘escola’ para os futuros jornalistas da cidade. De acordo com o jornalista Jovemar Neri²³², o ‘Jornal de Montes Claros’:

(...) destacou-se no cenário político social da cidade. Uma credibilidade conquistada pela imparcialidade, pelo peso moral de seu noticiário e pela ética que norteou um jeito próprio de fazer imprensa numa cidade e região dominada por poderosos.²³³

Deste modo, a nova postura desses profissionais revelou a ruptura com a submissão da imprensa frente às determinações da elite econômica e política de Montes Claros. Apesar da dificuldade em manter um estilo imparcial, principalmente no interior do Estado, a principal preocupação desses jovens jornalistas era fortalecer o direito à liberdade de expressão.

²³¹ O jornal ‘Estado de São Paulo’ foi criado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales, em 4 de janeiro de 1845 com o nome de ‘Província de São Paulo’. Em 1885 Júlio César F. Mesquita se integra a redação, posteriormente adquire o jornal, desde então, o periódico permaneceu na família Mesquita. A sua trajetória é marcada por ampla divulgação de questões políticas, econômicas e sociais. O jornal ‘Estado de São Paulo’ tem sua história marcada pela participação em campanhas que divulgaram a necessidade de o Brasil ser uma República. Para aprofundamento ver: JORNAL O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 março 2010.

²³² REVISTA Tempo. *Montes Claros sesquicentenária*. Ano v, julho de 2007. p.116.

²³³ REVISTA Tempo. *Montes Claros sesquicentenária*. Ano v, julho de 2007. p.114-117.



Fotografia 18 Primeiro Prédio do Jornal de Montes Claros, localizado na Rua Doutor Santos.
Fonte: ANTUNES, Oswaldo. *A Tempo...*
Op.Cit. p.145.

Fotografia 19 Segunda sede do Jornal de Montes Claros, situada à Avenida Dulce Sarmento.

Fonte: ANTUNES, Oswaldo. *A Tempo...*
Op.Cit. p.145.



Essas alterações na atividade da imprensa escrita local não foram eventuais. Para a historiadora Alzira Alves de Abreu,²³⁴ a partir da década de 1950, a imprensa brasileira foi influenciada pelo modelo norte americano. Esse modelo tinha o propósito de produzir um jornalismo investigativo, com destaque à informação e a notícia de maneira objetiva, em detrimento de comentários pessoais e parciais. Por conseguinte, os jornais de grande circulação já possuíam essas características, porém, para Abreu, a absorção desse método por parte dos jornais populares, ou de pequena circulação, ocorreu paulatinamente.

Em 20 de maio de 1962, foi impresso o primeiro exemplar do ‘Diário de Montes Claros’. Os jornalistas que fundaram o periódico foram Décio Gonçalves de Queiroz e Júlio de Melo Franco. O ‘Diário’ também marcou a imprensa escrita de Montes Claros por ter sido estruturado aos moldes de uma empresa. Os exemplares eram impressos pela S. A. Gráfica Editora de Jornais – Sagres e contava com participação de 70 acionistas, presididos por Euler de Araújo Lafetá. Antes do ‘Diário’, cada jornal possuía suas máquinas para impressão muito próximas ao setor destinado a redação.

²³⁴ ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.12. (Descobrimo o Brasil)

Para Queiroz a rotina do jornal era intensa“(...) era uma vida de... lutava invariavelmente pelos interesses da cidade e da região”²³⁵. O momento de criação do Diário coincide com o contexto das modificações estruturais da cidade: a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Ainda conforme o jornalista Jovemar Néri: “(...) o grupo observou que Montes Claros começava uma nova arrancada a caminho do progresso, com o advento da industrialização e necessitava, portanto, de um jornal com projeto gráfico arrojado”.²³⁶

Para Jorge Nunes, profissional do ‘Diário’ no período, a escolha da grade de matérias era articulada conforme as necessidades de crescimento da cidade. Filho de militar e fazendeiro, Nunes representa a parcela agropecuária interessada no desenvolvimento econômico do Norte de Minas. A sua atividade profissional não se restringiu à imprensa, de 1976 até o ano de 2007, atuou como assessor de comunicação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CODEVASF. A CODEVASF se mantinha articulada com a SUDENE, em prol do desenvolvimento econômico da região da Bacia do São Francisco. Explicamos que o Norte de Minas absorvia investimentos advindos da sua inclusão no Polígono das Secas, da SUDENE e da CODEVASF, por estar situado geograficamente no interior dessas três regiões. Por conseguinte, o cotidiano profissional de Nunes acontecia nos espaços de discussões de metas de estímulo ao crescimento local e regional,

Então eu acredito que a imprensa teve uma participação muito grande no desenvolvimento de Montes Claros e eu fico com muito orgulho de ter participado disso, porque foi uma época que eu sempre participei de 62 para cá na imprensa, né?

(...) naquele tempo era uma imprensa mais investigativa você tinha que colher a notícia na fonte, você entendeu? Eu por exemplo, quando eu comecei a cobrir cidade eu ia todo dia na prefeitura eu ia todo dia na Associação Comercial, eu ia todo dia na Sudene, entendeu?²³⁷

Felipe Antônio Guimarães Gabrich, formado em administração de empresas, iniciou sua atuação na imprensa a partir da sua experiência como atleta profissional. Foi goleiro da Associação Desportiva Ateneu de Montes Claros, o que foi profícuo na redação das colunas de esporte do ‘JMC’, no período na década de sessenta. Em 1965, já no ‘Diário de Montes Claros’, Gabrich acompanhou a imprensa no seu papel de contribuir com o desenvolvimento local, em suas palavras:

²³⁵QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

²³⁶REVISTA Tempo. *Montes Claros sesquicentenária*. Ano v, julho de 2007.

²³⁷NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

(...) eu comecei em 1965 fazendo geral então eu fazia cobertura de Rotary de Lions, cobertura de câmara, cobertura de prefeitura, cobertura das entidades que faziam o desenvolvimento de Montes Claros, depois eu passei a me dedicar só a política, então eu me ingressei totalmente na cobertura política, porque não somente na cobertura dos vereadores, na atuação do prefeito, na atuação dos deputados ligados a região, foi até uma época que eu considero assim uma época áurea da imprensa de Montes Claros, porque muita coisa que Montes Claros tem hoje se conseguiu através da imprensa e através do trabalho nosso que era um trabalho de reivindicação (...)²³⁸

Em contra partida, o repórter e professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Benedito de Paula Said, nasceu na capital do Estado e era filho de pais militantes: “(...) meus pais na infância eu já os acompanhava, na época da Revolução a gente saía, eles saíam para protestar em Belo Horizonte”²³⁹ Said se inseriu na imprensa através do periódico da capital ‘Binômio,’ na década de 1970. Por participar de movimentos estudantis e, na iminência de ser preso pelo seu comportamento visto como ‘subversivo’, mudou para Montes Claros para evitar o cárcere. Em 1973 trabalhou na extinta Rádio Sociedade de Montes Claros, a ZYD-7. A partir de 1975 mesclou a sua atuação como diretor do ‘JMC’, e como presidente do Centro Acadêmico dos Estudantes de Montes Claros. Posteriormente, atuou como presidente do Diretório Central dos Estudantes da cidade.

Não obstante, interessa-nos destacar a experiência profissional que Said obteve nas redações do impresso ‘Binômio’. Fundado pelos jornalistas José Maria Rebelo e Euro Arantes, em 17 de fevereiro de 1952, possuía no seu conteúdo editorial denúncias políticas, reportagens, charges e crônicas. Nesse período, criticava, principalmente, a administração do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, cujo slogan administrativo era: “Binômio: Energia e Transporte”, intensamente divulgado pela imprensa,

O objetivo era mostrar o lado promíscuo das relações de poder no estado. No primeiro número estava claro ao que vinha. No editorial, "Duzentas e sessenta e nove palavras ao leitor", ele se intitulava quase independente. "Temos 99% de independência e um por cento de ligações suspeitas. O oposto de nossos ilustres confrades, que têm um por cento de independência e noventa e nove por cento de ligações mais suspeitas que o mordomo de filme policial americano"²⁴⁰.

A trajetória do ‘Binômio’ foi marcada por realizar várias denúncias e investigações aos políticos mineiros e do Brasil. Por deter esse histórico, após o Golpe Militar, José Maria

²³⁸GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

²³⁹ SAID, Bendito de Paula. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

²⁴⁰ MÍDIA Alternativa. *Mídia Alternativa Jornal Binômio, o incendiário de Minas faz 50 anos*. Disponível em: <www.midiaalternativa.com.br>. Acesso em 11 março 2010.

Rabelo foi forçado a se exilar do país, permanecendo fora por dezesseis anos. Foi nesse ambiente que Said iniciou sua carreira na imprensa. Ao se mudar para Montes Claros na década de 1970, integrou-se ao corpo de jornalistas de campo do ‘JMC’. Especializou-se em redigir matérias com viés investigativo e policial. A sua atuação profissional na cidade refletiu a influência lograda pela família e pelo cotidiano profissional vivido no ‘Binômio’.

Advogado por formação, o jornalista Haroldo Lívio iniciou suas atividades juntamente com Décio G. Queiroz, no impresso ‘A Tribuna do Estudante’. Com o término do periódico, Lívio atuou no ‘JMC’ durante as décadas de 1960 e 1970. A rotina dos jornais ‘JMC’ e do ‘Diário’ era permeada pela execução de campanhas que reivindicavam asfaltamento de estradas, criação de rodovias para melhorar as trocas comerciais e, também, por reclamações referentes à impunidade de crimes que eventualmente aconteciam na região,

Isso olhando para o passado parece que não foi isso tudo de grande, mas foi realmente muito importante. Nesse momento em que moralizou o júri, foi que a cidade passou a melhorar o seu conceito lá fora porque era uma terra de cangaceiros onde pessoas de influência que andavam com armas na cintura impunemente. Que desapareceu esse clima de Far or West na cidade passou a ser uma cidade civilizada e respeitada.²⁴¹

Advogados, administrador de empresas, professor. O perfil da geração de jornalistas que atuaram no contexto de nossa investigação, nos revelou que a experiência obtida nos periódicos dos grandes centros urbanos perpetrou na criação de jornais que tiveram a audácia de romper com os elos da arcaica intromissão dos ‘donos do poder’ nos veículos de informação. Embora esse tenha sido o principal resultado, não podemos deixar de apontar que esses personagens, em muitas ocasiões, defenderam e difundiram o discurso de desenvolvimento atrelado a vocação agropecuária local e regional. Homilia típica da ‘elite agropecuária’, conforme analisamos no primeiro capítulo, que resultou no aumento das mazelas e da desigualdade social. Entretanto, não podemos definir a imprensa de Montes Claros como organismo de expressão das elites tradicionais.

A abordagem de novas temáticas trouxe consigo o tempero da indignação e o protesto ante as discrepâncias sociais. Mas, não podemos deixar de mencionar que o amparo ao progresso do setor agropecuário deixou como herança para as décadas de 1960 e 1970 a mordaza. A censura que, após a implantação do Regime Militar de 1964 passou a fazer parte da rotina dos jornais, foi fruto daquele antigo temor das elites locais diante da propagação de ideias de esquerda, como a discussão sobre reforma agrária, por exemplo. Enfim, após

²⁴¹ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

identificar a linha de atuação e o perfil da imprensa de Montes Claros, iremos, no próximo capítulo, analisar o *locus* da censura. Ou seja, o processo de inserção de censores nas redações, a rotina de censores e jornalistas, o espaço de sociabilidade, a metodologia da censura e o contorno desta.

4.4 Contra o ‘inimigo interno’, a favor do Governo Militar: as justificativas para o 10º Batalhão realizar a censura ao ‘JMC’ e ‘DMC’

A partir dessa seção, analisaremos os motivos que levaram a prática da censura nas redações dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’, após a implantação do Regime Militar, em 1964. Além das motivações atinentes á natureza e à ideologia do regime, importa compreender o que há de particular ao caso de Montes Claros, notadamente o que conduz o 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros na preparação e na concretização do golpe. Após o êxito da referida operação, a corporação policial militar inseriu censores nas redações dos impressos arrolados.

A censura no regime militar era uma implicação necessária da Doutrina de Segurança Nacional. O principal conceito da DSN refere-se à ideia de guerra total, que se difere da guerra ‘clássica’ em que os países ao se declararem inimigos iniciam os combates bélicos. O conceito de guerra total trabalha com a perspectiva de que o país está na iminência de sofrer ataques subversivos, guerra revolucionária ou guerra psicológica²⁴². Nesse sentido, para os teóricos da DSN as agressões podem ocorrer internamente, estimuladas, principalmente, por ideologias que tem como objetivo final o domínio da nação. O temor, nesse caso, refere-se a disseminação das ideologias comunistas e socialistas.. Nesse sentido, era imprescindível suprimir as manifestações sociais, os movimentos da classe trabalhadora e as ideologias de esquerda para, conseqüentemente, assegurar a segurança nacional e os investimentos de capital privado.

Para Alves, no Brasil, o conceito de guerra total concentrou-se, excepcionalmente, na busca pelo inimigo interno, com o objetivo de evitar que ‘ele’ conquistasse, através de métodos psicológicos ou subversivos, a sociedade:

A guerra revolucionária comunista é do segundo tipo em nossa definição não clássica. Os países comunistas em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e

²⁴² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.45

clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-la e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando a conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente.²⁴³

O que a citação acima revela é o temor dos militares, embutido na noção de guerra revolucionária, em que imagina-se que a influência das ideologias de esquerda ocorre de modo progressivo, com a finalidade de controlar a nação. Para a DSN, através de métodos psicológicos, o comunismo internacional ‘conquista’ as ‘mentes do povo’ e estimula a população a rebelar-se contra as autoridades do ‘país-alvo’.²⁴⁴

Nesse sentido, torna-se obrigatório proteger o país e traçar o planejamento da segurança nacional através da vigilância e do controle das atividades de todos os segmentos da sociedade e da política. Sobretudo porque, a DSN aponta que o inimigo interno, sob influência do comunismo internacional, pode atuar em todas as partes, utiliza de propagandas e diversas maneiras de manipulação ideológica, sendo, portanto, imprescindível uma estratégia de ação para proteger o público ‘alvo’.

O público ‘alvo’ abarca uma variedade de segmentos: estudantes, intelectuais, artistas, políticos, classe trabalhadora, camponeses, associações de bairro, meios de comunicação impressos, etc. Munidos desse objetivo, a Escola Superior de Guerra, principal divulgadora da DSN, estabeleceu como prioridade a segurança interna do país e arregimentou aliados com a finalidade de “(...) criar condições para a preservação dos poderes constituídos, da lei, da ordem (...)”²⁴⁵.

A partir da concepção de que era prioridade a segurança interna do país, a DSN integra-se à política de segurança nacional, dando origem ao que o General Golbery do Couto e Silva define como ‘Grande Estratégia’. Para Golbery, o governo deveria aparelhar o estado de uma infra-estrutura capaz de garantir, de maneira eficaz, a Segurança Interna. Ainda de acordo com a ‘Grande Estratégia’, ao efetivar o entrelaçamento das políticas de

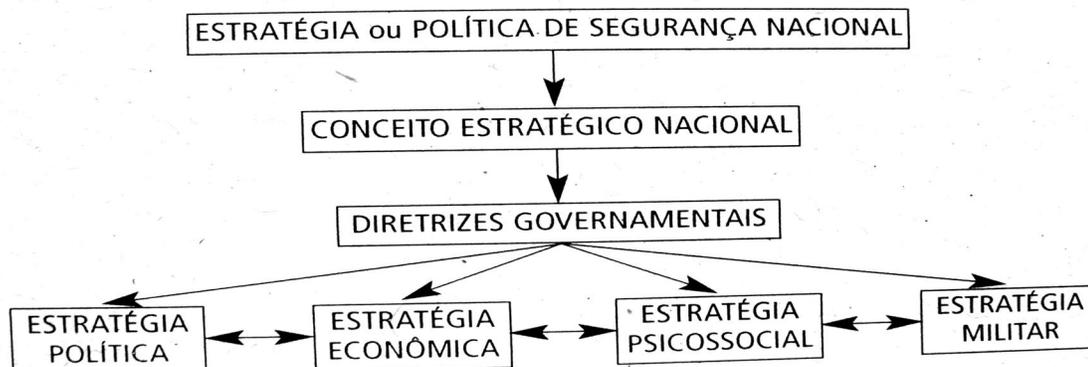
²⁴³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil... Op.Cit.* p.45 Apud. Manual Básico da Escola Superior de Guerra (Estado-Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1976, p.79.

²⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil... Op.Cit.* p.45

²⁴⁵ MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra (Estado-Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1976, p.45. Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil... Op.Cit.* p.431.

desenvolvimento com as políticas de segurança nacional o governo garantiria o pleno crescimento do país.

Compreender os postulados da DSN é condição indispensável em nosso estudo. Principalmente, a percepção da intensa imbricação dos interesses de segurança nacional com as diretrizes econômicas, psicossocial, militar e política, evidenciadas no organograma posterior:



Organograma 20 Estratégia de Segurança Nacional

Fonte: COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: 1981. p.26. Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005. p.50.

A DSN definia, pois, os requisitos para a preservação de um ambiente favorável ao investimento privado, purgando-o de eventuais turbulências. Neste sentido, ainda que não fosse explicitamente formulado por seus representantes, os interesses da nascente elite industrial local, como os incentivos fiscais e a tranquilidade social, são análogos aos interesses do empresariado nacional, ansioso por garantir o pleno desenvolvimento econômico. Assim, torna-se legítimo a necessidade de coibir, por exemplo, movimentos da nascente classe operária, dos estudantes e dos meios de comunicação montesclarenses. Preservar um ambiente favorável à aplicação de investimentos não foi um propósito específico dos grandes centros urbanos. Para uma região localizada em uma área periférica de Minas Gerais foi uma condição indispensável.

Além do mais, demonstramos que o anticomunismo já fazia parte da rotina da cidade, desde o começo do século XX. O anticomunismo na região é intimamente associado ao temor quanto à realização da reforma agrária, que poderia atentar contra os interesses dos setores latifundiários locais. A elite industrial, constituída a partir dos incentivos e recursos aplicados pela SUDENE, não rompeu com a vocação agropecuária regional. Pelo contrário, ocorreu a formação da agroindústria, que contemplou e agregou os interesses dos setores

agropecuário e industrial. Esse fato foi observado quando indicamos a manutenção da vocação econômica local, como, por exemplo, através da criação de frigoríficos, curtumes e fábricas de calçados.

A censura à imprensa faz parte de um conjunto diversificado de ações repressivas e não se realiza apenas através de suas variantes específicas, a censura prévia, autocensura, a censura empresarial. Como veremos, a pressão sobre a imprensa poderia verificar-se por via de ações desencadeadas em outras dimensões do aparato repressivo, como os Inquéritos Policiais, ou mesmo por via da intimidação efetuada através da justiça convencional.

Maria Helena Moreira Alves²⁴⁶ afirma que já no ano do golpe, enviesado pela concepção da Grande Estratégia, o presidente Castelo Branco sancionou o decreto-lei nº 53.897 em abril de 1964. Por esse decreto ficou institucionalizado a chamada ‘operação limpeza’. Essa operação tinha como objetivo investigar, a partir da instalação de inquéritos policiais militares, funcionários civis e militares, ou qualquer indivíduo da sociedade que fosse suspeito de estar envolvido em atividades subversivas, e por isso considerado um ‘inimigo interno’. O decreto-lei tinha campo de atuação em vários níveis: municipal, estadual e federal, e se tornou um dos principais instrumentos das corporações militares:

Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de fato* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha-dura no interior do Estado de Segurança Nacional.²⁴⁷

No próximo capítulo, analisaremos a corporação policial militar, atuando, inclusive na instalação de inquérito e processando jornalistas como método de pressão e coação. Os ditames da DSN também foram aplicados em Montes Claros quando 10º Batalhão de Polícia Militar desempenhou a função de vigiar e coibir a atuação do ‘inimigo interno’, tanto no meio rural quanto no urbano. Cabe ressaltar que, o nosso enfoque investigativo é a censura aos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’. Isso porque, os profissionais da imprensa têm acesso a diversos segmentos sociais, são aglutinadores e divulgadores de posições e opiniões, conseqüentemente, estão mais propensos a revelar fatos.

A historiadora Maria Heloísa Murgel Starling aponta que, instruídos pelos ditames da DSN, as corporações policiais militares de Minas Gerais tiveram a função de preservar a

²⁴⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.69-70

²⁴⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.68-69

lei e a ordem dos poderes constituídos.²⁴⁸ Mediante a compreensão desse aspecto, um de nossos objetivos é analisar como a participação e o êxito no golpe de 1964 conferiu a Polícia Militar de Montes Claros a função de reprimir e controlar os meios de comunicação impressos da cidade.

Nossa pesquisa esbarrou no fato de não termos encontrado um documento que pudesse comprovar que o Exército Brasileiro conferiu ordens a PM mineira para fiscalizar os meios de comunicação. Contudo, os aspectos arrolados, nos levam a concluir que a corporação policial militar local assumiu essa responsabilidade sob a justificativa de estar preservando os poderes recém constituídos ao manter a lei e a ordem. Essa atuação aconteceu, sobretudo, logo após a participação no golpe de 1964.

Grande parte dos estudos produzidos pela historiografia brasileira sobre a censura a imprensa²⁴⁹, durante o governo militar, toma como ponto de partida os anos de 1967 ou 1968. Esse recorte temporal refere-se à legislação que conferiu plenos poderes ao Estado para promover a repressão, como a promulgação da Lei de Notícias²⁵⁰ e, também, a sanção do Ato Institucional nº5²⁵¹.

Pelo fato de a introdução da censura nos jornais montesclarenses não ter relação direta com a legislação mencionada, mas sim com o fato de a corporação policial militar ter participado do golpe de 1964, o referido ano, tornou-se o nosso ponto de partida.

Nessa perspectiva, iremos assinalar os principais fatores que favoreceram a ação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, no sentido de censurar os periódicos ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’. Como ver-se-á abaixo, em boa medida, isto relaciona-se ao papel desempenhado pelo seu comandante na cena policial de Montes Claros.

²⁴⁸ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 119.

²⁴⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.; SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.; AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

²⁵⁰ Também conhecida como Leis de Notícias, a Lei nº 5.250 de 09/02/1967 foi sancionada no governo do Presidente General Castelo Branco. A Lei surgiu com o objetivo de regulamentar a Liberdade de Manifestação e do Pensamento e de Informação. Encontra-se disponível para consulta no site do Senado Federal. BRASIL. Senado Federal. *Subsecretaria de Informações*. Disponível em: <<http://www.ListaTextoIntegral.html>>. Acesso em 02 jul. 2008.

²⁵¹ O Ato Institucional número 5 foi sancionado no dia 13/12/1968. Os principais poderes do AI-5 eram: 1- poder fechar o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e Municipais. 2- Direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal. 3- Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na constituição de 1967. 4- Julgamento por crimes políticos em tribunais militares. Para aprofundamento sobre AI-5 ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil... Op.Cit.* p. 161.

Historicamente, não são poucos os trabalhos historiográficos a respeito de Montes Claros que fazem menção a imagem negativa que a cidade ostentou durante a sua trajetória²⁵². Cidade violenta, conflitos políticos resolvidos à bala, coroneis arregimentando jagunços para controlar o ‘mandioccal’ e, práticas coronelísticas que insistiam em atuar após 1930. Esses são apenas alguns exemplos do desgaste da imagem da cidade frente ao Estado e até mesmo frente ao país. Isso sem mencionarmos o fato de que, em 1957, como vimos no primeiro capítulo, a elite econômica e política da cidade, na ânsia por investimentos ‘inventa o centenário’ na derradeira tentativa de ‘criar’ uma imagem positiva, de uma ‘nova’ cidade que desponta como ordeira e serena. Desta forma, uma ‘nova’ Montes Claros circundada pela ordem e pela paz estaria habilitada para receber investimentos do poder público e do poder empresarial.

Todavia, apesar do esforço em demonstrar a ruptura com o arcaísmo, não é difícil encontrar referências de que a cidade, mesmo na década de 1960, ainda apresentava fortes indícios de violência e abuso de poder. O jornalista Oswaldo Antunes relata a dificuldade em manter a ordem pública, inclusive pelo fato de que nem mesmo os delegados transferidos para a cidade suportavam as arbitrariedades. A rotatividade de delegados, por exemplo, é um forte indício de que, se esses profissionais não se adequassem aos ditames da ‘ordem’ local não se fixavam na cidade. Antunes conta que mantinha em sua mesa uma carta que era publicada no ‘JMC’, direcionada ao recém chegado delegado, com a descrição do panorama social e político da cidade. As substituições de delegados era um fato tão corriqueiro que a mesma carta foi publicada várias vezes no jornal. Seleccionamos trecho da referida carta, onde o jornalista relata os desmandos na cidade:

Há um grande número de crimes e é preciso reprimi-los. Mas, Sr. Delegado, permita este lembrete que nós fazemos envolta com as boas-vindas: um grande número dos crimes contra a vida nesta região se comete por motivos políticos; e mesmo nos crimes de furto, roubo, desacato à autoridade e outros mais, a política interfere para evitar a ação da política, para anular a justiça (...) E permita-nos mais uma advertência: a sua permanência em Montes Claros, possivelmente não será muito longa. O seu honrado antecessor saiu porque não abdicou de sua autoridade. V. Sa. talvez o siga. E será o oitavo delegado a ser retirado por questão de honradez. O importante é que não tema sair com honra e tema ficar com a autoridade diminuída. Saindo como homem de bem, virá outro delegado mensal, mas com tanta mudança os políticos profissionais barganhistas de delegados acabam caindo no descrédito e deixam a polícia cumprir com seu dever.²⁵³ (grifo nosso)

²⁵² PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

²⁵³ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.174. Trecho da carta publicada no ‘Jornal de Montes Claros’ no final da década de 1950.

Através da leitura desse fragmento podemos perceber o quanto era difícil, até mesmo para um delegado da polícia militar, exercer suas atividades. Em vista disso, a atuação de um delegado que fizesse frente a essa obsoleta situação e perpetrasse a sua autoridade policial teria prestígio e respeito, tanto na esfera profissional quanto na esfera pessoal. Sobretudo, porque a partir da criação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, em 1956, este passou a atender 50 municípios adjacentes a cidade. O dirigente dessa corporação exerceria seu poder de ‘autoridade’ em quase toda a região do Norte de Minas.

Por isso, compreender a atuação do Cel. Georgino Jorge de Souza à frente do 10º BPMMC é fundamental em nossa investigação. O Cel. Georgino não foi somente o responsável por erguer a sede da sua guarnição, nem por arregimentar seus soldados para seguir em direção a Brasília para contribuir com o golpe de 1964. Dos trinta anos dedicados a Polícia Militar, a maior parte deles passou em Montes Claros. Fixou residência, constituiu família, atuou como advogado e como professor universitário, transitou pelos espaços políticos e sociais,²⁵⁴ enfim, rescindiu com a rotatividade das autoridades policiais nas terras do sertão norte mineiro. A estabilidade na carreira alcançada a partir do seu trabalho na cidade encerrou igualmente a sua própria peregrinação e inconstância profissional, o Cel. Georgino, até se fixar na cidade havia atuado em 68 cidades mineiras²⁵⁵.

No boletim cuja divulgação era restrita ao interior das unidades da Polícia Militar de Minas Gerais, o Cel. Georgino, no ato da sua posse, ressaltou os principais objetivos de seu trabalho na unidade de Montes Claros. O discurso faz referência aos ditames da DSN, como a disciplina, a proteção da família e a moral da sociedade, assim como também delinea interesse em dedicar uma ‘especial atenção’ a esses setores, ou seja, aumentar a vigilância:

Estado de Minas Gerais Polícia Militar / 10º BI

Quartel em Montes Claros, 16 de Dezembro de 1961 (...)

Para reconhecimento e devida execução desta Unidade, publica-se o seguinte:

Ao assumir o Comando desta Unidade, as minhas palavras são de paz e evocação. Apologista do trabalho conclamo a todas para as obras que proponho realizar, quais soem ser uma inarredável defesa das tradições de nossa gloriosa Corporação, numa busca permanente do senso de Justiça e da Disciplina. (...) Para tanto será construído ainda que a custa de grandes sacrifícios, o nosso Quartel, ao mesmo tempo que o nível técnico profissional da tropa, passará por acurado estudo e aprimoramento. Na medida da limitação de minhas forças, especial atenção será dedicada ao aperfeiçoamento de nossas atividades sociais. A defesa da família e dos bons

²⁵⁴SILVEIRA, Geraldo Tito. *Histórico*. Disponível em: <[HTTP://www.55bi.com.br/porta/batalha/historico.html](http://www.55bi.com.br/porta/batalha/historico.html)>. Acesso em 05 fev. 2010.

²⁵⁵ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996. p.288.

costumes alicerçados na moral sadia e consubstancia-se na trilogia:
JUSTIÇA - TRABALHO E CAMARADAGEM.

Georgino Jorge de Souza - Major Comandante Interino²⁵⁶

O Cel. Georgino canaliza para si e para o seu batalhão a responsabilidade de monitorar, intensamente, a sociedade e, dessa maneira, manter e defender a ‘moral e os bons costumes. Mostrar um bom desempenho profissional a partir dos ditames da DSN é, para nós, o principal elemento que justifica a introdução da censura pelo comando da PM nas redações, sem que o Exército ou qualquer outro órgão do governo militar tenha conferido ordens para essa operação. ‘Cortar o mal pela raiz’, ou seja, vigiar a imprensa escrita, que nesse período era um dos principais veículos de informação da cidade, também representava um maior controle sobre sociedade. De outra maneira, os dois jornais pesquisados por nós, não tinham circulação restrita apenas a Montes Claros. Eram distribuídos três vezes por semana e chegavam em outras cidades vizinhas. Vigiar as redações tinha também uma noção estratégica.

Não obstante, o Cel. Georgino também procurou manter boas relações com os setores articuladores do golpe, e mesmo com rarefeitos recursos, acatou as ordens do governador Magalhães Pinto para prosseguir com o envio das tropas para Brasília. Como afirma Alves “Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de fato* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar investigações.”²⁵⁷ Oriundos, majoritariamente das Unidades Policiais, os IPMs foram comumente utilizados para punir os subversivos. Sendo o Cel. Georgino integrante do seletto grupo de Coronéis de Minas Gerais que tiveram participação direta na realização do golpe de 1964, não fica difícil concluir que também tenha recebido instruções para utilizar este recurso. Além disso, durante a realização da operação de 1964, o próprio general Olímpio Mourão Filho, um dos principais mentores do golpe, teceu elogios a corporação montesclareense: “Isto não é um Batalhão: é uma Academia. Moral Excelente, alegria exuberante”.²⁵⁸

²⁵⁶ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia...* Op.Cit. p.288.

²⁵⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.69.

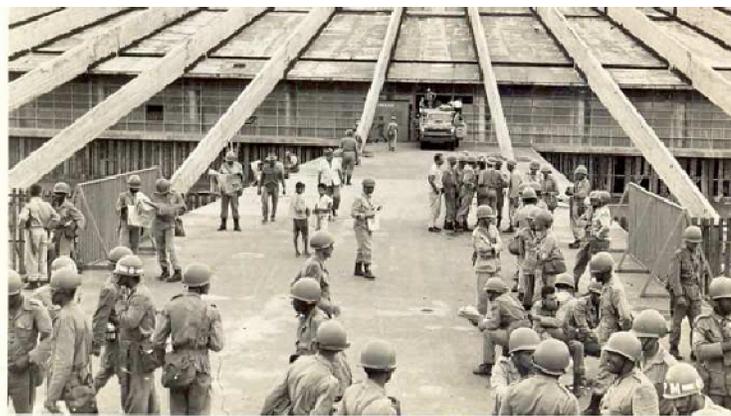
²⁵⁸ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um Soldado...* Op.Cit. p.194.



Fotografia 21 Militares do Exército Brasileiro e da Polícia Militar de Minas Gerais, em visita as unidades das Forças Armadas em Brasília. Abril de 1964.

Da esquerda para a direita estão: Cel PM José Geraldo de Oliveira (Comandante Geral da PMMG), General Carlos Luis Guedes (Comandante da ID/4 do EB – Belo Horizonte), General Mourão Filho (Comandante da 4ª RM do EB – Juiz de Fora) e Ten Cel Georgino Jorge de Souza (Comandante do 10º BI da PMMG – Montes Claros). A identidade do militar ao fundo é desconhecida.

Fonte: VIEIRA, Fábio Antunes. De policiais a combatentes: A PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. 2007. p.122.



Fotografia 22 Policiais militares mineiros, sobretudo de 10º BI, acantonados no teatro municipal de Brasília.

Não há informações precisas sobre a data específica da fotografia, exceto que foi tirada em abril de 1964. FONTE: VIEIRA, Fábio Antunes. *De policiais a combatentes... Op. Cit.* p.123.

Por conseguinte, demonstrar eficiência profissional significou, para o Cel., o respeito e admiração da sociedade montesclarensense e, principalmente, dos mentores do governo militar instaurado. Esse fator foi fundamental na sua decisão de introduzir, por conta própria, membros da guarnição para vigiar uma possível atuação do ‘inimigo interno’ nas redações dos jornais da cidade.

As produções historiográficas acerca dessa temática são categóricas em apontar que o governo criou estruturas específicas para exercer esse tipo de função. É o caso dos trabalhos

das historiadoras Beatriz Kushnir²⁵⁹ e Anne-Marie Smith.²⁶⁰ Kushnir, através de sua pesquisa, apontou que o Departamento de Polícia Federal realizou vários concursos públicos no intuito de preencher um quadro de censores suficientes para atender a demanda nacional. Além disso, por meio de fontes orais e processuais, a autora identificou a existência de jornalistas que, em busca de melhores salários e, principalmente, estabilidade profissional, prestaram concursos e trabalharam como censores, se tornaram *cães de guarda* do regime.

A estabilidade profissional do censor perdurou, inclusive, após o fim do Regime Militar, com a abertura política, em 1985. Nesse sentido, com o objetivo de pressionar o governo a manter o seu ofício, no novo contexto, esses profissionais fundaram a Associação dos Censores Federais/ANACEN, em 1986²⁶¹. De igual maneira, Kushnir também revelou que, tanto os funcionários da Polícia Federal encarregados de exercerem a função de censores, como os ‘concursados’, recebiam, constantemente, rígido treinamento para atuar, ‘corretamente’, nas redações dos jornais, no meio artístico e no meio cultural.

Já Smith observou que a relação entre Estado e imprensa apresentou, historicamente, várias faces de institucionalização da censura, através da criação de estruturas e legislação específica. Desde a chegada da corte portuguesa, em 1808, ficou terminantemente proibida a veiculação, sem análise prévia de um censor, de matérias com conteúdo crítico ao governo ou que pudessem atentar contra a moral e aos bons costumes. Não obstante, a coerção generalizada se deu a partir da ditadura do Governo Vargas, de 1937 a 1945, quando a prática da censura foi institucionalizada com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP.²⁶²

Com a Doutrina de Segurança Nacional, o general Golbery do Couto e Silva, através da noção de ‘Grande Estratégia’, tornou enfática a necessidade de o governo criar estruturas apropriadas para garantir a segurança nacional do país. Era o respaldo necessário para o funcionamento e para a criação, por exemplo, do Serviço Nacional de Informação/SNI e do Departamento de Ordem Política Social/DOPS.

Assim, não fica difícil concluir que, não parece ter sido função dos membros da Polícia Militar brasileira atuar como censores nas redações dos jornais, haja vista a existência de uma estrutura apropriada, treinamento e concursos públicos para preencher esse cargo. Não encontramos também nenhuma referência de trabalhos que apontem indícios de que a PM

²⁵⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

²⁶⁰ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

²⁶¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda... Op.Cit.* p.160.

²⁶² SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.24.

tenha recebido algum treinamento, em âmbito nacional ou regional, que pudesse os habilitar para essa atividade. De outra maneira, em termos de logística, seria quase impossível, diante da extensão territorial do país e do Estado Minas Gerais, colocar a ‘mordaça’ em todas as empresas de comunicação. A PM montesclarensense se auto-adaptou a essa função.

Starling ressalta que a Polícia Militar de Minas Gerais recebeu instruções para conter todos os tipos de manifestações sociais ou levantes subversivos, durante o estágio de articulação e preparação para o golpe²⁶³. O fato de ter desfrutado de uma profícua atuação na destituição de João Goulart no poder, motivou, na guarnição montesclarensense, a ‘missão’ de serem os mantenedores da lei e da ordem, do governo constituído, nas terras sertanejas.

Paolo Marconi²⁶⁴ aponta que a participação de Policiais Militares na realização da repressão e monitoramento da imprensa escrita, embora não seja comum, aconteceu durante o Regime Militar, essencialmente, nas regiões do interior do Brasil. Segundo o autor, parte dessa atuação reflete a influência das ações da Polícia Federal no controle da imprensa das principais capitais. Além desse fato, em regiões do interior, muitas vezes desprovidas de aparato judiciário, os delegados ou os comandantes das Polícias Militares assumem a função e o rótulo de ‘juizes’, incorporando o objetivo de julgar o que é certo ou errado. O cerceamento de liberdade de expressão acabou servindo, também, para evitar a divulgação das arbitrariedades cometidas pela corporação. Desta forma, algumas guarnições da PM ainda desfrutam do ‘benefício’ de residirem em regiões distantes, fator que contribuiria para a impunidade de suas ações. Marconi expõe como exemplo de atuação de Policiais Militares na repressão, os impressos: ‘Resistência’, editado no Estado do Pará, e o ‘Diário de Petrópolis’, da região serrana do Rio de Janeiro.

A repressão e a censura eram motivadas pela pelo combate ao “inimigo interno”. Em Montes Claros vale a pena reiterar o impacto causado, pela presença do ‘grupo dos onze’, cujos membros recebiam orientação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola do PTB. Pelo fato de possuir membros de vários segmentos sociais, em Montes Claros, esse grupo tinha contato e se relacionava, inclusive com os jornalistas da cidade. O jornalista Felipe Antônio Guimarães Gabrich, em depoimento, ilustra que esse grupo era formado por comerciantes, políticos, farmacêuticos, etc; o que denota o fácil contato desses elementos não somente com a imprensa, mas com o restante da população da cidade:

(...) em Montes Claros tinha esse grupo chamado grupo dos onze que foi perseguido, tanto que tinha um farmacêutico, que ficou doido e depois

²⁶³ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 119.

²⁶⁴ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira...* Op. Cit. p.90-98.

morreu, teve um tal de Evanildo, um farmacêutico baixinho que trabalhava em uma farmácia que também morreu (...) tinha um padeiro que me contava uns causos, tinha o Porfirão (...) ²⁶⁵ (grifo nosso)

O jornalista Haroldo Lívio, em entrevista concedida para a pesquisa, esclarece que a organização teve curta duração devido à forte repressão a que foram submetidos. Como indicaremos no trecho a seguir, para Lívio, a principal causa do encerramento das atividades do ‘grupo dos onze’ foi a intensa coerção dos Policiais Militares a partir da instauração de Inquéritos:

A organização do grupo dos onze aqui em Montes Claros foi muito próxima já da Revolução, desde 64, então teve curta existência. Em outros lugares foi organizado bem antes, em 63, 62, mas aqui foi... talvez já no próprio ano de 64. Porque essa organização ela veio com a derrocada de Jango aí acabou transformou-se em objeto de IPM, foi instaurado um IPM sobre essa organização aqui e teve alguns membros que foram presos que foi o Joaquim Diniz o Porfírio de Souza, Adão Fagundes, eles foram presos, foram condenados tiveram muito tempo e depois foram anistiados, as famílias estão sendo anistiadas pelos desmandos que foram sofridos ²⁶⁶.

Do mesmo modo, o movimento estudantil teve suas ações monitoradas, e, em várias ocasiões, também teve suas atividades reprimidas pela corporação policial militar da cidade ²⁶⁷. Ainda ressaltamos que a alteração do perfil da imprensa e a composição de uma classe operária, com a instalação de um parque industrial, nas décadas de 1960 e 1970, engrossam as justificativas para a PM controlar possíveis situações de subversão ou movimentos da classe trabalhadora na cidade.

Por seu turno, é através da análise das fontes orais que podemos indicar que, tão logo a PM local regressou da operação que resultou no golpe de 1964, membros da corporação foram inseridos nas redações do ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’. Nos fragmentos a seguir temos, num primeiro momento, o jornalista e dono do ‘Diário de Montes Claros’, Décio Gonçalves de Queiroz ressaltando que, a ruptura política resultou na introdução de militares na redação. No outro trecho, Gabrich, que exercia suas atividades no ‘Jornal de Montes Claros’, pressupõe que a inserção de policiais militares nas redações foi devido à alteração do perfil da imprensa escrita:

Em 1964 o Diário de Montes Claros já estava circulando já no seu segundo ano de vida, né? E nós enfrentamos, tivemos dentro do jornal um censor.

²⁶⁵ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

²⁶⁶ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

²⁶⁷ OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió: Edufal, 2000, 216p

Mandaram para lá um Capitão da Polícia Militar e todo dia para... a Revolução até isso a Revolução fez.²⁶⁸

Tirou-se um governo civil e colocou-se um governo militar e a imprensa sofreu muito com isso, por quê? Porque a imprensa de modo geral era vista como locutor da população com os políticos, ela tinha a capacidade reivindicatória e investigativa ao mesmo tempo e governo sabidamente o governo militar tratou de podar isso. Nos grandes centros principalmente e nos centros menores como era Montes Claros nós tínhamos uma imprensa combativa e imprensa reivindicatória. No caso de Montes Claros especificamente as redações de Montes Claros [refere-se ao 'Jornal de Montes Claros'] e do Diário de Montes Claros um dos jornais que tinha na época, tinha uma veiculação não só do município mas também o jornal, nós fomos vigiados por um policial da PM da Polícia Militar, então foi para o Diário de Montes Claros um Coronel e foi para o Jornal de Montes Claros um Capitão²⁶⁹.

Compreender como se processou a prática da censura com a introdução desses 'censores' será o nosso próximo objetivo. Também será nosso desígnio analisar a metodologia que esses oficiais militares empregaram para coibir os jornalistas, assim como a rotina, o espaço de sociabilidade e a relação entre censores e jornalistas no interior das redações dos jornais arrolados.

Em estudos cujo objeto é a imprensa escrita durante o contexto do governo militar, em um primeiro momento, nos parece um tanto óbvio as justificativas para a existência da censura. Foi o período da supressão aos direitos de expressão, em que a figura do censor se tornou um elemento cotidiano para a maioria dos jornais de grande circulação no Brasil. Em Montes Claros, contudo, há aspectos particulares que devem ser ressaltados.

Primeiro, porque Montes Claros está situada em uma região periférica de Minas Gerais, marcada, historicamente, pela vocação agropecuária e pela concentração fundiária. Além disso, no período do governo de João Goulart, a elite econômica e a política da cidade compactuaram dos mesmos temores das elites dos grandes centros urbanos. As reformas de base, principalmente a reforma agrária, fomentaram o receio de desestruturar os interesses agropecuários regionais. Mesmo a nascente elite industrial não via com bons olhos a efervescência ideológica e as manifestações sociais de apoio às reformas. Para esses setores o apoio da classe trabalhadora, por exemplo, às reformas de Goulart, poderia representar a desestruturação da sua hegemonia. Esses foram os principais fatores que fomentaram, por

²⁶⁸ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no 'Jornal de Montes Claros' e foi dono e diretor do 'Diário de Montes Claros'.

²⁶⁹ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no 'Jornal de Montes Claros' e, posteriormente, no 'Diário de Montes Claros'.

parte dos setores agropecuário e industrial de Montes Claros, apoio a execução do golpe de 1964. Posteriormente, vimos à chegada da corporação do 10º BPMMC, após a participação na execução do golpe de 1964, recebidos com festa e saudações pelos moradores e autoridades da cidade.

Todos esses fatores, examinados por nós, no segundo capítulo da dissertação, poderiam trazer a errônea conclusão de que não havia necessidade de realização da censura nas redações dos jornais montesclarenses. Isso porque transparece a idéia de apoio homogêneo da cidade ao novo governo constituído. Mas, os historiadores sabem que uma sociedade homogênea não existe, e foi na heterogeneidade, na diversidade que encontramos as razões pelas quais ficou justificada a prática da censura aos impressos ‘JMC’ e ‘DMC’. A presença de uma mentalidade anticomunista nas elites, potencializada pelo temor em relação à reforma agrária, a presença de movimentos populares, no rastro do processo recente de industrialização, o do Grupo dos onze e do movimento estudantil reforçam a disposição à censura.

Mas, sobretudo, as alterações no perfil da imprensa, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, que proporcionaram fortes subsídios à introdução de censores nas redações. Era o surgimento de jornais que buscavam a independência, e, se orgulhavam de não serem financiados pelos segmentos políticos da cidade. Esses jornais tinham profissionais que atuaram em periódicos de outras capitais, e, em vista disso, não tinham empecilhos em transitar nos ambientes da elite ou de qualquer outra camada social. Assim, não estar atrelado aos ditames dos setores dominantes, imputava a desconfiança e a necessidade de controle, muito embora, como veremos adiante, a perspectiva que orientava boa parte dos jornalistas, caudatária da percepção difusa das exigências que envolvem um desenvolvimento politicamente orientado, tornassem pouco efetiva tais disposições de autonomia.

Por fim, o desfecho positivo da corporação policial local na execução do golpe de 1964, o prestígio adquirido pelo seu comandante, sua disposição de “mostrar serviço” aos dirigentes estaduais e nacionais do regime militar, a preocupação em manter o apoio ao novo governo constituído, colaboram para a inserção de censores nas redações de Montes Claros, antes mesmo disto tornar-se uma prática generalizada no país.

No próximo capítulo investigaremos a prática da censura, da censura prévia e da autocensura nas redações dos jornais ‘JMC’ e ‘DMC’.

5 A CENSURA NO COTIDIANO, O COTIDIANO DA CENSURA...

Para a imprensa, assim como para todos os outros agentes sociais no Brasil, a relação com o Estado é fundamental. Quer as questões imediatas tenham cunho financeiro, normativo, jurídico ou político, o Estado e a imprensa são inevitáveis interlocutores.²⁷⁰

Não é meu propósito, entretanto, assentar em uma mesma casta os donos de jornais e os jornalistas de várias tendências. Não estou esquecendo a multiplicidade de papéis possíveis de desempenhar. Assim, o ponto de partida dessa reflexão apreende a existência de jornalistas que colaboraram com o regime, de outros que resistiram e de outros ainda que lutaram contra ele. Tais ponderações também se aplicam aos seus patrões.²⁷¹

A imprensa, assim como diferentes setores e indivíduos, são afetados pela ação do Estado. Em sua dimensão regulatória, o Estado define os limites e as possibilidades dos indivíduos e atores sociais. Além disto, o Estado é provedor de bens e serviços, além de componente fundamental do próprio mercado, seja por via do processo de compras governamentais, seja, no caso da imprensa, por força dos comunicados e propagandas que os governos veiculam através da mídia. Assim, em que pese o papel que a imprensa se atribui de veículo fundamental da liberdade de informação e expressão, ela é frequentemente circunscrita pelas circunstâncias que envolvem sua relação com o setor privado os governos constituídos.

Ademais, como toda empresa a imprensa precisa ter rentabilidade suficiente para se manter e investir, constantemente, em novos equipamentos para aumentar a quantidade e qualidade do seu produto no mercado. As empresas de comunicação precisam do Estado para trabalhar legalmente e dos anunciantes para manter as suas finanças em dia. E se não bastasse esses aspectos, ainda tem que convencer o leitor, todos os dias, de que vale a pena adquirir o seu produto. É uma relação comercial que, para sobreviver, em diversas situações tem que fazer 'vista grossa' para atender a 'demanda' do contexto e do 'mercado'. Não consideramos que esses aspectos possam justificar a subserviência da imprensa a esses ditames. Pelo contrário, esse fato somente explica porque, em alguns momentos, a submissão incide e resiste.

No caso de Montes Claros há um elemento adicional. É certo que os jornalistas responsáveis pela modernização da imprensa da cidade - especialmente por sua formação e pela experiência jornalística em centros mais dinâmicos - revelaram maior autonomia em

²⁷⁰ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.p.17.

²⁷¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004, p.27.

relação às lutas de facção que matizaram os momentos iniciais da atuação da imprensa de Montes Claros. Todavia, no limite, todos operavam nos marcos do desenvolvimento politicamente orientado, que vertebrava a trajetória econômica de diversas regiões que não dispõem de um impulso endógeno para alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. Segundo tais jornalistas, o anseio pelo progresso da cidade os ‘forçava’ a redigir matérias com esse enfoque, em vez de contornar a censura imposta. De fato, através dos depoimentos os jornalistas explicam que utilizavam os artigos para reivindicar melhores condições de infra-estrutura e melhorias na área social da cidade. Todavia, a ênfase ao utilizar essa justificativa, para nós, é a maneira que os jornalistas encontraram para se esquivarem de assumir que praticavam autocensura.

Não é uma tarefa fácil para um jornalista admitir a um pesquisador que, em vez de rebelar-se contra o sistema repressor, acabou por se integrar a rotina de autocensura para não perder o emprego ou para não sofrer algum tipo de represália. Através das intermitências da memória, o contexto econômico é utilizado para retirar o peso da responsabilidade, de não terem se comportado, a todo o momento, como jornalistas ‘militantes’ da liberdade de expressão.

Depois de quase quatro décadas do golpe, é mais marcante dizer que resistiram à censura, do que dizer que tiveram de se submeter a ela. Não obstante, em nenhum momento estamos questionando a ‘verdade’ de nossas fontes. Muito menos afirmando que os jornalistas foram ‘vítimas’ ou ‘cúmplices’ do governo militar. O que o nosso trabalho leva em conta é como as ingerências econômicas, políticas e sociais fizeram germinar uma variedade de situações e posturas em nosso objeto.

Seguindo a linha de pensamento de Kushnir, conforme evidenciamos em nossa epígrafe, também consideramos primordial apontar a multiplicidade de atores desse contexto. Nossa pesquisa se deparou com jornalistas que consentiram a censura, jornalistas que burlaram a censura e jornalistas que foram punidos pelo sistema repressor. Na verdade, esse não era o nosso objetivo inicial. O nosso estudo tinha o intento de compreender como ocorreu a introdução do aparato repressor nas redações, quem realizava a censura, a rotina das redações e a relação entre censores e jornalistas. Enfim, nossas análises apontariam para um estudo sobre a resistência dos jornalistas frente às decisões dos censores.

Nessa perspectiva, tivemos acesso a vários trabalhos cujo enfoque é a compreensão da resistência dos jornalistas frente aos ditames do aparato repressor nesse contexto. Como o

da historiadora Maria Aparecida Aquino²⁷², cuja análise se concentra em entender o cotidiano de resistência do movimento estudantil e, principalmente, da imprensa escrita. O jornalista Alexandre Ayub Stephanou²⁷³ investigou o processo de institucionalização e legalização da censura pelo governo militar e a aplicabilidade do aparato censório nas obras literárias, nas artes e na imprensa. Com cunho historiográfico, o trabalho permeia análises referentes aos setores que afrontaram a censura, como estudantes e alguns segmentos da imprensa. Do mesmo modo, o pesquisador também faz referência aos segmentos que defendiam a censura e o trabalho dos censores, como alguns intelectuais e a parcela conservadora da sociedade.

O estudo do jornalista Paolo Marconi²⁷⁴, redigido ainda na vigência do governo militar, também utilizou um *corpus* documental variado: depoimentos de jornalistas, documentos da revista ‘Veja’, proibições da Polícia Federal e documentos do Partido Comunista. Seu trabalho demonstra como a censura, ‘em nome da segurança nacional’, referendada pelo contexto político, atingiu todos os meios de comunicação, inclusive aqueles que apoiaram o golpe.

Vários trabalhos produzidos pela historiografia brasileira, referentes ao contexto do golpe e do governo militar, também avaliam o papel de resistência ou do colaboracionismo da imprensa, mesmo quando esse não é o foco principal. É o caso da tese de doutorado de Maria Helena Moreira Alves²⁷⁵, que investiga a dicotomia das relações entre Estado e os segmentos de oposição no Brasil, a partir do exame das etapas de institucionalização do Regime Militar. Por meio do Ato Institucional nº 1, os militares legitimaram o golpe de 1964 e o governo instaurado. Com o tempo, se tornou imperativo para o Estado criar novos mecanismos de controle social e político, respaldados pela ‘gloriosa’ justificativa de manter a segurança nacional. Dentre elas, destacamos a Lei nº 5.250, promulgada em 1967, e o Ato Institucional nº5 em 1968, que regulamentaram o que poderia ou não ser publicado pelos meios de comunicação e estabeleceu severas punições para o descumprimento das referidas leis.

Podemos ainda mencionar historiadores como Jacob Gorender²⁷⁶ e Julio José Chiavenato²⁷⁷ que utilizam a imprensa escrita como um dos elementos em sua pesquisa. Gorender foi fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, em 1968, e na

²⁷² AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.270.

²⁷³ STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História).

²⁷⁴ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente).

²⁷⁵ ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005, 423p.

²⁷⁶ GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

²⁷⁷ CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar*. 2 ed, São Paulo: Moderna, 2004. (Polêmica).

década de 1970, foi preso e torturado. A sua obra traz observações importantes sobre os segmentos de resistência ao governo militar, como o movimento estudantil, dos trabalhadores, dos jornalistas e dos militantes de esquerda. Chiavenato faz importantes considerações sobre o papel da grande imprensa como aglutinadora dos setores de oposição ao governo João Goulart. O autor faz referência ao periódico ‘O Jornal’, do Rio de Janeiro, que, após o comício das Reformas de Base, deflagrou em suas páginas apoio a retirada de João Goulart da presidência.

Para o historiador Carlos Fico²⁷⁸, a produção de trabalhos com a perspectiva memorialísticas sobre o período do governo militar contribui, significativamente, para a historiografia brasileira. Esses trabalhos revelam o cotidiano daqueles que foram censurados, depoimentos de pessoas que participaram tanto de movimentos de resistência quanto de pessoas que consentiram a censura ou às determinações do governo. Para Fico, muitas obras memorialísticas foram publicadas somente a partir do período de distensão política, em que foi ‘permitido’ divulgar outras faces sobre esse contexto.

Nessa perspectiva memorialística, também temos o trabalho do jornalista Luís Fernando Assunção²⁷⁹, que priorizou, em sua obra, o uso de depoimentos de familiares de profissionais da imprensa do Estado de Santa Catarina. Os relatos revelam que a militância contra o governo militar resultou não somente na censura aos manuscritos, como também em torturas e assassinatos de muitos profissionais.

Toda esta literatura nos auxiliou na compreensão da resistência à censura. Todavia, a pluralidade de fontes nos levou a um novo propósito e, por conseguinte, a um novo estudo. Os processos criminais, as entrevistas com os jornalistas, e, fundamentalmente, o entendimento sobre a influência do contexto político e econômico em nosso objeto, desviou, positivamente, a nossa direção. Sobretudo, a partir do contato com as recentes produções historiográficas referente à censura, nesse contexto brasileiro, chegamos, em vários momentos, a conclusões semelhantes às expressas pelas historiadoras Smith e Kushnir.

Smith ao analisar o consentimento da imprensa brasileira a censura, revela que todos os recursos utilizados pelo aparato repressor, como o medo, a tortura e a pressão psicológica foram essenciais para consolidar a prática de autocensura. Não obstante, para a autora, o que legitimou o cumprimento das ordens de censura foi a rotina²⁸⁰. A ‘banalidade da censura’, a aplicabilidade dos mesmos métodos e dos mesmos procedimentos, cotidianamente, instalou

²⁷⁸ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

²⁷⁹ ASSUNÇÃO, Luís Fernando. *Assassinados pela ditadura*. Santa Catarina – Florianópolis: Insular, 2004.

²⁸⁰ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.*

uma rotina burocrática nas redações dos jornais de Montes Claros, que se consolidou no consentimento paulatino a autocensura.

Em virtude desse aspecto, nosso estudo não se concentrou em apontar somente práticas de resistências ou de salientar a existência de uma dicotomia entre censores *versus* jornalistas. Muito pelo contrário. De maneira semelhante ao trabalho de Kushnir, nossa pesquisa mostra que nas redações dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’ existiram jornalistas que praticaram autocensura e jornalistas que, em algumas ocasiões, resistiram à censura imposta. Mas, diferentemente da prática da autocensura, resistir à censura não era um hábito cotidiano e duradouro nas redações.

Por seu turno, o fato que mais surpreendeu no transcorrer da pesquisa foi perceber, principalmente, através das fontes orais que, as relações pessoais e profissionais entre censores e jornalistas, grosso modo, não foram tão negativas. Respeito, admiração, amizade, e elogios ao censor foram adjetivos recorrentes durante as entrevistas realizadas. Tais percepções são pouco observadas nas obras publicadas sobre o tema. Nesse caso, podemos mencionar Kushnir²⁸¹ e Smith²⁸² que exemplificam essa faceta.

A imperativa necessidade de convivência de ambos, em um mesmo ambiente, e, fundamentalmente, em uma mesma cidade, os levou a relações de amizade e respeito. A rotina nas redações dos jornais de Montes Claros trouxe o consentimento à autocensura e a paradoxal cordialidade nas relações entre censores e jornalistas. Mas, isso não significa dizer que não houve momentos em que a raiva e o rancor, por estar sendo censurado, povoaram a redação. Pois, se, em vários momentos, divulgar não era permitido, o descontentamento também era inevitável.

5.1 ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’²⁸³: Repressão multifacetada: censor, censura, autocensura, e censura prévia

Antes de prosseguirmos, consideramos primordial a discussão de alguns conceitos, que serão os pilares constitutivos dessa seção. Nessa acepção, analisaremos os conceitos de censura, de autocensura e de censor. Ressalvamos que esses conceitos serão abordados do ponto de vista político, raramente abordaremos a censura que prevê a manutenção da moral e dos bons costumes da sociedade. Porém, é primordial entender que a prática da censura

²⁸¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda... Op. Cit.*

²⁸² SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.*

²⁸³ Para facilitar a redação do texto, optei por utilizar siglas para designar os jornais: ‘Jornal de Montes Claros’ como ‘JMC’ e ‘Diário de Montes Claros’ como ‘DMC’.

política, nesse contexto, também utiliza a justificativa de proteção da moral e dos bons costumes da sociedade. Por seu turno, a análise conceitual da censura virá atrelada as nossas fontes, para que possamos perceber a aplicabilidade das várias formas de censura nas redações dos jornais: ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’.

De acordo com Anne-Marie Smith²⁸⁴, a *censura* é todo o impedimento ou restrição de discutir, analisar e divulgar opiniões, conceitos ou qualquer tipo de informação em um contexto político. O cerceamento da liberdade de expressão amortece as possibilidades de crítica ou questionamentos pela sociedade, sobretudo daqueles que se julgam capazes de desempenhar esse papel. Ainda nas palavras da autora, a censura:

(...) se destina a servir aos interesses dos que se encontram no poder ao gerar ignorância e distorção, ao enfraquecer ou incapacitar um povo submisso. (...) A censura impossibilita o escrutínio, cerceando esforços no sentido de atribuir responsabilidades aos governantes. Sob a censura, manipulam-se a compreensão da realidade social e natural, a posição de alguém no mundo, principalmente, com frequência, dos que detém o poder.²⁸⁵

Corroborando dessa apreciação, Alexandre Ayub Stephanou aponta que o principal objetivo da censura, praticada no período militar, era o interesse em encobrir as arbitrariedades e assegurar a continuidade do governo vigente. Com esse propósito o Estado cria a chamada ‘censura oficial’ para manter a credibilidade do governo e certificar a conformidade social.

O autor faz menção a Nobert Elias para explicar a origem do exercício da censura, “está no processo civilizador que constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção.”²⁸⁶ O controle da conduta humana, conforme Elias, é realizado por terceiros, ou seja, pelos órgãos ou instituições que tenham essa finalidade, com o desígnio de regulamentar o comportamento e a vida do homem de maneira uniforme e genérica. Stephanou ao citar o cineasta Fritz Lang²⁸⁷ afirma que o controle literário e artístico renuncia a tudo o que pode romper com o tradicional, sob a justificativa de manter a lei e a ordem. Para Lang, esta situação impõe ao público a posição de infantil e imaturo, que não deve e nem tem capacidade de lidar com o ‘novo’.

Anne-Marie Smith destaca que, os elementos que compunham e defendiam o regime militar justificavam, de variadas formas, a censura:

²⁸⁴ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op.Cit. p.96.

²⁸⁵ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op.Cit. p.136.

²⁸⁶ STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar...* Op.Cit. p.27 Apud. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. v.2, p.193-194.

²⁸⁷ STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar...* Op.Cit. p.29. Apud. LANG, Fritz. *Censura e Liberdade*. *Revista Civilização Brasileira*, nº 3, julho de 1965, p.183

Para começar com a realidade, a censura simplesmente existe (...) o que seria de nossas personalidades se não houvesse a censura interna? (...) A censura existe para passar uma idéia, de uma sensação, do fluxo do nosso id, do nosso subconsciente, onde existem terríveis segredos, para fatos e comportamentos.²⁸⁸

Essa concepção remete à psicologia de Freud para justificar que, se todos os indivíduos têm, inconscientemente, mecanismos auto-reguladores para conviver em sociedade, o Estado também deve e pode criar instrumentos capazes de controlar a circulação de informações em âmbito nacional. De acordo com Kushnir esse tipo de justificativa é próprio das sociedades modernas, em que a censura é tomada como algo psicanalítico:

Os censores seriam, assim, uma parte do superego - definido como *locus* da personalidade responsável por idéias e valores, que age inconscientemente sobre o ego contra pulsões que provocam culpa. (...) o papel do censor, do superego, seria o de defensor, guardião, vigilante e zelador, para que partes recalçadas do inconsciente não emergissem no consciente²⁸⁹.

Para Paolo Marconi²⁹⁰, Beatriz Kushnir²⁹¹ e Smith²⁹² a censura, nesse contexto, é sempre política porque ela era regulamentada e realizada pelos setores incumbidos pelo governo de cumprirem essa função. Logicamente, ao realizar a censura com o intuito de preservar a continuidade e legitimidade do governo, ela acabava por atuar em outros setores, como nas artes, na música ou no cinema, sobretudo para preservar a lei, a moral e os bons costumes. Seguindo essa acepção, compreenderemos os impactos da censura política em nosso objeto.

Nas redações dos jornais de Montes Claros, pesquisados por nós, encontramos indicativos de que a censura aplicada tinha o interesse em garantir a legitimidade e a sequência do regime. Essa censura política também objetivava, ao mesmo tempo, o controle social, ao proibir a veiculação de matérias que pudessem atentar contra a imagem do governo e que pudesse gerar descontentamento e manifestações sociais. De igual maneira, ao realizar essas ações, a censura também tinha o intuito de impedir a proliferação de ideologias de esquerda, como o socialismo e o comunismo. De certo modo, controlar a imprensa representava manter o fantasma do ‘inimigo interno’ distante do restante da população.

²⁸⁸ Nina Ribeiro: Deputado da Arena que defendeu a aplicabilidade da censura no Brasil. Citado pelo jornalista Walter Fontoura em entrevista concedida pela autora. SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.137.

²⁸⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores... Op.Cit.* p.157.

²⁹⁰ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira.... Op.Cit.* p.56.

²⁹¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores... Op.Cit.* p.42.

²⁹² SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.136.

Felipe Antônio Guimarães Gabrich, que iniciou o seu trabalho como jornalista em 1963, no ‘Jornal de Montes Claros’, e, a partir de 1965 passou a atuar no ‘Diário de Montes Claros’, explica que, após a instalação do governo militar, a rotina das redações foi alterada. Primeiro, pela presença de policiais militares, segundo pela introdução da censura por esses policiais. No trecho a seguir, evidenciamos que esse era o objetivo da censura realizada pela corporação policial militar nas redações do ‘JMC’ e ‘DMC’:

(...) a imprensa de modo geral era vista como locutor da população com os políticos, ela tinha a capacidade reivindicatória e investigativa ao mesmo tempo e governo sabidamente o governo militar tratou de podar isso. (...) No caso de Montes Claros especificamente as redações de [do Jornal de] Montes Claros e do Diário de Montes Claros um dos jornais que tinha na época, tinha uma veiculação não só do município mas também o jornal, nós fomos vigiados por um policial da PM da Polícia Militar, então foi para o Diário de Montes Claros um Coronel e foi para o Jornal de Montes Claros um Capitão. O Coronel Neto ficou no Diário de Montes Claros que veio até ser diretor do Colégio Tiradentes e o Capitão Lázaro que veio a ser Comandante do Décimo Batalhão de Polícia, foi Major, Coronel, hoje ele é até aposentado e fazia o policiamento no Jornal de Montes Claros.²⁹³

De igual maneira, o jornalista Haroldo Lívio, que também atuou no ‘JMC’, destaca que a introdução de censores, se efetivou a partir do golpe de 1964. Para Lívio, esses policiais representaram o fim da liberdade de expressão: “(...) em 64 veio a mordaca, né? Veio a censura, houve censura, houve intervenção direto onde oficiais interventores nas redações, mas isso não durou muito tempo não”.²⁹⁴ O jornalista Jorge Nunes, que trabalhou no ‘DMC’ também ressalta que, logo após a instauração do governo militar, a redação do jornal passou a contar com o censor trabalhando diariamente na redação:

Eu atuei na imprensa em uma época muito difícil que foi na época da Ditadura Militar, né? Eu entrei para o jornal em 62 e em 64 veio o movimento militar então foi uma época principalmente de 64 até 71 foi uma época muito difícil para a imprensa. Porque para você ter uma idéia nós trabalhamos no Diário de Montes Claros praticamente dois anos com um censor na redação do jornal²⁹⁵.

Como podemos observar, os relatos são imprecisos ao estimar o tempo exato de permanência desses censores, cotidianamente, nas redações, alguns falam de dois, outros mencionam três a quatro anos. Por seu turno, nesse caso, o que nos interessa analisar são os

²⁹³ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

²⁹⁴ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

²⁹⁵ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

motivos pelos quais esse censor permaneceu apenas durante os primeiros anos do Regime Militar.

Nesse sentido, quando Lívio ressalta que a presença dos censores nas redações não persistiu durante muito tempo, isso tem uma explicação. Pelo fato de os dois jornais não terem aceitado, imediatamente, se autocensurar, tanto o ‘JMC’ quanto o ‘DMC’ conviveram, em um primeiro momento, com a censura prévia, e, posteriormente com a autocensura. Nessa perspectiva, se faz necessária a compreensão das várias faces da censura.

Para Smith, a autocensura é a subdivisão da censura, a aceitação ‘forçada’ das normas impostas pela censura e a sujeição a elas no intuito de evitar punições ou pressões. “Existe algo a dizer, você sabe disso, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim a abstenção inconsciente.”²⁹⁶ As implicações da autocensura, segundo a autora, são as mesmas da prática da censura. A sociedade deixa de ter acessos aos acontecimentos e aos fatos que são classificados como proibidos. É a informação negada, para o público e para o autor do texto. A imprensa acaba sendo ‘vítima’ e ‘agente’ da censura: “O público é uma vítima evidente tanto da censura quanto da autocensura. Embora a imprensa seja uma vítima da censura, o enigma da autocensura é discernir se - ou melhor, até que ponto - a imprensa é vítima ou cúmplice”.²⁹⁷

Em virtude de ter realizado esse ‘acordo forçado’ o ‘JMC’ alterou o seu enfoque ao evitar os assuntos considerados ‘proibidos’. Embora Lívio não tenha afirmado que, nesse período, o jornal tenha mudado o seu enfoque, isso fica claro quando comparamos a postura e o perfil do ‘JMC’ antes e depois do golpe de 1964. Quando o jornalista Oswaldo Antunes comprou o jornal o seu interesse era romper com o arcaísmo da imprensa local, publicar matérias políticas, policiais e econômicas era o seu enfoque. A postura combativa, crítica e investigativa que o jornal ostentou, até então, foi atenuada a partir do governo militar. Para Lívio, aceitação de, a partir de meados da década de 1960, de não veicular reportagens que pudessem atentar contra a imagem do regime é um forte indício, não apenas da autocensura, mas de como era um ‘acordo forçado’. Não publicar esse tipo de matéria era condição necessária para não haver mais censor na redação:

(...) com o passar do tempo eles viram que a linha do jornal não era tão adiantada ou tão agressiva quanto a dos grandes centros e foram afrouxando e até por fim, por final os interventores não estavam indo nem mais, não tava lendo nada, desapareceu a censura²⁹⁸.

²⁹⁶ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.136

²⁹⁷ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.136

²⁹⁸ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

No entanto, quando o depoente expressa que com o tempo ‘desapareceu a censura’, o mesmo faz referência a presença cotidiana dos censores nas redações, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Geralmente era um oficial da PM que era encarregado disso era um sacrificio para ele ler todas as matérias de jornais antes da impressão (risos) isso é que o que eu fico pensando. Fizeram lá uma espécie de acordo lá com a direção se aparecesse um fato muito importante, discutisse que eles mandariam lá um censor para fazer a avaliação da matéria. Só tiveram cuidado de não avançar, né? Então com o tempo foi relaxando a censura²⁹⁹. (grifo nosso)

Confirmando essas reflexões, Beatriz Kushnir faz referência ao jornalista Bernardo Kucinski, ao explicar a dinâmica da ‘aceitação’ da autocensura. De acordo com Kucinski a censura em si era o tema mais proibido, chegava a ser subliminar, sabia-se que ela estava sendo realizada, mas não era permitido comentá-la dentro e, principalmente, fora das redações. A sua realização, na maioria das vezes, era ‘acertada’ um acordo entre jornalistas e donos de jornais com os responsáveis pela realização da censura. A intenção era clara, o instinto de sobrevivência, ou seja, evitar represálias e manter a empresa em funcionamento:

(...) A autocensura é a supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pela empresa jornalística, de forma a aludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade. (...) [Portanto] a mídia agiu como um aparelho ideológico do Estado (...) [como um] coadjuvante dos aparelhos repressivos do Estado.³⁰⁰

Embora encontremos indicativos de que a redação do ‘JMC’ acatou aos ditames da autocensura, isso não significa os profissionais da redação foram dóceis nesse processo. Por vezes era difícil ter que aceitar que não tinha mais autonomia para exercer a sua profissão. Apesar da resistência, a palavra final acabou sendo da corporação policial militar, como podemos observar no trecho a seguir:

No jornal o que os repórteres faziam o editor publicava. Eu não me lembro assim de intervenção militar ir direto assim e fechar uma redação isso não houve aqui não. O Diretor do Jornal de Montes Claros o Oswaldo Antunes enfrentou um diálogo duro com o comandante do Batalhão Fleury isso é até contado no livro dele que foi lançado no ano passado, então o episódio mais forte foi esse. Um representante da imprensa e um representante do Regime Militar. (...)Aqui em Montes Claros. Ele mandou uma intimação para Oswaldo Antunes para comparecer no Batalhão e ele não foi... e ele foi

²⁹⁹ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

³⁰⁰KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores... Op.Cit.* p.42.

cedendo, cedendo... Até que ele mesmo o comandante foi lá e falou com o dono do jornal³⁰¹.

Da mesma maneira que a autocensura, a censura prévia era uma subdivisão da censura. A principal diferença entre elas é que, com a autocensura nem sempre era necessária a presença de censores nas redações, isso fazia parte do acordo. Kushnir ressalta que em vários momentos a concessão de não haver um censor fazia parte do compromisso ‘forçado’ entre donos de jornais e o aparelho repressivo. Não ter um censor na redação era, talvez, a única concessão que o sistema cerceador oferecia para os jornais seguirem todas as recomendações impostas.

De acordo com Smith, na maioria das vezes, as ordens para a realização da autocensura não vinham assinadas, por vezes eram ordens anônimas, apenas com os dizeres ‘de ordem superior está vetado’, ‘com cortes’, ou somente: ‘liberado’.³⁰² Desse modo, a autocensura interfere diretamente no primeiro estágio da escrita de qualquer matéria, o desejo de escrever sobre determinado assunto, o seu enfoque, enfim a sua liberdade profissional. Estabelece então, o pacto entre os donos de jornais de ter liberdade, *mas* com responsabilidade.

Não obstante, para exercer a censura prévia era preciso o comparecimento de um censor para garantir o cumprimento das ordens da censura. De um lado estava o jornalista, que continuava escrevendo as suas matérias, do outro estava o censor, também realizando o seu trabalho, e que fornecia o parecer final. Em virtude desse aspecto, tanto o ‘JMC’ quanto o ‘DMC’ teve em suas redações censores que tinham a função de ler todo o material produzido e determinar o que deveria ser publicado ou não. Essa constante convivência com o censor imputou, inclusive, na percepção do método aplicado por ele, e, conseqüentemente na elaboração de maneiras para contornar a censura:

Tinha sim, ela tinha uma mesa, tinha uma cadeira, ficasse assim sentado e toda notícia que você fazia, antes de você passar para o editor... *Entre vocês?* Entre nós, toda notícia que a gente escrevia, era máquina de datilografia naquela época, né? (...) Como você à princípio, começou a riscar, e aí nós descobrimos o que que é que ele estava riscando e porque que ele estava riscando. Nós sabíamos, sabíamos logo e daí tratamos de criar em todos os setores uma linguagem subliminar para fugir da conceituação que eles tinha da conceituação, da literatura deles. Não pode falar mal do governo! (...) ‘olha tá faltando isso, é culpa de quem?’ Pode ser do governo e tal, você

³⁰¹OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

³⁰²SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.94

jogava as coisas no ar, obviamente que o leitor entendia que você estava se referindo a quem você queria referir³⁰³.

O dono do ‘DMC’, jornalista Décio Gonçalves de Queiroz, relata que, por vezes, era incomoda a presença do censor todos os dias na redação. Mas, era uma convivência necessária e, só através do ‘acordo’ é que o dono do ‘DMC’ podia garantir a ausência do censor na redação. Porém, seguindo a linha de pensamento de Kushnir, essa ‘liberdade’ que a ausência do censor imputava vinha sob a condição de ter ‘responsabilidade’, conforme podemos perceber na posterior citação:

E nós tínhamos que rodar todas as matérias, e tinha muita matéria que ele achava que podia estar atacando o Regime Militar ou coisa semelhante, né? E o censor ficou lá conosco durante uns três anos, dois... depois tiraram ele de lá. (...) E a gente também não,, a gente já era advertido que não podia exceder se excedesse eles fechavam o jornal da gente e prendia todo mundo. Era assim que a coisa toda!³⁰⁴

Assim, o censor assume a representação oficial, a personificação institucional do aparato de controle à imprensa. Para Smith, em âmbito nacional, a presença desse personagem na redação dependia das circunstâncias e da postura do jornal, o censor podia estar como um agente oficial identificável ou a paisana. Pelos depoimentos não há uma unanimidade de como esse personagem se apresentava na redação dos jornais.

À paisana ou fardado, não havia dúvidas de que ele era um policial militar. Primeiro porque não havia uma rotatividade, uma variação desses censores. Geralmente, o mesmo censor trabalhava diariamente nas redações, juntamente com os demais jornalistas. Em segundo lugar, porque em uma cidade pequena não era difícil encontrar esse mesmo policial em outros lugares. Esses aspectos podem ser observados pelos fragmentos selecionados a seguir. No primeiro, temos a descrição do censor realizada por Queiroz, proprietário do ‘DMC’. No segundo, a descrição de Haroldo Lívio sobre o nível de formação dos oficiais que desempenhavam o papel de censor nos jornais:

E nós enfrentamos, tivemos dentro do jornal um censor. Mandaram para lá um Capitão da Polícia Militar e todo dia para... a Revolução até isso a Revolução fez. Esse militar ele nunca foi lá vestido de uniforme, ele ia à paisana, camisa comum, calça comum, calçado às vezes sandália e ele tinha lá um local dentro da redação que ele ficava lá dentro como se fosse um funcionário nosso, e ninguém podia falar que ele era um censor. Todas as matérias que o jornal ia publicar tinham que passar necessariamente pela

³⁰³ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

³⁰⁴ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

mão dele, e ele olhava todas as matérias dizendo: “ essa você publica, essa não!”³⁰⁵

Geralmente era um oficial da PM que era encarregado disso era um sacrifício para ele ler todas as matérias de jornais antes da impressão (risos) isso é que o que eu fico pensando. (...) Não eram soldados, eram oficiais, né? Gente com formação acadêmica superior. Para fazer uma censura no jornal tem que ter uma boa noção de história, de política não era soldado raso não.³⁰⁶

Assim sendo, com a presença do censor, a personificação da censura, as ações de resistência eram mais expressivas do que quando o jornalista está se autocensurando. A luta era mais intensa, as tentativas de contornar as técnicas do censor, o uso de metáforas, mensagens subliminares. Como veremos, posteriormente, o jornalista utilizava a criatividade para expor para o leitor o que queria sem o censor perceber, fazia parte do desafio diário do regime militar.

Por seu turno, Kushnir, em seu trabalho, apontou que os ‘cães de guarda’ eram pessoas treinadas para exercerem essa função. Funcionários da Polícia Federal eram treinados e, diante da crescente demanda, foram realizados vários concursos públicos para o cargo de censor. A autora, através da sua pesquisa, apresentou provas de que muitos jornalistas, em busca de estabilidade profissional prestaram concursos e se tornaram censores oficiais do governo.

Além do mais, trabalhar como jornalista em tempos de censura, além de não ser prazeroso, também não era rentável. Gastar material, deslocar vários profissionais e preparar várias matérias para no fim do expediente saber que a maioria delas não chegaria às ruas era, no mínimo, desmotivador. No caso das redações examinadas por nós, esse também era o desafio diário. Porém, no caso das redações do ‘JMC’ e do ‘DMC’ quem desempenhava a função de censor eram membros da corporação policial militar.

Como já mencionamos, não encontramos indícios de que a guarnição local tenha recebido ordens do Exército brasileiro ou de outro órgão nacional para atuar com esse propósito nas redações da cidade. Muito menos provas de que esse pessoal recebeu algum tipo de treinamento para cumprir o cargo de censor. Sobre esse aspecto, apontamos, anteriormente, as principais razões que levaram o 10ºBPMCC a vigiar as redações da cidade.

³⁰⁵ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³⁰⁶ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

O que nos interessa destacar aqui é que, a maioria dos estudos relacionados à censura a imprensa, no contexto militar, como, por exemplo, os trabalhos de Kushnir e Smith, explicam o processo de realização da censura a partir de um aparato repressor estruturado e organizado. Em nosso trabalho o que acontece é justamente o contrário. A corporação da Polícia Militar é treinada para atuar na vigilância das cidades, combater a criminalidade, enfim, garantir a segurança social. O 10º BPMMC parece ter adaptado os objetivos da sua formação aos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, proteger a sociedade contra o ‘inimigo interno’. Sendo a imprensa a ‘porta voz’ da sociedade, vigiá-la significava combater e também ‘cortar o mal pela raiz’.

No entanto, a afinidade entre as categorias da censura arroladas é senão o fato de que a regra era censurar, rotineiramente, as redações por quase todo o país. Além do mais, o sigilo e o silêncio também faziam parte do ‘acordo forçado’. Apenas um seletivo grupo tinha conhecimento da execução da censura, “(...) a censura em si era um dos temas mais censurados.”³⁰⁷ Queiroz, da mesma maneira, faz menção a esse aspecto: “(...) ele tinha lá um local dentro da redação que ele ficava lá dentro como se fosse um funcionário nosso, e ninguém podia falar que ele era um censor”³⁰⁸. Enfim, o silêncio parece ter sido o principal regulador dessa relação, não apenas na grande imprensa, situada nas capitais do país, como também nas redações de uma cidade periférica no sertão norte mineiro.

Nesse ponto, precisamos destacar um aspecto primordial para compreender a censura realizada pela guarnição policial militar nas redações montesclarenses. Tanto o ‘JMC’ quanto o ‘DMC’ não tinha uma circulação restrita a cidade de Montes Claros. Os dois impressos saíam três vezes por semana e cobriam várias cidades da região do Norte de Minas. Desta forma, a censura realizada pelo 10º BPMMC envolvia também uma noção de estratégia. Controlar a imprensa representava coibir, conseqüentemente, a divulgação de informações, inclusive em outras cidades da região.

Além do mais, quando foi criado, em 1956, o 10º BPMMC já possuía responsabilidade de atuar em prol da segurança pública na região do Norte de Minas. O que a corporação fez, ao atuar também na imprensa, foi conglomerar os seus objetivos ao novo contexto, ou seja, garantir a segurança através da coibição do possível ‘inimigo interno’ na imprensa.

³⁰⁷ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.96

³⁰⁸ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

Entretanto, a censura realizada pela polícia militar de Montes Claros, como aponta nosso trabalho, ou a censura realizada por censores concursados integrantes da Polícia Federal, como indica Kushnir e Smith, era arbitrária. Por isso, não revelar que estava sendo censurado, ou que o local de trabalho tinha um censor, era algo imperativo ao regime.

Ao também analisar esse aspecto, Smith aponta que o silêncio fazia parte da preocupação do regime em manter longe da opinião pública as arbitrariedades da realização da censura. Essas modalidades de censura, do ponto de vista jurídico, eram ilegais. O que existia regulamentado no Brasil era a censura ‘moral’ aos eventos de diversão, como o cinema e o teatro. Em 1970, por exemplo, por meio da sanção do decreto nº 1.077 é que ficou permitida a censura moral a obras literárias e revistas. O decreto não faz menção a restrições quanto à divulgação de notícias políticas, ou seja, todo o processo era ilegal:

Era esse um aspecto da dualidade resultante do caráter repressivo do regime e do concomitante desejo de legitimidade. O regime precisava de que a censura prévia fosse um segredo relativamente *público* (quer dizer, público pelo menos na esfera da imprensa) a fim de poder rechaçar eficazmente possíveis desafios de outras publicações. Por outro lado, em nome da legitimidade fundamentada no apelo às instituições e direitos formais tradicionais, o regime tinha de esconder essa violação ilegal de uma liberdade assegurada constitucionalmente.³⁰⁹ (grifo nosso).

Sendo ilegal ou não, isso também não podia ser discutido nas redações. O próprio cotidiano e as normas estabelecidas levava a crer que isso fazia parte, institucionalmente, do regime instaurado. O que parecia ser ilegal era ir contra as ordens do governo. Queiroz aponta esse fato, ou seja, o conhecimento de que as redações estavam sob as regras da censura pertencia a um grupo restrito, a população, de modo geral, não podia saber o que estava acontecendo:

Olha, as pessoas desconfiavam, né? Mas as pessoas mais chegadas da gente, em nosso caso muitos amigos, professores que freqüentavam toda hora a redação, escritores, jornalistas, pessoas da parte artística sabiam que tinha essa censura lá. Mas elas também não comentavam por fora aí porque não eram do feitio...³¹⁰

Dessa maneira, se faz necessário aprofundar a compreensão sobre a dinâmica metodológica da censura prévia e da autocensura no cotidiano das redações por nós analisadas. Seguindo a perspectiva cronológica das fases da censura, em âmbito local,

³⁰⁹SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.94

³¹⁰ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

analisaremos, em primeiro lugar, a prática da censura prévia realizada pelos censores e, em seguida, o exercício da autocensura pelos jornalistas no ‘JMC’ e no ‘DMC’.

5.2 Os procedimentos da Censura Prévia no ‘Diário de Montes Claros’ e no ‘Jornal de Montes Claros’

(...) melhor que os próprios jornalistas se autocensurassem. Melhor fazer com que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua confiança [e] (...) esses quadros foram montados por quase todas as empresas jornalísticas. Para o Estado autoritário, a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade.³¹¹

Smith, ao analisar a censura prévia nas redações dos jornais ‘Estado de São Paulo’ e ‘Movimento’, revelou que ela foi conduzida por integrantes da Polícia Federal que possuíam estreitas ligações com as Forças Armadas e com os órgãos de segurança nacional. A responsabilidade de fazer a censura prévia era, sobretudo, da Polícia Federal. Como já mencionamos, nas redações por nós analisadas, quem desempenhou a função de censurar foi, de fato, um policial militar. As nossas fontes não souberam indicar a quem o comando local estava subordinado. A impressão de que eles tinham era de que toda censura ficava a cargo e responsabilidade somente do comandante do 10ºBPMMC. Cabe salientar que o Cel. Georgino pouco ou raramente é mencionado pelas fontes orais quando se trata da prática ou da rotina da censura. De fato, a ligação do Cel. com as redações é vista somente como o responsável por emitir ordens para cumprir essa atividade.

Embora não tenha sido realizada por pessoal treinado e capacitado para atuar nessa função, a censura prévia local possuía várias semelhanças com a realizada em âmbito nacional, descritas nos trabalhos de Smith e Kushnir. A leitura diária de todo o material produzido pelos jornalistas, assim como a presença cotidiana do censor na redação, foi igualmente descrita pelas nossas fontes:

(...) [o censor ficava] na própria redação do jornal, numa mesa, ele ficava lá misturado com os repórteres como se fosse um repórter! Até isso a Revolução exigiu que ele não fosse... que ele não seja reconhecido como um censor. Ele ficava... ele assentava na mesa dele no meio do.. das mesas dos repórteres, a máquina de escrever do lado, e de vez em quando ele batia uma cosias lá que a gente nem sabe o que que é que ele estava escrevendo e na época não existia computador era tudo máquina de escrever, né? (...)Os

³¹¹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op.Cit. p.48.

outros jornalistas tinham, sabiam que ele era censor! Era censor! Capitão Antônio Moreira Neto, era o nome dele³¹².

O procedimento de análise do que deveria ser veiculado ou não era semelhante aos métodos realizados nos demais jornais do Brasil. A censura prévia consistia em fazer uma revisão de todo material produzido pelos jornalistas, de maneira a evitar que matérias que pudessem comprometer a imagem do regime fossem publicadas. Para Smith, os jornais que passaram por censura prévia são ambientes em que podemos observar os movimentos de resistência à prática da censura. Mas, antes do jornalista se ‘arriscar’ a contornar a vigilância, era necessário observar qual era a metodologia utilizada pelo censor. Sendo a censura praticada no ‘JMC’ e no ‘DMC’ uma censura política, os jornalistas passaram a observar quais eram os procedimentos e quais as expressões ou temas que eram frequentemente cortados. Nos fragmentos seguintes, temos Nunes, Queiroz e Gabrich explicando como eles identificaram a metodologia do censor para, em algumas ocasiões, conseguir contorná-la:

Ah, nós driblamos muito a censura. (...) Então muitas vezes ele achava assim que estavam uma crítica do regime muito pesada, e pedia para amenizar e a gente amenizava então a gente fazia subjetivamente, você entendeu? Mas a gente tinha que trabalhar notícia sem ofender muito o regime se não nós iríamos sofrer também represália³¹³. (grifo nosso)

Toda e qualquer matéria que o jornal fosse publicar tinha que passar necessariamente pela revisão do censor! Tinha! Tinha uma orientação para que o jornal tivesse, tinha que ter uma diretriz de nunca divulgar fatos que pudessem comprometer a Ditadura, era assim!³¹⁴(grifo nosso)

Você não podia ser, ou utilizar palavras agressivas ao governo, certo? Quando você utilizava qualquer palavra que eles consideravam agressiva eles cortavam, quando você, por exemplo, fazia uma crítica, criticava o governo federal ou estadual, ah, o governo federal principalmente, você nunca utilizaria a palavra ditadura militar, jamais utilizaria o termo ditadura militar! Você tinha que colocar o termo movimento revolucionário, eles se impuseram assim como regra³¹⁵. (grifo nosso)

Ao analisar o procedimento da censura no ‘Estado de São Paulo’, no ‘Movimento’ e no ‘Opinião’, Smith explica que os censores “chegavam todo dia equipados com os instrumentos de seu trabalho: uma lista de ordens emanadas da Polícia Federal, canetas de tinta vermelha ou marcadores de tinta preta e uma coleção de carimbos com os dizeres

³¹² QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³¹³ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³¹⁴ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³¹⁵ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

‘vetado, ‘com cortes’ e ‘liberado’”³¹⁶. Ao que tudo indica, os censores policiais militares de Montes Claros não utilizavam esses recursos, mas tinham os mesmos objetivos. Conforme os depoimentos, os censores do ‘JMC’ e do ‘DMC’ ficavam na redação trabalhando como um funcionário da empresa. As determinações do que poderia ou não ser veiculado, na maioria das vezes, se dava através de advertência verbal. Não há relatos de ordens oriundas da Polícia Federal. Por seu turno, assim como Smith identifica em seu trabalho, o procedimento minucioso, como se estivesse ‘peneirando’ os artigos, também foi aplicado nas redações do ‘JMC’ e ‘DMC’. Nos trechos a seguir temos, em primeiro lugar, Jorge Nunes, que faz menção ao rigor e a disciplina do censor e, posteriormente, Gabrich que aponta algumas maneiras utilizadas para contornar o cerceamento:

(...) Ele era o primeiro a chegar! Você entendeu? Nisso ele era militar, ele era o primeiro a chegar quando abria o jornal ele já estava na porta esperando, você entendeu? E depois só saía quando fechava o jornal e a edição ia para a rua.³¹⁷

nós criamos uma literatura subliminar, pelo fato de nós termos criado uma literatura subliminar entre nós jornalistas, nós gostávamos até da presença dele. Olha escreve dessa maneira que fulano não vai falar nada, não vai sentir que você está querendo falar isso. Entre nós jornalistas haviam, nós trocávamos idéias sobre o que podia ser cortado ou não, ou o que poderia ser publicado ou não. Para evitar cortes porque era o trem mais chato porque quem sofre censura é que pode compreender o que pode ser censurado, tirar, chega a doer, dói!³¹⁸

Não obstante, apesar das tentativas de resistência às determinações do censor, Queiroz explica que, todas as matérias, de qualquer maneira, precisam passar pela revisão e, em muitos casos, muitas eram simplesmente integralmente vetadas. Assim, como em vários jornais de grande circulação, como o ‘Estado de São Paulo’, por exemplo, o ‘DMC’ também teve que substituir matérias cortadas. O jornalista explica que, na pior das hipóteses, quando os cortes eram em cima da hora, tiveram que preencher os espaços em branco com propagandas do próprio jornal:

Ai tava programado e não tinha jeito, a gente substituía por outras matérias, substituía pegava lá assim, uns recortes de jornal, de outros jornais e publicava aquilo lá, enchia aquilo de modo mais fácil, né? Ou arranjava uma reportagem qualquer aí de alguma coisa que não compromettesse o jornal e o jornal publicava, para preencher aquele espaço. Outra hora colocava um anúncio do próprio jornal no local. Muitas vezes chegávamos a publicar

³¹⁶ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.* p.99

³¹⁷ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³¹⁸ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

anúncios de página inteira do próprio jornal, (...) porque as próprias matérias que eram destinadas à aquela página tinha sido censurada!³¹⁹

Para a historiadora Maria Aparecida Aquino³²⁰, a aplicabilidade da censura prévia nos jornais do Brasil é resultado da postura da não aceitação da perda de autonomia profissional, após a deflagração do regime militar. Sobretudo, porque muitos jornais tinham postura independente, se intitulavam como porta vozes de denúncias de irregularidades da política e dos problemas econômicos e sociais da população. Para a autora, o governo entendia que esses jornais eram ‘perigosos’ e necessitavam de constante vigilância.

Assim sendo, nunca é demais lembrar que tanto o ‘DMC’ quanto o ‘JMC’ se dedicavam a matérias investigativas, coberturas policiais e denúncias. Soma-se a esse fator a experiência profissional dos donos dos jornais: Décio G. Queiroz, do ‘DMC’, e Oswaldo Antunes, do ‘JMC’, em periódicos de grande circulação como: ‘O Estado de São Paulo’ e o ‘Diário Católico’, de Belo Horizonte. Essa é mais uma justificativa para a realização da censura prévia, como também para a não aceitação da perda de autonomia profissional por parte dos donos dos jornais.

Nesse sentido, dentro dos limites impostos pelas orientações dos censores policiais militares, durante a censura prévia, em alguns momentos os jornalistas resistiram em ser subservientes a censura prévia. Sobretudo, ao procurar identificar a metodologia dos censores e a utilizar dos recursos da lingüística, como metáforas e linguagem subliminar, para contornar o cerceamento. A par desses aspectos, examinaremos a seguir as relações entre os censores e os jornalistas no cotidiano das redações.

5.3 Censores e Jornalistas do ‘JMC’ e do ‘DMC’: Cordialidade e Camaradagem

A defesa da família e dos bons costumes alicerçados na moral sadia e consubstancia-se na trilogia: JUSTIÇA - TRABALHO E CAMARADAGEM³²¹.

Durante a coleta de depoimentos para a nossa pesquisa, esperávamos obter dos jornalistas relatos de resistência aos ditames do censor e, fundamentalmente, somente

³¹⁹ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³²⁰ AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999. p.220-224.

³²¹ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996. p.288.

referências negativas da presença desse personagem na redação. De fato, não foi o que aconteceu. Sobre a hipótese de ter havido resistência, tomamos como parâmetro os estudos sobre a imprensa nesse contexto, cuja abordagem restringe-se ao movimento de relutância desses profissionais frente ao aparato repressor.

É o caso de trabalhos como o da historiadora Maria Aparecida de Aquino³²², dos jornalistas Paolo Marconi³²³ e Alexandre Ayub Stephanou³²⁴. Já mencionados no início deste capítulo. Já o trabalho de Kushnir, embora focalize o consentimento da imprensa a censura e a atuação dos próprios jornalistas como censores, os ‘cães de guarda’, apresenta uma reflexão sobre a figura do censor que, a sua simples existência, por si só, já é uma referência negativa para a imprensa.

Nenhuma redação irradia tranquilidade e serenidade ao ter conhecimento de que um ‘estranho’ decidirá o que será publicado ou não. Nenhum repórter, espontaneamente, quer ser supervisionado e acatar ordens de alguém que não é o seu editor nem é o dono do jornal. Mesmo que o censor fique trancado em uma sala o dia todo, e ninguém o veja, somente o fato de saber que ele está na redação já constitui uma forma de pressão. Ainda que o censor não apareça, mas envie determinações através de bilhetes ou instruções verbais, ele estará presente, consciente ou inconscientemente, na mente dos jornalistas, no seu labor diário.

Sobre esse aspecto, Kushnir analisa a imagem que esse personagem ostenta. Em pesquisas historiográficas que utilizam depoimentos orais, a maioria dos jornalistas deprecia o trabalho dos censores, reclamam da ausência de uma metodologia definida e do despreparo intelectual para exercerem a função. Esses são apenas alguns exemplos de como esses censores são descritos na maioria dos trabalhos.³²⁵

Stephanou examina o serviço de censura a partir criação do Departamento Federal de Segurança Pública, em Brasília, em abril de 1965. Esse prédio foi o *locus* de atuação do Serviço de Censura de Diversões Públicas³²⁶, o objetivo da sua criação era definir a centralização da realização da atuação censória. Esse departamento ficou integrado ao Ministério da Justiça, no entanto, a ausência de pessoal habilitado para ocupar o cargo imputou no deslocamento de vários funcionários de outras repartições e outros ministérios para dar conta da demanda. Os censores ‘improvisados’, conforme argumenta o autor, são os

³²² AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.

³²³ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente).

³²⁴ STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História).

³²⁵ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* *Op.Cit.* p.155-158.

³²⁶ STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime...* *Op.Cit.* p.244.

que causaram maior resistência a censura e indignação por parte dos jornalistas. Stephanou expõe um depoimento de uma jornalista que exemplifica essa questão:

Foi assim que as esposas de militares, classificadores do departamento de agropecuária do Ministério da Agricultura, ex-jogadores de futebol, contadores, apadrinhados, ou meros conterrâneos de autoridades passaram a julgar o que deveria ser visto ou não pela população brasileira. (...) a maioria absoluta dos censores eram ignorantes e obtusos, sendo que vários apenas passaram rapidamente pela universidade, acompanhando cursos [de cinema ou artes em geral] como ouvintes.³²⁷

Somente a partir da promulgação da lei nº 5.536³²⁸, de 21 de novembro de 1968, é que ficou regulamentada a profissão de censor no contexto do governo militar. Essa lei definiu que somente aqueles que apresentassem diploma de conclusão de curso nas áreas de filosofia, jornalismo, psicologia, pedagogia, ciências sociais, direito é que poderiam ocupar o cargo de censor. Os funcionários do Departamento da Polícia Federal, que já realizavam a censura, também foram regulamentados, ficou definido que eles seriam denominados como Técnicos de Censura. Ou seja, durante os quatro primeiros anos do governo militar, grande parte dos censores foram ‘improvisados’. A partir de então, foi realizada uma série de concursos para preencher as vagas ‘ociosas’.

Improvisados ou regulamentados, o fato é que, independente desses aspectos, a presença do censor continuava a ser um incômodo nas redações. As referências sobre eles eram sempre negativas e vexatórias. O censor personifica o autoritarismo, é um símbolo ‘vivo’ do governo militar brasileiro. Kushnir exemplifica esse incômodo quando analisa o lugar que esses profissionais da censura ocuparam após o processo de abertura política. Com a sanção da constituição de 1988, a chamada ‘constituição cidadã’, ficou determinada a proibição de financiamento, por parte do governo, de qualquer atividade censória. Em vista disso, em fevereiro de 1989, foi extinto cargo de censor.

E o que fazer com esses funcionários regulamentados? Onde realocá-los? O caminho encontrado seria encaixá-los nos ministérios de educação, cultura ou justiça, devido à formação acadêmica. Isso porque, com a eliminação do cargo de censor, e por realizar um trabalho visto como ‘intelectual’, não foram absorvidos integralmente pelo Departamento de Polícia Federal. Por seu turno, a imagem negativa, a desconfiança, enfim, o incômodo da sua presença contribuiu na dificuldade de inseri-los em outros ministérios:

³²⁷ SIMÕES, Inimá. Jornalista da revista *Veja* no período, entrevista concedida ao autor para a pesquisa. Apud STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime... Op.Cit.* p.244.

³²⁸ Lei 5.536 de Abril de 1968. Essa lei foi sancionada durante o governo de A. Costa e Silva, por Luís Antônio da Gama e Silva, José de Magalhães Pinto. Sobre o cargo de censor ver: Artigo 14 §1º, § 2º e §3º. BRASIL. Lei 5.536 de Abril de 1968. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/censuraconselhosuperior.htm>>. Acesso em 07 dez. 2010.

(...) não aspiravam a que os censores fizessem parte dos seu ministérios tendo em vista que cada um julgava que a solução seria transferi-los para os quadros do outro Ministério. (...) Assim, *nesses novos tempos*, a visibilidade do censor que, munido de sua tesoura e de uma caneta vermelha, definia quanto se teria de acesso à informação, tornava-se um grande incômodo. No próprio prédio da sede do DPF em Brasília onde era o ‘seu lugar’, o censor era posto de lado. Na realidade, sempre o foi. Não era policial e muitos acreditavam que realizam uma tarefa intelectual.³²⁹

Enfim, ensejamos destacar com essas análises a imagem negativa que os censores ostentaram durante e após o governo militar. Esse estereótipo de ‘vilão’, personificação ‘viva’ do regime, é fortemente encontrado na historiografia referente ao contexto. Sobretudo, quando historiadores e jornalistas utilizam aparato documental variado, como: depoimentos orais, documentação arquivada por jornais e revistas, processos-crime ou inquéritos policiais militares.

Todavia, não foi esse tipo de relato que obtivemos. Pelo contrário, amizade, respeito e cordialidade foram as principais referências que os jornalistas do ‘JMC’ e do ‘DMC’ fizeram sobre os seus censores. E não foi algo isolado, o único jornalista que não emitiu uma opinião positiva sobre o censor foi Benedito de Paula Said, mas, isso tem uma explicação. Ele iniciou sua atuação no ‘JMC’ somente a partir da década de 1970 e, por isso, não presenciou a ‘estadia’ nem conviveu com o censor na redação durante os primeiros anos do Regime Militar. Abaixo selecionamos trechos do depoimento de Décio G. de Queiroz, dono e diretor do ‘DMC’, e do jornalista do ‘JMC’, Haroldo Lívio, Felipe A. Gabrich que atuou nos dois jornais, e Jorge Nunes que trabalhou no ‘DMC’, que relatam como era a convivência diária com o censor:

Ele era muito respeitoso! Ele era uma pessoa muito educada, muito cavalheiro. Não era uma pessoa arrogante não, sabe? Ele só falava: “Olha, essa matéria aqui vocês não publicam, dessa maneira você não pode publicar”. Mas muito educadamente, e a gente atendia, atendia porque tinha que atender, né?! (risos)³³⁰.

(...) eles eram bem acolhidos, eles a gente oferecia, colocava mesa cadeira colocava lá tudo a disposição dele se ele quisesse até máquina de escrever tinha. Não havia hostilidade não, porque geralmente era uma pessoa conhecida, a cidade bem menor todo mundo conhecia o quadro de oficiais.³³¹

³²⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op.Cit. p.155-158.

³³⁰ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³³¹ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

Ah tinha! Respeitava uma, um tratamento de respeito. (...) eu tratava ele de senhor, ele me tratava de senhor também, ele me tratava como jornalista e ele me tratava como Coronel.³³²

(...) era uma pessoa maravilhosa, era uma pessoa maravilhosa até pelo fato de ele ser de Montes Claros ele conhecia as pessoas de Montes Claros, ele era de família daqui, você entendeu? (...)Ele era uma pessoa muito acessível.³³³

A partir dos fragmentos percebemos que a introdução dos censores não significou, grosso modo, somente pontos negativos na rotina das redações. Para Jorge Nunes, pouco foi alterado na redação do ‘DMC’: “Então assim não foi nada muito drástico! Mas tínhamos um censor lá dentro olhando tudo!”³³⁴ Dois fatores influenciaram nesse aspecto. Primeiro, os jornalistas explicam que havia apenas um censor em cada redação, sendo assim, o convívio cotidiano acarretava na efetivação de vínculos profissionais e pessoais. Temos ainda que levar em consideração que os jornais da cidade são de porte médio, poucos funcionários e infraestrutura básica para se manter. O dono do ‘JMC’, Oswaldo Antunes, e o dono ‘DMC’, Décio G. Queiroz, também trabalham como editores, redigiram matérias, ajudavam na impressão, etc. Em segundo lugar, o fato de Montes Claros ser uma cidade menor, não era difícil encontrar o censor em outros espaços, como nas ruas, nos eventos sociais e políticos, nos encontros entre amigos ou entre os familiares.

A imbricação entre público e privado proporcionou uma convivência, mesmo em um contexto de coação, muitas vezes, amena e cordial. Isso também fazia parte do pacto de responsabilidade que Smith e Kushnir analisam. Uma liberdade vigiada e silenciosa, o tema da censura, em si, era o mais censurado. O jornalista pode escrever, o censor vai revisar. Como apontamos na seção anterior, a população, de maneira geral, não sabia o que estava acontecendo, somente um público restrito sabia da presença desses censores nas redações. Assim, conflitos e atritos eram desnecessários nessa relação. Em uma cidade menor, o silêncio era a melhor arma a ser utilizada para realizar as arbitrariedades e para zelar pela boa imagem do regime. Além disso, os jornais saíam apenas três vezes por semana, então um único censor, em cada redação, cumpria efetivamente o seu trabalho.

Essa rotina de respeito e cordialidade entre ambos os profissionais nas redações também consubstancia com os objetivos do comandante do 10ºBPMCC, ao assumir a guarnição: “A defesa da família e dos bons costumes alicerçados na moral sadia e

³³² GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

³³³ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³³⁴ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

consubstancia-se na trilogia: Justiça - Trabalho e Camaradagem”.³³⁵ A camaradagem, aliada a cordialidade, também foi observada durante a coleta de depoimentos, inclusive quando os jornalistas mencionam normalmente quem foram os censores e quais eram os seus nomes e as suas patentes. Nos seguintes trechos podemos perceber esse aspecto por meio das falas de Gabrich, que conviveu com os dois censores e, em seguida, Jorge Nunes que faz referência a educação e ao convívio pessoal que tinha com o responsável pela censura no ‘DMC’:

(...) nós fomos vigiados por um policial da PM, da Polícia Militar, então foi para o Diário de Montes Claros um Coronel e foi para o Jornal de Montes Claros um Capitão. O Coronel neto ficou no Diário de Montes Claros que veio até ser diretor do Colégio Tiradentes e o Capitão Lázaro que veio a ser Comandante do Décimo Batalhão de Polícia, foi Major, Coronel, hoje ele é até aposentado e fazia o policiamento no Jornal de Montes Claros (...) Ah tinha! Respeitava uma, um tratamento de respeito. Primeiro porque no caso nosso. eu tratava ele de senhor, ele me tratava de senhor também, ele me tratava como jornalista e ele me tratava como Coronel (...) Era somente uma pessoa, era só esse.³³⁶

Mas é como eu digo, eu gosto eu faço até questão de ressaltar o Capitão Neto na época era uma pessoa muito amável, muito acessível (...) O censor nosso é na verdade ele era daqui de Montes Claros, ele era o, na época ele era Capitão, Capitão Neto, ele era uma pessoa muito acessível nunca teve problema da gente brigar de alterar nada, ele lia tudo e alguma coisa que ele achava que tava assim meio contrário ao regime ele pedia para a gente mudar e a gente mudava. (...) O Capitão Neto era uma pessoa maravilhosa, era uma pessoa maravilhosa até pelo fato de ele ser de Montes Claros ele conhecia as pessoas de Montes Claros, ele era de família daqui, você entendeu? O filho dele inclusive, quando o meu pai [ficou doente], que já está falecido, faleceu teve um derrame, o filho dele que é médico foi lá em meu pai. Então por ser Montes Claros, você entendeu? Ele era uma pessoa muito acessível. Ele era até por gênero, por formação ele era uma pessoa muito acessível (...) E quando censurava, censurava de uma forma muito agradável. Nós nunca passamos por um constrangimento com a censura do Capitão Neto não.³³⁷ (grifo nosso)

Esses relatos nos chamaram atenção para o rompimento com a dicotomia entre o ‘bem e o mal’, ou seja, jornalistas *versus* censores, que ainda não tivemos a oportunidade de observar em outros trabalhos historiográficos já divulgados. Nessa perspectiva, corroboramos da opinião de Kushnir de que: “nem tudo se explica só nesse jogo maniqueísta.”³³⁸, ou no conflito entre o inquisidor e o prisioneiro. Todavia, o nosso estudo se difere desse trabalho,

³³⁵ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996. p.288

³³⁶ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

³³⁷ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³³⁸ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op. Cit. p.138-158.

ao privilegiar a multiplicidade de aspectos que envolvem a censura a imprensa escrita em uma cidade localizada em uma região periférica de Minas Gerais.

Sobre a relação entre os personagens da censura, Kushnir aponta que muitos censores eram ludibriados pelos jornalistas que os chantageavam sentimentalmente, alegando que precisavam parar de serem censurados para não perder o emprego. Isso não resolvia, após ‘caírem na lábia’ dos jornalistas, muitos censores recebiam advertência e eram remanejados para outras redações. De outro modo, quando os jornalistas descrevem esses fatos, vem em tom de deboche ou desprezo quanto à figura do censor³³⁹.

Por seu turno, não estamos querendo dizer que as relações entre censores e jornalistas nas redações do ‘JMC’ e ‘DMC’ foram um ‘mar de rosas’. Pelo contrário, se a liberdade de expressão era algo controlado e rotineiramente vigiado, o descontentamento era inevitável. O que ensejamos destacar aqui é o tipo de censura identificado nas redações, por analisadas, que não se assemelha com a dicotomia apresentada pela maioria dos estudos. Primeiro, porque os censores foram ‘adaptados’ ou ‘improvisados’ pelo 10ºBPMMC, segundo, porque a cidade menor permite uma convivência dentro e fora das redações. Temos ainda, em terceiro lugar, o fato que era imperativo para os dois personagens: censor e jornalista executarem o seu trabalho. Estavam cumprindo ordens, precisavam do trabalho para sobreviver. Esse último aspecto também pressupõe que conflitos e discussões não beneficiariam nenhum dos lados, muito pelo contrário.

O jornalista Jorge Nunes, menciona, por exemplo, que era agradável a rotina com o censor na redação, e que não sofreu nenhum constrangimento com a sua presença. Em um dado momento, explica que o censor era uma figura ‘muito amável e muito acessível’, o jornalista afirma, não faz ironia ou deboche durante a entrevista. Ou seja, percebe-se o consentimento à censura e com a presença do censor, enfim, instala-se a banalidade da censura. A mesma rotina quase burocrática, como aponta Smith em seu trabalho, acaba por adestrar paulatinamente o jornalista a se autocensurar e a obedecer aos ditames da censura. Esse aspecto também reflete a habilidade estratégica do censor em se ‘juntar’ ao jornalista como um companheiro na redação e, assim as suas determinações são cumpridas num estado de normalidade. De outra forma, Jorge Nunes era filho de militar, o filho do censor era médico do seu pai, é mais uma razão para evitar qualquer tipo de desentendimento e conflito. De modo geral, podemos compreender que a receptividade e cordialidade faziam parte da

³³⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op.Cit.p.138-158.

estratégia tanto do jornalista quanto do censor, não era inteligente tecer desavenças. A hipocrisia era um elemento vantajoso para os dois.

Sobre esse aspecto, os trabalhos de Kushnir, Aquino e Smith são categóricos ao explicar a rotina da censura nas redações dos jornais dos grandes centros urbanos. Era um trabalho burocrático, em que a Polícia Federal classificava com trabalho ‘intelectual’. Uma rotina solitária, os censores recebiam as determinações de ‘ordem superior’ e as executava. A demanda era intensa, vários jornais, muitas leituras, enfim, o trabalho dos censores era árduo. Além disso, há de se considerar que, em cidades maiores, em empresas de médio e grande porte, o que imperava era a impessoalidade, assuntos profissionais não deviam e nem podiam se misturar aos assuntos pessoais. Pelo contrário, ao fim do dia de trabalho cada um vai para a sua casa e pronto.

Kushnir ressalta ainda que, o censor era uma figura incomoda, antes e depois do regime militar. Era um intruso, um corpo estranho na redação. Ele estava na redação para executar o seu trabalho, a revisão prévia, e o jornalista, fazia o dele. Nessa perspectiva, a rotina apresentada nesses estudos é diferente das redações por nós analisadas. O jornalista poderia, facilmente, encontrar o censor em eventos na cidade, na rotina dos bairros, durante a confecção de matérias fora da redação ou mesmo entre as relações familiares e de amizade.

Não obstante, de modo semelhante aos jornalistas dos grandes centros urbanos, em alguns momentos, os jornalistas do ‘JMC’ e ‘DMC’ também depreciavam a atuação do censor. Gabrich, por exemplo, que trabalhou nos dois jornais, logo após elogiar a educação do censor nas redações, critica a possível ausência de critérios ao conferir o material. Muito embora, o próprio jornalista apontasse que o método utilizado era evitar o que podia depreciar o regime. Posteriormente, o mesmo jornalista explica que trocava informações com os colegas sobre as maneiras burlar a atuação do censor, ironizando a presença do mesmo da redação. Chega a ser um relato confuso, mas, por meio das intermitências da memória, percebemos que essa é uma relação paradoxal:

Ah tinha! Respeitava uma, um tratamento de respeito. (...) Você não podia ser, ou utilizar palavras agressivas ao governo, certo? Quando você utilizava qualquer palavra que eles consideravam agressiva eles cortavam, (...) esse pessoal, o engraçado era que eles entendiam muito pouco de jornalismo e por eles entender muito pouco de jornalismo é que nós tratávamos subliminarmente então a nossa literatura ela passou a jornalística mas subliminar, você colocava nas entrelinhas o que você queria, a mensagem que você queria transmitir, e o leitor passou a compreender isso, já lia os texto que nós escrevíamos com esse olhar, o que eles estão querendo dizer isso. Felizmente para nós os censores da época não compreenderam isso, e se compreenderam foi tardiamente. (...) nós criamos uma literatura subliminar, pelo fato de nós termos criado uma literatura subliminar entre

nós jornalistas, nós gostávamos até da presença dele. Olha, escreve dessa maneira que fulano não vai falar nada, não vai sentir que você está querendo falar isso.³⁴⁰

Tanto no ‘JMC’ quanto no ‘DMC’ os censores foram bem recebidos, tiveram um local apropriado para se instalarem, porque, afinal de contas, quem, em sã consciência, iria fechar a porta para eles? Se fechasse, muito provavelmente, o 10ºBPMMC iria providenciar o fechamento da redação. Esse aspecto remete a outra categoria de censura, mencionada por Aquino, a qual os donos de jornais estiveram sujeitos nesse período: a censura empresarial³⁴¹. Várias são as formas de realizar a censura, a pressão econômica, o não cumprimento das ordens pode acarretar no fechamento dos jornais, ou ainda, na perda de anunciantes. Uma das falas de Gabrich é elucidativa sobre esse aspecto:

Senão, ela passaria a sofrer maior pressão e deixaria de ter o lado financeiro, a participação dos comerciantes, da classe dominante da época que financiava o próprio jornal. Entendeu? É interessante dizer que nessa época a imprensa de modo geral era financiada pela rede particular, pela iniciativa privada!³⁴²

Esse é o contexto em que a ‘elite agropecuária’ se integrava aos ditames da industrialização. O crescimento do comércio, a entrada de novas empresas e indústrias na cidade, fomentava o progresso econômico das elites. O ‘JMC’ e o ‘DMC’ não tinham compromissos com a nascente elite industrial nem com os ditames da política, porém, precisavam assegurar a participação do comércio, através da compra de anúncios. Um jornal com postura totalmente independente, que não cumprisse com as determinações dos censores, poderia ser vítima dele mesmo nesse contexto. Poderia ser considerado um ‘subversivo’ que não respeita o governo vigente. Ninguém iria querer ter o nome da empresa ou do comércio associado a um impresso com esse tipo de postura.

Nesse sentido, a empresa acaba por fazer concessões e ceder às pressões, porque precisa sobreviver, precisa do trabalho, precisa dos anunciantes. Não estamos querendo justificar a submissão às determinações da censura por parte dos jornalistas, mas apontar as razões para essa subserviência. Por meio dessas análises, temos como objetivo apontar as razões para o consentimento da imprensa escrita de Montes Claros a censura.

Nessa perspectiva, podemos perceber que o fator econômico não foi determinante apenas nos jornais situados nas capitais do Brasil. Assim como Smith³⁴³ identificamos em

³⁴⁰ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³⁴¹ AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado... Op.Cit.* p.222.

³⁴² NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³⁴³ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado....Op.Cit.* p. 73-95.

nosso trabalho as várias modalidades de controle da imprensa local, nesse caso, o fator econômico e o medo de perder o emprego também se destacam.

Smith aponta para outras modalidades de intimidação à imprensa nesse contexto, como por exemplo, o medo. O medo é um sentimento que pode paralisar, uma rotina de pressão e vigilância, como a que os jornalistas foram submetidos, passou a fazer parte das ações, do consciente e do inconsciente no cotidiano profissional. Enfim, imperava as subdivisões do medo: de represálias, de o jornal ser empastelado, de perder os anunciantes, de ser punido. Enfim, todos esses receios foram os tentáculos que contribuíram tanto no controle quanto no consentimento dos jornais ‘JMC’ e ‘DMC’ à censura.

Havia aquela preocupação sabe? Porque ninguém podia dizer até onde ia o chamado interesse contrariado, alguém lá adiante cuida da publicação da matéria está com o interesse contrariado e esse alguém poderia provocar uma perseguição, poderia usar o aparato repressor da ditadura para promover perseguições. E havia receio, né? Estava chegando notícias de jornalistas presos.³⁴⁴

Nas intermitências da memória, ao realizarmos entrevistas individuais de história de vida, viesados sobre um contexto específico, observamos que vários fatos foram vivenciados ‘por tabela’. Para Michael Pollack³⁴⁵, nessas situações, a memória individual mescla-se a identidade coletiva desses sujeitos. Esse aspecto ficou observado a partir da semelhança nos relatos dos depoimentos corridos.

Os jornalistas desta pesquisa não são como os ‘cães de guarda’ que Kushnir descreve em seu trabalho. Não foram ‘vítimas’, mas tiveram que consentir a censura, ou seja, estabelecer o ‘acordo forçado’, conforme aponta Smith. Mas, essa relação de ‘trabalho’ e ‘camaradagem’ fomentou o adestramento desses jornalistas aos ditames da censura. Depois de adestrados pela censura prévia, e com a saída dos censores das redações, foram submetidos às determinações da autocensura. Se, até então, o jornalista se sentia um pouco ‘livre’ para escrever, é porque sabia que o seu texto passaria por uma revisão, depois o que passou a vigorar nas redações era a possibilidade de ter liberdade, *mas* com responsabilidade.

5.4 A autocensura: Liberdade, *mas* com responsabilidade

Após analisar o conceito de autocensura no início deste capítulo, iremos nessa seção compreender os motivos pelos quais levou o ‘JMC’ e o ‘DMC’ a consentirem as

³⁴⁴ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

³⁴⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

determinações da autocensura. Os depoimentos são imprecisos quanto ao período de permanência dos censores nas redações. Alguns dizem, dois anos, outros fazem referência a três ou quatro anos.

Nesse sentido, não estabelecemos um recorte cronológico exato para o início da prática da autocensura. Pautamos-nos na certeza de saber que, logo após o golpe e durante pelo menos três anos, o que vigorou nas redações analisadas foi a revisão prévia de todo material elaborado pelos jornalistas. Essa censura prévia foi desempenhada por integrantes do 10ºBPMCC que trabalharam como censores. Após o acordo ‘forçado’ os donos dos jornais comprometeram-se a seguir as determinações e veicular somente o que era permitido, assim os censores deixaram a redação. Os donos dos jornais instruíram seus funcionários a não desobedecerem às determinações do ‘acordo’ para garantir a manutenção da ‘liberdade’ e, dessa forma evitar prisões ou até mesmo fechamento da empresa.

Todavia, o receio de cometer algum ‘erro’ durante a escrita das matérias era intenso, esse aspecto leva a acreditar que mesmo com um censor na redação, os jornalistas já se autocensuravam para evitar qualquer problema. Nenhum jornalista confessou abertamente que realizava autocensura, mas explicava que: “(...) a gente obedecia friamente as determinações dele, [por isso] nós não tivemos problema nenhum!”³⁴⁶ Ou ainda, em “(...) entre nós jornalistas haviam, nós trocávamos idéias sobre o que podia ser cortado ou não, ou o que poderia ser publicado ou não (...).”³⁴⁷ Ao cumprir as determinações impostas pelo censor já no processo de escrita, o jornalista consciente ou inconscientemente já estava se autocensurando.

Smith, em seu trabalho, faz uma importante reflexão sobre esse contexto. “A autocensura foi imposta pelo regime, e não pelos censurados a si próprios.”³⁴⁸ O historiador deve ter cautela ao analisar esses sujeitos. Embora grande parte da imprensa tenha obedecido às determinações da autocensura, o pesquisador tem que levar em consideração os vários aspectos que permeiam a relação entre censor e jornalista nesse contexto. Não é uma questão de justificar, mas sim de compreender:

Fossem quais fossem os papéis relativos da imprensa e do Estado na prática da censura, é evidente que havia muito mais em ação do que espírito de escravidão por parte da imprensa. Policiais em serviço regular com uma cadeira bem definida de autoridade e um conjunto complexo de procedimentos levavam a cabo a prática cotidiana da repressão da qual resultou, afóra a brutal limitação das informações públicas e o cerceamento

³⁴⁶ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³⁴⁷ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

³⁴⁸ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op. Cit. p.135.

de liberdades constitucionais, um amplo registro documental bem como um novo sistema de relações.³⁴⁹ (grifo nosso)

Corroboramos a reflexão de Smith, sobretudo quando examinamos os depoimentos e identificamos um conjunto de fatores que proporcionou o ‘adestramento’ dos jornalistas as determinações da censura. A rotina, a relação de ‘trabalho’ e ‘camaradagem’ entre censor e jornalista em uma cidade pequena, a possibilidade de convivência em outros lugares. Esses fatores são apontados por nós como fundamentais no consentimento à censura prévia, e da autocensura nas redações do ‘JMC’ e ‘DMC’.

Após ficarem alguns anos ‘aprendendo’ sobre o que poderia ou não ser veiculado, o jornalista já estava adestrado e, por isso, podia ficar sem a tutela do censor na redação. Percebemos em nosso trabalho, que os censores foram os ‘tutores’ dos jornalistas nesse processo de ‘ensino’ e ‘aprendizagem’, mas como nesse tipo de relação é necessário manter a disciplina, foi imperativo estabelecer o ‘acordo forçado’.

Smith e Kushnir apontam que, durante o período de 1968 a 1978, o que imperou nas redações foi a prática da autocensura. Ou seja, o chamado ‘pacto de responsabilidade’ estabelecido entre donos de jornais e os órgãos de censura nacionais. A condição para a saída dos censores foi o comprometimento em não publicar qualquer informação ou temática que pudesse afrontar a imagem do regime. A responsabilidade da publicação passou a ser do proprietário e dos seus funcionários. Era uma falsa sensação de liberdade.

Smith ao analisar a prática da autocensura nas redações do periódico carioca ‘Jornal do Brasil’ explica que a maioria das determinações sobre o que não poderia ser veiculado, era feita através de bilhetes destinados ao editor ou ao dono do jornal. Muitos também, não eram assinados, vinham apenas com a descrição: ‘de ordem superior’. Alguns jornais, afim de evitar ‘problemas’ posteriores, arquivavam esses bilhetes, para sempre conferir, eram os chamados ‘livros negros’:

As coleções provêm de diversas fontes. Duas importantes coleções foram mantidas pelo Jornal do Brasil e pela Folha de São Paulo. (...) O jornalista Paolo Marconi compilou uma série de 308 bilhetinhos de vários veículos de comunicação da cidade e Salvador, Bahia, inclusive dos jornais A Tarde, Tribuna da Bahia e Diário de Notícias.³⁵⁰

Identificar qual foi o método utilizado para definir a prática da autocensura em âmbito nacional é fundamental para a nossa pesquisa. O procedimento da autocensura nas redações dos jornais ‘JMC’ e ‘DMC’ não coincide com o que foi aplicado nos impressos

³⁴⁹ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op.Cit. p.135-136.

³⁵⁰ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado...* Op.Cit. p.149

analisados por Smith e por Paolo Marconi. Não há relatos de envio de bilhetes ou determinações impressas às redações dos jornais de Montes Claros. Com a saída dos censores das redações, as determinações passaram a ser apenas verbais e expressas diretamente aos donos de ambos os jornais. Queiroz, dono do ‘DMC’ aponta quão difícil era cumprir as determinações que lhe eram destinadas. Era um exercício diário de autocontrole entre todos os funcionários na redação, consubstanciava na banalidade de autocensurar-se. Assim como na pesquisa de Smith, também em nossa investigação, identificamos que o principal elemento aglutinador da censura foi a rotina, que se mesclou com o labor jornalístico:

E a gente também não... a gente já era advertido que não podia exceder e se excedesse, eles fechavam o jornal da gente e prendia todo mundo. Era assim que a coisa toda! (...) A mudança foi que a gente ficou sem liberdade. A gente não podia dizer aquilo que a gente pensava tinha que falar, tinha que escrever, então a gente era podado, né? A gente como se diz... a gente tinha que escrever, editar por exemplo, tinha que tomar muito cuidado para não ferir susceptibilidade, né? Não melindrar as forças armadas porque se melindrar tava perdido.³⁵¹

Quando questionado sobre a como era realizada a divulgação de matérias sobre os assuntos econômicos e políticos do governo federal, Queiroz explica que os policiais se encarregavam dessa ‘função’: “Bom, eles mandavam vários revises de jornais, todos do interesse deles para a gente publicar e a gente publicava (...)”.³⁵² Por meio dessa frase, percebemos a perda de autonomia do ‘DMC’, que além de ter que se autocensurar todos os dias, transformavam-se, progressivamente, em mais um elemento legitimador do governo militar. Era necessário esconder as arbitrariedades do governo e encobrir as dificuldades econômicas do país para preservar a ‘boa’ imagem do regime. Para isso a própria corporação elaborava ou revisava artigos com esse objetivo.

Não obstante, não podemos afirmar que ambos os jornais cederam aos ditames da censura facilmente. Não aceitar significou ter que ‘hospedar’ novos funcionários nas redações: os censores. Afinal de contas, ambos os jornais romperam com uma trajetória de imprensa atrelada aos ditames da política e economia local, inclusive os donos e os funcionários se orgulhavam de serem a ‘vanguarda’ do novo jornalismo em Montes Claros, aspectos que podemos observar nas falas de Antunes e Queiroz, a seguir:

Basta entender a quanto os jornalistas se expunham, quando crimes de morte eram praticados com absoluta impunidade, e somente o noticiário de O JORNAL se assemelhava ao castigo que mereciam, porque colocava autores

³⁵¹ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³⁵² QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

de delitos diante da opinião pública que os repudiava. Os politikeiros desbancados e seus parentes, pessoas que tentavam e não conseguiam aparecer - para não falar dos criminosos visados pelo noticiário, em vão tentando reassumir lugar na sociedade agora menos complacente - , por se sentirem prejudicados com a atuação do JMC, odiavam os jornalistas apesar de respeitá-los por temor. O temor é um estado de debilidade inerte, mas muito próximo do ódio atuante.³⁵³

A minha vida no Diário de Montes Claros era uma vida de lutava invariavelmente pelos interesses da cidade e da região. Nós não tínhamos partido político. (...) e o Jornal de Montes Claros que era independente e o Diário veio a reforçar o que o Jornal de Montes Claros já fazia ele não, não fazia partido da política local. Queríamos ser independentes (...)³⁵⁴

Essa postura não foi exclusividade da imprensa local, de acordo com Paolo Marconi esse é um contexto em que a imprensa nacional clamava por reivindicações de variados segmentos sociais. Por seu turno, o autor salienta que ser perseguido, ser vigiado e ser controlado, nesse contexto não era uma exclusividade da imprensa: “(...) estudantes, operários, intelectuais, religiosos e, sobretudo, jornalistas. Muitos foram encarcerados, outros perseguidos judicialmente (...)”.³⁵⁵ Não obstante, os meios de comunicação, por serem aglutinadores de vários setores, de certa maneira, se tornavam mais ‘visados’ pelo governo. Era necessário manter os tentáculos do ‘inimigo interno’ sob controle.

A autocensura vigorava simultaneamente com a censura empresarial. Todos os profissionais das redações do ‘JMC’ e do ‘DMC’ precisavam manter o emprego para prover o sustento. Por sua vez, os donos dos jornais não podiam fazer vista grossa às determinações do 10ºBPMCC, se fizessem os jornais seriam fechados ou ostentariam a imagem de subversivos. Como já analisamos em vários momentos, manter a ordem era condição indispensável para angariar investimentos econômicos na cidade, para a imprensa isso significava manter os anunciantes. A recíproca também é verdadeira para o censor. Embora a relação de camaradagem facilitasse o convívio, o censor não podia deixar de cumprir as ordens emitidas pela sua guarnição.

Porém, nas intermitências da memória, em nenhum momento os jornalistas durante a realização das entrevistas confessaram que praticavam autocensura. Fato que acabou por gerar uma contradição em seus depoimentos. Ao mesmo tempo em que afirmam que cumpriram com as determinações, para os jornalistas, essa obediência não é um exercício de autocensura.

³⁵³ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O lutador, 2007, 220p.

³⁵⁴ QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e foi dono e diretor do ‘Diário de Montes Claros’.

³⁵⁵ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente) p.38.

Gabrich por exemplo, quando questionado se praticava autocensura, ou se havia parado de escrever temas polêmicos por medo de represálias, explica que:

Não, não porque é como já foi dito, e volto a repetir, nós escrevíamos subliminarmente, nós sabíamos o que poderia ser publicado e o que não poderia ser publicado. Para evitar algum corte a gente já escrevia de maneira que o cara não ia cortar, se não por sinal ele não ia nem ver, como de fato ele nem via. (grifo nosso)

Percebemos que o jornalista nega, e logo em seguida afirma que fazia a autocensura. Esse aspecto já havia sido exemplificado anteriormente por nós. No entanto, o contexto econômico na qual estava imersa a cidade, em vários momentos, foi utilizado como justificativa para explicar a ausência de um comportamento ‘militante’.

Como analisamos no primeiro capítulo, durante as décadas de 1960 e 1970 a cidade Montes Claros, através da sua inserção na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE obteve incentivos e isenções fiscais para a instalação de novas empresas e indústrias. Grande parte desses recursos foram aplicados no setor agropecuário, respeitando a vocação regional, como por exemplo, através da criação de frigoríficos, de fábricas de calçados e tecidos. Nessa perspectiva, a cidade precisava manter a imagem de ‘ordeira’ para, inclusive, ser vista com ‘bons olhos’ e garantir os recursos e investimentos dos empresários da recém elite industrial.

Os jornalistas do ‘JMC’ e do ‘DMC’ redigiam matérias que apontavam para os principais problemas da cidade. À instalação de várias empresas, por seu turno proporcionaria a população dos demais municípios da região a possibilidade de conseguir emprego no perímetro urbano. Também vimos no primeiro capítulo que não foi isso que aconteceu. Pelo contrário. O rápido aumento de imigrantes oriundos das proximidades da zona rural e, principalmente, do sul da Bahia resultou em um acelerado inchaço populacional.

A cidade não contava com uma infraestrutura adequada para absorver o constante contingente populacional. A mão de obra, majoritariamente desqualificada não pôde ser absorvida integralmente pelas empresas e indústrias instaladas. O resultado foi o crescimento desordenado com a formação de favelas, aumento do desemprego, da violência e da miséria. O processo de industrialização impetrado, foi realizado pela e para as elites locais, gerando um falso crescimento econômico.

Com a alteração no perfil da imprensa escrita, as mazelas sociais e as dificuldades econômicas eram temáticas centrais na rotina da imprensa escrita. De acordo com os jornalistas, o desejo de contribuir com o crescimento da cidade, a partir da redação de

matérias que tinham como propósito a busca por soluções para esses problemas eram imperativos.

Além do mais, para os jornalistas, essa era uma responsabilidade da imprensa local, fator que os ‘forçava’ a redigir matérias com esse enfoque, em vez de empregarem energia contornando ou burlando a censura todos os dias. Do mesmo modo, essa justificativa vem com o escopo de que essa é a função da imprensa localizada em regiões periféricas, ou seja, contribuir com o crescimento do município.

De igual maneira, essas justificativas são integradas a idéia de que a imprensa local deve delegar a função de ‘militantes’ aos jornalistas que atuam nas capitais do país. Isso porque, segundo eles, esses profissionais têm contato direto com as questões de âmbito federal e estadual. Nos fragmentos a seguir, selecionamos trechos em que Haroldo Lívio e Gabrich formulam essas justificativas:

Como eu já disse, os jornais daqui não se ocupavam com esses temas do cenário nacional, do cenário federal. Cuidava do tema municipal só aqui eles se recolheram diante da demonstração de força do desmando, ficaram intimidados e resolveram não avançar no tema. Tinha dois jornais circulando O Jornal de Montes Claros e O Diário de Montes Claros. Esses é que são os dois jornais que funcionavam nos anos de chumbo.³⁵⁶

Veja bem, no jornal de interior é diferente do jornal de capital. Porque no jornal de capital, da capital, ele trata das eleições federais e estaduais, ou seja, de presidente da república, deputado federal, deputado estadual, governador, isso fica no nível maior. Na imprensa interiorana você mexe, lida mais, como o deputado estadual da região, com o prefeito e vereadores, entendeu?³⁵⁷

Não podemos negar o importante papel desempenhado pelos impressos ‘JMC’ e pelo ‘DMC’, inclusive quando publicaram matérias para reivindicar por melhorias na infraestrutura e por melhores condições sociais. Salientamos que não estamos questionando a verdade de nossas fontes. Se determinados assuntos não podiam ser abordados, era natural desviarem a atenção para aqueles que poderiam. Afinal, o jornal precisa manter o ritmo das suas publicações. Porém, para nós, a ênfase em recorrer a essas justificativas em todos as entrevistas foi o método utilizado pelos depoentes para se esquivarem de ter que confirmar que faziam autocensura. A constante repetição desse discurso, o uso dos fatores econômicos e sociais, em todas as entrevistas, como justificativa para a rarefeita atuação militante, desponta como escudo, uma maneira de se proteger frente à indagação do pesquisador.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

³⁵⁷ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

Após o retorno ao processo democrático, a memória daqueles que foram militantes ou, subservientes as determinações do governo dos militares, é um tanto quanto controversa. Smith e Kushnir ressaltam que o historiador deve ser cauteloso nessas análises. O que naquele período era uma demonstração de cumprimento com a ordem vigente, hoje pode ser considerado como vergonhoso para os depoentes. Confirmar para um pesquisador que cooperava com as determinações do 10ºBPMMC é também aceitar que, de alguma maneira compactou com as ações do governo militar ou mesmo que foi um dos seus instrumentos. Esse fato rompe com a imagem que a própria imprensa ostenta, de serem os ‘porta vozes’ da sociedade e defensores da liberdade de expressão.

Para os jornalistas entrevistados, não foi embaraçoso afirmar que mantiveram um bom convívio e relacionamento com os censores. Não houve, nem mesmo, qualquer referência acerca da legalidade ou ilegalidade da presença deles cotidianamente nas redações. Por seu turno, vários escudos foram utilizados para evitar afirmar que o cotidiano inevitavelmente levou a banalidade e ao consentimento à censura. A égide do medo, da censura empresarial, do contexto econômico, a relação cordial enfim, essas foram às principais justificativas para dizer porquê não se enfrentava a censura. E, para dizer que não se censuravam.

Por meio dessa perspectiva, não consideramos que a imprensa foi ‘vítima’ ou ‘cúmplice’ do governo militar. Fazer esse tipo de relação não é esse o nosso interesse. Concentramo-nos, em identificar que uma gama de relações fomentou o consentimento a autocensura. Dentre elas, também se destaca o contexto econômico na qual estava imersa a cidade e a imprensa nesse período.

Trocam as fardas, mas a censura é mantida

Em seu livro de memórias, Oswaldo Antunes descreve que até 1975, período em que a cidade ainda não contava com uma guarnição do Exército, as ordens emanadas pelo comandante do 10ºBPMMC eram metodicamente seguidas. Era o ‘peso’ da autoridade na cidade:

A região não contava, ainda, com o 55º Batalhão de Infantaria do Exército, e assim o comandante do Décimo Batalhão de Polícia Militar era a maior autoridade com baioneta. A ordem verbal de um graduado podia prender e soltar. Mais prendia do que soltava... (...) Por isso, a farda e o distintivo da Polícia eram temidos. Não há coragem capaz de impedir o frio na barriga

ante o fuzil com a baioneta pontiaguda. Baioneta é calada, até porque baioneta não precisa falar para convencer...³⁵⁸

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que era difícil aceitar a impossibilidade de divulgar assuntos que poderiam ferir a imagem do governo militar, era igualmente imperativo o cumprimento dos ditames do 10ºBPMCC. A citação anterior também é pertinente para a compreensão da trajetória do controle a imprensa local. Através da descrição de Antunes, ensejamos apontar para uma nova direção dos personagens que controlavam a liberdade de expressão do ‘JMC’ e ‘DMC’.

Durante os primeiros anos do governo militar, entre três a quatro anos, o que vigorou nas redações do ‘JMC’ e ‘DMC’ foi a censura prévia, já analisada por nós. Após esse período, o que ficou ‘acertado’ entre os donos dos jornais e o 10ºBPMCC foi o cumprimento das determinações e instruções de publicar somente o que era permitido, ou seja, o compromisso com a autocensura. Sendo assim, o controle realizado pela guarnição policial militar nas redações permaneceu até 1975.

A partir da instalação de uma unidade do Exército em Montes Claros, em 1975, o 55º Batalhão de Infantaria assumiu a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das instruções que o 10ºBPMCC havia transmitido às redações. O 55º BI³⁵⁹ foi criado a partir da portaria ministerial em 1973 com sede em Belo Horizonte, e transferido em 1975 para Montes Claros:

De acordo com a Constituição e dentro da Legislação específica, a destinação do Exército, como um todo é de assegurar a soberania do Brasil, em caso de conflito externo e de, caso necessário, prover também a segurança interna, contra quaisquer ameaças que se façam presentes. Neste contexto global cabe ao 55º B.I, dentro de sua área de atuação que é o Norte de Minas, cumprir as missões que lhe forem atribuídas.³⁶⁰ (grifo nosso)

Na perspectiva de assegurar a segurança interna, o 55º BI comandou a vigilância nos jornais do ‘JMC’ e ‘DMC’. Por seu turno, não foram enviados, para atuar nas redações como censores, membros da recém corporação do exército instalada. Jorge Nunes confirma que a rotina não foi alterada, houve uma mudança de farda, mas não das determinações: “Não, na verdade depois que o Exército se instalou aqui não tinha ninguém dentro do jornal. A censura era feita lá, (...).³⁶¹ Ficaram assim, mantidas as determinações impostas pelo 10ºBPMCC. Porém, como o Exército garantiu o cumprimento das determinações? Embora não tenhamos

³⁵⁸ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo... Op.Cit.* p.240-241.

³⁵⁹ Esbarramos-nos com a ausência de fontes para realizar uma melhor descrição da importância e como se processou a instalação de uma guarnição do Exército na cidade, por isso não aprofundamos nessa análise.

³⁶⁰ BRASIL, Henrique de Oliva. *História e Desenvolvimento de Montes Claros*. Montes Claros. 1983. p.121.

³⁶¹ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

identificado por meio dos relatos, o envio de alguma determinação impressa, bilhetes ou por meio de documentos oficiais, os jornalistas explicam que o Exército analisava os exemplares que estavam à disposição dos leitores nas bancas. Era a continuidade do chamado pacto de responsabilidade, entre os jornalistas e os responsáveis pela censura em Montes Claros.

Sobre esse fato, Kushnir expõe que o jornal o Estado de São Paulo obteve a ‘liberdade’ com a saída dos censores somente a partir do voto de confiança concedido pelo governo: “Para Mino Carta, a censura ter deixado o Estadão era um (...) ‘um sinal de respeito e confiança’ do governo para com a conduta a ser seguida pelo jornal.”³⁶² Essa confiança tem como base o objetivo de evitar abordar temas como: questões militares, elementos subversivos, ideologias de esquerda, assuntos econômicos e políticos que podiam comprometer a ‘boa’ imagem do regime perante a sociedade. De acordo com a autora, os jornais deveriam basear as suas publicações nesses critérios de ‘bom senso’ e prudência.

Como já indicamos anteriormente, os donos do ‘JMC’ e do ‘DMC’ instruíram seus funcionários a agirem com a ‘prudência’ necessária para manter a tranquilidade e funcionamento das redações. Apesar de localizada em uma região periférica de Minas Gerais, os impressos locais, por diversos motivos e por meio de variadas relações, sofreram de análogos reveses nesse contexto. Kushnir denomina essa relação como sendo o acordo civil-militar, ou seja, o colaboracionismo da imprensa ao regime, conforme o trecho a seguir:

Parte dos jornalistas e donos de jornal, entre outros setores da sociedade civil que, ao apoiarem os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, tornaram tanto agentes como ‘vítimas’ dessa autocensura. Fizeram, assim, desta ditadura um acordo civil-militar. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade.³⁶³

Corroboramos da opinião de Kushnir, mas fazemos uma ressalva. Para a autora, os jornalistas ‘colaboracionistas’ são vistos como os *‘cães de guarda’*. A sua análise abarca a parcela da imprensa que apoiou o golpe militar e, posteriormente os jornalistas que atuaram com censores nesse contexto. Não há indícios de que a imprensa montesclarensense tenha apoiado o golpe de 1964. O ‘JMC’ e o ‘DMC’, como também analisamos, esse setor não era atrelado aos segmentos conservadores da elite econômica e política cidade. Diferentemente do trabalho de Kushnir, a nossa pesquisa compreende como a partir da introdução dos censores nas redações, e, como as peculiaridades das suas relações e das ingerências do contexto fomentaram, paulatinamente, no consentimento a censura.

³⁶² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op.Cit.p.48.

³⁶³ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores...* Op.Cit. p.138-158.

Durante a vigência da censura prévia, o cotidiano da censura impetrou consciente e inconscientemente o colaboracionismo ao governo militar. Isso na acepção de que os jornalistas foram adestrados, paulatinamente, até poderem seguir sem a presente tutela do censor nas redações. Não foram os ‘cães de guarda’ do regime, mas foram adestrados pela Polícia Militar a serviço do governo.

Com a instalação da guarnição do Exército na cidade, houve apenas uma troca de fardas, mas não das determinações. Aqueles que, em alguma ocasião não obedeceram às determinações do acordo, eram ‘convidados’ a irem até o Exército para prestarem esclarecimentos. Esses procedimentos ocorreram durante os vinte e um anos de governo militar. Muito embora, em âmbito nacional, a partir do período de distensão política, no final da década de 1970, a censura prévia estivesse paulatinamente em declínio. Apesar do rigor, isso não significa dizer que todos aceitaram docilmente as determinações. Assim como aconteceu durante a vigência da censura prévia, durante o período da autocensura também houve exemplos de resistência às determinações. Interessante ressaltar que, os mesmos jornalistas que consentiram a censura, foram aqueles que, em determinados momentos, resistiram aos seus ditames. Em virtude desse aspecto, também é nosso interesse compreender a multiplicidade de ações entre os atores nesse contexto.

Exemplos de resistência a censura

Como já ressaltamos em vários momentos, os dois jornais por nós analisados, tinham histórico de publicação de matérias investigativas e denúncias. Em uma das publicações do ‘JMC’ Oswaldo Antunes redigiu uma matéria em que ressaltava a sua indignação perante a atuação violenta de um dos soldados do Exército na cidade. Nesse período, quem comandava o 55º BI era o Cel. Fleury da Silva Ribeiro, recém chegado a corporação, que ao saber da publicação enviou a redação de Antunes o advogado Sebastião Melo, então assistente jurídico da Unidade. Os órgãos de repressão nacionais, não censuravam apenas as matérias que pudessem denegrir a imagem do governo militar, como também aquelas que pudessem ofender a corporação. Veicular matérias com críticas a arbitrariedades e uso da força de um membro da corporação, era corromper o estereótipo de patrona da ordem e da segurança pública. Pelos fragmentos a seguir podemos perceber o desenrolar dos fatos:

Melo trazia ordem verbal para o Diretor do JMC comparecer imediatamente ao Batalhão. Encabulado, o jornalista perguntou por quê. O Comandante queria discutir a notícia com que o jornal agredira a farda. O jornalista respondeu, pois somente ali discutiria com prazer na sala da diretoria,

assunto referente ao expediente da folha por ele dirigida. Sebastião foi, em um pé, e voltou nos dois, mais apressado, dizendo o Comandante intimando o jornalista, agora não mais pedindo seu comparecimento.³⁶⁴

Durante o diálogo que manteve com o advogado do Exército, o jornalista que também era advogado, disse que sem intimação não iria. De acordo com os relatos de Antunes, a sua recusa em se dirigir ao 55° BI motivou o Cel. Fleury a procurar o Cel. Georgino, comandante da guarnição do 10°BPMMC para pedir sugestão sobre qual atitude deveria tomar diante das circunstâncias. Deste modo “(...) procurou informar-se (...) sobre o desaforado desafiador do regime militar. E perguntou qual atitude aconselhada. - Ficar quieto, disse Georgino. E quieto ficou.”³⁶⁵

Para o jornalista, o conselho oferecido pelo Cel. Georgino tinha uma razão. O diretor do ‘JMC’ tinha respeitabilidade na cidade, convivia com vários homens públicos, e a preocupação do jornal como desenvolvimento social, e o combate às arbitrariedades concedeu, também, respaldados pela opinião pública. Nesse sentido, a aplicação da força bruta, por um Cel. recém chegado na cidade não iria repercutir positivamente na imagem do Exército. Assim, o desfecho desse caso, também iria ser sacramentado pela relação de ‘trabalho e camaradagem’, agora entre jornalistas e Exército.

Durante uma festa em um clube da cidade, o Cel. Fleury e o jornalista puderam comentar os fatos. Através do fragmento a seguir, ambos discutiram, com humor e ironia a questão de liberdade de imprensa:

(...) tiveram liberdade para abordar o episódio com bom humor. Generosamente, ele disse prestar continências porque, depois de ler os artigos com que o Diretor traçava rumos para o jornal, compreendeu haver afrontado um general... O jornalista sorriu encabulado (...) O Comandante chegou a achar ‘interessante’ o episódio contado pelo jornalista: um seu colega de farda e patente esteve na sala do Diretor do JMC para discutir a censura a ser feita no noticiário. Defendeu-a como lhe possibilitava o entendimento havido na caserna, mas sendo argüido sobre a censura nos meios de comunicação como fator impeditivo de liberdade, saiu-se com frase no mínimo curiosa: - Essa coisa de liberdade de imprensa, Doutor, para nós que não somos desse negócio, acaba sendo uma faca de dois legumes...³⁶⁶

Apesar da ‘camaradagem’, e de não ter cedido, naquele episódio, a pressão do Cel. Fleury, percebemos pelo discurso do jornalista, que a censura naquele contexto era algo inevitável. Existia e devia ser cumprida.

Noutro episódio, não teve o mesmo desfecho de ‘camaradagem’ do anterior. É o caso de um impasse em litígio sobre desapropriação de terras, divulgado por Jorge Nunes, que

³⁶⁴ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.242.

³⁶⁵ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.242.

³⁶⁶ ANTUNES, Oswaldo. *A tempo...* Op.Cit. p.243.

trabalhava no ‘DMC’. Maria Aparecida de Aquino³⁶⁷ aponta que os sistemas de repressão, durante a vigência da censura prévia não coíbiam apenas as matérias que pudessem comprometer a imagem do governo militar. Pelo contrário, existia uma variedade de temáticas que tornavam difícil a rotina de trabalho do jornalista. Desde assuntos econômicos e políticos até críticas à Igreja, ao sistema educacional, ao comércio, temas culturais, enfim, uma gama de assuntos que, dependendo da forma como fosse abordado, poderia engendrar polêmicas punições. Esse aspecto não foi diferente no período de autocensura em Montes Claros. Sem a presença do censor na redação para realizar a ‘revisão’, mesmo quando o jornalista não atacava a imagem de alguma instituição, mas reivindicava solução para impasses, o assunto podia transformar-se em polêmica:

Uma vez eu escrevi um artigo sobre uma desapropriação de uma área, porque eles desapropriaram uma área do bairro onde se construiu o 55º e, o pessoal que foi desapropriado eram todos pequenos produtores. Muito tempo depois eles ainda não tinham recebido ainda, você entendeu? Então uma certa época uma comissão me procurou no jornal pedindo que a gente cobrasse do governo o pagamento das áreas dos pequenos produtores que tinham sido desapropriados e tavam passando fome! Aí eu escrevi um artigo, e no outro dia cedo eu cheguei no jornal tava sentado me esperando, parou um jipe do exército me pegou e me botaram lá no jipe e me levaram para o exército. Entendeu? E eu fiquei dois dias presos numa sala lá incomunicável, uma sala escura lá, uma sala que só tinha uma cadeira para sentar, sem comer, sem beber, sem poder ir ao banheiro. *Isso aqui em Montes Claros? É aqui em Montes Claros.* O Comandante do 55º aí era (...) Coronel Abreu, eu fiquei dois dias incomunicável lá até que eu, me permitiram chamar um advogado, o meu advogado foi Augusto Oliveira Neto, muito conhecido como Augustão Bala Doce (...)³⁶⁸

Ao questionar o não pagamento aos donos das terras que foram desapropriadas para a construção do 55º BI, o jornalista automaticamente, tocou em uma ferida da corporação local, que em seguida tomou providências. Principalmente, porque quem fosse ler a matéria, provavelmente iria associar a situação na qual ficaram os desapropriados à responsabilidade do Exército local, e não do poder público que demorava resolver o problema. A matéria ‘manchou’ a imagem da guarnição, e por isso quem a redigiu o artigo foi punido.

Gabrich, que trabalhava para o ‘DMC’ concentrava-se em matérias relacionadas às questões políticas. Nesse período, muito embora os temas nacionais tivessem pouca ênfase na imprensa local, escreveu um artigo em que criticava a concepção do sistema bipartidarista brasileiro, que possuía somente duas legendas, o Movimento Democrático Brasileiro-MDB e a Aliança Renovadora Nacional-ARENA. Segundo o jornalista, o título do texto veiculado no

³⁶⁷ AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999, p.235-253.

³⁶⁸ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

‘DMC’ foi: “MDB e Arena: Uma bosta só” realçando a falta de opção da sociedade na escolha de partidos, que afinal de contas, consentiam as determinações do governo militar. Com a repercussão da matéria, um soldado do 55º BI procurou o Gabrich na sala de aula da faculdade, dizendo que o comandante do Exército estava ‘convidando’ ele para fazer uma ‘visita’ a corporação. No fragmento selecionado, a seguir, podemos observar o receio do jornalista quanto a essa ‘visita’:

(...) eu fiz uma crítica, porque foi assim o governo acabou criando o bipartidarismo, a criação da Arena e do MDB uma bosta só. Ele me... tava circulado em vermelho na mesa do Coronel, o Coronel batendo, ele tinha uma espécie de uma espécie de espada, dentro de um negócio de couro e batia na, no trem dele lá, como é que chama? O cotume lá no trem dele: ‘pois é seu Gabrich não pode escrever isso aqui não!’ (...) lá é meio distante, mas eu fui de carro com um amigo meu, advogado e, ele ficou na porta e eu falei com ele: ‘ó eu vou lá você me dá meia hora, se em meia hora eu não voltar você pode entrar com um pedido, liberdade condicional alguma coisa assim, porque alguma coisa pode estourar lá e eu sei lá o que esses caras estão pensando’. Como eu não sabia o que eles estavam pensando eu fui lá e inclusive ele me mostrou o que ele tinha, ele me aconselhou sabe. Ele sabia de cor e salteado o meu prontuário (risos) aí o cara leu lá: ‘Felipe Guimarães Gabrich filho de José Guimarães Gabrich nascido em primeiro de agosto de mil novecentos e quarenta e oito, casado, pai de quatro filhos e tal, estudante...’³⁶⁹

Com o fragmento selecionado, podemos fazer algumas considerações. Primeiro, nesse caso, temos a atuação da censura política e da pressão psicológica utilizada como metodologia para coibir. Segundo, esse tipo de pressão foi um recurso igualmente utilizado, tanto pelo 10ºBPMCM, quanto pelo 55º BI diante do descumprimento das determinações impostas pelo ‘pacto de responsabilidade’.

Jorge Nunes, por exemplo, relata que, no final da década de 1960, durante um comício do candidato a prefeito Pedro Santos, ocorreu o assassinato do prefeito de São João da Ponte, cidade próxima a Montes Claros. No processo de investigação do crime foi apurado a participação de um policial militar no assassinato. O jornalista não apenas divulgou o desenrolar da apuração do caso, como criticou a falta de preparo dos oficiais da corporação. Vale ressaltar que a crítica não era totalmente infundada. Quando analisamos a participação da corporação do 10º BPMCM no golpe de 1964, mostramos o grau de dificuldades na qual estava imersa o efetivo local. Durante a construção da sede da guarnição foram arregimentados os pedreiros e os marceneiros para serem membros da guarnição. O Cel. Georgino levou a sua tropa até Brasília, com veículos confiscados de uma empreiteira da

³⁶⁹ GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros.’

cidade, e com armamentos ultrapassados oriundos da Primeira Guerra Mundial. Após divulgar o desenrolar da apuração do caso e criticar a falta de preparo do contingente, o jornalista foi ameaçado e preso. Tecer esse tipo de opinião representava manchar a corporação que contribuiu com o êxito do golpe:

E tive problema também uma vez que quando num comício que o Pedro Santos era candidato a prefeito, no bairro Funcionários houve um assassinato e mataram Olímpio Campos que era prefeito de São João da Ponte, você entendeu? E depois logo em seguida descobriram que tinha sido um militar que tinha matado e como já tinha havido recentemente vários casos de assassinato e militar participando eu escrevi um artigo descrevendo que a polícia tinha que selecionar melhor o pessoal, você entendeu? Porque parecia que o sujeito não servia para nada e ia ser soldado e ia para lá servi, aí pronto! Tornaram a me prender e a polícia civil e a polícia militar Tornaram a me prender. Então essa fase mais dura do regime militar era meio complicado para o pessoal da imprensa. Mesmo assim em uma cidade de interior igual a Montes Claros (...) ³⁷⁰

Como podemos observar, o episódio com Nunes, no final da década de 1960 e o episódio com Gabrich já no período em que o destacamento do Exército já estava instalado na cidade tiveram o mesmo objetivo. Pressionar o profissional para que o mesmo não divulgasse matérias que pudessem prejudicar a boa imagem das corporações. De fato, ocorreu a troca de fardas, mas mantiveram-se as determinações, ou seja, o compromisso de liberdade, *mas* com responsabilidade.

Paolo Marconi ressalta que, a repressão a que estava submetida a grande imprensa nacional, foi utilizada como respaldo para atuação de várias corporações na prática da censura. Os métodos e os meios de intimidação é que variavam conforme as circunstâncias:

Os responsáveis por essas ações foram não só elementos da Polícia Federal, mas também simples delegados de polícia do interior e até mesmo terroristas de direita - todos agindo com a certeza de impunidade. (...) Os delegados de Polícia parecem ter particular aversão a jornalistas. Acostumados a exercer simultaneamente o papel de polícia e juiz, eles não vêem com bons olhos quem denuncie suas violências ³⁷¹.

Todavia, o desfecho do episódio que envolveu Gabrich, como exposto no fragmento a seguir, revela uma peculiaridade:

(...) E no final foi até tranqüilo me ofereceu suco de uva, me levou lá onde o pessoal almoça, ele até me convidou: ‘você está convidado para almoçar com os soldados e tal’ e eu falei: ‘não, eu venho qualquer dia desses’ e casquei fora... ³⁷²

³⁷⁰ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

³⁷¹ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira...* Op.Cit. p.90-91.

³⁷² GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’ e, posteriormente, no ‘Diário de Montes Claros’.

Esse é um tipo de relação que ainda não encontramos nas produções historiográficas sobre o período. Não descartamos o fato de que o ‘convite’ para almoçar com os soldados também fosse uma demonstração de forças ou pressão psicológica ao jornalista. No entanto, um comandante do Exército oferecer suco durante a ‘visita’ do jornalista também parece inusitado. O jornalista Luís Fernando Assunção³⁷³ descreve em seu livro algumas trajetórias de ex-militantes de esquerda e jornalistas que desapareceram durante os vinte e um anos de governo militar. Das dez trajetórias narradas, todos tiveram a suas vidas abreviadas, seja pelos órgãos de repressão, seja nos porões do Exército.

Nas obras de Aquino³⁷⁴, Kushnir³⁷⁵ e Smith³⁷⁶ as autoras são categóricas em suas análises acerca dos procedimentos de repressão a liberdade de expressão. Jornais foram fechados devido a pressão econômica, jornalistas foram perseguidos, presos, vários foram assassinatos ou simplesmente desapareceram. Paolo Marconi³⁷⁷ aponta vários casos em que os profissionais da imprensa foram submetidos a humilhações e tiveram as suas redações destruídas por integrantes da Polícia Federal e da Polícia Militar. Dois jornalistas que atuavam em Maceió no ‘Jornal de Alagoas’ não foram presos porque o governador do Estado impediu, pois eles haviam denunciado o quão humilhante eram os métodos utilizados na repressão: “(...) denunciaram as torturas praticadas por um sargento da Polícia Militar contra os presos que, ainda eram obrigados a engolir um ‘ponche de fezes e urina’ no município de São Sebastião”³⁷⁸, episódio que em nada se iguala ao encontro em que o comandante do 55º BI oferece suco de uva ao jornalista.

Nenhuma dessas obras aponta para uma relação de ‘camaradagem’, amizade ou de educação entre os indivíduos que controlavam as publicações e os jornalistas. A opção de apenas realizar uma pressão psicológica aos integrantes do ‘JMC’ e ‘DMC’ aconteceu em algumas ocasiões. Em outras, a prisão sem tortura física tinha o mesmo propósito, coibir o jornalista a cometer outro ‘erro’.

Nossa pesquisa aponta para o fato de que em alguns momentos, também aconteceu uma relação cordial entre os jornalistas com o 55º BI. Logicamente, não foram tão amenas quanto eram com o 10º BPMMC. A ausência de um convívio próximo impede o estreitamento

³⁷³ ASSUNÇÃO, Luís Fernando. *Assassinados pela ditadura*. Santa Catarina – Florianópolis: Insular, 2004.

³⁷⁴ AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado... Op.Cit.*

³⁷⁵ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores... Op.Cit.*

³⁷⁶ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado... Op.Cit.*

³⁷⁷ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira... Op.Cit.* p.90-93.

³⁷⁸ JORNAL do Brasil, 21/04/1977. Apud MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira... Op.Cit.* Apud. p.26.

das relações. Todavia, não era vantajoso para o destacamento do Exército atuar de modo ferrenho, torturando e aprisionando jornalistas em uma cidade menor. Não seria difícil, esses fatos chegarem ao conhecimento da população.

Ressalvamos que os exemplos de resistência foram esporádicos, o que prevaleceu foi o ‘consentimento’ forçado as determinações da censura prévia e da autocensura. A fiscalização para o cumprimento das determinações da autocensura seja pela corporação policial militar seja pelo Exército. Não obstante, os mesmos jornalistas que consentiram a censura, também em alguns momentos resistiram a ela. Nessa perspectiva levamos em consideração a multiplicidades de papéis que um mesmo sujeito pode exercer nesse contexto.

A metodologia das punições, utilizada pelo 10ºBPMMC e o pelo 55º BI a quem não cumpria com o ‘pacto de responsabilidade’ não ficou restrita a instruções verbais e pressão psicológica. A utilização do Inquérito Policial e de processos-crime, impetrados aos jornalistas, também foram práticas comum na cidade.

5.5 Para punir e coibir: os processos como metodologia da censura

Assim como a prática da censura prévia, instruir veículos de comunicação a praticar autocensura era um procedimento ilegal. Como apontamos na seção anterior, somente a partir de 1968 é que o governo criou o Conselho Superior de Censura e regulamentou a profissão de Censor, através da Lei nº 5.536³⁷⁹. Por seu turno, durante o governo Médici, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, legalizou a prática da censura prévia por meio do decreto nº1.077³⁸⁰, em 1970. Paolo Marconi³⁸¹ ressalta que o decreto justifica a realização da censura prévia, diante da necessidade de manter a segurança nacional e de proteger a nação contra a influência do ‘inimigo interno’, que tende a atuar nos meios de comunicação. O interesse em proteger a ‘família e os bons costumes’ também é objetivo do decreto, ressaltando que os veículos de comunicação devem ser monitorados para evitar a possível destruição dos lares.

Maria Helena Moreira Alves ressalta que, desde abril de 1964, na vigência do governo do presidente Castelo Branco, foi sancionado o decreto-lei nº 53.897³⁸². Esse decreto institucionalizava o uso de Inquéritos Policiais Militares com a finalidade punir qualquer

³⁷⁹ BRASIL, Conselho Nacional de Cine Clubes. *Texto da Lei nº 5.536*. Disponível em: <<http://cineclubes.org.br/tiki/LEI+5.536>>. Acesso em 31 dez. 2010.

³⁸⁰ BRASIL, Migalhas Correspondentes. *Texto do Decreto nº1.077*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=100782>. Acesso em 31 dez. 2010.

³⁸¹ MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira... Op.Cit.*

³⁸²BRASIL, Decreto-Lei nº 53.587. *Texto integral em pdf*. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/358.pdf>> . Acesso em 13 dez. 2010.

indivíduo que apresentasse alguma ação que pudesse atentar contra a segurança nacional. Estava legalizado um dos alicerces da Grande Estratégia, já delineada por Golbery do Couto e Silva por meio da Doutrina de Segurança Nacional-DSN:

Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de nível municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades ‘subversivas’. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. (...) Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de fato* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações.³⁸³

Sendo assim, paulatinamente, o Estado procurou criar mecanismos que pudessem respaldar e legitimar a censura. Os principais mecanismos analisados por nós são: a Lei nº 5.250³⁸⁴, de 9 de fevereiro de 1967, também conhecida como Lei de Imprensa; e o Decreto Lei nº 314³⁸⁵, de 13 de março 1967, que definiu quais eram os crimes contra a Segurança Nacional.

O critério de escolha dessas leis, para tecer nossas análises, situa-se no fato de que os processos identificados por nós foram impetrados sob a justificativa de que os jornalistas estavam descumprindo ou infringindo seus dispositivos. Processar os jornalistas foi a metodologia empregada, tanto para coibir novas ações quanto para punir pelas ações já praticadas. A utilização dessas leis contribuiu, sobretudo, para respaldar o processo censório, ao criar bases legais para a sua realização.

Não tivemos acesso aos Inquéritos Policiais Militares impetrados aos jornalistas de Montes Claros. Mas, esse aspecto não restringiu o nosso eixo de análise. Pelo contrário, identificamos 33 processos-crime que foram aplicados aos jornalistas, sob o respaldo da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Notícias. Conforme podemos visualizar na tabela seguinte:

Tabela 8 Processos identificados no estudo (1964-1985)

Natureza do Processo	Quantidade
Calúnia	19
Difamação	05
Liberdade de Expressão	05
Conspiração	01
Ameaça	03
Total	33

Fonte: Divisão de Pesquisa e Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros/DPDOR-UNIMONTES.

³⁸³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil... Op.Cit.* p.69.

³⁸⁴ BRASIL, *Lei nº 5.250*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em 13 dez. 2010.

³⁸⁵ BRASIL, *Decreto-Lei nº 314*. Disponível em: <[www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 13 dez. 2010.

Nessa perspectiva, foram três os critérios utilizados na escolha dos processos para serem utilizados na redação da dissertação. Relação do processo-crime com os periódicos analisados e, posteriormente, a relação dos processos-crime com os jornalistas que cederam os seus depoimentos para a presente pesquisa. Detectamos que, a maioria dos processos identificados são referentes ao começo da década de 1980.

Como sabemos, o nosso recorte temporal é de 1964 a 1985, selecionamos então, três processos para exemplificar o uso de dispositivos legais para censurar, durante o contexto de estudo. Enfim, por meio desses critérios tivemos a preocupação em escolher um número reduzido de documentos para evitar repetições, mesmo porque as justificativas nas quais os processos se respaldavam em sua maioria eram semelhantes. Assim sendo, selecionamos ao todo cinco processos.

Oswaldo Antunes, proprietário e diretor do ‘JMC’, e Waldyr Senna Batista, igualmente diretor do referido jornal, em 1973, após terem veiculado matéria sobre o atentado ao prefeito de Montes Claros, Moacir Lopes, foram acusados de calúnia conforme previsto pela Lei 5.250, a Lei de Notícias. Em junho de 1973, o prefeito e médico Moacir Lopes foi alvejado por vários tiros quando deixava a residência de uma paciente. A matéria intitulada: “Moacir aponta Coronel Tito como possível mandante” foi publicada pelo ‘JMC’, após uma entrevista com o prefeito, realizada no fim do seu depoimento na delegacia da cidade. Na ocasião, Lopes apontou o Cel. da Polícia Militar, Geraldo Tito Silveira como um possível mandante do atentado:

Moacir aponta Coronel Tito como possível mandante

Há cerca de quatro meses, o prefeito Moacir Lopes decretava a desapropriação de chácara situada no bairro Santos Reis, pertencente ao Cel. Geraldo Tito Silveira, para fazer cemitério. Isso gerou descontentamento do proprietário da chácara, que via no decreto uma outra intenção: proteger a pedreira que estava perturbando a sua vida.(...) Salienta a vítima que, devido a desapropriação da chácara soube que o Sr. Geraldo Tito Silveira teria dito que iria matá-lo (...)³⁸⁶

Diante do fragmento exposto, não fica difícil supor que foi intensa a repercussão das declarações na cidade. Era uma acusação que poderia prejudicar a reputação do Cel., e também a imagem guarnição do 10ºBPMCC. Diante da gravidade dos fatos foram

³⁸⁶ BRASIL, Vara Criminal, Ofício Criminal, nº 5752, Comarca de Montes Claros, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 17/10/1973. Autor: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Réu: Bomfim, Giovânio (Sargento) Veloso, Antônio Adenilson Rodrigues; Vítima: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Ação: Calúnia, conforme Lei 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, Artigos 20 e 21. Apud. ‘Jornal de Montes Claros’, Ano XXII, nº 2905, 11/10/1973. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

mobilizados integrantes do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS, da capital mineira, para investigar e apurar o atentado ocorrido em Montes Claros:

Detetives do DOPS chegam amanhã para apurar o atentado
Amanhã, equipe de detetives do DOPS estará sendo esperada na cidade, a fim de efetuar levantamento ‘mais calmo e detalhado’ sobre o atentado contra o prefeito. A informação é do delegado regional Elias Baldelli, que retornou hoje de Belo Horizonte, aonde foi comunicar ao secretário de segurança Pública o resultado das primeiras investigações e requisitar gente especializada sobre a possível implicação política e a existência de mandante conforme hipótese aventada pela vítima.³⁸⁷

Através do processo, o que nos interessa apontar é que, como os diretores do ‘JMC’, que apenas publicaram as declarações, a partir da entrevista concedida pelo prefeito Moacir Lopes, acabaram sendo introduzidos nos trâmites do processo. Após publicar a matéria, o Cel. Geraldo Tito Silveira considerou que o ‘JMC’ estava o difamando e o caluniando. Nesse sentido, prestou queixa crime contra os diretores do jornal, justificando que estes haviam infringido as determinações da Lei nº 5.250, concernente aos parágrafos 20 e 21:

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (...)§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa. Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: (...)§ 1º A exceção da verdade somente se admite: a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública (...)³⁸⁸ (grifo nosso)

Como podemos observar, as determinações da lei indicam a possibilidade de punição para os meios de comunicação que divulguem notícias falsas sobre crimes cometidos por autoridades públicas. No entanto, como no fragmento exposto anteriormente, o ‘JMC’ apenas divulgou o conteúdo da entrevista, e, em nenhum momento, afirmou ter sido o Cel. o mandante do atentado.

Para Alves, o uso do sistema judiciário pelas autoridades militares, nesse contexto, foi, em muitas ocasiões, para atender interesses pessoais ou políticos. Apesar de a autora fazer referência ao uso dos IPMs, a justiça convencional era também acionada. No caso em tela, o episódio poderia ser tomado como um processo corriqueiro de calúnia e difamação sem conotação política. Contudo, o Cel. Geraldo Tito Silveira, ao apresentar queixa crime contra os diretores do ‘JMC’, intenciona coibir o periódico de divulgar informações que pudessem

³⁸⁷ *Idem.*

³⁸⁸ BRASIL, *Lei nº 5.250*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em 13 dez. 2010.

afetar a sua imagem e, conseqüentemente, da corporação policial militar, conforme podemos examinar nas justificativas arroladas pelo querelante:

(...) que esta notícia repercutiu de modo difamatório para o querelante em toda a cidade e na região, onde o jornal é lido e o peticionário é conhecido e admirado. (...) que o fato imputado ao querelante é falso, só existiu mesmo na mente maliciosa dos responsáveis pela infeliz notícia (...) Está claro, portanto, M.M. Juiz que os querelados, agiram dolosamente no sentido de caluniar e difamar, tentando atingir com suas maledicências, um homem honesto e honrado; um militar que, durante toda a sua vida, se dedicou a única e exclusivamente, à luta pela segurança da sociedade e a garantia do poder legalmente constituído, ao contrário de muitos que, no silêncio de sua covardia e sordidez, tramam contra o bem estar da pátria.³⁸⁹ (grifo nosso)

Através do fragmento anterior, percebemos que as justificativas que embasam o processo fazem referência a lei 5.250 e, simultaneamente às determinações da Lei de Doutrina de Segurança Nacional-DSN³⁹⁰. Para isso, o texto ressalta a participação do Cel. nas suas ações de defesa dos poderes constituídos e na proteção da sociedade, conseqüentemente, difamá-lo também representava um desrespeito ao Governo Militar e ao bem estar da pátria.

No entanto, para a sua defesa, o ‘JMC’ também recorreu às determinações da referida lei. A cláusula do artigo 26 aponta para a possibilidade de eliminação da ação penal, caso o veículo de comunicação se retrate publicamente. Nos fragmentos expostos a seguir temos, num primeiro momento, o trecho da lei 5.250, que aponta o procedimento a ser realizado para evitar instalação de processo criminal. Em seguida, temos o trecho da retratação veiculada pelo ‘JMC’, dias depois, cumprindo com os ditames da lei:

Art. 26. A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos arts. 20 a 22. § 1º A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá da pena, desde que pague às custas do processo e promova, se assim o desejar ofendido, dentro de cinco dias, e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.³⁹¹

Em cumprimento ao Art. 26 da lei 5.250 de 9-2-1967, a direção de O Jornal de Montes Claros quer esclarecer na edição 2905, de 11 de outubro de 1973, sob a epigrafe ‘Moacir aponta Cel. Tito como possível mandante. Deixamos bem claro que este Jornal não afirmou nem afirma ser ou estar o Coronel

³⁸⁹ BRASIL, Vara Criminal, Ofício Criminal, nº 5752, Comarca de Montes Claros, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 17/10/1973. Autor: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Réu: Bomfim, Giovânio (Sargento) Veloso, Antônio Adenilson Rodrigues; Vítima: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Ação: Calúnia, conforme Lei 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, Artigos 20 e 21. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

³⁹⁰ “Art. 3º (...) § 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.” BRASIL, *Decreto-Lei nº 314*. Disponível em: <[www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 13 dez. 2010.

³⁹¹ BRASIL, *Lei nº 5.250*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em 13 dez. 2010.

Geraldo Tito Silveira ligado à tentativa de homicídio contra o prefeito Moacir Lopes. (...) Para que não reste dúvida da intenção deste Jornal de apenas noticiar o andamento do inquérito, e para que ninguém venha fazer suposições em desacordo com o depoimento do prefeito Moacir Lopes (...) ³⁹²

Diante do cumprimento das determinações previstas pela lei, o Juiz de Direito da Comarca de Montes Claros enviou determinações ao Promotor de Justiça da cidade, para que rejeitasse a queixa crime efetuada pelo Cel. Geraldo Tito Silveira. Todavia, inconformado com o desfecho do processo, o Cel. recorreu novamente ao judiciário, sem êxito, com a intenção de processar os diretores do jornal.

Por meio da análise desse processo, podemos fazer algumas considerações. Embora, não tenha conseguido impetrar um processo judicial aos diretores do ‘JMC’, isso não representou uma derrota para o Cel. Silveira. Oswaldo Antunes e Waldyr Senna Batista tiveram que consentir com as determinações da lei para que não fossem processados. Além do mais, tiveram que retratar-se utilizando o próprio impresso para esclarecer o que não haviam expressado. Foram acusados de uma infração que não haviam cometido, mas, para evitar o desenrolar de novos problemas, se submeteram ao rigor da legislação.

Em outro processo, Raimundo Osório Cardoso ³⁹³, dono de uma gráfica na cidade, foi preso após ter distribuído panfletos, com os dizeres: “Justiça Trabalhista na cidade: Cavalos de Aluguel”. A justificativa para a prisão foi expressa no comunicado enviado ao Promotor de Justiça de Montes Claros:

Comunico a V. Excelência que, às 16:00 horas, foi preso e autuado em flagrante delito, como incurso nas sanções da Lei de Segurança Nacional (...) Procedida busca na gráfica do acusado, encontrou-se grande quantidade de boletins impressos e prontos para a distribuição, bem assim a prancha respectiva que foram apreendidas. ³⁹⁴

O Cel. da Polícia Militar, Humberto de Melo, justificou no documento que, a prisão ocorreu porque o gráfico havia atentado contra a coletividade ao infringir a Lei de Segurança Nacional. Para o Cel., a distribuição de panfletos tinha como objetivo insuflar os

³⁹² BRASIL, Vara Criminal, Ofício Criminal, nº 5752, Comarca de Montes Claros, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 17/10/1973. Autor: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Réu: Bomfim, Giovânio (Sargento) Veloso, Antônio Adenilson Rodrigues; Vítima: Siqueira, Aluísio Cândido de. (Juiz de Direito) Ação: Calúnia, conforme Lei 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, Artigos 20 e 21. Apud. ‘Jornal de Montes Claros’, Ano XXII, nº 2907. Montes Claros 16 de outubro de 1973. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

³⁹³ Brasil, Ministério Público, Comarca de Montes Claros, 18/02/1971. Autor: Ministério Público, Réu: Raimundo Osório Cardoso, Vítima: A coletividade. Ação: Conspiração. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

³⁹⁴ BRASIL, Ministério Público, Comarca de Montes Claros, 18/02/1971. Autor: Ministério Público, Réu: Raimundo Osório Cardoso, Vítima: A coletividade. Ação: Conspiração. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

trabalhadores da cidade a realizar manifestações. Como expresso no trecho a seguir, o artigo 3 da referida lei, considera como inimigo interno aquele que emprega:

Art. 3º (...) § 2º (...) guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais³⁹⁵.

A apreensão dos panfletos e do dono da gráfica teve duas finalidades. Primeiro, reprimir a possibilidade de envolvimento de outros trabalhadores com um indivíduo considerado como um ‘inimigo interno’. Segundo, atuar preventivamente face a quaisquer tipos de manifestações sociais e coibir qualquer atitude considerada como suspeita. Nesse sentido, evitar quaisquer tipos de manifestações sociais e coibir qualquer atitude considerada como suspeita, também representava a segurança econômica para a nascente elite industrial. Possuir trabalhadores e operários que não se envolvem em manifestações, torna a cidade um ambiente atrativo para novas empresas. De qualquer modo, as empresas e indústrias instaladas manteriam o interesse em usufruir dos recursos e incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE.

Para Alves, a chamada ‘operação limpeza’ foi intensificada a partir da legalização dos IPMs, e foi utilizada como metodologia para coibir e para punir indivíduos considerados suspeitos. Foi um período de perseguição contra estudantes, jornalistas, membros de partidos de esquerda enfim, a todos aqueles que possuíam atividade considerada subversiva. A autora salienta que várias pessoas foram presas, simplesmente porque eram parentes de um militante de esquerda. Possuir laços consanguíneos se tornou um elemento de culpabilidade:

A culpabilidade por laços de família era comum: Edson Germano de Brito, por exemplo, foi considerado culpado de ser “notoriamente comunista, agitador e subversivo. Aliás, parece mal de família, pois isto ocorre com todos os Germanos do Estado de Goiás”; já o funcionário público Mauro Campos Neto foi considerado “comunista de nascimento, pois se aprendeu os rudimentos do próprio partido com seu pai, Jacy Neto, que sempre militou nas hostes do PC”.³⁹⁶

Em Montes Claros essa situação não foi diferente. O jornalista Benedito de Paula Said aponta que, várias pessoas foram perseguidas na cidade, dentre as quais os membros do ‘grupo dos onze’. No entanto, devido à proximidade e a convivência entre jornalistas e o ‘grupo dos onze’, Said explica que esse aspecto também influenciou na vigilância dos jornalistas que trabalhavam na cidade no período. Todavia, o jornalista salienta que a

³⁹⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.69.

³⁹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil...* Op.Cit. p.70-71.

veiculação de matérias que, na concepção da Polícia Militar, tinha o intento de criticar o governo, foi a principal razão para a instauração de inquéritos e processos:

Mas houve um determinado momento que começou uma caças às bruxas. Gente que era ligado ao partido comunista como Porfirio que morreu recentemente. Ele tinha até um jornal dele, era “o lutador” é... mas algumas pessoas começaram a ser perseguidas, né? No superior, isso... eu fui indiciado três vezes em IPM Inquérito Policial Militar da Polícia aqui, entendeu? Mas por causa de matérias minhas que eles entendiam eram agressivas e tal. (...) A visão da época era diferente. Era para deixar você sob vigilância e acantonado, entendeu? Então jovens, né? Você entendeu? Eu estava com, quando eu entrei para o jornal acho que eu tinha vinte anos ou dezenove. Com vinte dois ou vinte três eu já estava cheio de IPMS. E eu era meio terrível. (...) o pessoal aqui tinha um certo medo, mas era para qualquer lugar. Não chegou a ter pânico não, mas o assunto rodeava a todos nós. Bom, hoje todo mundo fala: “ah, eu fui preso...” atualmente é até título honorífico, né? Mas na época não era gostoso não, era uma humilhação danada!³⁹⁷ (grifo nosso)

Através da citação percebemos que, embora o censor não estivesse mais presente no cotidiano da redação, a censura continuava a existir. A instauração de IPMs e processos contra os jornalistas tinham a intenção de puni-los nas suas ações e, ao mesmo tempo, coibir ‘possíveis’ atos de subversão. Esse aspecto se torna evidente, sobretudo quando Said realiza uma importante reflexão: após o retorno ao processo democrático, a memória exaltada é, na maioria das vezes, aquela que dá amplo destaque àqueles indivíduos que resistiram as determinações do governo militar. Por seu turno, nas décadas de 1960 e 1970, ter o nome envolvido em ocorrências policiais, em IPMs ou processos não era motivo de orgulho, principalmente, em uma cidade do interior. Ser julgado e condenado pelo governo significava ser rechaçado pela sociedade.

Alexandre Ayub Stephanou explica que o uso dos IPMs foi majoritariamente para punir, mas não para investigar. Com caráter inquisidor, era um mecanismo utilizado para respaldar a coerção e a intimidação física ou psicológica: “(...) não tinham uma regra fixa, formal, eram realizados conforme preceitos individuais dos coronéis condutores dos processos.”³⁹⁸ Em entrevista Jorge Nunes faz referência ao fato de que os IMPs e os processos não tinham uma continuidade na investigação, sendo utilizados para pressionar e coibir os jornalistas que publicavam matérias que poderiam prejudicar a imagem da corporação ou do governo. Além disso, como já não havia mais um censor no interior da redação, tanto da Polícia Militar quanto do Exército, esse método passou a ser recorrente:

³⁹⁷ SAID, Bendito de Paula. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Jornal de Montes Claros’.

³⁹⁸ STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar...* Op.Cit. p.62-63.

Tornaram a me prender e a polícia civil e a polícia militar, cada um abriu um IPM contra mim, mas acabou também não dando em nada! Mas então naquela época tinha esse problema, você escrevia alguma coisa que não agradasse ao regime você ia preso e passava por essas coisas. Quando, por exemplo, eu escrevi esse artigo pedindo ao governo que pagasse aos pequenos proprietários por terem sido desapropriados, estavam passando fome, o Exército já estava construído, já estava funcionando e o pessoal ainda não tinha recebido naquela época, né? Eles foram lá me pegaram e me levaram, então essa censura já não era dentro do jornal mas existia a censura e qualquer coisa que você escreve e que não agradasse você ia responder IPM. (...) Eu respondi a dois IPMs.³⁹⁹

A Lei de Segurança Nacional e a Lei 5.250 não foram utilizadas apenas para impedir críticas a corporação Policial Militar ou ao Exército de Montes Claros. Outros indivíduos na cidade, que se sentiram lesados por matérias veiculadas pelos jornais, também acionaram esses dispositivos legais. Foi o caso do advogado José Carlos Carvalho Costa, que prestou queixa crime contra o também advogado Antônio Adenilson Rodrigues Veloso que, esporadicamente, redigia matérias para o ‘DMC’⁴⁰⁰. Em maio de 1974, Veloso publicou uma matéria criticando a atuação do seu colega de profissão, nas investigações do atentado sofrido pelo prefeito Moacir Lopes, no ano anterior. Como o acusado se recusou a efetuar retratação, conforme previsto na lei 5.250, Costa apresentou queixa-crime e pediu a instauração de um processo criminal:

(...) com fundamento no art. 40, I, letra “c” da Lei nº 5.250, de 09/02/1967, pelos motivos abaixo articulados: I - que na edição de 12 de maio do fluente, Diário de Montes Claros, na última página o querelado fez publicar sob sua responsabilidade, uma matéria contendo palavras difamatórias e caluniosas que ofenderam a moral e a honra do querelante. (...) [foi] dada oportunidade de retratação, pelo mesmo órgão de imprensa, que o referido querelado negou-se em procedê-la (...)⁴⁰¹

Através da análise dos processos, também identificamos que, mesmo com o retorno do regime democrático a utilização desse tipo de recurso para censurar e punir jornalistas ainda permaneceu. Não podemos dizer que se tornou banal o ato de processar jornalistas, mas esse recurso foi um dos métodos mais utilizados para punir e coibir aqueles que não obedeciam às determinações do ‘pacto de responsabilidade’, mesmo quando já se aproximava

³⁹⁹ NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no ‘Diário de Montes Claros’.

⁴⁰⁰ BRASIL, Comarca de Montes Claros, 15/05/1974. Nº do processo 5.289. Autor: José Carlos Carvalho Costa. Réu: Antônio Adenilson Rodrigues Veloso. Vítima: José Carlos Carvalho Costa. Ação: Da liberdade de manifestação do Pensamento e de Informação. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

⁴⁰¹ BRASIL, Comarca de Montes Claros, 15/05/1974. Nº do processo 5.289. Autor: José Carlos Carvalho Costa. Réu: Antônio Adenilson Rodrigues Veloso. Vítima: José Carlos Carvalho Costa. Ação: Da liberdade de manifestação do Pensamento e de Informação. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

o retorno do regime democrático. Em âmbito nacional, no final da década de 1970, o país já estava passando pela distensão política, e pela diminuição gradual da censura. Todavia, em Montes Claros a rotina da censura ainda continuou. É pertinente sublinhar alguns exemplos para perceber como a censura perdurou na imprensa escrita local.

Décio Gonçalves de Queiroz, dono e diretor do ‘DMC’, e o advogado Antônio Adenilson Rodrigues Veloso, que esporadicamente redigia artigos para o ‘DMC’, foram processados pelo Ministério Público, em 1981⁴⁰². O motivo foi a veiculação de uma matéria em que o advogado criticava a atuação da Justiça local, considerando-a cúmplice das arbitrariedades cometidas pela Polícia. No processo em questão, o Ministério Público tomou como base a lei 5.250⁴⁰³, que prevê a possibilidade de impetrar ação penal àqueles que utilizarem de quaisquer meios de comunicação para emitir opinião que possa comprometer ou ofender órgãos públicos.

Como outro exemplo do uso de dispositivos legais para punir jornalistas, ainda no final do governo militar, temos os jornalistas Benedito de Paula Said, Oswaldo Antunes e Waldyr Senna Batista que foram acusados, em 1985, de atentar contra a corporação policial militar após veicularem matérias consideradas subversivas:

(...) Oswaldo Alves Antunes e Waldyr Senna Batista:

1- São repórteres do ‘Jornal de Montes Claros’; 2- o acusado Waldyr Senna Batista é editor desse jornal; 3 - são os que fizeram (e o último determinou a publicação) a reportagem: “Advogado acha que PM não merece Tiradentes”. (...) (grifo nosso)

(...)Benedito de Paula Said:

1 - à época, era o editor Policial do Jornal de Montes Claros; 2 - foi quem elaborou, redigiu a entrevista [com Antônio Adenilson Rodrigues Veloso] e determinou sua publicação, da reportagem: “Adenilson fala que é a favor de se pintar muros contra a Polícia” (...) ⁴⁰⁴ (grifo nosso)

Mediante os títulos das reportagens publicadas, é notório que o conteúdo interfere negativamente na imagem da corporação Policial Militar. Os jornalistas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional ao difamar a instituição Policial Militar e, por veicular matéria “(...) com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e

⁴⁰² BRASIL, Ministério Público. Comarca de Montes Claros. 11/08/1981. Autor: Ministério Público. Réu: Antônio Adenilson Rodrigues Veloso. Vítima: Dispositivo Legal. Ação: Calúnia. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

⁴⁰³ BRASIL, Lei n° 5.250. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

⁴⁰⁴ BRASIL, Poder Judiciário, Comarca de Montes Claros, 01/04/1985. Justiça Militar, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. Carta Precatória de Inquirição e Processo Crime. Autor: Justiça Militar. Réu: Benedito de Paula Said; Oswaldo Antunes, Waldyr Senna Batista, Américo Martins Filho, Antônio Adenilson Rodrigues Veloso. Vítima: A coletividade. Ação: Calúnia. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais”⁴⁰⁵.

Através dos cinco processos-crime arrolados, demonstramos como o uso do sistema judiciário e, principalmente, da legislação sancionada nesse período, também foi um dos procedimentos utilizados para censurar e coibir os jornalistas do ‘DMC’ e do ‘JMC’. O nosso intuito foi também o de demonstrar que dentro da multiplicidade de ações e posturas que esses indivíduos tiveram, durante o período do governo militar, resistir foi uma delas. Apesar de não ter sido um comportamento contínuo, focos de resistência também aconteceram.

A nossa principal preocupação no decorrer da redação desse capítulo, não foi somente identificar a existência da censura no contexto do governo militar. Embora esse tenha sido também um de nossos objetivos. Por meio da análise das fontes, compreendemos que a censura aos jornais ‘JMC’ e ‘DMC’ possuía várias complexidades, que exigiram do pesquisador muito esmero e respeito às fontes. Apesar da receptividade e do interesse em conceder as entrevistas para o trabalho, percebemos que o mais difícil foi expor informações sobre um contexto que, na maioria das vezes, não traz boas recordações.

O nosso trabalho não apontou para a tradicional dicotomia entre censores *versus* jornalistas. O tempero dessa relação, ou seja, o trabalho e a ‘camaradagem’ foram indispensáveis para jornalistas e censores coexistirem em um mesmo ambiente, sem necessariamente ficarem guerreando todo o tempo. A rotina da censura proporcionou o treinamento paulatino dos jornalistas aos ditames da censura. Posteriormente, essa rotina também fomentou o ‘pacto de responsabilidade’ entre jornalistas, donos dos jornais e a corporação Policial Militar. Percebemos que não foram somente os policiais que se ‘adaptaram’ a nova função, mas, igualmente os jornalistas se adaptaram a nova realidade.

Com a instalação da 55ª Batalhão de Infantaria do Exército em Montes Claros, percebemos que, embora houvesse a alteração das ordens sobre como deveria se processar a censura, não foram alteradas as determinações. No cotidiano, houve a troca de fardas, mas não das ordens e da metodologia da censura.

Não obstante, se o cotidiano influenciou paulatinamente no consentimento, mesmo que forçado, não podemos dizer que os jornalistas foram submissos todo o tempo. Houve

⁴⁰⁵BRASIL, *Decreto-Lei* n° 314. Disponível em: <[www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 13 dez. 2010.

momentos em que contornaram a censura e, em algumas ocasiões, resistiram a ela. Enfim, esse capítulo procurou mostrar a multiplicidade de ações e posturas desses indivíduos: do consentimento à resistência, da autocensura à ‘camaradagem’. Não existiu uma única postura nos jornais analisados por nós, o que houve foi uma censura e uma imprensa multifacetada.

5 CONCLUSÃO

O objetivo inicial de nossa apreciação, residia no exame da imprensa escrita de Montes Claros durante o período do governo militar. Por seu turno, ao longo da pesquisa, percebemos que seria imperativa a compreensão do contexto econômico e político no qual a imprensa local estava inserida. Pautamos-nos na linha de pensamento de Anne-Marie Smith que postula que é imprescindível entender as ingerências das relações entre imprensa e Estado em investigações historiográficas. Sendo os meios de comunicação, escritos, impressos ou falados os principais divulgadores dos aspectos econômicos, políticos e sociais, esse setor participa ativamente da sociedade divulgando opiniões e representando diversas camadas ao longo de sua trajetória. Muitas vezes, considerada como a ‘porta voz’ da sociedade, a imprensa é uma empresa comercial, e é desse modo que deve ser entendida. Ela não é somente aquela que ostenta a ilustre imagem de militante da liberdade de expressão, que promove e reivindica o cumprimento das diretrizes que rege a sociedade.

Essa concepção foi primordial em nosso estudo. A priori, tivemos que compreender a postura dos setores dominantes da economia e da política de Montes Claros, para, enfim, analisar as relações entre imprensa e o governo recém constituído. A partir do final da década de 1950 a cidade de Montes Claros passou por uma transição econômica. Historicamente, a região do Norte de Minas, marcada pela vocação agropecuária regional, e pela concentração latifundiária, vê na inserção da região nas políticas públicas implementadas pelo Estado como a derradeira opção para integrar-se aos ditames da industrialização. Sobretudo, a partir da inserção na área mineira do Polígono das Secas, e na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Temos, assim, nessa cidade, o tipo de desenvolvimento expresso por Otávio Soares Dulci como o *desenvolvimento politicamente orientado*. A concentração fundiária não representava poderio econômico, este era uma das principais razões para o atraso da inserção desse segmento a industrialização. Nesse sentido, somente a partir dos incentivos e inserções fiscais fomentados pelo governo do Estado e pelo governo Federal, é que esse setor vai integrar-se ao progresso técnico industrial.

Por seu turno, foram preservados os interesses da ‘elite agropecuária’, ou seja, o processo industrialização não rompeu com a vocação agropecuária regional. Houve um implemento do parque agroindustrial, com a construção de fábricas de sapatos, frigoríficos, tecidos e curtumes. Paulatinamente, a elite agropecuária integrou-se à nascente elite industrial, e para continuar mantendo os seus interesses na agenda econômica e política, procurou ocupar cargos públicos e criar instituições para ser representada. Nesse caso, temos

a criação da Associação Comercial e Industrial e da Associação Rural, dois importantes exemplos desse objetivo.

É nesse ambiente que, assim como em âmbito nacional, os empresários, fazendeiros e industriais não vêem com bons olhos a política econômica exposta pelo então presidente João Goulart. As Reformas de Base, dentre elas a que mais causou temor para esse setor era a reforma agrária, que poderia comprometer a sua hegemonia econômica. Além disso, o receio da reforma agrária foi associado, na região, ao temor do comunismo ou de qualquer ideologia de esquerda. Desde o começo do século XX, mostramos que o anticomunismo se fez presente na atmosfera social da cidade. Por outro lado, a alteração no perfil da imprensa escrita local, a partir da década de 1950, também se tornou uma justificativa para coibir e vigiar as publicações.

Até o final da década de 1940, a imprensa escrita local estava nitidamente atrelada às determinações econômicas e políticas da cidade, os jornais, na maioria das vezes, eram utilizados como instrumento político de facções, ou segmentos da cidade. Posteriormente, vários fatores foram responsáveis pelo rompimento com esse perfil. Dentre eles, se destaca a formação pessoal e profissional dos proprietários dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’, Décio Gonçalves de Queiroz e Oswaldo Antunes, que tiveram experiência em jornais de grande circulação, como o ‘Estado de São Paulo’ e ‘Diário Católico’. Além disso, os demais profissionais das redações não eram atrelados às ingerências da política local.

Desse modo, não estar comprometido com os interesses dos segmentos dominantes despertava a desconfiança, e, por isso, estava justificada a necessidade de manter o controle. De igual maneira, esses jornalistas transitavam em vários setores da cidade, mantendo relações com trabalhadores, com a própria elite, estudantes, e o ‘grupo dos onze’. O ‘grupo dos onze’ liderado em âmbito nacional pelas diretrizes de Leonel Brizola, era visto como elemento subversivo na cidade, e, por isso, também se justificava a repressão.

Posteriormente, vimos que devido a ausência de destacamentos do Exército em Minas Gerais para a execução da ruptura política de 1964, as corporações policiais militares mineiras foram treinadas e arregimentadas para realizarem a operação. Após o êxito nesse empreendimento, o 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, inseriu nas redações dos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’ membros da própria corporação para atuarem como censores. A determinação era manter a legitimidade e zelar pela do governo recém instaurado e da corporação militar. A orientação era a de não redigir e de não serem veículas matérias que pudessem atentar contra essas determinações. Entre três e

quatro anos, aproximadamente, as redações dos jornais por nós analisados, foram submetidos a censura prévia. Depois desse período, passou a vigorar um ‘pacto de responsabilidade’ entre os censores e os jornalistas. O censor deixava a redação sob a condição de que as redações cumprissem rigidamente com as determinações, assim, durante esse período, o que prevaleceu foi a prática da autocensura.

Até 1975, quando foi instalada em Montes Claros a guarnição do 55º Batalhão de Infantaria do Exército, foram somente os policiais militares que controlaram as publicações. A partir desse momento, o Exército assumiu essa função, porém, sem alterar os procedimentos. Houve assim, apenas a troca de fardas, mas não das determinações.

Analisamos que, durante o período da censura prévia, a convivência entre jornalistas e os responsáveis pela censura não foi conflituosa, não houve uma rotina de desgastante. Pelo contrário, através dos depoimentos podemos identificar que o convívio entre censores e jornalistas foi cordial, uma relação de trabalho e de ‘camaradagem’.

No entanto, isso não representou ‘um mar de rosas’ para os jornalistas, muito pelo contrário, se a liberdade de expressão era restrita o descontentamento também era inevitável. Além disso, conflitos não seriam benéficos para ambos os lados, o militar precisava executar a sua função e o jornal precisa funcionar. De outro modo, desentendimentos em uma cidade menor gerariam uma maior repercussão. Nessa relação, a boa convivência foi uma estratégia benéfica para ambos.

Nessa perspectiva, a nossa pesquisa não se tratou de um trabalho sobre a resistência as determinações da censura. Assim como a historiadora Anne-Marie Smith, apontamos que a rotina da censura, o cumprimento das mesmas ordens todos os dias acabou acarretando na sua banalidade, e no paulatino consentimento da censura. De outro modo, assim com Beatriz Kushnir, procuramos identificar a multiplicidade de ações dos indivíduos e de variações na prática da censura aos impressos. Mostramos que houve jornalistas que consentiram a censura, jornalistas que, em alguns momentos resistiram à censura e, jornalistas penalizados por terem descumprido as determinações oficiais. No decorrer da dissertação, também apontamos que os mesmos jornalistas que consentiram, durante quase todo o tempo à censura, esporadicamente, resistiram a ela, e foram punidos por meio de processos e por meio de pressões verbais.

Evitamos ao máximo, expor nosso objeto a posição de ‘vítima’ ou ‘cúmplice’ do governo instaurado. O nosso objetivo central foi o de compreender como o contexto e as ingerências econômicas e políticas foram fatores primordiais para a compreensão da imprensa escrita nesse período. Não dissociamos, nesse estudo, as relações entre imprensa e Estado.

Nessa perspectiva nosso estudo foi dividido em duas partes interdependentes e primordiais para a compreensão do impacto com relação a ruptura em 1964, para uma região do interior de Minas Gerais. Desse modo, esperamos ter contribuído não somente para a produção historiográfica local, como também, para a percepção desse contexto em uma região periférica do país.

FONTES

Impressas

Divisão de Pesquisa e Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros/DPDOR-UNIMONTES

- Processos-crime
- Jornal 'A Verdade'
- Jornal 'Gazeta do Norte'
- Jornal 'O Montes Claros'

Centro Cultural Hermes Augusto de Paula

- Revista Montes Claros em Foco.

- Livros:

ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O lutador, 2007.

SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996.

Orais

- Benedito de Paula Said.
- Décio Gonçalves de Queiroz
- Felipe Antônio Guimarães Gabrich
- Haroldo Lívio
- Jorge Nunes

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil)
- ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005.
- AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 3ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O lutador, 2007.
- AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ASSUNÇÃO, Luís Fernando. *Assassinados pela ditadura*. Santa Catarina – Florianópolis: Insular, 2004.
- BRASIL, Conselho Nacional de Cine Clubes. *Texto da Lei nº 5.536*. Disponível em: <<http://cineclubes.org.br/tiki/LEI+5.536>>. Acesso em 31 dez. 2010.
- BRASIL, *Decreto-Lei nº 314*. Disponível em: <[www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 13 dez. 2010.
- BRASIL, *Decreto-Lei nº 53.587*. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/358.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2010.
- BRASIL, Henrique de Oliva. *História e Desenvolvimento de Montes Claros*. Montes Claros. 1983.
- BRASIL, *Lei nº 5.250*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>>. Acesso em 13 dez. 2010.
- BRASIL, Migalhas Correspondentes. *Texto do Decreto nº 1.077*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=100782>. Acesso em 31 dez. 2010.
- BRASIL. *Determinações do Decreto Lei nº 314 que define os crimes contra a segurança nacional*. Disponível em: <[http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20\(Caso%20UNE\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/.../55_Legislacao%20(Caso%20UNE).pdf)>. Acesso em 25 out. 2010.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Histórico*. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/historico/>>. Acesso em 21 abril 2010.
- BRASIL. *Lei 5.536 de Abril de 1968*. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/censuraconselhosuperior.htm>>. Acesso em 07 dez. 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS. *Histórico do Departamento Nacional de Obras contra as Secas/DNOCS*. Brasília/DF, 2010. Disponível em:

<http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em 01 de set. 2010.

BRASIL. Senado Federal. *Subsecretaria de Informações*. Disponível em: <<http://www.ListaTextoIntegral.html>>. Acesso em 02 jul. 2008.

BOSCHI, R. *A Arte da Associação - Política de Base e Democracia no Brasil*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUERJ, 1987.

CAMPELLO, Maria do Carmo de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. CARDOSO, F.H. & FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Apud. DELGADO, I. J. G. *Mercado, Nação e Proteção Social*. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro: Koinonia, 2002. V. 24. Nº 325. Pp. 11-15.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CHIAVENATO, José Júlio. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2004. (Polêmica).

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 3 ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: estado e associações empresariais em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DELGADO, I. G. Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988. In: *Locus*. Nº 10 (6.1). Juiz de Fora: Editora da UFJF. 2000. p.55-70.

DELGADO, I. J. G. Mercado, Nação e Proteção Social. In: *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro: Koinonia. 2002. v. 24. N. 325. p.11-15.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação, Política e Golpe de Casse*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DREIFUSS, René Armand; DULCI Otávio Soares. *As forças armadas e a política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULCI, Otávio Soares. As Elites Políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004. p.237-247.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ESDRAS, Marcos Leite. *Imigração e o Caos Urbano em Montes Claros*. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA – Perspectivas para o Cerrado no século XXI, 2, 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1CD-ROM, 2003. v. 1.

FARIA, Vilmar. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera* São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA, Luís de Paula. O sonho acabou? *Montes Claros.com*, Montes Claros, jun. 2007. Disponível em: < <http://montesclaros.com/mural/default.asp?top=24346>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

FERREIRA, Marieta Moraes. As reformas de base. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em 23 abril 2010.

FERREIRA, Waldo. Desenvolvimento para poucos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Montes Claros. Ano v, julho de 2007.

FERREIRA, Waldo. Desenvolvimento para poucos. *Revista Tempo*: Montes Claros sesquicentenária. Montes Claros, Ano 5, julho de 2007.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

FIGUEIREDO, João. Presença dos militares ao longo dos 150 anos. In: *Revista Tempo*. Edição Especial Montes Claros sesquicentenária. Ano V, julho 2007. p.28-31.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

GENERAIS da Revolução. In: *Revista Montes Claros em Foco*, Montes Claros, ano VII, n. 25, junho-julho de 1964. Edição Extra.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalhadores, movimento sindical e greves. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_greves> . Acesso em: 21 de jan. 2010.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

GUIDO, Cristina. Celso Monteiro Furtado. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 20 março de 2010.

HISTÓRICO do Coronel Georgino Jorge de Souza. Disponível em: <<http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html>> e <<http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/contexto.html>>. Acesso em 02 março 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KORNIS, Mônica Almeida de. A cultura engajada. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_cultura_engajada>. Acesso em 23 de Abril de 2010.

KRONIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. O movimento sindical urbano e o papel do CGT. *Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil/CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movim>

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

LAMOUNIER, B. “Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor” in LAMOUNIER, B. (org), *De Geisel a Collor : o balanço da transição*, São Paulo, Sumaré/IDESP, 1990.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MACHADO, Geraldo Santana. “Lágrimas de um General” In: Revista Montes Claros em Foco. Ano XII, nº 37, novembro de 1979. p.76.

MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente).

MARTINS, André Silva Francisco. *Odisséias castrenses: os épicos da PMMG na visão homérica dos memorialistas militares*. In: *Revista Anacrônica – Revista eletrônica de los Estudiantes de História da Universidade de Del Valle*. nº4, fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://anacronica.univalle.edu.co/index.htm>>. Acesso em: 22 janeiro 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÍDIA Alternativa. *Mídia Alternativa Jornal Binômio, o incendiário de Minas faz 50 anos*. Disponível em: <www.midiaalternativa.com.br>. Acesso em 11 março 2010.

MINAS GERAIS. Fundação Rural Mineira. Disponível em: <<http://www.ruralminas.mg.gov.br/institucional/objetivo-operacional-e-competencias-legais>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

MISSÃO do professorado Mineiro. Jornal ‘A Verdade’, Montes Claros 28 de setembro de 1907, ano I, nº 16. p.02.

MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora:UFJF, v.13, n. 2, 2007. p. 227-246.

NETO, Murilo Leal Pereira. A cruz e a família contra a foice e o martelo: o anticomunismo no movimento operário de São Paulo (1950-1960). *Revista Diologia*, São Paulo, v.6, p.32-47, 2007.

O HUMANISMO de Jacques Maritain e a educação Odiseo. Disponível em: <<http://www.diariocatico.com.br>> . Acesso 10 março 2010.

O TRABALHO não mata. Jornal ‘A Verdade’, Montes Claros, 1º de junho de 1907, ano I, nº 5. p.02.

OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento Regional da área mineira do Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.

- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Indústria Em Minas Gerais: origem e desenvolvimento*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais...** Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2010. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF>. Acesso em: 16 de março. 2010.
- PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: UNIMONTES. 2002.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *Dependência, favores e compromisso: relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço da capital: o regionalismo político norte mineiro*. 2007. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2007.
- PEREIRA, Luís Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. Políticas de desenvolvimento: um estudo comparado entre as matrizes de transportes terrestres no Norte de Minas Gerais. *Caminhos de geografia - revista on line*, Uberlândia, v.1, n.31. p.184-194, ISSN 1678-634. 2009. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 20 de março de 2010.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº3, 1989, p. 3-15.
- PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- REIS, Daniel Aarão Filho. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REUNIÃO do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Montes Claros, ano VII, nº28, Abril-Maio de 1965.
- REVISTA Tempo. *Montes Claros sesquicentenária*. Ano v, julho de 2007.
- RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, nº44, p.463-488, 2002.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SILVEIRA, Geraldo Tito. *Histórico*. Disponível em: <[HTTP://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html](http://www.55bi.com.br/portal/batalhao/historico.html)>. Acesso em 05 fev. 2010.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.261.
- SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Disponível em: <<http://www.sociedaderural.com.br/>>. Acesso em 25 maio 2010.

SOUZA, Andrey Lopes de. *Os estudantes movimentam a cidade: trajetórias, lutas e memórias do movimento estudantil em Montes Claros/MG (1980-1989)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História).

VELOSO, Mônica P. A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, nº21, v.3, jul./set. 1978.

VIEIRA, Fabio Antunes. A participação do 10º Batalhão de Infantaria de Minas Gerais na instauração do governo militar brasileiro em 1964. In: CALEIRO, Regina Célia (Org). *Iniciação à História - Revista dos Acadêmicos de História Centro de Ciências Humanas - UNIMONTES*, v.1. n.1, 2002. p.91-104.

WEBARTIGOS. O destino manifesto americano no século XX. Disponível em: <<http://www.webartigos.com.br/articles/229941/O-Destino-Manifesto-Americano-no-século-XX/>>. Acesso em 01 agost. 2010.